



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

VLADMIR ANTERO DELGADO SILVES FERREIRA

**CONFLITOS E PARTICIPAÇÃO NO USO DA ÁGUA DA BARRAGEM DE
POILÃO, ILHA DE SANTIAGO, CABO VERDE.**

Linha de pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Praia

2014

**CONFLITOS E PARTICIPAÇÃO NO USO DA ÁGUA DA BARRAGEM DE
POILÃO, ILHA DE SANTIAGO, CABO VERDE.**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Jalcione Almeida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Praia

2014

VLADMIR ANTERO DELGADO SILVES FERREIRA

**CONFLITOS E PARTICIPAÇÃO NO USO DA ÁGUA DA BARRAGEM DE
POILÃO, ILHA DE SANTIAGO, CABO VERDE.**

Doutoramento em Ciências Sociais e Humanas

Membros do Júri

Praia, _____ de _____ 2014

Dedico este trabalho a todos os agricultores cabo-verdianos que todos os dias, de sol a sol, trabalham a terra, nos vales, ribeiras e montanhas, num claro desafio aos Deuses e aos homens e fazendo jus às palavras do poeta Ovídio Martins.

AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros agradecimentos vão para o meu orientador, Prof. Jalcione Almeida, por ter amavelmente aceite este desafio de ser o meu guia nesta caminhada que nem sempre foi fácil mas com as suas orientações e aconselhamentos tudo se foi tornando gradualmente possível.

Agradeço profundamente o prof. José Carlos dos Anjos que na qualidade de coordenador deste primeiro curso de doutoramento da UNICV, tudo fez para que tivemos as melhores oportunidades de aprendizagem, aulas, seminários, programas de mobilidade académica, etc.

Sou eternamente grato às Engenheiras Rosa Rocha e Elsa Simões, a primeira por me ter convidado a integrar o corpo diretivo da Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais (ECAA) e me ter despertado o gosto pelas questões e desafios do mundo rural e a segunda por ter partilhado comigo a sua vasta experiência no setor rural, me incentivando a seguir em frente e sobretudo por ter criado as condições para que eu pudesse concluir este projeto sem comprometer os meus compromissos laborais. Estes agradecimentos se estendem a todos os colegas e profissionais da ECAA.

Agradeço ao FICASE, à CAPES e ao CAMPUS FRANCE por terem, em momentos diferentes, apoiado financeira e institucionalmente este projeto.

Não posso deixar de reconhecer neste espaço o meu carinho e sentido de admiração por todos os agricultores, proprietários, assalariados e técnicos que ao longo dos últimos três anos partilharam comigo vários momentos. Eles foram a razão de ser deste trabalho.

Aos meus colegas, do primeiro Curso de Doutoramento em Ciências Sociais da UNICV e da UFRGS, deixo aqui palavras de apreço pelos vários momentos que partilhamos sempre procurando que ninguém se desmotivasse. Os vossos incentivos foram, em vários momentos, cruciais para que este projeto fosse bem sucedido.

Registo aqui também os meus sinceros agradecimentos à Nelida da Luz pelo apoio, paciência e empenho demonstrado no trabalho de revisão desta tese.

Por fim uma palavra de carinho e de reconhecimento à minha família, meus pais, meu filho Henrique e minha irmã Ivete Silves Ferreira, sem o vosso suporte tudo seria mais difícil.

RESUMO

Esta tese tem como foco principal analisar os conflitos e a participação resultantes do uso da água da BP, Ilha de Santiago, Cabo Verde, na fronteira entre os municípios de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos. Neste estudo procurou-se, através da sociologia pragmática de Luc Boltanski e a partir da perspectiva de um leque de teóricos pós-coloniais que abordaram as questões associadas ao desenvolvimento local, caracterizar as várias dimensões simbólicas (ou não) associadas aos modos de representar, apropriar e utilizar a água. Procurou-se também evidenciar os elementos de explicação das estratégias e posicionamentos dos diferentes atores envolvidos (agricultores, técnicos e dirigentes da administração pública) neste projeto de desenvolvimento baseado na construção de um novo modelo de organização e produção agrícola na comunidade de Poilão. Os dados empíricos nos demonstram que está a ser implementado um novo modelo de desenvolvimento rural por via da transformação deste bem natural em um “recurso” comercializável e pela profissionalização dos problemas de desenvolvimento através do surgimento de técnicas e competências especializadas que promovem uma utilização “racional e eficiente” da água para rega. Os agricultores reclamam uma intervenção mais integrada e programada das autoridades no que toca às questões de desenvolvimento do mundo rural que deve passar não só pela construção de barragens, mas também por modelos de gestão mais participada, apoio técnico, sistemas de transporte eficiente para o escoamento dos produtores, melhor regulação dos preços e da importação de produtos concorrentes da nossa agricultura. Estas contestações têm tido eco nos espaços públicos, com certa regularidade, sobretudo sempre que houver abaixamento de preços em produtos dominantes na região como a banana, problemas de transporte com vista ao escoamento de produção para outras ilhas e pragas nas plantações. O maior desafio para as autoridades e gestores da BP, nos próximos tempos, é encontrar formas de garantir que os espaços de tomada de decisões sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos resultados. Espaços de formulação de políticas, onde os atores envolvidos neste projeto possam participar, marcados pelas contradições e tensões, representam um avanço na medida em que dão ao conflito uma maior dimensão pública e oferecem procedimentos de discussão e negociação.

Palavras-chave: Conflitos, participação, água de rega, agricultura, desenvolvimento rural, Barragem de Poilão.

ABSTRACT

This thesis focuses on analyzing the conflicts and participation resulting from the use of water from the Poilão Dam, Santiago Island, Cape Verde, in the border between the municipalities of São Lourenço dos Órgãos and Santa Cruz. This study seeks, through the pragmatic sociology of Luc Boltanski and from the perspective of a range of postcolonial theorists who have addressed issues related to local development, characterize various symbolic (or not) dimensions associated with the modes of representation, access and use of water. We also sought to highlight the elements of explanation of the strategies and positions of the various stakeholders (farmers, technicians and managers of public administration) in this development project based on the construction of a new model of organization and agricultural production in Poilão community. Empirical data shows us that a new model of rural development is being implemented through the transformation of water into a marketable “Resource” and the professionalization of development problems through the emergence of techniques and skills that promote a "rational and efficient" use of water for irrigation. Farmers call for a more integrated and programmed intervention of the authorities in relation to development issues of rural life that must pass not only by the construction of dams, but also by more participatory models of management, technical support, efficient transportation systems for the disposal of producers, better regulation of prices and imports of competing products of our agriculture. These conflicts have appeared in media outlets, with some regularity, especially whenever there are lowering prices on dominant products in the region such as bananas, transportation problems for the disposal of production to other islands and pests in plantations. The biggest challenge for authorities and managers of BP in the near future is to find ways to ensure that decisions-making are effectively public, both in shape but also in the results. Spaces where the stakeholders can participate in this project, marked by contradictions and tensions represent an advance in giving the conflict a public dimension and offers procedures of discussion and negotiation.

Keywords: Conflicts, participation, water irrigation, agriculture, rural development, Poilão Dam.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ato de assinatura do contrato de construção da BP	7
Figura 2 - Quiosque que simboliza a arquitectura chinesa com as placas que testemunham o ato inaugural da BP	9
Figura 3 - Acto de lançamento da primeira pedra.....	10
Figura 4 - Imagens das atividades comemorativas da inauguração do sistema de adoção de água à jusante da BP.	15
Figura 5 - Evolução das necessidades e potencial de mobilização de água em Cabo Verde	20
Figura 6 - Pontos de água explorados em Cabo verde.....	22
Figura 7 – Sistema de rega por alagamento – Ribeira Seca (BP)	26
Figura 8 - Inauguração de um sistema de micro-irrigação numa das propriedades à jusante da BP – Ribeira Seca.....	29
Figura 9 – Ribeira Seca antes e depois da Barragem de Poilão:.....	51
Figura 10 - Bacia Hidrográfica da Ribeira Seca, Ilha de Santiago.	85
Figura 11 - Albufeira da Barragem de Poilão na época das chuvas	88
Figura 12 - Imagem do ato de inauguração do edifício da UGABP	89
Figura 13 – Orgânica e estrutura de coordenação da UGABP	90
Figura 14 - Imagem adaptada de satélite da área irrigada à jusante da BP-Dezembro/2010	131
Figura 15 - Percentual de parcelas segundo o regime de exploração em Cabo Verde ...	135
Figura 16 - Placa alusiva ao projeto de relançamento do cultivo da bananeira nos terrenos à jusante da BP.....	147
Figura 17 - Contadores instalados nas propriedades à jusante da BP.....	152
Figura 18 - Fluxos das receitas mensais de 2011 da UGABP	155
Figura 19 - Fluxos de recebimentos mensais 2011 da UGABP.....	156
Figura 20 - Manifestação dos agricultores da BP perante as câmara da TCV no dia 13/03/2013	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do consumo de água para rega gota a gota em Cabo Verde	25
Tabela 2 - Distribuição dos custos de produção dos principais cultivos hortícolas em Cabo Verde	28
Tabela 3 - Números de agricultores, parcelas e distribuição de contadores nas propriedades à jusante e à montante da BP	132
Tabela 4 - Plano de expansão das áreas irrigadas na BP	134
Tabela 5- Receitas líquidas, recebimentos e as receitas por cobrar em percentagem referente ao ano 2011 pela UGABP	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos posicionamentos públicos sobre a Barragem de Poilão	30
Quadro 2 – Resumo das questões de pesquisa, hipóteses e objetivos	33
Quadro 3 - Principais crises e períodos de escassez de colheitas em Cabo Verde desde o século XVI até a década de 1960	54
Quadro 4 - Teorias do desenvolvimento segundo os seus paradigmas de origem.....	84
Quadro 5 - Barragem de Poilão: dados gerais	87
Quadro 6 - Resumo das entrevistas realizadas	100
Quadro 7 – Quadro-resumo grade analítica da tese	103
Quadro 8 - Potencialidades dos produtos hortícolas em função de fatores escassos em Cabo Verde	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Associações de Base Comunitária
AICEP	Agência Portuguesa de Comércio Externo
ANAS	Agência Nacional de Água e Saneamento
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ARE	Agência de Regulação Económica
BECOH	Brigada de Estudos e Construção de Obras Hidráulicas
BHRS	Bacia Hidrográfica de Ribeira Seca
BP	Barragem de Poilão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFA	Centro de Formação Agrária
CGUAB	Comissão de Gestão de Utilização de Água da Barragem de Poilão
CIGEF	Centro de Investigação em Género e Família da Universidade de Cabo verde
CILSS	Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel
CMSC	Câmara Municipal de Santa Cruz
CMSLO	Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos
CR	Constituição da República
CSA	Conservação do Solo e da Água
DGASP	Direção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária
DGDR	Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
DSER	Direção de Serviço de Engenharia Rural
ECAA	Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais
ECRP	Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
ECV	Escudos Cabo-verdianos
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.
ENSA	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar
ETAP	Equipa Técnica de Apoio à Produção
ETSBP	Equipa Técnica da Segurança da Barragem de Poilão
FAIMO	Frentes de Alta Intensidade de Mão de obra
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FICASE	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar

FMI	Fundo Monetário Internacional
GOP	Grandes Opções do Plano
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INC	Instituto Nacional das Cooperativas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INERF	Instituto Nacional de Engenharia Rural e Floresta
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
INIA	Instituto Nacional de Investigação Agrária
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
JRH	Junta dos Recursos Hídricos
LAM	Les Afriques Dans le Monde
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal
MADRM	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos
MCA	Millenium Challenge Account
MDR	Ministério do Desenvolvimento Rural
MPD	Movimento Para a Democracia
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PADA	Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago
PAGIRH	Plano de Acção de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PANA	Plano de Ação Nacional para o Ambiente
PDH	Plano de Desenvolvimento Hídrico da Bacia da Ribeira Seca
PDN	Plano Nacional de Desenvolvimento
PEDA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura
PGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
PLPR	Programa Nacional de Luta Contra Pobreza no Meio Rural
PME	Pequenas e Médias Empresas

PNIA	Programa Nacional de Investimento na Agricultura
PNLP	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
PNSA	Programa Nacional de Segurança Alimentar
RGA	Recenseamento Geral Agrícola
SAAS	Serviços Autónomos de Água e Saneamento
TCV	Televisão de Cabo Verde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGABP	Unidade de Gestão de Água da Barragem de Poilão
UNICV	Universidade de Cabo Verde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO	7
2.1	A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS COMO UMA OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE.	7
2.2	VOZES DISCORDANTES E DISCURSOS ALTERNATIVOS À CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS	19
2.3	OBJETIVOS E HIPÓTESES DE PESQUISA	31
3	QUADRO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO	34
3.1	O CONFLITO NA SOCIOLOGIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	34
3.2	ÁGUA E CONFLITOS	39
3.3	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM CABO VERDE COMO ASSUNTO PÚBLICO: ARENAS DE DISPUTAS COMO ESPAÇO DE (RE)CONSTRUÇÃO DE MITOS	49
3.4	A DISPUTA E O ACORDO A PARTIR DA PERSPETIVA PRAGMÁTICA DE BOLTANSKI	61
3.5	A EVOLUÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL DO DESENVOLVIMENTO	72
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	85
4.1	A ÁREA DE ESTUDO	85
4.1.1	A Bacia hidrográfica de Ribeira Seca	85
4.1.2	Orgânica e estrutura de coordenação institucional da Unidade de Gestão da Água da Barragem de Poilão	88
4.2	REFLEXÕES METODOLÓGICAS E LUGARES DE ENUNCIÇÃO EM CONTEXTOS PÓS-COLONIAIS	90
4.3	A PESQUISA EXPLORATÓRIA	95
4.4	A OPÇÃO PELO MÉTODO QUALITATIVO	97
4.5	A ANÁLISE DE DADOS	100
5	POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA: DO PERÍODO COLONIAL AO CONTEXTO ATUAL DE MOBILIZAÇÃO POR MAIS ÁGUA	104
5.1	DAS PRIMEIRAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO FUNDIÁRIA AO DECLÍNIO DO REGIME DE MORGADIOS	104
5.2	A INDEPENDÊNCIA NACIONAL, COOPERATIVAS E A TENTATIVA FALHADA DE REFORMA AGRÁRIA	113
5.3	A EMPRESARIALIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA E O ASSOCIATIVISMO LOCAL COMO FATORES DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	122
6	CONFLITOS E PARTICIPAÇÃO NO USO DA ÁGUA DA BARRAGEM DE POILÃO	129
6.1	ÁGUA MERCADÓRIA <i>VERSUS</i> ÁGUA COMO UM “ATIVO ECO-SOCIAL”: DUAS CONCEÇÕES E MODOS DE VIDA EM DISPUTA	129

6.1.1	Projeto de relançamento do cultivo da banana-----	145
6.2	DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E OS CONSTRAGIMENTOS DE ADUÇÃO À MONTANTE -----	152
6.3	“AS ÁGUAS ESTÃO AGITADAS PELAS BANDAS DA BARRAGEM DE POILÃO”: AGRICULTORES “EM GUERRA” COM A DELEGAÇÃO DO MDR -----	161
7	CONCLUSÕES -----	172
8	REFERÊNCIAS -----	178
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS -----	189
	APÊNDICE B – IMAGENS DAS PROPRIEDADES E COMUNIDADES DA RIBEIRA SECA, CABO VERDE.-----	191
	ANEXO A - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA ÁGUA EM CABO VERDE -----	192
	ANEXO B - CRONOLOGIA DA BASE LEGAL E INSTITUCIONAL DO SETOR HÍDRICO EM CABO VERDE-----	193

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como foco principal analisar os conflitos e a participação resultantes do uso da água da Barragem de Poilão (BP), Ilha de Santiago, Cabo Verde, na fronteira entre os municípios de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos. Neste estudo buscou-se, através da sociologia pragmática de Luc Boltanski e a partir da perspectiva de um leque de teóricos pós-coloniais que abordaram as questões associadas ao desenvolvimento local, caracterizar as várias dimensões simbólicas (ou não) associadas aos modos de representar, apropriar e utilizar a água. Procurou-se também evidenciar os elementos de explicação das estratégias e posicionamentos dos diferentes atores envolvidos (agricultores, técnicos e dirigentes da administração pública) neste projeto de desenvolvimento baseado na construção de um novo modelo de organização e produção agrícola na comunidade de Poilão.

Em novembro de 2009 decidi inscrever-me nos testes de acesso ao primeiro Curso de Doutoramento em Ciências Sociais, a ser realizado em Cabo Verde, com o objetivo de continuar os meus estudos no tema da educação sexual e reprodutiva, dando assim seguimento ao trabalho iniciado na minha dissertação de mestrado. O meu interesse por esta temática advinha da minha ligação ao ensino secundário público, primeiro, enquanto professor da disciplina de Formação Pessoal e Social, função que exerci durante três anos, e posteriormente, enquanto Diretor da Escola Secundária de Achada Grande, cargo que exerci durante cinco anos.

Contudo, em novembro de 2011 fui convidado pela Eng. Rosa Rocha a integrar a equipa diretiva da então recém-criada Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais (ECAA). O projeto encantou-me e prontamente aceitei o desafio.

A ECAA, sendo uma Unidade Orgânica da Universidade Pública de Cabo Verde (UNICV), emergiu enquanto parte de uma agenda de investimentos do governo cabo-verdiano, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, no sentido de proporcionar a modernização do setor agro-pecuário e promover o desenvolvimento do mundo rural. A ECAA se posiciona assim como uma instituição basilar neste processo, devido ao valor estratégico da educação. Assume assim, uma importância fundamental na formação e capacitação técnica de quadros, no processo de transmissão de saberes e de implementação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, essenciais ao desenvolvimento da produção e da produtividade agrícola, pecuária e silvícola.

A ECAA se propõe operar numa área em que o país ainda se encontra muito carente em termos de conhecimento especializado. Constatamos a necessidade de disponibilização de instrumentos de política que incentivem os jovens, principalmente os com tradição no campo a optarem por formações nas áreas agrárias e ambientais como forma de “retorno” ao campo e de desenvolvimento do tecido empresarial e industrial agro-pecuário em harmonia com os saberes e práticas locais.

Há ainda algum trabalho a fazer no sentido de se ajustar (e coordenar) as metas de desenvolvimento rural e agrário aos índices de capacitação e formação nas áreas agrárias e ambientais de modo a garantir o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento económico e humano nos programas de governação. Portanto a existência da ECAA se suporta na relevância e na necessidade do país se dotar de quadros formados localmente, capacitados académica e cientificamente, no sentido de analisar, diagnosticar e, apresentar propostas de resolução de problemas nas mais diversas áreas de intervenção no processo de desenvolvimento do mundo rural. É neste contexto que senti a necessidade de adequar o meu projeto de doutoramento ao meu novo desafio profissional, de forma a poder contribuir plenamente na implementação das medidas e metas em cima enunciados. Assim surgiu o meu interesse pelas questões associadas aos novos modelos de gestão da água para rega e que deu corpo a esta tese.

A temática da água está no centro das principais preocupações atuais das sociedades. Este importante bem natural está se tornando cada vez mais num objeto potenciador de conflitos económicos, políticos e sociais. A nível mundial tem-se gradualmente desenvolvido uma consciência do seu valor natural, económico e social. Baseado no título do primeiro Relatório Mundial de Desenvolvimento de Recursos “Água para as pessoas; água, fonte de vida”, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu proclamar¹, o período de 2005 a 2015 como a Década Internacional para Ação, “Água, fonte de vida”, iniciando-se no Dia Mundial da Água, em 22 de março de 2005. A Resolução afirma que o objetivo principal da década deve ser um foco maior nas questões relacionadas à água em todos os níveis, bem como na implementação de um leque de programas com vista a atingir os objetivos acordados internacionalmente sobre questões

¹ Por meio da Resolução A/RES/58/217. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/>. Acesso em 10/10/2013.

contidas na Agenda 21, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas (ONU) e no Plano de Implementação de Johannesburgo.

Nos anos mais recentes, tem-se debatido de forma vigorosa o equilíbrio entre o envolvimento dos setores privado e público em relação à água. Algumas instituições e individualidades defendem que um envolvimento crescente do setor privado é um percurso automático para alcançar mais e melhores serviços por cada dólar despendido e para uma maior responsabilização e transparência. Outras afirmam que a água é um bem público essencial e que o direito humano à água está essencialmente em conflito com os princípios do mercado.

Vandana Shiva, conhecida ativista indiana na defesa da agricultura familiar, na sua recente visita ao Brasil, numa entrevista ao jornal Folha de São Paulo, alertou para o facto de as corporações multinacionais estarem se apropriando de bens que deveriam ser de todos como as sementes, a biodiversidade e a água:

Quando a Nestlé diz que é necessário privatizar a água, eles estão, obviamente, pensando na necessidade de aumentar os lucros deles. Eles não estão pensando na necessidade dos aquíferos serem sustentados e recarregados, porque corporações somente podem construir uma economia extrativa. Se eles privatizam a água, eles vão somente tirar a água para eles, o que significa que as comunidades locais são deixadas sem água. Então é um assalto (WWW.FOLHA.UOL.COM.BR, acesso em 24/08/2013).

Shiva defende ainda que a ONU tem de reconhecer que o direito à água é um direito humano. A privatização da água por empresas de engarrafamento significa que o direito universal à água está a ser destruída. Muitos aquíferos, que deveriam pertencer a todos, estão agora engarrafados e vendidos a preços inacessíveis aos mais pobres. Portanto, o que está em confronto é uma conceção da água como mercadoria ou fator de produção *versus* uma conceção da água como “ativo eco-social”, em que se procura abarcar o seu carácter multidimensional de nível económico, social e ambiental.

É neste contexto que também no seio da sociedade civil têm surgido movimentos de reflexão e debate com o intuito de chamar a atenção para a necessidade de uma Nova relação com a água. Um exemplo de destaque nos últimos tempos tem sido a Fundação Nova Cultura da Água², sediada em Espanha³, e que através de debates e reflexões vem

²Para mais informações consultar o pagina oficial da fundação: www.unizar.es

defendendo que é preciso se assumir uma nova abordagem holística e integradora de valores, em matéria de gestão da água. Este movimento, nascido na década de 1990, organizou o primeiro Congresso Ibérico de Planeamento e Gestão dos Recursos Hídricos em Zaragoza em 1998 e a 18 de fevereiro 2005 em Madrid, os seus membros rubricaram a Declaração Europeia para uma Nova Cultura da Água onde se resume os grandes princípios e as grandes propostas orientadoras da organização. Não há dúvida, segundo esta fundação, de que a atual política hidráulica é hoje insuficiente para acolher as necessidades e preocupações da nossa sociedade e para responder adequadamente aos reptos colocados pelo novo paradigma da sustentabilidade. Uma das chaves está sem dúvida em reconhecer e entender que um rio é muito mais do que um canal de H₂O, do mesmo modo que hoje entendemos que um bosque é muito mais do que um armazém de madeira. Entender os valores sociais, culturais e de identidade, tanto territorial como coletiva, presentes nos rios, lagos e zonas húmidas; conhecer a complexa pirâmide de vida que albergam; valorizar a importância dos equilíbrios e funções do ciclo hidrológico natural e dos serviços que nos oferecem; recuperar o sentido lúdico e o valor estético da água, tanto na natureza como nos nossos ambientes urbanos, etc. Tudo isto, sem esquecer a necessidade de gerir com eficiência as utilidades económicas da água como “recurso” produtivo, é o que configura as chaves dessa Nova Cultura da Água.

O governo cabo-verdiano, no âmbito de um pacote de investimentos para o mundo rural, está implementando um ambicioso projeto de construção de 17 barragens de forma a mobilizar mais água e assim modernizar e incrementar a agricultura irrigada. Depois da BP em 2006, a primeira infraestrutura do género construída pela China no arquipélago, foram já inauguradas em 2013 as barragens de Salineiro, no município de Ribeira Grande de Santiago; de Faveta, no município de São Salvador do Mundo e de Saquinho no município de Santa Catarina. Ainda na ilha de Santiago, onde se situam as quatro primeiras barragens até agora inauguradas em Cabo Verde, está em construção a barragem de Figueira Gorda (município de Santa Cruz). Em 2014, serão inauguradas as barragens de Canto Cagarra, na ilha de Santo Antão e de Banca Furada, na lha de São

³Para desenvolver o país e atender às demandas agrícolas, urbana, turística e industrial, a Espanha implementou, durante o século XX, uma política baseada na construção e gestão de grandes obras hidráulicas (barragens e reservatórios, transferências de água entre bacias hidrográficas, etc.). Esta política levou ao desenvolvimento de determinadas áreas agrícolas ou de turismo, mas contudo tem gerado problemas sociais e ambientais, nomeadamente, a deslocalização de aldeias e comunidades inteiras dos espaços de retenção de água, devastação de ecossistemas, sobre-exploração de águas subterrâneas ou degradação qualitativa dos recursos hídricos.

Nicolau, as primeiras a serem construídas fora de Santiago, a maior e a mais populosa ilha do arquipélago.

Pretende-se neste trabalho analisar os conflitos e a participação resultantes do uso da água da Barragem de Poilão, caracterizando as várias dimensões simbólicas (ou não) associadas aos modos de representar, apropriar e utilizar a água. Procura-se assim evidenciar os elementos de explicação das estratégias e posicionamentos dos diferentes atores envolvidos neste projeto de desenvolvimento baseado na construção de um novo modelo de organização e produção agrícola nas imediações da Barragem de Poilão.

Esta tese foi estruturada em seis capítulos além desta introdução. O segundo capítulo, numa primeira secção, contextualiza o tema de pesquisa apresentando em linhas gerais o ambiente que deu corpo à construção da BP, início de funções e os primeiros desafios surgidos. E numa segunda secção, discute e problematiza os contextos e os discursos que sustentaram ou que se opuseram à construção da BP, apresentando por fim os objetivos e hipóteses de pesquisa.

O terceiro capítulo faz uma incursão pela literatura dos conflitos no âmbito da sociologia, dos clássicos à contemporaneidade; a seguir faz uma revisão da literatura sobre a temática da água enquanto bem natural potenciadora de conflitos: de seguida se procede a uma análise dos discursos produzidos a cerca do processo de gestão da água para rega e da modernização da agricultura, num diálogo comparativo entre os trabalhos de Barthes e Fuks. Por fim, neste capítulo, se centra na apresentação do referencial teórico que deu suporte a esta pesquisa, apresentando a questão da disputa e do acordo a partir da perspetiva pragmática de Luc Boltanski e num segundo momento afunila o debate para as questões associadas ao desenvolvimento rural/local a partir da perspetiva de um leque de teóricos pós-coloniais.

O quarto capítulo apresenta-nos uma caracterização geral de toda a Bacia Hidrográfica de Ribeira Seca (BHRS), das comunidades e usuários da água da Barragem de Poilão (PB) e da Unidade de Gestão da Água da BP. De seguida apresenta os procedimentos metodológicos adotados começando por uma reflexão teórica sobre o papel e o posicionamento do investigador e do investigado em contextos pós-coloniais e é concluído com a explicitação e apresentação dos pormenores protocolares que conduziram todo o processo de recolha, tratamento, análise e apresentação dos dados.

O quinto capítulo faz uma incursão histórica sobre as políticas públicas para o setor agrícola e o mundo rural começando nas primeiras fases da colonização e efetiva ocupação do território cabo-verdiano, passando pelo período do partido único, pós-independência e conclui dissertando sobre a abertura à democracia até a atualidade.

O sexto capítulo, numa primeira secção, faz uma discussão em torno da questão da água em duas perspectivas, como uma mercadoria *versus* como um “ativo eco-social” explicitando que tipo de interações, constrangimentos, conflitos, contestações e formas de participação têm emergido entre os agricultores e os vários agentes de desenvolvimento presentes no local, associando ainda esta questão aos modos de apropriação da terra. E, numa segunda secção, discute e aprofunda a questão do conflito e a participação a partir de um recorte temporal de um acontecimento específico, que foi a demissão do gestor da UGABP.

O sétimo e último capítulo é dedicado à apresentação das conclusões da pesquisa tendo em conta os resultados alcançados, as questões e hipóteses inicialmente levantadas.

2 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO

Este capítulo, numa primeira etapa, contextualiza o tema de pesquisa apresentando em linhas gerais o ambiente que deu corpo à construção da barragem de Poilão (BP), início de funções e os primeiros desafios surgidos e numa segunda etapa discute e problematiza os contextos e os discursos que sustentaram ou que se opuseram à construção da BP, apresentando por fim os objetivos e hipóteses de pesquisa.

2.1 A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS COMO UMA OPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE.

O Conselho de Ministros reunido no dia 18 de dezembro de 2003 aprovou o projeto definitivo apresentado por técnicos chineses, para construção da primeira barragem de retenção de águas pluviais de Cabo Verde, a BP. De acordo com o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros da altura, Arnaldo Andrade, “este projeto será a materialização de um sonho antigo dos Cabo-verdianos, que vão deixar de ver milhões de toneladas de água escorrer para o mar todos os anos, sem qualquer utilidade” (WWW.NOTICIASLUFONAS.COM, acesso em 19/12/2003).

Um ano depois foi assinado os termos do contrato de construção da BP, no valor de quatro milhões de dólares integralmente financiados pela Cooperação Chinesa, pelo representante do grupo chinês YUAN DA, que executará as obras e pelo Diretor da Cooperação Internacional de Cabo Verde, Júlio Morais.



Figura 1 - Ato de assinatura do contrato de construção da BP

Fonte: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1700/1/ANEXO.pdf>.

– Acesso em 5/11/2013

Inserida num contexto de baixa e irregular pluviosidade, fruto da influência do Deserto do Sahara, a agricultura cabo-verdiana encontra-se longe de assegurar as necessidades do país revelando-se, ainda, uma agricultura de subsistência, cobrindo apenas 10 a 13% do consumo alimentar nacional (RGA, 2004).

O governo cabo-verdiano almeja que a BP venha a curto prazo constituir-se numa importante infraestrutura na luta contra a pobreza no meio rural e na criação de condições sustentáveis e duráveis para a melhoria do rendimento das populações rurais. A melhoria da produção agrícola, da distribuição de água e o aumento dos rendimentos das populações da região são alguns benefícios esperados da BP.

Para o poder público, a agricultura “está na moda” em Cabo Verde. A modernização do setor tem por objetivo demonstrar que, apesar de sermos um país com problemas de falta de água, a agricultura pode ser uma área muito rentável onde vale a pena investir. Sobretudo o investimento na pequena agricultura é a maneira mais eficaz de assegurar crescimento sustentável e inclusivo. Crê-se que este investimento, não só pode dar um forte impulso à produtividade e produção agrícola, contribuindo para a segurança alimentar e redução da pobreza, mas, também, apoia as comunidades rurais e promove um crescimento económico mais amplo e proporciona segurança alimentar. Com os investimentos que têm vindo a ser feitos em modernização, capacitação dos agricultores, introdução de novas espécies, sistema de rega gota a gota, mini-barragens e aumento da disponibilidade de água para agricultura, o governo espera num futuro breve, ter resultados rápidos e satisfatórios em proporção do investimento realizado.

Para além do desafio da continuação da modernização e reconversão do sequeiro em regadio, aposta-se também no embalamento, distribuição, transporte e associada à agricultura se pretende incrementar a indústria de transformação que também pode contribuir para o desenvolvimento do mundo rural.

Depois de resolvida um pequeno percalço com o proprietário dos terrenos, a Igreja Católica, que, quadruplicou o valor inicial do terreno onde iria ser construída a infraestrutura, a 28 de dezembro de 2004 deu-se início à construção da BP com a chegada ao país de 50 técnicos chineses que durante dois anos e sete meses trabalharam na edificação da então maior infraestrutura hidráulica do país.

Com 18 metros de altura, 150 metros de comprimento e largura bastante para zonas pedestres e estacionamento para veículos, a BP deverá reter 1,7 milhões de metros cúbicos de água, além de suscitar uma albufeira, deverá ainda duplicar a área irrigada, e provocar um microclima na zona com benefícios para a atividade agrícola nas suas imediações (PROGRAMA DE ATIVIDADES DA UGABP, 2011).



Figura 2 - Quiosque que simboliza a arquitectura chinesa com as placas que testemunham o ato inaugural da BP
Fonte: Foto do autor (18/03/2012)

A três de julho de 2006 foi oficialmente inaugurada a BP, a primeira infraestrutura de grande porte de mobilização e armazenagem de água do país. No acto o primeiro-ministro José Maria Neves enalteceu a "grande contribuição" da China para o desenvolvimento do arquipélago e pediu a Deus no sentido de deixar os cabo-verdianos gozarem da BP enviando chuva, para que ela possa vir a beneficiar a todos. Considerando a BP um "grande desafio" ao Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH)⁴, o primeiro-ministro defendeu uma "gestão competente" da BP, para que ela venha a "contribuir fortemente" para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, para que os cabo-verdianos tenham melhor qualidade de vida. Também presente na cerimónia de inauguração, o embaixador chinês em Cabo Verde, Sun Rongmao, considerou a construção da BP "um marco importante" na história das relações e cooperação amistosa entre a China e Cabo Verde (WWW.ASEMANA.CV, acesso em 4/07/2006).

⁴No momento da realização deste estudo o INGRH se encontrava em processo de extinção para dar lugar à criação da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS).



Figura 3 - Acto de lançamento da primeira pedra

Fonte: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1700/1/ANEXO.pdf>. – Acesso em 5/11/2013

Depois de inaugurada, logo de imediato constatou-se a necessidade de construir um conjunto de infraestruturas e canais secundários de rega, de forma a se promover uma utilização “racional” da água. A ausência de um sistema de rega no projeto inicial, aliada à falta de experiência das autoridades locais em gestão de infraestruturas do tipo, ditaram a interdição da utilização da água por certo período de forma a se evitar o uso desregrado do mesmo. Assim foram criadas as condições para o surgimento dos primeiros focos de conflito com os agricultores e usuários da água da BP, como relata o Jornal Asemana a 13 de abril 2007.

Agricultores de Levada, Poilão Fonseca e Bom Pau, no concelho de São Lourenço dos Órgãos, esperam o dia em que vão poder afinal utilizar a água da barragem de Poilão. Impacientes com a demora, alguns já chegaram a roubá-la. É que, depois da expectativa criada à volta dos benefícios da barragem, estão a ter de praticar agricultura de sequeiro onde antes havia regadio.

Segundo o agricultor Eusébio Sanches Almeida, 65 anos, desde as últimas chuvas que a água da Barragem se encontra parada, sem ser utilizada, situação que está a causar prejuízos aos agricultores das encostas, sobretudo aqueles que não possuem outra alternativa para regar as suas lavouras. “Perdi cerca de dois mil pés de sementeira incluindo repolho, pimentão e abobrinha por falta de água”, disse Sanches (WWW.ASEMANA.CV, acesso em 13/04/2007).

O controlo da BP foi inicialmente atribuída a uma Comissão de Gestão, da qual fazia parte a Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos (CMSL), a Direção Geral

da Agricultura Silvicultura e Pecuária (DGASP) e o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (INGRH). Contudo, não foi incluído nenhuma entidade representativa dos principais beneficiários, os agricultores. Os primeiros trabalhos de investigação sobre a gestão da água da barragem, nomeadamente, a pesquisa levado a cabo por Gominho em finais de 2009 e princípios de 2010, chama atenção para a necessidade de adoção de um modelo de gestão mais eficiente:

Os conflitos nas áreas agrícolas são frequentes devido a pouca disponibilidade de água. A barragem de Poilão é gerida por uma comissão, contudo a água da barragem é extraída sem nenhum controlo. No ano transacto foi suspenso a utilização da água da barragem devido a diminuição do caudal. Isto trouxe sérios prejuízos para os agricultores. A maioria dos fertilizantes é utilizada de forma descontrolada inclusive nas margens da barragem. A agricultura é praticada mesmo dentro da área de segurança da barragem (GOMINHO, 2010, p. 73).

A gestão das águas represadas em Poilão tornou-se motivo de reclamações por parte dos agricultores que tardavam, no seu ponto de vista, em ver os benefícios desse investimento da China, avaliado em 4 milhões de dólares, a Cabo Verde. As reclamações, nessa altura, vinham sobretudo dos agricultores do lado (à jusante) do Concelho de Santa Cruz que, com a BP, viram a água retida no lado do Concelho de São Lourenço dos Órgãos.

Em reação a estas vozes discordantes, em julho de 2008 a comissão de gestão anuncia publicamente o início de implementação de um projeto de irrigação da BP, com a introdução do sistema de rega gota a gota. Orçado em 100 mil contos, para permitir uma melhor distribuição e aproveitamento da água armazenada, abrangendo cerca de 50 hectares de terreno e beneficiando 171 agricultores, tanto na zona à montante como à jusante da barragem.

Segundo o engenheiro Eugénio de Barros, responsável do projeto, a grande falha da barragem é a não elaboração de um projeto de irrigação. "Desde a sua inauguração que os agricultores utilizam o sistema tradicional para rega. Vamos ter uma distribuição de forma controlada e regularizada", assegura, para declarar que a água será vendida e que será impedido aos agricultores de fazerem a bombagem da água para irrigação. (WWW.EXPRESSODASILHAS.CV, acesso em 20/07/2008).

Os conflitos de distribuição ecológica acerca das represas e das transposições de águas frequentemente colocam uma região contra a outra, entrando muitas vezes em jogo interesses e valores distintos (ALIER, 2007). De acordo com Wateau (2000), a água é um “recurso” simultaneamente social, económico e até psicológico. Portanto trata-se de um elemento com um significado excecional tanto no campo material como no simbólico.

É importante destacar que os conflitos pelo uso da água não decorrem apenas da luta por um bem escasso, tendo em vista que esta escassez é ela mesma socialmente referida às condições jurídico-políticas específicas de regulação (ou desregulação) e às formas culturais subjacentes aos diferentes modos de apropriação da água (CARNEIRO, 2004; MOLLE, 2006).

Entre os agricultores que ficam à montante e à jusante da BP, a percepção sobre os benefícios do mesmo diferem. Os que se situam à montante (Concelho de São Lourenço dos Órgãos) tem apresentado uma perspetiva bastante positiva do impacto da BP sobre as produções agrícolas, porém os que estão localizados à jusante (Concelho de Santa Cruz) apresentam uma perspetiva contrária. Conforme aponta testemunhos de agricultores ao jornal Expresso das ilhas:

Para Mário da Veiga, agricultor e morador em Mitra, situado à montante da barragem, com a construção da infraestrutura houve um grande aumento da produção, uma vez que o maior problema dos agricultores cabo-verdianos é a falta de água. "*Ficámos beneficiados e a prova disso é o aumento na nossa produção, porque não temos problemas com água, regamos sem nenhuma limitação*". Da Veiga conta que antes da construção da barragem captavam água através de poços que não lhes davam garantias de rega durante todo o ano. (WWW.EXPRESSODASILHAS.CV, acesso em 20/07/2008).

Opinião diferente tem a senhora Maria Pires, proprietária e agricultora de um terreno, na localidade de Ribeira Seca, situada à jusante da BP:

"*Nós, os agricultores situados do lado de baixo da barragem não somos beneficiados com essa construção*", atesta para afirmar que antes da construção da barragem as cheias corriam ribeira a baixo enchendo furos e poços que serviam, posteriormente para as regas. "*Não dispomos de condições financeiras necessárias para fazer a rega através de ligação de tubos, da barragem ao nosso terreno, uma vez que é uma distância considerável*", (WWW.EXPRESSODASILHAS.CV, acesso em 20/07/2008).

Globalmente os agricultores localizados à montante da BP se encontravam satisfeitos com os ganhos da construção da barragem, porém este facto por si só não eliminou todos os focos de conflitos nesta parte da barragem visto que na altura a rega era ainda feita de forma desregrada, essencialmente por alagamento, sem um serviço de gestão eficiente e de forma gratuita. Este facto é, mais uma vez, comprovada e reconhecida em agosto de 2008 numa visita conjunta do Ministro do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos, na altura, José Maria Veiga e do Ministro de Estado e da Saúde, Basílio Mosso Ramos.

José Maria Veiga reconheceu nesta visita que *"neste momento a água é extraída de forma desorganizada"*. E que é preciso trabalhar no sentido da implementação de uma *"melhor gestão da Barragem"*. Com isso, de acordo com o ministro, a barragem garante actualmente a irrigação de quarenta hectares de terreno (WWW.EXPRESSODASILHAS.CV, acesso em 26/08/2008).

Em abril de 2009 a comissão de gestão estabeleceu um preço, de forma unilateral, pela utilização da água da BP para travar aquilo que se considerou *ser maus procedimentos de gestão da água*, nomeadamente, uso desregrado e em excesso de rega por alagamento. A tarifa de venda da água para a rega, a ser praticada por todos os Serviços Autónomos de Água e Saneamento (SAAS) da Ilha de Santiago e pela Comissão de Gestão da BP, foi definida em 2007 por uma deliberação do INGRH sendo de 25 ECV para a rega tradicional e 15 ECV para rega gota a gota, por cada m³, tendo como suporte o estudo tarifário levado a cabo por um consultor nacional e com o apoio financeiro da Cooperação Luxemburguesa (Deliberação N° 09/2007).

Cinco meses depois, em setembro de 2009 os agricultores chamaram a comunicação social para demonstrarem descontentamento com a atuação do Ministério da Agricultura. Tudo porque a comissão de gestão da BP suspendeu a distribuição da água de forma unilateral e sem apresentar alternativas.

"Não temos dinheiro para isso", argumenta um agricultor. *"Somos mais de 20 agricultores que estamos nesta situação não temos outras alternativas que não seja a agricultura. Queremos encontro com responsáveis do Ministério da Agricultura para ultrapassarmos esse impasse porque senão não vamos acatar a ordem de não utilizar a água da barragem"*. (WWW.EXPRESSODASILHAS.CV, acesso em 30/11/2009).

Uma outra situação com a qual esses agricultores não estavam de acordo com o MDR é a mudança de cultivo de hortaliças para a plantação de árvores fruteiras. Segundo os mesmos, a fruticultura exige um avultado investimento que não tem retorno a curto prazo. Limão, laranja, manga, uva, papaia são alguns dos frutos que irão ser pioneiros no projeto de fruticultura à montante da BP. Segundo o presidente da Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos (CMSL), Vítor Baessa:

“falta apenas os viveiros chegarem ao ponto para o cultivo começar. Este projecto, financiado pela Agência Americana de Desenvolvimento (ADF) no valor de 20 mil contos, vai possibilitar uma utilização mais racional da água, com a construção de três reservatórios à montante: dois de 300 m³ e um de 500 m³ de água” (WWW.EXPRESSODASILHAS.CV, acesso em 30/11/2009).

Cândida Cardoso, Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural nos Concelhos de São Lourenço dos Órgãos e Santa Cruz, diz, por sua vez, que as plantações irão respeitar vários cuidados técnicos, no sentido de evitar a erosão nos locais e mostrar que a BP está pronta para continuar a contribuir para o melhoramento da agricultura e das condições alimentares dos cabo-verdianos (WWW.EXPRESSODASILHAS.CV, acesso em 30/11/2009).

Em julho de 2010 foi inaugurado o sistema de adução e distribuição de água para irrigação à jusante da BP, na localidade de Ribeira Seca, Concelho de Santa Cruz. Esta obra, que custou cerca de 100 mil contos, veio assim dar resposta às reivindicações dos agricultores e proprietários de terras à jusante que há muito vinham reclamando que estavam sendo prejudicados, pois a água retida à montante não chegava às suas plantações.



Figura 4 - Imagens das atividades comemorativas da inauguração do sistema de adoção de água à jusante da BP.

Fonte: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1700/1/ANEXO.pdf>. - Acesso em 5/11/2013

Em agosto de 2010, o governo, através do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRM)⁵, anunciou a criação de uma Unidade de Gestão Autónoma para a BP em substituição da comissão de gestão que vinha trabalhando até então. A equipa, conforme o Diretor-geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária (DGASP)⁶, João Baptista Freire, será constituído por sete elementos. O presidente será um técnico superior, licenciado em economia. Dois contabilistas, um técnico informático, um administrativo, um leitor de água e um canalizador são os restantes membros que integrarão o mesmo órgão. Novamente não foi incluído nenhuma representação dos agricultores e proprietários de terra, os habituais usuários da água da BP.

⁵ Denominação vigente na VII legislatura

⁶Nota-se aqui também que a partir desta altura a tutela da barragem sai do domínio da INGRH e passa para a então DGASP.

O responsável da DGASP acrescentou ainda que o MADRM está em contato com a Agência Portuguesa de Comércio Externo (AICEP) no sentido de conhecer a experiência da gestão da Barragem do Alqueva. Isto através da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A (EDIA), que gere os empreendimentos da mesma infraestrutura. O objetivo último é privatizar, num futuro próximo, a gestão da BP.

Um ano após iniciarem funções a Unidade de Gestão da Água da Barragem de Poilão (UGABP) apresentava um défice de cobrança de 33%. Segundo o Presidente do Conselho de Administração, essa situação foi motivada pela “resistência” por parte de muitos agricultores em pagar a água consumida:

“Os agricultores reclamam do preço, dizem ser muito caro. Outros justificam o não pagamento com a falta de produção e de lucro. Perante esta resistência, os nossos técnicos têm saído no terreno para sensibilizar os agricultores sobre a necessidade de pagarem as facturas da água consumida, visto que é a receita da venda da água que será usada para investir no desenvolvimento da agricultura na região” (WWW.ASEMANA.CV, acesso em 25/10/2011).

A receita estimada era de quatro mil contos, contudo a UGABP, só conseguiu cobrar 67% desse valor, o que corresponde a cerca de dois mil e 700 contos, valor considerado insuficiente para investir na melhoria das condições agrícolas (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UGABP, 2011).

A três de setembro de 2013, e já com quatro barragens em funcionamento, a Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGDR)⁷ anunciou, num atelier, que está a desenvolver um novo modelo operacional para as unidades de gestão de água para irrigação. Com o apoio técnico e financeiro da FAO, através do projeto TCP/CVI/3401, assistência técnica para a implementação de um modelo operacional para as unidades de gestão da água para a irrigação, o novo modelo terá como eixos de referência o conhecimento, monitorização e proteção deste bem. Contudo não conseguimos apurar se tal facto implicará a extinção da atual estrutura de gestão da BP ou se passará apenas por uma reestruturação.

⁷Na nova organica do Ministerio do Desenvolvimento Rural a Direcção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária (DGASP) passa a designar-se Direcção Geral do Desenvolvimento Rural.

O objetivo do MDR é ter uma ferramenta para a gestão das barragens construídas ou em construção, de maneira a assegurar uma operação contínua dos equipamentos de distribuição de água para a irrigação, promover as pequenas e médias empresas, desenvolver as habilidades do setor privado na gestão de água, contribuir para a criação de emprego, promoção do desenvolvimento local e se possível num futuro próximo aliviar as responsabilidades do Estado através da entrada de privados neste setor.

Após sete anos de funcionamento e da análise exaustiva a tudo que foi publicado na imprensa escrita (essencialmente on-line) sobre a BP, podemos conseguir perceber algumas dinâmicas e tendências em termos do reposicionamento dos diferentes atores envolvidos na conceção, gestão e utilização da BP. Ao nível da conceção a inexperiência nacional em matéria de gestão contribuiu para que muitos componentes importantes, como por exemplo, sistemas de rega e adução de água, reservatórios de reserva e redistribuição, não fossem contemplados no quadro da construção da BP.

Inicialmente foi constituída uma Comissão de Gestão exclusivamente por representantes dos vários departamentos do Estado com responsabilidades ao nível do desenvolvimento rural e local (Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos, a DGASP, Delegação Concelhia do MDR e o INGRH. Deste leque de instituições com representação e responsabilidades na gestão da BP, não se estabeleceu um porta-voz ou um interlocutor claro no processo de diálogo com os agricultores. Há três anos esta comissão foi substituída por uma Unidade de Gestão autónoma constituída por uma equipa de “técnicos” liderada por um economista. A meta é a privatização total da gestão da BP a médio prazo. As entidades representativas dos principais beneficiários, os agricultores, não foram integradas na comissão de gestão.

Nos primeiros meses os agricultores começaram por retirar a água diretamente da albufeira da barragem com recurso a motobombas sem nenhum critério nem forma de controlo. Com a entrada em funcionamento da Comissão de Gestão começou a surgir os primeiro focos de conflito. Os vários programas anunciados de “incentivos” à adoção do sistema de rega gota a gota ainda não tinham saído do papel. Contudo o maior foco de conflito tem sido o estabelecimento do preço de consumo de água.

Apesar dos conflitos, dúvidas e incertezas que ainda ensombram o projeto BP, os discursos e as “vozes” dominantes têm conseguido passar a ideia de que neste momento está a ocorrer uma verdadeira “revolução agrícola” na Bacia hidrográfica de Ribeira Seca

que deve ser tida como um “exemplo” para outras regiões. A aposta na “modernização” da agricultura e a transformação do agricultor num “homem de negócios” é transmitido como sendo uma opção de sucesso e a única via possível para o desenvolvimento da agricultura nacional. A irregularidade na queda das chuvas associada ao crescimento populacional tem sido apresentada como o fenómeno causador de uma situação de crise hídrica no país.

Alicerçado no alegado “sucesso” do projeto BP, o Primeiro-ministro anunciou, no seu discurso sobre o estado da nação de 2011, a construção de mais 17 barragens nos próximos três anos, com o objetivo de, até 2015, mobilizar 75 milhões de metros cúbicos de água, evitando assim o desperdício da água que vem do curto período de chuvas (julho a outubro) e que segue diretamente para o mar, combatendo assim, por um lado, a desertificação e, por outro, criando condições de rega para os agricultores.

Em paralelo com este discurso, o programa do governo para a VIII legislatura prevê a implementação de um conjunto de medidas que visam dar corpo a esta anunciada “revolução” no setor agrícola e em todo o mundo rural.

O Empoderamento/Formação será outro eixo da acção do Governo. Cerca de 4.000 pessoas/ano serão formadas para chefia de exploração, com prioridade para os jovens e as mulheres do meio rural. A massificação dos centros de processamento agrícola como estratégia para o reforço da cadeia de valores na agricultura reforçará a actividade do agronegócio. O nosso objectivo é alargar a economia rural, melhorar a capacidade de todos (incluindo os pobres) para participar na economia produtiva e criar milhares de postos de trabalho no mundo rural. (PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VIII LEGISLATURA, 2006/2011)

Os planos de desenvolvimento oficiais se inspiram assim numa visão desenvolvimentista e que definem as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação, cabendo aos órgãos públicos de difusão de tecnologias a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. Trata-se assim de fazer chegar os novos conhecimentos àqueles que estão “em atraso”, ou seja, que ainda não estão modernizados.

Podemos assim vislumbrar a emergência de uma agenda de integração gradual das áreas rurais no processo de transformação e modernização do país, aqui sintetizadas em duas ideias essenciais: Primeiro, através do estabelecimento de um programa de

“empoderamento” dos pobres e dos que vivem nas zonas rurais, para aumentar a sua capacidade produtiva. Aqui incluem-se programas para facilitar a capacitação, para promover o acesso a recursos financeiros e às infraestruturas e serviços sociais. Segundo, o desenvolvimento de programas específicos para ligar as áreas rurais ao setor do turismo, permitindo assim aos pobres e aos habitantes das zonas rurais participar no turismo e noutros setores da economia.

2.2 VOZES DISCORDANTES E DISCURSOS ALTERNATIVOS À CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

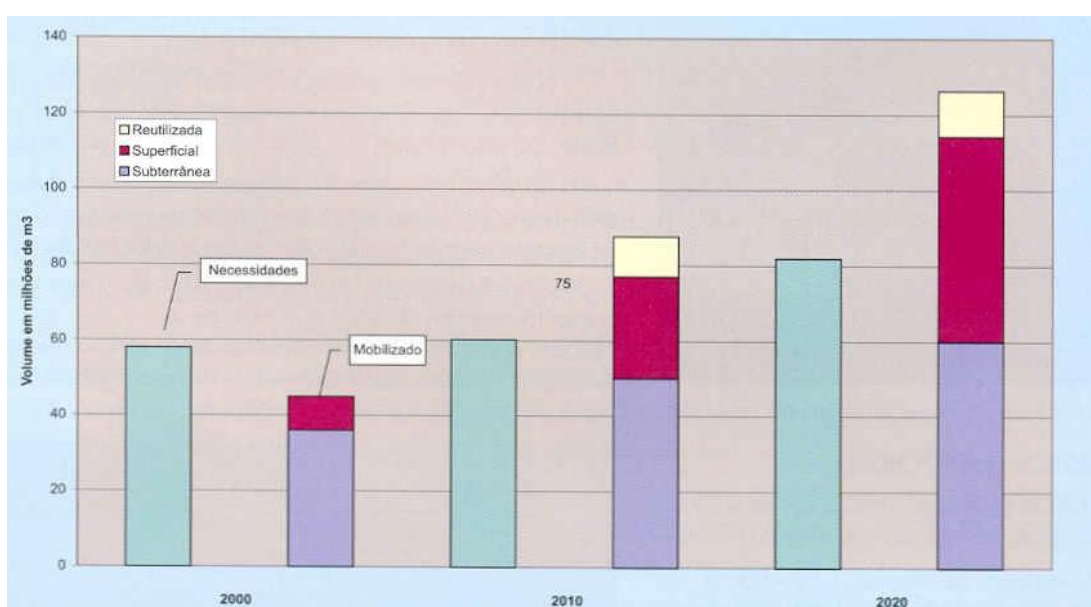
Cabo Verde é caracterizado como sendo um país de reduzida precipitação, agravada pelo aumento dos consumos resultantes do crescimento da população e da melhoria das suas condições de vida. Os sucessivos governos têm demonstrado preocupação relativamente à preservação dos ecossistemas e essas preocupações estão expressas em diversos instrumentos como a Constituição da República (CR), as Grandes Opções do Plano (GOP), ratificação de Convenções Internacionais e a publicação de um leque de legislações sobre a temática. Em causa está também o facto de Cabo Verde estar alegadamente a aproximar-se do limite de exploração de água potável no subsolo, tal como afirmou o presidente do Instituto Nacional da Gestão dos Recursos Hídricos de Cabo Verde, António Pedro Borges:

Cabo Verde tem potencialidades de água subterrânea estimadas em 60 milhões de metros cúbicos/ano e exploração actual ronda os 40 milhões. Até 2020, com o ritmo de desenvolvimento do país, essa necessidade subirá para 90 milhões de metros cúbicos/ano (WWW.INFORPRESS.PUBL.CV, acesso em 22/03/2009).

Estes dados sustentam o discurso de que cada vez se torna mais difícil satisfazer a procura com recurso exclusivo às águas subterrâneas pois as disponibilidades hídricas têm-se mantido/reduzido e as necessidades não param de crescer. De acordo com o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II, 2004) em sete municípios do nosso país, a disponibilidade de água para consumo humano vem sofrendo uma diminuição gradual. Os restantes municípios apresentam um aumento, devido à abertura de furos, construção de infraestruturas de conservação dos solos e água, aproveitamento de águas de escoamento superficial e à instalação ou aumento da capacidade de dessalinizadoras de água do mar. A escassez global de água e a forte pressão sobre as

reservas subterrâneas tem suscitado enormes desafios à gestão sustentável deste bem natural. A prioridade de mitigar a deficiente oferta de água para uso doméstico quer em quantidade quer em qualidade impõe a implementação de uma nova cultura da água, cimentada num ordenamento do território racional que adequa o uso do solo aos condicionalismos do regime hídrico (VENTURA & MASCARENHAS, 2009).

Figura 5 - Evolução das necessidades e potencial de mobilização de água em Cabo Verde



Fonte: INGRH, 2002

O gráfico acima mostra a previsão da evolução das necessidades *versus* total mobilizado e potencial de mobilização nos horizontes 2010 a 2020. É ainda possível constatar que nos primeiros anos do século XXI estávamos em situação deficitária em termos das nossas necessidades, sobretudo para rega e que a exploração exclusiva das reservas subterrâneas não irá satisfazer as necessidades em crescendo para os diferentes usos.

A exploração sustentável das reservas subterrâneas requer um controlo aturado das unidades de exploração, devido à vulnerabilidade dos aquíferos costeiros que decorre da conjugação de uma série de fatores, como sejam, alta transmissividade das formações aluvionares, a forte pressão sobre as reservas e a fraca recarga verificada nos últimos anos. O perigo maior é a intrusão salina que infelizmente é já uma realidade perceptível na

parte terminal dos vales aluvionares da costa leste da ilha de Santiago, com principal incidência nos Concelhos de Santa Cruz e São Domingos⁸, onde estão implantados não só um elevado número de furos, mas também uma grande quantidade de poços cujo regime de exploração escapa muitas vezes ao controlo dos serviços técnicos competentes.

Deste modo a opção tem sido procurar assegurar que a exploração dos lençóis freáticos não ultrapasse a sua capacidade de carga, não pondo em causa, de modo irreversível, a sua capacidade de regeneração. Há que se encontrar um equilíbrio intertemporal na gestão das águas subterrâneas, respeitando as barreiras ecológicas impostas pela natureza. Contudo o conhecimento existente sobre estes limites é insuficiente (VENTURA & MASCARENHAS, 2009). Admite-se que a exploração das águas subterrâneas esteja aquém das potencialidades existentes embora a maioria dos aquíferos por explorar esteja a grande profundidade.

Nos anos que antecederam a independência até o início da década 1990, esforços consideráveis, foram desenvolvidos no que diz respeito à construção de diques, terraços e a reflorestação para a melhoria da recarga de aquíferos (retenção de enxurradas), retenção de humidade do solo, assim como o controlo das inundações/cheias e de estruturas de intercepção da água (captações) nos leitos dos vales. Contudo atualmente a maior parte dos diques construídos na altura está assoreada até por falta de manutenção e, também, de medidas insuficientes de conservação do solo nas captações onde estão localizadas.

Segundo Gominho (2010), a captação e armazenamento das águas do escoamento superficial é muito raro e a água mobilizada desta forma representa uma parcela muito insignificante do volume global mobilizado. Os melhores testemunhos desta prática são as cisternas, concentradas, sobretudo, na ilha do Fogo, que captam a água que se escoia dos telhados e de superfícies impermeabilizadas. A água doce produzida em Cabo Verde (não produzida pela dessalinização) é, pois, no essencial de origem subterrânea. A exploração das águas subterrâneas é efetuada de acordo com os seguintes sistemas:

Captação de nascentes;

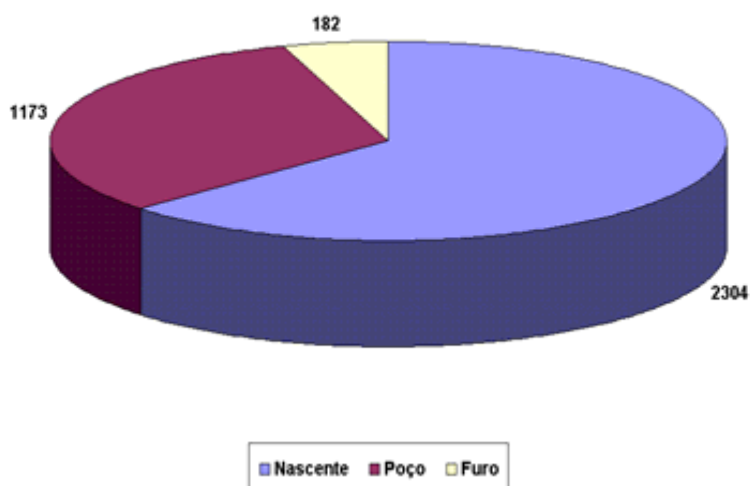
Galerias escavadas horizontalmente nos basaltos;

Captação de aquíferos aluvionares por meio de poços e drenos transversais;

Furos profundos que exploram os aquíferos descontínuos dos basaltos.

⁸ Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde - 2004

Figura 6 - Pontos de água explorados em Cabo verde



Fonte: Gominho, 2010.

De acordo com o Banco de dados do INGRH, estima-se que existem 2.304 nascentes (incluindo galerias), 1.173 poços e 238 furos (efetivamente explorados). Na categoria nascentes incluem-se as captadas e não captadas. A maior parte dos pontos de água encontra-se nas ilhas de Santo Antão e Santiago (cerca de 85%).

Segundo dados do Plano de Ação de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRE, 2008) existem a nível nacional, cerca de uma dezena de categorias de operadores no mercado da produção e distribuição de água envolvendo as diferentes fontes de produção como a das águas naturais, água dessalinizada e águas residuais. A gestão das águas subterrâneas, galerias, nascentes e poços são da responsabilidade do INGRH, mas a exploração vem sendo feita por particulares, privados e municípios, em regime de concessão. A Empresa Pública de Energia e Abastecimento de Água (ELECTRA) lidera a nível nacional a produção e distribuição da água dessalinizada com maior capacidade instalada, mas proliferam no mercado operadores privados ligados a projetos de investimento externo.

O recurso à dessalinização da água do mar tem sido uma das opções implementadas sobretudo nas ilhas com maior escassez de água subterrânea. Contudo, há correntes de opinião que não são favoráveis à dessalinização da água do mar, por causa dos efeitos que provoca no ambiente e dos custos associados à aquisição e utilização de

combustíveis fósseis na sua produção. Por isso é preciso que se encontrem alternativas tecnológicas que permitam torná-la mais barata e eficiente. A estratégia do Governo em adotar essa tecnologia para o abastecimento às populações em água potável tem tido como objetivo libertar uma maior disponibilidade hídrica para as necessidades da agricultura nas áreas rurais sem aumentar a pressão sobre a exploração das reservas subterrâneas.

Deve-se ter em conta que em Cabo Verde não existem rios perenes e quando chove, normalmente de forma torrencial, a maior quantidade de água vai diretamente para o mar. A agricultura desenvolve-se em condições extremamente precárias, devido, particularmente, à grande penúria de água. Neste contexto se emerge a opção pela construção de grandes barragens de retenção de água.

Se a opção por uma agricultura moderna e inserida no mercado tem gerado resistências e conflitos, a própria opção pela construção de barragens enquanto meio de retenção e mobilização de água também tem suscitado o surgimento de algumas “vozes” contestatárias, sobretudo no seio de “especialistas” e na comunidade académica, embora ainda sem grande impacto na opinião pública nacional.

De acordo com os resultados de um estudo realizado pelo Engenheiro José João Teixeira Lopes, de 2011, sobre a bacia de contribuição da BP, existe uma alta taxa de sedimentação na Bacia. Se não houver mudanças nas condições atuais, este estudo estima que no ano 2026 o fundo do reservatório da BP se elevará 7,6 m e em consequência o reservatório perderá 37% da sua capacidade de estocagem original, ou seja, será assoreado a uma taxa média de 1,8% ao ano. Só para o ano de 2011, estimou-se que a capacidade do reservatório sofreria uma redução de 9% situando o sedimento no nível médio correspondente à cota 102m. Em função deste cenário, no período considerado crítico, este estudo indica que a barragem irá oferecer menos 74 000 m³ de água comparada com os anos médios, pelo que a redução da superfície irrigada poderá ser uma das medidas de gestão a tomar, num cenário desta natureza.

Para Ventura & Mascarenhas (2009), a construção deste tipo de infraestruturas hidráulicas deve ter em conta os problemas ambientais resultantes da sua implementação porque modifica fortemente o regime hidráulico das bacias hidrográficas, o funcionamento dos ecossistemas à jusante, perdas consideráveis de água por evaporação e perturbam o ciclo dos sedimentos que levam a fertilidade às planícies e sedimentos ao

litoral. Por tudo isto, na opinião destes dois investigadores, nas condições do nosso país a aposta na construção de barragens não parece ser a solução mais adequada tendo em conta, em especial, a conjugação de uma elevada taxa de sedimentação com a perda de água por evaporação. Mais consentânea com a realidade local seria a aposta na correção torrencial das linhas de água, com construção de diques transversais e medidas de conservação do solo nas vertentes, num conjunto de intervenções com reflexos positivos nas reservas de água subterrânea e no controlo da erosão.

Entre os mais graves impactos destas grandes obras (barragens), encontram-se ainda os associados às ondas de cheias provocadas por eventuais roturas. Com efeito, este tipo de acidente pode ter consequências catastróficas em termos de perdas humanas e de perdas materiais, semelhantes às dos maiores desastres naturais. Assim sendo, o controlo de segurança de uma barragem deve fazer parte do conjunto de medidas a tomar nas várias fases de vida da obra com vista ao conhecimento adequado e continuado da barragem, à deteção oportuna de eventuais anomalias e a uma intervenção atempada e eficaz sempre que esta se revele necessária.

Estas recomendações foram defendidas pelo presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de Portugal, Carlos Pina, no seu discurso de abertura num curso sobre segurança de barragens, destinado a técnicos cabo-verdianos. Esta tarefa deve ser feita através de um acompanhamento próximo de todas as fases de vida da infraestrutura, a começar pela preparação do projeto:

"É muito importante que haja um controlo de qualidade do projecto. Depois é preciso que durante a construção se tenha o cuidado instalando-se equipamentos que possam dar informação ao longo da vida da obra para se ver se está realmente a funcionar da forma como deve" (WWW.EXPRESSODASILHAS.CV, acesso em 20/07/2010).

A nível internacional tem emergido uma nova consciência sobre os riscos associados à construção de grandes represas. Na sua obra "O Ecologismo dos Pobres", Joan Martinez Alier (2007) analisa com bastante pormenor os impactos da construção de barragens hidroeléctricas, dos quais poderíamos citar a perda de sedimentos, salinização dos solos, diminuição de estoques pesqueiros, rarefação da biodiversidade fluvial e muitas vezes também implica deslocar pessoas das suas áreas de origem. Contudo,

segundo Alier (2007), a análise custo-benefício não pode proporcionar uma resposta racional nem para a construção das represas, nem para colocá-las fora de serviço, pois os valores monetários dependem da aceitação de uma dada estrutura de iniquidade social e ambiental. Por esta via, o custo de deslocar as pessoas tem dependido do seu grau de pobreza assim como do grau de resistência contra a distribuição dos direitos de propriedade ambiental que o Estado e as companhias elétricas definem como legal.

Em Cabo Verde, até a década de noventa, o único sistema de rega utilizado era o de alagamento, conduzido através de levadas construídas de terra batida, propiciando um “desperdício” enorme de água. A partir desta altura introduziu-se o sistema de rega gota a gota, com o objetivo de reduzir os gastos com a água e minimizar o custo de produção.

Tabela 1 – Evolução do consumo de água para rega gota a gota em Cabo Verde

Ano	Quantidade Utilizada	Receitas do INGRH (ECV)
2002	832.980,00	3.331.920,00
2003	972.293,00	3.889.170,00
2004	1.341.793,00	5.367.172,00
2005	1.379.128,00	5.516.511,00
2006	1.553.031,00	6.212.122,00
2007	1.666.376,00	6.665.505,00

Fonte: relatório de atividades INGRH (2007)

Conforme a tabela 1 pode-se verificar que tem havido um aumento considerável da adoção do sistema de micro-irrigação tendo a quantidade de água consumida neste sistema duplicado de 2002 a 2007, de acordo com os dados do INGRH. Contudo, segundo um estudo levado a cabo pelo engenheiro Mendes (2009), esta nova tecnologia não foi acompanhada de estudos económicos que nos permitissem fazer um balanço entre os custos (*inputs* aplicados) e benefícios (produção obtida) nas duas tecnologias de rega utilizadas, nas condições de cultivo do agricultor cabo-verdiano.

Neste sentido, Mendes (2009) comparou alguns fatores associados à rentabilidade dos cultivos de tomate, cenoura e repolho, nas duas tecnologias de rega utilizadas, com

base nas informações recolhidas em 50 explorações agrícolas da ilha de Santiago onde cultivam os referidos produtos. Para isso recolheu, junto dos agricultores, dados que permitiram o acesso à informação técnica e económica, nomeadamente as técnicas de cultivo, a formação de custos de produção de cada cultivo, o conhecimento exato do nível de produção e produtividade e o preço no produtor.

De acordo com os dados apurados por Mendes (2009), não é linear que as produções hortícolas no sistema de rega gota a gota sejam superiores ao sistema de rega tradicional nas condições do cultivo cabo-verdiano. Dos três cultivos analisados, a produção da cenoura no sistema de rega gota a gota evidencia maior nível de produção, representa uma produção superior em média, em relação ao sistema tradicional, na ordem de 40 e 30% época fresca e quente respetivamente. Porém tal situação não se verifica nos cultivos de tomate e repolho. Para esses dois cultivos os níveis de produção nos dois sistemas de rega e nos períodos quente e fresco não são significativamente diferentes. A pesquisa permitiu concluir que, o rendimento do agricultor é determinado pelo nível de preço que se pratica no mercado e pela quantidade produzida. As maiores produções, por vezes não se traduzem nos maiores rendimentos. O agricultor que ganha mais é aquele que consegue vender os seus produtos ao preço mais alto.



Figura 7 – Sistema de rega por alagamento – Ribeira Seca (BP)
Fonte: Fotos do autor (5/01/2014)

A análise dos resultados dos elementos que compõe a estrutura de custos de produção evidenciou que em ambos os sistemas de rega, a mão de obra é o fator com maior peso na estrutura de custos, variando entre 52 a 60% dos custos totais. O gasto com a água no sistema de rega tradicional apresenta um custo 50% superior em relação ao sistema gota a gota. Mas esse custo não se reflete muito no custo total de produção, pois o custo de água/m³ é irrisório. A diferença nos custos de produção varia com o tipo de cultivo que se pratica. No entanto, em relação às tecnologias de rega não há diferença significativa. Convém salientar também que o baixo nível de resultados no sistema gota a gota é condicionado pela não substituição dos equipamentos nos momentos adequados. Os agricultores não fazem amortização dos equipamentos de rega e utilizam-nos para além da sua vida útil, o que não dá garantia de uma rega eficiente.

Tabela 2 - Distribuição dos custos de produção dos principais cultivos hortícolas em Cabo Verde

	Repolho	Tomate	Pimentão	Cebola	Cenoura	Batata comum	Batata-doce	Mandioca	Banana
Mão de obra									
Preparação do Terreno	17%	14%	12%	10%	12%	13%	16%	10%	5%
Plantação	4%	3%	3%	5%	2%	2%	4%	1%	2%
Monitoramento	17%	19%	19%	17%	17%	14%	18%	18%	19%
Recolha e pré-comercialização	8%	11%	11%	9%	12%	9%	11%	7%	6%
Vigilância	5%	5%	4%	4%	4%	4%	5%	4%	3%
Total mão de obra	50%	51%	49%	45%	47%	42%	53%	39%	35%
Aquisições									
Sementes	3%	0.4%	1%	4%	7%	20%			
Produção de plantas	3%	1%	2%	13%					
Adbos orgânicos	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	1%	1%
Adbos minerais	8%	10%	7%	6%	13%	9%	3%	2%	7%
Produtos fitossanitários	1%	3%	2%	1%	1%	1%			
Água para irrigação	6%	7%	9%	6%	6%	5%	9%	13%	14%
Total aquisições	25%	24%	22%	32%	29%	37%	14%	16%	23%
Amortização de equipamentos	9%	9%	11%	8%	8%	6%	12%	17%	17%
Outros	16%	16%	18%	15%	16%	14%	21%	28%	25%
Total de despesas (ECV)	47383	59419	69534	78776	66683	63703	49947	79008	100256

Fonte: Adaptado de AGRICULTURE ET PECHE: STRATEGIE DE DEVELOPPEMENT A L'HORIZON 2015 & PLAN D'ACTION 2005-2008

A tabela 2 confirma os dados apresentados pelo investigador acima apontado, ou seja, os gastos com o consumo de água para rega variam entre os 6% no cultivo do repolho e os 14% no cultivo da banana enquanto que os gastos com a mão de obra chega a atingir os 53% em alguns cultivos como a batata doce. A amortização dos equipamentos, no qual o sistema de rega está incluído, também representa um peso significativo na estrutura de despesas de uma produção agrícola.

Portanto, a aposta em massa no sistema de rega gota a gota não garante uma efetiva redução nos custos de produção agrícola. Apesar de ser considerada escassa o

preço de água para rega é ainda bastante baixo, o que torna o sistema de rega por alagamento viável para a produção de vários produtos.



Figura 8 - Inauguração de um sistema de micro-irrigação numa das propriedades à jusante da BP – Ribeira Seca
Fonte: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1700/1/ANEXO.pdf>. – Acesso em 5/11/2013

A construção das barragens tem assumido como meta transformar Cabo Verde de país em constante *stress* hídrico num dos mais ricos em termos de água por habitante, revolucionando setores como a agricultura, abastecimento de água às populações e até travando o êxodo rural, criando condições para o desenvolvimento de várias áreas económicas no mundo rural.

Perante o cenário em cima apresentado surgem as seguintes questões de pesquisa: Como o comportamento dos vários atores sociais (agricultores, técnicos e dirigentes da administração pública) envolvidos neste projeto influenciou na conformação dos conflitos e de que modo dão sinais para uma alteração dos sistemas de participação existentes? Como os diferentes grupos sociais sustentam ou se opõem à trajetória de intervenções que tem ditado as formas de acesso à água e a emergência de um novo modelo de organização e produção agrícola na comunidade de Poilão?

Quadro 1 - Resumo dos posicionamentos públicos sobre a Barragem de Poilão

Barragem de Poilão	Discurso oficial	Discursos alternativos
Período de vida útil	Prevê-se que a albufeira da barragem resista pelo menos 150 anos.	Estima-se que no ano de 2026 o fundo do reservatório de Poilão se elevará 7,6 metros e em consequência o reservatório perderá 37% da sua capacidade de estocagem original.
Capacidade de retenção e armazenagem de água	BP deverá reter 1,7 milhões de metros cúbicos de água.	Perdas consideráveis de água por evaporação
Impactos sócio-ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • O objetivo é duplicar a área irrigada e provocar um microclima na zona, com claros benefícios para a atividade agrícola nas suas imediações. • Está a acontecer uma verdadeira “revolução agrícola” na bacia hidrográfica de Ribeira Seca que deve ser tida como um exemplo para outras regiões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Modifica fortemente o regime hidráulico das bacias hidrográficas e o funcionamento dos ecossistemas à jusante. • Perturba o ciclo dos sedimentos que levam a fertilidade às planícies e sedimentos ao litoral. • Eventuais rupturas aumentam a probabilidade de ocorrências de ondas de cheias. Este tipo de acidente pode ter consequências catastróficas em termos de perdas humanas e de perdas materiais, semelhantes às dos maiores desastres naturais.
Alternativas em termos de construção de infraestruturas de retenção de água.	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar recursos para a construção de mais 17 barragens um pouco por todo o país. 	<ul style="list-style-type: none"> • A aposta na correção torrencial das linhas de água, com construção de diques transversais e medidas de conservação de solo nas vertentes, num conjunto de intervenções com reflexos positivos nas reservas de água subterrânea e no controlo da erosão.

Fonte: Dados do autor (2014)

2.3 OBJETIVOS E HIPOTHESES DE PESQUISA

Esta tese tem como foco principal analisar os conflitos e a participação resultantes do uso da água da BP, Ilha de Santiago, Cabo Verde, na fronteira entre os municípios de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos. Neste estudo procura-se, através da sociologia pragmática de Luc Boltanski e a partir da perspectiva de um leque de teóricos pós-coloniais que abordaram as questões associadas ao desenvolvimento local, (i) caracterizar as várias dimensões simbólicas (ou não) associadas aos modos de representar, apropriar e utilizar a água. Procurou-se também (ii) evidenciar os elementos de explicação das estratégias e posicionamentos dos diferentes atores envolvidos (agricultores, técnicos e dirigentes da administração pública) neste projeto de desenvolvimento baseado na construção de um novo modelo de organização e produção agrícola na comunidade de Poilão.

A partir dos objetivos gerais acima emergem ainda um conjunto de objetivos específicos que complementam e ajudam a aprofundar aspetos importantes da nossa problemática de pesquisa:

- a) caracterizar o modelo de organização e produção agrícola e de desenvolvimento rural que se está a implementar a partir da construção de grandes infraestruturas de retenção de água.
- b) identificar que meios e formas de contestação têm sido utilizados pelos agricultores para se fazerem ouvir e reivindicar uma equitativa participação na gestão da água da BP.

De forma a se poder fornecer elementos de resposta às questões levantadas foi formulada a seguinte *hipótese geral*, mais teórica: O que está em confronto no caso estudado é uma conceção da água como mercadoria ou fator de produção *versus* uma conceção da água como “ativo eco-social”, em que se procura abarcar o seu carácter multidimensional de nível económico, social e ambiental. Há um crescente envolvimento do Estado e do setor privado com o objetivo de alcançar mais e melhores serviços e uma maior responsabilização por meio da introdução dos princípios do mercado. Contudo esta opção entra em choque com a água enquanto um bem essencial. O direito à água está essencialmente em conflito com os princípios do mercado.

A partir da hipótese geral identificamos ainda duas específicas, mais aplicadas ao caso estudado, que a complementam:

- a) o grau de intensidade dos conflitos depende do modelo adotado pela Unidade de Gestão da BP para a organização dos sistemas de rega e do seu nível de centralização no plano interno. Destas dimensões dependerá a consolidação de diferentes autonomias de mediação local do poder, o reforço da ordem e de hierarquias estabelecidas, ou ainda, o surgimento de formas de poder mais ou menos "despóticas".
- b) os conflitos despontam não necessariamente pela escassez ou pela má distribuição da água, mas por se desenvolverem em torno de um processo de reposicionamento dos envolvidos neste projeto. A mudança de uma estrutura agrícola de sequeiro e semi-regadio para um sistema de regadio, com recurso à água da barragem, implica uma reconfiguração dos posicionamentos dos vários envolvidos neste projeto (agricultores, técnicos e dirigentes). Estes conflitos surgem essencialmente da contestação do preço de venda da água, da reivindicação de mais e melhores meios de escoamento dos produtos e de mais assistência técnica.

Quadro 2 – Resumo das questões de pesquisa, hipóteses e objetivos

Questões de Pesquisa	Hipóteses	Objetivos
<p>Como o comportamento dos vários atores sociais (agricultores, técnicos e dirigentes da administração pública) envolvidos neste projeto influenciou na conformação dos conflitos e de que modo dão sinais (ou não) para uma alteração dos sistemas de participação existentes? Como os diferentes grupos sociais sustentam ou se opõem à trajetória de intervenções que tem ditado as formas de acesso à água e a emergência de um novo modelo de organização e produção agrícola na comunidade de Poilão?</p>	<p>Geral: O que está em confronto é uma concepção da água como mercadoria ou fator de produção <i>versus</i> uma concepção da água como “ativo eco-social”, em que se procura abarcar o seu caráter multidimensional de nível económico, social e ambiental. Há um crescente envolvimento do Estado e do setor privado com o objetivo de alcançar mais e melhores serviços e uma maior responsabilização através da introdução dos princípios do mercado. Contudo esta opção entra em choque com a água enquanto um bem essencial. O direito à água está essencialmente em conflito com os princípios do mercado.</p> <p>Específicos:</p> <p>Os conflitos despontam não necessariamente pela escassez ou pela sua má distribuição da água, mas por se desenvolverem em torno de um processo de reposicionamento dos envolvidos neste projeto. Estes conflitos têm surgido essencialmente da contestação do preço de venda da água, da reivindicação de mais e melhores meios de escoamento dos produtos e de mais assistência técnica.</p> <p>O grau de intensidade dos conflitos dependerá do modelo adotado para a organização dos sistemas de rega, do grau de autonomia na relação externa com o Estado, como do seu nível de centralização no plano interno. Destas várias dimensões dependerá o consolidar de diferentes autonomias de mediação local do poder, o reforço da ordem e de hierarquias estabelecidas, ou ainda, do emergir de formas de poder mais ou menos "despóticos"</p>	<p>Geral: Analisar os conflitos e a participação resultantes do uso da água da Barragem de Poilão, Ilha de Santiago, Cabo Verde, na fronteira entre os municípios de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos, através da sociologia pragmática de Luc Boltanski e a partir da perspectiva de um leque de teóricos pós-coloniais que abordaram as questões associadas ao desenvolvimento local.</p> <p>Específicos:</p> <p>Identificar que meios e formas de contestação têm sido utilizados pelos agricultores para se fazerem ouvir e reivindicarem uma equitativa participação na gestão da água da BP.</p> <p>Caracterizar o modelo de organização e produção agrícola e de desenvolvimento rural que se está a implementar a partir da construção de grandes infraestruturas de retenção de água.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

3 QUADRO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO

Este capítulo começa por fazer uma incursão pela literatura dos conflitos no âmbito da sociologia, dos clássicos à contemporaneidade; a seguir faz uma revisão da literatura sobre a temática da água enquanto bem natural potenciadora de conflitos; de seguida se procede a uma análise dos discursos produzidos a cerca do processo de gestão da água e da modernização da agricultura, num diálogo comparativo entre os trabalhos de Barthes e Fuks. Por fim, se centra na apresentação do referencial teórico que deu suporte a esta pesquisa, apresentando a questão da disputa e do acordo a partir da perspetiva pragmática de Luc Boltanski e num segundo momento se afunila o debate para as questões associadas ao desenvolvimento a partir da perspetiva de um leque de teóricos pós-coloniais.

3.1 O CONFLITO NA SOCIOLOGIA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O conflito é um elemento indissociável da nossa vida humana. Ele está presente em diferentes âmbitos das relações entre as pessoas. É considerado, por uns, uma disfunção que desequilibra a sociedade e, para outros, é algo necessário e positivo, e que dinamiza as mudanças sociais.

Algumas correntes sociológicas realçam a ordem e a harmonia das sociedades humanas, valorizando a regularidade e o consenso como os atributos sociais, enquanto outras acentuam a onnipresença do conflito social, e justificando que as sociedades são afetadas por divisões, tensões e lutas. Frequentemente, os indivíduos não tendem a viver harmonicamente entre si e, quando não se estabelecem conflitos abertos, as profundas divisões de interesses podem dar lugar, a qualquer momento, a conflitos ativos (BALTAZAR, 2007).

A sociologia nos apresenta duas perspetivas teóricas antagónicas para explicar a organização da sociedade: a teoria do consenso, de orientação funcionalista, e a teoria do conflito, que se consolida com a análise marxista. Deste antagonismo decorre também as divergentes formas de se compreender a função e os instrumentos do controlo social.

Pela teoria sociológica do consenso, defendida por teóricos como Durkheim, Pareto e Parsons, o conflito é visto como um desequilíbrio, uma patologia social que

perturba a ordem. Já pela teoria sociológica marxista, o conflito é visto como um elemento essencial que impulsiona a sociedade, fator de criatividade, dinamismo e mudanças (VILA NOVA, 1985; WOLKMER, 2001).

O conflito é necessário porque é a força motriz das mudanças sociais. A sociedade seria, assim, um sistema de equilíbrio precário, marcada por conflitos de interesses entre as diferentes classes sociais, em constante transformação (VILA NOVA, 1985). O controlo social, na perspetiva da corrente conflitualista, teria a função de garantir o favorecimento dos interesses da classe minoritária que detém o poder e a riqueza.

Contudo, uma análise das concepções de Marx (privilegiando o conflito) e de Durkheim (normatizando a coesão), nos indica que apesar dos aparentes antagonismos, ambas as teorias apontam para uma perspetiva evolucionista e determinista à medida que percebem o conflito a partir de uma visão histórico-social e disfuncional de ordem económica e social - propriedade privada /divisão do trabalho social – (SILVA, 2011). Portanto, a teoria sociológica tem oscilado, entre as concepções do conflito como elemento patológico e/ou como elemento estruturante das relações sociais e, assim, também como uma forma de interação social.

Distanciando-se do determinismo estrutural, Weber propõe como domínio da sociologia o estudo da ação social, das relações e das formas de interação dos agentes, carregadas de intencionalidade. Nesse sentido, “para Weber uma relação social caracteriza-se pela luta quando as ações se orientam pelo propósito de impor a vontade individual contra a resistência dos parceiros” (SILVA, 2011, p. 9). Assim, Weber não encara o conflito como resultado de um estado anormal ou fase histórica negativa, mas como uma ação quotidiana e histórica resultante da concorrência por bens escassos, entendidos em sua multiplicidade (materiais e simbólicos). Aqui caberia lembrar também que para Weber a dominação é um dos elementos mais importantes da ação social. E que em todos os domínios da ação social se mostram condicionadas e influenciadas por interesses de dominação.

A "dominação", como conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo concreto, é um dos elementos mais importantes da ação social. Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria de suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe isto à primeira vista. [...] Todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação. Num número extraordinariamente grande de

casos, a dominação e a forma como ela é exercida são o que faz nascer, de uma ação social amorfa, uma relação associativa racional, e noutros casos, em que não ocorre isto, são, não obstante, a estrutura da dominação e seu desenvolvimento que moldam a ação social e, sobretudo, constituem o primeiro impulso, a determinar, inequivocamente, sua orientação para um "objetivo" (WEBER,1999, p. 187).

A contribuição de Weber é considerável na medida em que “despatologiza” o conflito, mas é com Simmel que temos uma teorização mais complexa do conflito, tendo em vista que, para ele, este se constitui numa “das mais vívidas interações”. Simmel considera o conflito uma forma de “sociação”. Segundo ele, comportamentos antagônicos como ódio, inveja, desejo, são causadores do conflito e, este, por sua vez, se destina a solucionar os dualismos. Pois esse “dualismo das relações humanas estende-se à globalidade das relações sociais; não resulta de uma disfunção económica ou outra, mas forma, em todos os níveis, a própria trama da vida social” (SILVA, 2011, p.8, 9). Tal qual Weber, sua visão interacionista está voltada para as ações e sentidos socialmente construídos pelos indivíduos, grupos, nações, estados. Simmel considera que o conflito compõe-se de elementos positivos e negativos inseparáveis. Unidade e divergência são duas faces do ser individual e coletivo. Exemplifica-se isso na formação da personalidade individual que é composta por elementos harmônicos e antagônicos, como traumas, medos, depressões, resultantes das pressões éticas, religiosas, etc.

Diríamos que numa perspectiva dialética Simmel defende assim que como o universo precisa de amor e ódio, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. A positividade sociológica dos antagonismos, vista por Simmel, levou-o a defender o conflito também como fator de progresso, à medida que leva grupos ou nações a realizações consideráveis, nos embates de interesses conflituosos, que não se realizariam em condições de harmonia coletiva. Exemplo disso seriam as guerras entre os estados modernos.

“por destructora y cara que resulte, ofrece un balance final más favorable que las incontables pequeñas luchas y rozamientos en los períodos en que los Gobiernos estaban menos centralizados” (SIMMEL, *apud* SILVA, 2011, p. 9).

Enfim, o âmbito de análise do conflito como fator de socialização, em Simmel, engloba uma diversidade de relações que vão desde o matrimônio, relações eróticas, família, grupos políticos até à forma institucional do Estado ou entre Estados.

Dahrendorf (1974) é igualmente um defensor da tese de que a sociedade não pode existir sem conflito e consenso, os quais são entendidos como pré-requisitos um do outro. Em todos os contextos sociopolíticos o conflito está presente podendo, contudo, estar mais ou menos oculto:

Toute société industrielle comporte des conflits et en assure d'une manière ou d'une autre la solution. Dans les sociétés de type totalitaire, la régulation des conflits demeure cachée, dans les sociétés libérales qui se veulent démocratiques, cette régulation revêt un caractère public et institutionnel [...] On observe une tendance à la diminution de l'intensité du conflit industriel grâce à l'institutionnalisation du conflit de classes et au progrès de «la démocratie industrielle». Dans les sociétés post-capitalistes, la mobilité par l'éducation doit comporter de plus en plus la mobilité entre les classes. Mais l'acceptation du conflit social restera toujours le fondement du pluralisme des sociétés libres (DAHRENDORF, 1974, p. 666-667).

Em paralelo, Dahrendorf realça a relação entre o conflito e a mudança, isto é defende que uma vez constituídos, os grupos de conflito se envolvem em ações que provocam mudanças na estrutura social. O pressuposto de que os conflitos surgem da própria estrutura social implica a existência de conflitos latentes e manifestos. Existem conflitos velados que não se exteriorizam e que podem pôr-se de manifesto sob a ação de circunstâncias propícias, produzindo-se o que Dahrendorf (1974) designa a sua cristalização, o que significa que os interesses latentes encontrados, vão evoluindo para uma organização consciente em que grupos antagónicos que se afirmam um contra o outro na contenda.

Segundo Baltazar (2007, p. 165), com vista a uma sistematização de abordagens dos conflitos, enquanto teoria explicativa da sociedade, poder-se-á afirmar que:

- a) o conflito é um fator de mudança social que estrutura e transforma os grupos ou as sociedades onde se processa;
- b) para que o conflito se processe, basta que existam opiniões divergentes dentro de um aglomerado social, ou entre dois indivíduos;

- c) o conflito está intimamente ligado à estruturação das relações de poder e domínio, e a legitimação dessas mesmas relações e posições daí resultantes;
- d) o conflito estrutura-se consoante o contexto ou a situação em que se processa, sendo também a sua influência na sociedade condicionada segundo esses fatores.

Norbert Elias, na obra “Introdução à Sociologia” (2005), traz importantes reflexões sobre o que denomina de “modelos de competição”, em que se apresentam duas possibilidades de interação e interdependência: a competição primária e os modelos de jogo. Esta é a situação básica que encontramos sempre que os indivíduos entram ou se encontram em relação uns com os outros. No entanto, a consciência desse facto é muitas vezes suprimida quando refletirmos sobre as relações humanas:

[...] Ele constitui um elemento normal de todas as relações humanas. Constantemente se sucedem provas de força maiores ou menores: serei eu o mais forte? — serás tu o mais forte? Passado algum tempo poderemos chegar a um certo equilíbrio de poder que, de acordo com circunstâncias pessoais e sociais, poderá ser estável ou instável (ELIAS, 2005, p. 80).

Um elemento comum aos modelos de Simmel, Dahrendorf e Elias é que neles as pessoas estão sempre medindo forças, embora, muitas vezes inconscientemente. Daí resulta um “equilíbrio de poder”, que poderá ser estável ou instável, de acordo com os contextos. Elias argumenta assim que o equilíbrio de poder não se encontra apenas no palco das relações entre os Estados, mas também ocorre no dia a dia das relações humanas (SILVA, 2011). Elias destaca o valor das relações de poder e o conflito nas interações sociais e questiona o tratamento sociológico tradicional dado ao tema do conflito.

Uma das características mais surpreendentes de muitas teorias sociológicas e económicas é que mal reconhecem o papel central que as tensões e os conflitos desempenham em toda a evolução social. Dá-se muitas vezes a impressão de que os cientistas sociais imaginam semiconscientemente que, sem qualquer intenção, poderão produzir tais tensões e conflitos caso os incluam nos seus modelos de sociedade. Ou que receiam parecer aprovar estas

tensões e conflitos. Mas nunca as tensões e conflitos desaparecerão da sociedade pelo facto de terem sido omitidos nas teorias (ELIAS, 2005, p. 189).

No contexto desta discussão encontra-se ainda o debate sobre o carácter normativo da teoria em ciências sociais e, em particular, da sociologia do conflito, isto é, a dimensão normativa não está totalmente ausente desta área, a qual se insere na progressiva busca da definição do “conflito aceitável”. Esta preocupação encontra-se ilustrada na *teoria dos campos* de Pierre Bourdieu, em que para além de cada um destes se constituir como um espaço de socialização é de igual modo um espaço de competição, que pode assumir formas positivas (BALTAZAR, 2007). Podemos destacar a centralidade do conceito “poder”, tanto na sociologia configuracional de Norbert Elias quanto na *teoria dos campos* de Pierre Bourdieu, muito embora, em ambos seja destacada a diversidade na apropriação do mesmo, dito de outra forma, podemos entender em Elias o potencial de poder como uma conquista acumulada na longa duração, fruto do desenvolvimento das inter-relações nas diversas configurações estabelecidas pelo indivíduo social, já em Bourdieu temos o acúmulo de capitais geradores de disposições sociais num determinado conjunto de relações ou rede de relações com perspectivas estruturais e supostamente estáveis (MARCHI, 2007).

3.2 ÁGUA E CONFLITOS

Em todo o planeta, mesmo nas regiões mais chuvosas, as pessoas estão envolvidas em conflitos pela água. Há debates sobre quem deve possuí-la, controlá-la, ter acesso a ela, ou regulamentá-la. Segundo Strang (2004, p. 1), “nada no mundo, nem mesmo a terra, tem sido mais contestada do que a água”.

Nos vários trabalhos que encontramos na literatura especializada contam-se questões relacionadas à construção de barragens hidroeléctricas nas comunidades locais; os significados atribuídos à água enquanto elemento cósmico e ritual; os conflitos e jogos de poder em torno da água; a sustentabilidade dos sistemas de regadio no que concerne à sua gestão e distribuição; a mercantilização da água pela indústria da água; os saberes e usos associados à água e seu imaginário. A água é sempre uma metáfora de relações sociais, económicas e políticas – um barómetro através do qual a identidade, o poder e os recursos são partilhados (WATEAU, 2000; STRANG, 2004).

Uma das vertentes dos estudos envolvendo as ciências sociais e a água têm-se dedicado, à aquilo que Cristina Bastos⁹ apelidou como sendo “antropologias saindo da água”, às questões ligadas aos grandes processos de desenvolvimento com impacto ecológico e humano e subsequente negociação, como o estudo dos efeitos da construção de barragens (Sílvio Coelho dos Santos, Clara Saraiva, Benjamim Enes Pereira); estudos que têm procurado captar a complexidade dos sistemas de conceção do mundo e intervenção humana em sociedades tradicionais e destas propor elementos para uma relação menos predadora com “o que nos resta de água no planeta”, antropologias que usam o pormenor etnográfico e a paciência da escuta de terreno para propor mapas de interpretação dos mecanismos de funcionamento, seja a propósito da partilha e divisão das águas para rega (Emmanuel Salessé) ou dos pontos de contato e mútua constituição entre os ciclos da água e da vida humana (Hugo Portela Guarin, Jean-Yves Durand) ou ainda a problemática teórica a partir destes pontos; expandindo o universo de referência para além do estado líquido da água e questionado a sua escassez.

Jean-Yves Durand (2003), autor de trabalhos de referência sobre vedores e tecnologias de deteção de águas subterrâneas, criticando a ideia de uma antropologia unificada apenas pela água, sem mais qualificativos, o autor refere os eixos em que se organizam os trabalhos já existentes na área – a vertente técnica sobre formas de aquisição da água, os aspetos económicos e sociais do controlo da água, a água no quotidiano e no ciclo de vida, as representações e saberes sobre o ciclo da água e a sua dimensão simbólica mais profunda. Durand aponta as simbologias que o processo de comercialização da água engarrafada apropriou e produziu (sempre as paisagens serranas), as estratégias de abastecimento livre nas fontes, as tensões e negociações ligadas à exploração de nascentes e a diferenciação das nascentes por saberes e propriedades. Trata-se, portanto, de um autor que foca muito bem uma série de questões associadas, às formas presentes do consumo de água potável.

[...] Hoje em dia, a água continua pelo menos tão extraordinariamente polimórfica e polissémica como o era nos universos sociais estudados pela etnografia europeísta clássica, mas o interesse que ela suscita por parte dos antropólogos não parece estar à altura do potencial de reflexão que ela proporciona, talvez por reação à conotação sobretudo folclorista do seu estudo no passado... [...] Entre o que não tem sido abordado, encontramos, por

⁹ Colóquio “Usos Sociais da Água” – Lisboa Dezembro de 2002: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_003-014.pdf, acesso em 20/10/2013

exemplo, a garrafa de água mineral (não só o objeto em si, mas todo o aparato sociotécnico que antecede e organiza as modalidades da sua presença em cima da mesa), ou as empresas encarregues da gestão dos recursos hídricos e dos efluentes: isto é, a água enquanto bem de consumo massificado mas a afirmação da antropologia do consumo poderá contribuir para corrigir esta lacuna (DURAND, 2003, p. 24).

Nos casos de utilização da água por comunidades de regantes, a importância da mediação dos conflitos privados depende, de forma decisiva, do modelo adotado para a organização dos sistemas de rega, tanto do grau de autonomia na relação externa com o Estado, como do seu nível de centralização no plano interno. Desta dupla dimensão dependerá o consolidar de diferentes autonomias de mediação local do poder, o reforço da ordem e de hierarquias estabelecidas, ou ainda, segundo a tese clássica de Wittfogel (1977), o emergir de formas de poder mais ou menos "despótico", sob o controlo do que ele denomina de "burocracias hidráulicas".

A nível privado, os conflitos podem frequentemente assumir dimensões de extrema violência, chegando a ter como custo a própria vida dos intervenientes. São conflitos que, ultrapassando frequentemente a dimensão das funções económicas da água, contudo, revelam o seu papel no moldar de sociabilidades e de práticas locais profundamente enraizadas, como aponta Fernandes (2008) no seu estudo com os regantes de uma comunidade na Ilha da Madeira:

[...] a conflitualidade e as disputas inerentes à água, e em particular, à água de regadio, não são um localismo, são antes, um fenómeno que se verifica noutros sistemas e comunidades de regantes [...], ou seja, é algo intrínseco à gestão e uso da água nestes sistemas, daí estarem na base de relações sociais e serem suporte de representações diversas. Aí os conflitos, as tensões e as discórdias fabricadas diariamente sempre foram muito frequentes. Apesar de a água ser dos heréus, é igualmente um bem comum, pertencendo a todos quantos possuam canas de terra naquela localidade, facto que facilita lutas entre os atores sociais, reguladas diariamente por mecanismos existentes no seio da comunidade local (FERNANDES, 2008, p. 3).

Vários autores têm investigado os regimes de propriedade e as soluções para a gestão da água de rega em várias regiões e comunidades locais em que os conflitos adquirem uma importante dimensão simbólica. É de sublinhar, a este propósito, as conclusões de um estudo efetuado por Fabienne Wateau, numa comunidade de regantes no Vale de Melgaço, Portugal. Ao interpretar o significado de conflitos desencadeados no dia da limpeza de infraestruturas coletivas para rega, data que assinala o início da época

de rega, a autora esclarece que a sua ocorrência não corresponde “forçosamente e de maneira sistemática ao eclodir dum conflito”, mas que este permanece “como meio de troca, não como uma finalidade” (WATEAU, 2000, p. 230). A referida investigadora avança ainda com outra explicação, dessemelhante das anteriores, ou seja, os conflitos despontam não pela escassez ou pela sua má distribuição água, mas por se desenvolverem em “torno da encenação dos status” (WATEAU, 2000, p. 166).

Se a etnografia da rega proposta por Wateau dá ênfase aos conflitos suscitados pela necessidade de partilha da água, a etnografia levado a cabo por Emmanuel Salesse (2003) em Cabeceira de Bastos, Norte de Portugal, mostra-nos que apesar de conflitos pontuais; este sistema patenteia uma sustentada cooperação entre todos os envolvidos.

É absolutamente generalizada, na antropologia da água, a interpretação do funcionamento dos sistemas de regadio em termos de conflitos... [...] Mas este aspecto impressionante da gestão social da água acaba por eclipsar por completo um outro aspecto fundamental destes sistemas, constituído pelo que se podia chamar entendimentos. O entendimento é de facto central para o bom funcionamento de um sistema de regadio. Se os conflitos se multiplicarem, o sistema pode até estar em perigo. Por exemplo, se ninguém se entender acerca da limpeza, a levada deixará de funcionar, ou se as pessoas cortarem continuamente a água umas às outras, não vão ter tempo para regar (SALESSE, 2003 p. 57).

Salesse expõe-nos uma organização de procedimentos e regras que submete os diversos integrantes a uma sequência de turnos de utilização da água para rega que muda todos os anos, que a cada ano começa em lugares diferentes da sequência e eventualmente, em datas diferentes. Porém poucos são os indivíduos que detêm um conhecimento aproximado do conjunto e com a qual cada um tem relações de dominações cognitivas em diferentes gradações. Diríamos, portanto, que existe uma vasta gama de elementos do sistema estival de irrigação penetrando uma série de vetores que caracterizam a estrutura social como um todo conforme aponta Marcel Mauss, aqui citado por Wateau:

A rega é não só um facto social, na medida em que envolve os seus agentes numa mesma actividade estival, fazendo com que mantenham regularmente entre si e com as outras diversas relações de troca, mas também um facto social total, uma vez que atinge todos os domínios da vida social: o jurídico, o económico, o religioso, o parentesco, a ética e as representações simbólicas (WATEAU, 2000, p. 18).

Saindo do espaço europeu encontramos os trabalhos levados a cabo por Hugo Portela Guarin, em comunidades do Sudoeste Colombiano, abordando situações nas quais as relações de pertença e similitude é animada por outros eixos em que o mundo se movimenta noutras esferas, em que o visível e o invisível se articulam de outras maneiras. Nesta cosmovisão andina, associada a regras de conduta e relacionamento com o meio natural que, nas palavras de Guarin, são a chave para estratégias humanas mais amplas de preservação dos “recursos” do planeta, a água tem um lugar fundamental.

El agua es vida, da vida, es madre creadora, es líquido primordial, es genésico, está en todas partes y en muchas formas, tiene sus guardianes, “sus dueños”, quiere ser de todos, no se puede mezquinar, se puede sembrar y, sino se cuida, se puede secar, quedando las comunidades sólo en el recuerdo de la historia. A continuación afloran las reflexiones que hacen los guámbianos, paeces, coconucos y yanacunas sobre el agua en sus propios términos. Así, nos zambullimos en el líquido primordial con las percepciones que los miembros de estas comunidades tienen de él y de sus múltiples relaciones (GUARIN, 2003, p. 73).

Uma outra dimensão do conhecimento produzido por antropólogos sul-americanos foi no sentido de dar voz e visibilidade aos habitantes excluídos dos processos de crescimento económico. A emergência de movimentos de defesa dos atingidos pela construção de barragens retratada por Sílvio Coelho dos Santos em “A geração hídrica de eletricidade no Sul do Brasil e seus impactos sociais” (2003), que se definem como formas de resposta a processos externos de apropriação dos rios para a produção de eletricidade e que provoca alterações radicais no espaço e na vida das comunidades. Aqui referimo-nos a construções de megabarragens, que inundam e submergem vastas extensões do território habitado por grupos desprotegidos e muitas vezes impossibilitados de contrariar um processo com aquelas dimensões.

[...] os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar tinham tido consequências sócio-ambientais desastrosas. Assim, nos anos 80, com a redemocratização do país, o setor elétrico enfrentou dificuldades para levar a termo projetos que estavam em andamento. Movimentos sociais contra a implantação de hidrelétricas disseminaram-se, tendo como referência a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), que emergiu como resistência organizada às barragens da bacia do Uruguai, de interesse da Eletrosul. Pode-se perceber que tais projetos foram e são implantados sem levar em conta as tradições das populações locais e regionais e tampouco suas expectativas e aspirações. As demandas que os justificaram e justificam são de caráter nacional ou internacional. Sua localização é decidida em função de

critérios e estratégias complexos e distanciados das lógicas que presidem o cotidiano local (SANTOS, 2003, p. 88).

A exploração dos bens ambientais tem-se transformado assim numa das maiores preocupações do século XXI. Se por um lado há consenso quanto à necessidade urgente de preservação destes bens, por outro há um número cada vez maior de conflitos sociais e ambientais relacionados aos modos de exploração e preservação dos mesmos. Os pesquisadores brasileiros têm apresentado, especialmente nas últimas décadas, vários exemplos destes conflitos, que transcendem as questões de direito de uso e propriedade e têm como base questões sociais profundas.

Na perspectiva de Andreia Zoure *et al.* (2011), a visão desenvolvimentista, tem promovido a imagem das hidroelétricas enquanto fonte primordial de energia e consideradas a espinha dorsal para qualquer tipo de indústria, além de serem uma das bases fundamentais para a vida doméstica moderna. Entretanto, elas se transformam em ameaça para aqueles que têm sua moradia no local de implementação da obra. Dando assim, muitas vezes, origem a conflitos tendo os “recursos” ambientais como referência conforme a definição proposta por Henri Acelerada (2004):

Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Na perspectiva de análise das ciências sociais está cada vez mais presente o princípio de que não é possível separar a sociedade do seu meio ambiente. De acordo com AcseLRad (2004), há que se pensar num mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos.

[...] Os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeletricidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada pelos capitais biotecnológicos (ACSELRAD, 2004, p. 7).

Acselrad dá assim ênfase ao desafio de se encontrar instrumentos de análise para interpretar a complexidade dos processos sócio-ecológicos e políticos que colocam a ‘Natureza’ no interior dos conflitos sociais. A procura da superação da dicotomia natureza/cultura liga-se ao surgimento de uma crítica ambiental da sociedade industrial emanada de um movimento simultaneamente político e académico denominado “ecologia política”. Crítica em relação aos custos crescentes da reprodução do sistema produtivo, a ecologia política vai além da análise das contradições do modo de produção capitalista para denunciar uma alienação mais radical que a simples expropriação da mais-valia, qual seja, a alienação entre a sociedade industrial e a natureza.

Neste sentido, questiona as tecnologias de resolução de conflitos que tentam a despolíticação dos mesmos, as quais são promovidas por instituições sediadas nos países centrais como forma de proporcionar a exportação de “recursos” naturais dos países periféricos. O incremento de pesquisas sobre os conflitos ambientais permitirá tornar visíveis os atores envolvidos que resistem à monopolização dos bens da natureza e têm maior compromisso com processos mais democráticos de gestão dos mesmos. Acselrad chama à atenção sobre uma propensão ao objetivismo que tende a desconsiderar o processo social de construção da noção de “crise ambiental”, fetichizando o mundo material, tido como relativamente descolado das dinâmicas da sociedade e da cultura (ACSELRAD, 2004).

Assim, as concepções prevaletentes no debate ambiental contemporâneo aludem a crise como resultante do colapso entre crescimento económico e a base finita dos “recursos”. A ideia pré-constituída de conflito ambiental como intrínseca à problemática da escassez e as estratégias baseadas em tais diagnósticos tendem a esvaziar o debate político ou justificar soluções autoritárias em nome da humanidade e da segurança internacional. O autor coloca-se numa perspetiva oposta aos pressupostos do consensualismo e do autoritarismo ecológico e propõe-se explorar um olhar sensível ao papel da diversidade sociocultural e aos conflitos entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material.

Segundo Cristina Bastos¹⁰, é aqui que entra uma antropologia com elevada expressão no Brasil: a da cumplicidade e defesa das comunidades, que tem levado a que muitos projetos de desenvolvimento incluam hoje programas de estudo sobre o seu

¹⁰ Coloquio “Usos Sociais da Água” – Lisboa Dezembro de 2002:
http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_003-014.pdf, acesso em 20/10/2013

impacto nas populações e uma negociação com as mesmas. Na esperança de não repetir os erros passados, multiplicados por estradas, caminhos de ferro, barragens e outras construções que reúnem capital, concentram trabalho, transformam recursos e, habitualmente procedem à troca fáustica de um meio ambiente depredado por um aumento de índices civilizacionais de potencial conforto, a aplicação de projetos não se faz agora sem se proceder a estudos de impacto ambiental e ouvido as comunidades indígenas.

No continente africano encontramos poucos estudos relativos às questões do uso e apropriação da água e os poucos trabalhos disponíveis se centram, sobretudo nos países magrebins. Aqui destacamos os trabalhos de Geneviève Bedoucha (1987) e Toufik Ftaita (2010) sobre os Oásis na Tunísia e em Marrocos.

Os autores defendem que a história política e social de várias comunidades nos aponta de forma constante para o facto de a água não ser apenas um bem para a nossa sobrevivência, mas ela é também promotor de conflitos e mortes. Segundo Ftaita, os estudos sobre as comunidades que vivem nas zonas de oásis do Norte de África mostram que a água continua sendo um elemento central e constitutivo destas sociedades presente nas mais diversas dimensões da vida coletiva.

Their models for water appropriation and distribution bring to the fore their political and religious structures. In these arid areas, where water is an object of desire, its massive and extensive ownership by some oasis families has helped establish their political and religious authority (FTAITA, 2010, p. 195-196).

Ftaita aponta ainda que tem aumentado a competição pela água, nesta região do globo. A indústria, o turismo e o abastecimento das populações têm competido pelo acesso à água e conseqüentemente com sérios prejuízos para os agricultores. Neste contexto emerge um discurso de escassez que merece ser questionado, conforme os exemplos aqui apontados.

[...] tourism has brought about serious problems for farmers, especially, where water resources are limited. Several examples illustrate the overconsumption of water in tourism development and its impact on the sustainability of local farming activities. Two such examples are the Tozeur oasis in Tunisia and the city and surrounding region of Marrakech in Morocco (FTAITA, 2010, p. 196).

Os novos desafios colocados pelas alterações climáticas e o aumento da escassez de água tornaram-se numa das maiores preocupações a procura de uma gestão racional da água. Mas, questiona Ftaita, o que realmente podemos entender por uma "boa gestão da água"? É um tipo de publicidade de novas tecnologias, incluindo novas técnicas de irrigação, supostamente mais eficazes na economia de água do que as técnicas tradicionais?

À semelhança do contexto sul-americano, podemos encontrar vários projetos de desenvolvimentos semelhantes, um pouco por todas as regiões em desenvolvimento do planeta em que os saberes, os modos de vida e os recursos das populações locais estão em risco. A imensa barragem Gibe III que está sendo construída ao longo do rio Omo, na Etiópia, quando concluída, irá destruir um ambiente frágil e os meios de subsistência de oito comunidades localizadas à jusante que estão fortemente ligadas ao rio e às suas inundações anuais (ABBINK, 2012). Em Sarawak, na Malásia, perspectiva-se a construção de uma mega barragem hidroelétrica. A sua efetivação será sem dúvida um grande desafio para manutenção das terras e meios de subsistência da comunidade local.

Entretanto, enquanto a população mundial atingia os seis bilhões de habitantes no início deste século, segundo dados das Nações Unidas (2000), a demanda total de água cresceu seis vezes – uso doméstico, industrial e agrícola, principalmente. Este processo agravou sobremaneira os problemas engendrados pela falta de sintonia entre a distribuição das águas na Terra e a sua população. Desta forma, a alternativa mais barata e viável para abastecer a crescente população mundial é aprender, como já referido, a usar a água disponível de forma cada vez mais “eficiente”. É verdade que a demanda de água no mundo tem aumentado mais rapidamente do que a população, sob a pressão das mudanças dos hábitos de higiene e da necessidade de se alcançar uma produtividade cada vez maior de alimentos e de produtos industriais, principalmente. Assim, segundo Rebouças (2001), considerando-se que as demandas atuais de água da população Mundial (uso doméstico, industrial e agrícola) – representam cerca de 11% das descargas totais médias de longo período dos seus rios, pode-se dizer que, em escala global, não há falta d’água na Terra. Entretanto, os problemas são causados pela distribuição muito irregular destes potenciais de água doce no mundo – tanto no espaço quanto no tempo – vêm se somar os decorrentes do facto de os desperdícios e a degradação da sua qualidade terem atingido níveis nunca imaginados. Como consequência, poderá faltar água limpa de beber nas torneiras, tanto nas cidades quanto no meio rural.

A literatura antropológica tem mostrado que a noção de racionalidade não é exclusiva dos modernos modelos de gestão de água. Além disso, estudos têm mostrado que a abundância ou a escassez de água não afeta a vontade das comunidades locais em gerir de forma eficiente este bem natural. Da mesma forma, quando falamos de gestão racional da água, muitas vezes nos esquecemos de focar a estrutura hierárquica da propriedade e distribuição de água. Portanto, os conflitos pelo uso da água não decorrem apenas da luta pelo bem em si, pois a escassez é ela mesma socialmente construída (CARNEIRO, 2004; MOLLE, 2006) e é muitas vezes o reflexo das posições e discursos dominantes¹¹, como nos aponta aqui Julie Trottier.

The dominant discourse on water has spurred research on water scarcity and water poverty within national boundaries or within watersheds. We need to realize how this has set an arena that empowers the propagators of this discourse. This does not disqualify their results as 'unscientific', but it sheds light on the limits of their contribution. Subjecting the knowledge generated by the hegemonic discourse on water to the questions raised by critical political ecology demonstrates how power relations have been forged and upheld under the guise of scientific rationality. More research needs to be carried out to document the history of the wars of position, in the Gramscian sense, that have now consecrated specific notions of efficiency, participation, sound management, development goals and adequate scales of management (TROTIER 2008, p. 212).

Em Cabo Verde os vários documentos orientadores do setor agrícola e ambiental têm defendido a ideia de que a escassez de “recursos hídricos” tem representado, e continua a representar, um dos fatores limitantes ao desenvolvimento económico de Cabo Verde. A escassez de água reduz a probabilidade de uma boa colheita em áreas de agricultura de sequeiro que cobrem mais de 90% da superfície cultivada. As práticas de regadio desperdiçam muita água e consomem, aproximadamente, 50% da água mobilizada das reservas subterrâneas. Em termos de eficiência, 70% da água utilizada na irrigação é desperdiçada devido ao uso alargado da técnica conhecida como "irrigação por inundação". Por estas razões, o déficit alimentar de Cabo Verde é significativo e o setor agrícola contribuiu com muito pouco para a economia (10,7% do PIB em 2008)¹². Contudo, estudos levado a cabo pelo engenheiro Mendes (2009) questionam estes dados e

¹¹ Numa perspectiva contrária podemos referenciar aqui o trabalho de Jacques Béthemont (2001) que em pesquisas sobre a problemática da água nos países mediterrânicos prevê futuros conflitos entre os países e regiões fruto de uma eventual escassez deste importante recurso.

¹² Projeto de Reforço das capacidades de adaptação e resiliência às Mudanças Climáticas no Sector dos Recursos Hídricos em Cabo Verde - INGRH

chama a atenção para a necessidade de se realizar mais estudos sobre o consumo da água na agricultura em Cabo Verde (ver subcapítulo 2.2.).

A semelhança do apontado por Ftaita em relação ao contexto magrebino, a crescente e florescente população urbana em Cabo Verde e a expansão do turismo já estão a fazer aumentar significativamente a procura de água. O consumo da indústria e do turismo juntos está atualmente estimada em 5.500m³/dia¹³. O número de turistas que visitam Cabo Verde está projetado para aumentar de 250,000 em 2007 para 3,6 milhões em 2017. Embora isso possa potencialmente impulsionar o desenvolvimento económico, trata-se de um objetivo ambicioso para um período de somente 10 anos, em termos do investimento a ser mobilizado. Também não está claro como é que as autoridades irão responder a essa progressão acentuada na demanda. No geral, as estratégias para a água e o turismo não estão alinhadas neste sentido. Todavia, o número de visitantes que chegam a Cabo Verde irá provavelmente registar um aumento, em certa medida, nos próximos 10 anos. Mesmo um modesto aumento no número de visitantes em quatro vezes ao longo de 10 anos associado ao crescimento urbano irá agravar consideravelmente a “tensão” na água, impondo um desafio acrescentado para uma gestão integrada e sã deste importante bem. Uma situação grave de escassez de água irá quase certamente dificultar o crescimento do turismo no futuro próximo.

3.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM CABO VERDE COMO ASSUNTO PÚBLICO: ARENAS DE DISPUTAS COMO ESPAÇO DE (RE)CONSTRUÇÃO DE MITOS

O debate em torno da questão da mobilização de água para a rega tem sido protagonizado essencialmente pelo Estado, através dos seus diversos serviços desconcentrados e descentralizados e os agricultores. No âmbito académico já foi produzido alguns trabalhos de investigação com interessantes contributos alternativos mas que ainda tiveram pouco impacto na arena pública.

Em 1957, o semiólogo francês, Roland Barthes, lançou seu célebre livro *Mitologias*, reunindo uma série de artigos publicados em jornais e revistas. Seus textos falam dos mitos do quotidiano da sociedade francesa desta época. Décadas depois,

¹³ Projeto de Reforço das capacidades de adaptação e resiliência às Mudanças Climáticas no Sector dos Recursos Hídricos em Cabo Verde – INGRH.

essa importante contribuição teórica continua em evidência quando aplicado à realidade atual.

Propomos neste subcapítulo fazer uma análise crítica a partir de excertos de documentos oficiais e da imprensa escrita cabo-verdiana da atualidade com base no que se considera ser os vários mitos e ritos comunicativos produzidos a cerca do processo de gestão da água para rega e da modernização da agricultura, num diálogo comparativo com o trabalho desenvolvido por Mário Fuks sobre o processo de incorporação, na sociedade brasileira, de temáticas, preocupações e práticas associadas à questão ambiental.

O debate em torno do “desenvolvimento” das populações localizadas nas imediações da BP e em toda a Bacia Hidrográfica de Ribeira Seca (BHRS) tem-se situado em dois planos: primeiro, num plano mais geral de implementação de políticas públicas com vista a modernização do setor agrícola incentivando a sua inserção no mercado e o aumento da produtividade; segundo, este processo de modernização está a ser materializado através da construção de uma grande infraestrutura de retenção de água a BP e da introdução de modernos sistemas de rega (gota a gota) com vista a redução dos gastos com a água e diminuição dos custos de produção.

De acordo com Fuks (1998) as várias versões a respeito de um determinado assunto público elaboradas no contexto de disputas locais são alimentadas por "pacotes interpretativos" os quais fornecem amplos repertórios de recursos argumentativos para a elaboração de "relatos" a respeito de eventos significativos. Organizados a partir de um universo constituído por ideias-chave, metáforas, frases de efeito e referências ao passado e a princípios morais, os pacotes interpretativos servem como guias gerais de como pensar e o que fazer a respeito de determinado assunto em questão. Pacotes interpretativos é precisamente o que Barthes designa por fala mítica. O mito pressupõe, na verdade, um discurso que pode ser formado por uma linguagem verbal ou visual. Entender-se-á, portanto, por linguagem, discurso, fala, etc. toda unidade ou toda síntese significativa.

Para Barthes, o mito é uma forma de fala,

Naturalmente, não é uma fala qualquer. São necessárias condições especiais para que a linguagem se transforme em mito; vê-lo-emos em breve. Mas o que se deve estabelecer solidamente desde o início é que o mito é um sistema de comunicação, uma mensagem. Eis por que não poderia ser um objeto, um

conceito ou uma ideia: ele é um modo de significação, uma forma. Será necessário, mais tarde, impor a essa forma limites históricos, condições de funcionamento, reinvestindo nela a sociedade: isso não impede que seja necessário descrevê-la de início como uma forma (BARTHES, 2001, p. 131).

Esta fala é uma mensagem. Pode, portanto, não ser oral; pode ser formada por escritas, ou representações, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o desporto, a publicidade, tudo isso pode servir de apoio à fala mítica. Para Barthes, o mito é uma distorção, deformação da realidade, ideologia. O mito não nega as coisas, apenas as tornam inocentes, dando-lhes uma significação natural e eterna, com o intermédio de seu caráter imperativo. Não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela sua forma.

Quando o Jornal Asemana nos apresenta a manchete “Barragem de Poilão leva fartura aos mercados de Santiago” reproduz na íntegra aquilo que podemos considerar como sendo uma fala mítica sobre a gestão da água para rega e a modernização do setor agrícola levado a cabo nos últimos anos. Por baixo a imagem de uma imponente estrutura de betão encravada no meio de um vale, amparando uma enorme massa de água circundado por uma vegetação verde nas suas margens e áreas adjacentes. Podemos dessa imagem concluir que as novas estruturas de retenção de água têm permitido transformar os secos e áridos solos em grandes produções agrícolas, permitindo assim contornar a escassez de água nas ilhas de um arquipélago onde só chove entre julho a outubro de cada ano.



Figura 9 – Ribeira Seca antes e depois da Barragem de Poilão:

A esquerda: Período seco e antes da construção da barragem em 2006. A direita: Época das chuvas e barragem na sua capacidade máxima (outubro/2009).

Fonte: Teixeira, 2011

Estamos pois, perante aquilo que Barthes designa de um sistema semiológico ampliado: ou seja, há um significante, formado já ele próprio por um sistema prévio (A barragem de retenção de água) e há um significado, permitindo o surgimento de uma nova e moderna agricultura, há portanto uma presença do significado por meio do significante. Um significado pode ter vários significantes. É também o caso do conceito mítico: tem à sua disposição uma massa ilimitada de significantes, posso encontrar mil frases, fotografias, artigos de jornais e reportagens televisivas que exemplifiquem a “revolução” agrícola que está sendo levado a cabo pelo governo com epicentro na Barragem de Poilão. Isto quer dizer que, quantitativamente o conceito é muito mais pobre do que o significante e limita-se frequentemente a rerepresentar-se.

Esta repetição do conceito por meio de formas diferentes é preciosa para o mitólogo, pois permite-lhe decifrar o mito: é a insistência num comportamento que revela a sua intenção, como podemos verificar neste excerto do discurso do Primeiro-ministro sobre o estado da nação.

Já não nos basta ter agricultura. A aposta na agricultura é para continuar e a chave para o sucesso dessa aposta é a captação de água onde o Governo continua a investir fortemente. Já há financiamento garantido para a construção de mais oito barragens nos próximos tempos, e o Governo está a mobilizar recursos para a construção de mais 17 barragens um pouco por todo o país. É diferente este Estado da Nação. Fala-se hoje em extensão rural, em irrigação inteligente, em ciência e tecnologia voltada para o campo, em erradicação da pobreza no mundo rural, em estradas asfaltadas que penetram os interiores de Cabo Verde (DISCURSO SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO, 2011).

Isso confirma que não há relação regular entre o volume do significado e o do significante: na língua, essa relação é harmoniosa e não excede a palavra ou, pelo menos, a unidade concreta. No mito, pelo contrário, o conceito pode cobrir uma grande extensão de significante: por exemplo, um livro inteiro será o significante de um só conceito; e, inversamente, uma forma minúscula (uma palavra, um gesto, mesmo lateral, desde que seja notado) poderá servir de significante a um conceito repleto de uma história extremamente rica. A BP enquanto estrutura física é neste caso o significante de todo um conceito de desenvolvimento rural assente na modernização do setor agrícola.

A infraestrutura hidráulica tem 26 metros de altura, 15 metros de comprimento e uma albufeira com capacidade para armazenar 1,7 milhões de m³ de água, sendo o comprimento da crista de 153 metros, localizado na Bacia Hidrográfica de Ribeira Seca, beneficia os Concelhos de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos (ilha de Santiago), o armazenamento de um milhão e 200 mil metros cúbicos para a irrigação de 65 hectares de terrenos e proporcionar empregos a centenas de famílias (WWW.ASEMANA.CV, acesso em 4/07/2006).

Os mitos se veiculam, na confusão entre natureza e história sobre a qual eles se instalam. O próprio desses discursos é se apresentarem com uma aparência de naturalidade absoluta, como aquilo que simplesmente é assim, que o senso comum não discute, mas apenas aceita. Barthes resolveu dedicar total atenção a estes mitos partindo de observações quase óbvias, pois vai estabelecendo relações muitas vezes insuspeitas para o consumidor/leitor desprevenido como o cenário ilustrado pelo jornal A Nação em estrato reproduzido em baixo:

A agricultura está na moda em Cabo Verde. A modernização do sector, com a introdução da micro - irrigação, tem demonstrado que, apesar de sermos um país com problemas de falta de água, a agricultura tem-se revelado uma área muito rentável onde vale a pena investir. Vejamos, por exemplo, o que tem sido feito por tantos jovens agricultores na barragem do Poilão. Há uma verdadeira revolução agrícola naquela zona que deve ser tida como um exemplo para outras regiões. Investir na agricultura é fundamental para reduzir a dependência das importações de alimentos, mas também para gerarmos sustentabilidade económica e social para as populações do meio rural (WWW.ALFA.CV, acesso em 18/01/2012).

O simbolismo e o sentimento que a fala mítica “Barragem de Poilão leva fartura aos mercados de Santiago” evoca em cada indivíduo pode ser diversificado. Contudo, os relatos históricos relativos às grandes secas e fomes dos séculos passados, aqui representado no quadro elaborado pelo geógrafo português Ilídio do Amaral (1991), permitiram desenvolver uma narrativa que caracteriza o nosso país como sendo de reduzida precipitação, agravada pelo aumento dos consumos resultantes do crescimento da população, da melhoria das suas condições de vida e sobretudo da nossa incapacidade em reter as águas provenientes das chuvas que correm todos os anos para o mar. Apesar da relativa adaptação da população aos sucessivos ciclos de secas que tiveram lugar ao longo dos séculos, nomeadamente na mudança de cultivos, no arranjo dos campos e até na emigração e abandono das terras.

Quadro 3 - Principais crises e períodos de escassez de colheitas em Cabo Verde desde o século XVI até a década de 1960

Anos	Crises e escassez de colheitas
1580-1582	“Fome grande” referida em carta do bispo D. Frei Brandão
1680	Tremor de terra e saída de lavas na Ilha do Fogo seguidos de esterilidade que levou muita gente a transferir-se para a Ilha da Brava
1719	Fome em Santiago. Nada se sabe sobre as outras ilhas
1746	Crise mal conhecida; apenas consta de uma representação ao Rei, descrevendo o estado crítico do comércio e do povo.
1748 - 1750	Grave mas mal conhecida
1764	Em especial nas Ilhas da Boavista e sal
1773 - 1775	Grande fome na Ilha do Fogo? Lestada traz gafanhotos. A população do Fogo baixa de 5700 para 4200 habitantes. Entre Setembro de 1774 e Fevereiro de 1775 o arquipélago perdeu 22666 indivíduos. Na Ilhas do Maio e da Brava morreram todo o gado.
1789	Crise atinge de maneira particular a Ilha da Boavista
1790	Ilhas de Barlavento e Brava. Morre muita gente em 1791.
1810	A esterilidade de 1809 provoca crise de fome em que morre muita gente
1813	Crise nas ilhas de Santiago e Maio, ceifando muitas vidas;
1814	Fome na Ilha da Boavista; uma parte da população foge para ilhas do Fogo e São Nicolau.
1816	Lavas a Norte da Chã alcançam o mar em dois dias (Ilha do Fogo)
1825	Santo Antão é a ilha mas atingida pela estiagem do ano anterior
1831 - 1833	Fome em todas as ilhas provocando elevada mortalidade. O arquipélago perdeu cerca de 30 mil habitantes
1845 - 1846	Chuvas parciais e escassez de colheitas; apenas as ilhas de Santiago e São Nicolau conseguiram colher o suficiente.
1850 - 1851	Chuvas fracas e escassez de colheitas, sobretudo nas ilhas de Barlavento.
1853	Escassez de colheitas, sendo as mais atingidas as ilhas do Sal e Boavista
1855	Quase não choveu e em todas ilhas há escassez de colheitas. Uma epidemia de cólera matou cerca de 800 pessoas na Ilha do Fogo.
1858 - 1860	Escassez parcial nas ilhas do Maio, Santiago e Brava
1863 - 1866	Crise geral. Estiagens completas em todas as ilhas. As estimativas da população entre 1862 e 1867 dão uma diminuição de 18 mil indivíduos para a Ilha de Santiago e cerca de 30 mil para todo o arquipélago.
1875 - 1876	Chuvas fracas e escassez de colheitas, em particular nas Ilhas de Santiago e Santo Antão.
1883 - 1886	Irregularidade das chuvas. Crise geral. Medidas de socorro tomadas a tempo (trabalhos e distribuição de alimentos) evitaram a repetição da mortalidade elevada de 1864.
1883 - 1886	Escassas colheitas. Grande miséria nas Ilhas do Maio e da Brava
1896 - 1898	Escassez de colheitas, em especial nas Ilhas de sotavento, na Boavista e no Sal; crise alimentícia combatida a tempo; não houve vítimas.
1900	Fome e varíola na Ilha do Fogo
1903 - 1904	Crise com efeitos graves na Ilha de Santiago. Sena Barcelos alude à vontade de alguns funcionários em acudir à população, que consideravam inferior e pouco merecedora de socorros.
1934 - 1936	Seca de efeitos atenuados.
1941 - 1943	Crise com fome geral. Ilha do Fogo perdeu cerca de 7500 vidas (31% da população).
1946 - 1948	Crise com fome geral. Ilha de Santiago perde cerca de 65% da população. A população do arquipélago desce para 140 mil habitantes.
1950 - 1960	Seca de mortalidade nula. Foram tomadas medidas adequadas para garantir alimentação

Fonte: Amaral, (1991, p. 12-14).

Músicas como “volta pa terra” de Norberto Tavares ou poemas como “Os Flagelados do Vento Leste” de Ovídio Martins, e “Regresso” de Amílcar Cabral, narram as estratégias adotadas pelo Homem cabo-verdiano para vencer a seca e transformar Cabo Verde num país efetivamente verde. A semiologia nos ensina, através do Barthes, que a função do mito é precisamente transformar um sonho e uma intenção histórica em natureza, e uma eventualidade em eternidade.

De uma forma geral, o relevo é muito íngreme em Cabo Verde, culminando com altitudes elevadas. As dimensões, configurações e geologia variam muito de uma ilha para a outra. Por causa da sua geomorfologia, Cabo Verde tem uma rede hidrográfica densa e complexa. Portanto, não existem cursos de água permanente e os temporários ocorrem apenas durante a estação das chuvas. Estes cursos de água temporários fluem para as principais bacias hidrográficas, onde continuam a fluir rapidamente para áreas mais baixas e depois para o mar, se não forem captadas por meios artificiais como as barragens. As cheias podem ocasionar efeitos desastrosos. Em consequência constata-se periodicamente e, em especial, durante a época húmida, uma perda grande de solo cultivável acompanhado de um importante volume de água que se perde no mar (estimado em 180 milhões de m³/ano).¹⁴

Enfim, começou a ganhar corpo um sonho antigo, em especial dos agricultores cabo-verdianos, que todos os anos se viam impotentes para conter a enorme carga de água que se perdia no mar durante a época das chuvas. E, neste sentido, a barragem de Poilão veio precisamente “recompensar” o agricultor e requalificar a agricultura em Cabo Verde, país com graves carências de água (WWW.ASEMANA.CV, acesso em 4/07/2006).

Portanto, se constatamos a importância da construção das barragens (sem explicá-la), pouco falta para que a achemos normal e decorrente da natureza das coisas, e essa constatação nos deixa tranquilo. Passando da história à natureza, nestas circunstâncias, segundo Barthes, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, e cria uma afortunada

¹⁴ Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde - 2004

clareza: as coisas, sozinhas, parecem significar por elas próprias. Ora, a eficácia da fala mítica reside justamente no facto dela se apresentar como transparente, sem nenhuma intenção.

O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação mas de constatação (BARTHES, 2001, p. 163).

A manchete “Barragem de Poilão leva fartura aos mercados de Santiago” evoca uma fala que pela sua intenção, vai muito mais além do que a sua literalidade evidencia. Faz-nos interpretar que o governo está a dar corpo a um velho sonho dos cabo-verdianos. A construção de barragens é a opção “natural” que o país deve tomar para poder ter água em quantidade e qualidade suficiente de forma a poder modernizar a sua agricultura. Em última instância, trata-se de fazer uma justiça histórica ao próprio nome do país. O investimento na pequena agricultura através da construção de barragens é assim apresentado como uma solução técnica eficaz e capaz de assegurar o crescimento sustentável e inclusivo da agricultura nacional.

Com os investimentos que têm vindo a ser feitos em modernização, capacitação dos agricultores, introdução de novas espécies, mini-barragens e aumento da disponibilidade de água para agricultura, num futuro breve, teremos resultados satisfatórios e o investimento terá um retorno rápido. Para além do desafio da continuação da modernização e reconversão do sequeiro em regadio, é preciso apostar no embalamento, distribuição e transporte. Estas são as maiores fragilidades que persistem (WWW.ALFA.CV, acesso em 18/01/2012).

Exorta-se assim os agricultores da ilha de Santiago a criarem empresas de transformação na área da agricultura e pecuária, tirando assim, vantagens da água da BP. Esta crença inabalável nas virtudes da modernidade, sustenta-se numa firme convicção de que os processos de modernização (agrícola) vão eliminar a pobreza, a fome, o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais de uma forma quase que instantânea. O setor agrícola se insere cada vez mais no sistema económico através da transformação da agricultura de um estado considerado ideologicamente “arcaico”, tradicional e atrasado, num setor “moderno” e que participa ativamente no crescimento económico do país. O desenvolvimento agrícola e rural é um instrumento desta mutação. Para atingir um

estágio urbano de modernidade, parâmetro de desenvolvimento por excelência, procura-se assim integrar a agricultura no processo de crescimento económico geral aumentando a produção e sua produtividade, comprando e vendendo à indústria. Esse processo colocou a agricultura em plano secundário, introduzindo uma série de agentes económicos que crescentemente passam a ter um papel relevante nas relações mercantis e de produção, particularmente na formação de uma indústria química que produz para a agricultura e que dela recebe e cria uma nova noção de alimentos (ALMEIDA, 1999).

Tal visão tem conduzido a uma excessiva valorização da modernidade ofuscando qualquer confrontação crítica.

“Há que trabalhar, utilizar a água com mais racionalidade, para produzir cada vez mais, tirando ganho do campo porque, não queremos que a agricultura dê só para sobreviver. O governo apoiará todos os agricultores que aceitarem o desafio de criar empresas de transformação dos produtos derivados da agricultura, com financiamento e acesso a créditos, para desenvolverem a agricultura” (WWW.LUSA.PT, acesso em 27/07/2010).

Neste estrato de um discurso do chefe do governo, fica patente que a agricultura tem que dar para financiar, viver melhor e acabar com a dependência do Estado. Todos os agricultores que estiverem dispostos a seguir o caminho da modernização serão apoiados. Este discurso decreta assim o início do fim da agricultura de subsistência e o aburguesamento do agricultor como o único caminho possível para a agricultura nacional.

Segundo Almeida (1999, p. 39, 40), o conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa então a incorporar quatro grandes elementos ou noções: (a) a *noção de crescimento* (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento económico e político; (b) a *noção de abertura* (ou do fim da autonomia) técnica, económica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a *noção de especialização* (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o *aparecimento de um novo tipo de agricultor*, individualista, competitivo e questionando a conceção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. A integração da agricultura à indústria não significa simplesmente uma mudança de ordem quantitativa (comprar, produzir e vender mais), mas também uma transformação radical de suas estruturas de produção e de comercialização, bem como sociais).

O homem do campo é assim “promovido” a empresário e homem de negócios. Trata-se de um discurso hegemónico e que não deixa espaço a outras formas alternativas de sobrevivência. E se encaixa dentro de um plano neoliberal de submeter todos setores e todas as atividades produtivas e, em última instância a própria sociedade, às leis do mercado. A noção de desenvolvimento é aqui, no entanto, *restritiva*, visto que se aplica essencialmente às mudanças e ao progresso das técnicas. Essas noções de desenvolvimento agrícola e rural, portanto, conservam uma significação restrita: primeiro, porque as operações reconhecidas como “de desenvolvimento” referem-se quase que apenas àquelas da produção; segundo, porque os organismos e instituições, oficialmente designados para promover as ações de desenvolvimento, somente agrupam o conjunto de organismos que se dedicam ao desenvolvimento.

A criação do Novo Banco irá revolucionar a microfinanças e o acesso ao financiamento por parte das PMEs, dos agricultores e cooperativas rurais. Na verdade, o Governo esforçar-se-á na promoção das intervenções das associações e organizações rurais. Aqui se incluem parcerias com associações e cooperativas rurais, de forma a facilitar a modernização da agricultura e a promoção do agronegócio. Onde for possível esta parceria será alargada ao apoio a cooperativas e associações rurais na execução de programas sociais e de infraestruturização (DISCURSO SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO, 2011).

Convém referir que quando se fala em agronegócios em Cabo Verde, os documentos orientadores do setor agrícola (como o PNIA - Programa Nacional de Investimento na Agricultura) apontam como referência os seguintes aspetos: promover o setor agrícola para uma produção orientada para o mercado; utilização de tecnologias modernas para a produção, a transformação e a distribuição, incluindo as tecnologias de informação e da comunicação (TIC); desenvolvimento biotecnológico na pesquisa e sua adaptação, com vista a obter valor acrescentado a todos os níveis da cadeia da produção; desenvolvimento de recursos humanos para melhorar a elaboração e execução de políticas assim como as capacidades de "empresarialização" do setor. Contudo a reduzida dimensão das propriedades, as condições climáticas e infraestruturais não permitem a constituição de grandes propriedades, altamente mecanizadas e conectadas com os mercados internacionais de *commodities*. Neste caso o termo agronegócio se refere à constituição de pequenas empresas agrícolas, associados à indústrias de transformação para o mercado local e pequenos nichos de produtos tradicionais para exportação,

sobretudo para a vasta diáspora constituída por nacionais e seus descendentes, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

O Estado definiu a racionalização na utilização da água para rega e a modernização da agricultura como sendo as duas dimensões fundamentais do processo de transformação com vista ao desenvolvimento do mundo rural. No entanto, essa "vocação universalista" do desenvolvimento e da modernização não está isenta de questionamentos. O incentivo propiciado pelo fácil acesso aos meios de comunicação enquanto recurso e espaço de reivindicações para determinados setores da sociedade civil, acaba por permitir que os diversos atores em disputa demandem à opinião pública as suas inquietações, seus interesses e pontos de vista em clara confrontação com a ideologia burguesa dominante e avessa em relação ao outro e ao desconhecido,

O pequeno-burguês é um homem incapaz de imaginar o Outro. Se o outro se apresenta perante o seu olhar, o pequeno-burguês tapa os olhos, ignorando-o e negando-o, ou então o transforma em si mesmo. No universo pequeno-burguês, todos os factos de confrontação são factos de reverberação: o outro, seja qual for, é reduzido ao mesmo (BARTHES, 2001, p. 171).

Para Fuks (1998), todo esse processo é sediado no "sistema de arenas públicas", onde estão em curso as atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho dos meios de comunicação social, a criação de novas leis, a divulgação de descobertas científicas, os litígios e a definição de políticas públicas. Nota-se, portanto, que o sistema de arenas públicas constitui-se, simultaneamente, em espaço de acção e de debate. Na dinâmica que envolve a complementaridade dessas duas dimensões, ocorre o processo de definição dos problemas sociais e dos temas emergentes e salientes.

Com base numa perspectiva construtivista, Fuks defende que a incorporação de questões ambientais na arena pública leva em conta dois aspetos: a sua dimensão local e o contexto de conflito. Desloca-se, portanto, do enfoque genérico, que recai sobre a oscilação da atenção e preocupação difusa em relação ao meio ambiente, para a compreensão do conflito local entre setores sociais específicos, em torno do qual são geradas, sedimentadas e veiculadas acções e compreensões distintas associadas ao meio ambiente enquanto problema social.

Neste caso podemos, da mesma forma, analisar as especificidades do processo de modernização da agricultura enquanto assunto público e debater-lo em termos da tensão e das possibilidades geradas pela polarização entre, de um lado, a sua "qualidade universal"

enquanto "bem público", e, do outro, o carácter particular das compreensões expressas em contexto de conflito.

É possível, portanto, estabelecer um elo entre a esfera das interações locais, permeadas por um conjunto de argumentos, e a dinâmica mais ampla do debate público. A própria ideia de um sistema de arenas sugere que a "ação e debate públicos" só existem na medida em que ocorrem em arenas específicas, as quais estão interligadas e atuam umas sobre as outras. As arenas de disputa de Fuks são assim espaços de construção e reconstrução de mitos. Segundo Barthes, a melhor arma contra o mito é a produção de um outro, produzindo uma terceira linha de significação. Se o mito pode roubar o significado pleno do signo, deformando-o, pode-se, também, deformar o mito, construindo um outro a partir dele, alterando-o também:

Para dizer a verdade, a melhor arma contra o mito talvez seja mitificá-lo a ele próprio e produzir um mito artificial e este mito reconstituído será uma verdadeira mitologia. Visto que o mito rouba linguagem, por que não roubá-lo também? Bastará, para isso, colocá-lo como ponto de partida de uma terceira cadeia semiológica e considerar sua significação como primeiro termo de um segundo mito (BARTHES, 2001, p. 156).

Existem discursos alternativos à modernização da agricultura. Todo o pacote que define o programa de desenvolvimento rural e os novos modelos de utilização da água para rega tem sido por vezes frontalmente contestados por uns, apropriados e reintegrados em modos de vida local, por outros. A visão, do desenvolvimento enquanto um caminho unidirecional, que leva as populações do atraso à modernidade, tendo portanto uma conceção linear. Este novo "modelo" moderno, "desenvolvimentista", "imposto" pelos agricultores/empresários modernos, e pelos poderes públicos é também geradora de conflitos, dúvidas, contestações e readaptações. Novos mitos e novas políticas públicas poderão surgir dos espaços de contestação e arenas de disputa. O contexto internacional recente é favorável para a discussão e elaboração de um novo tipo de desenvolvimento. As crescentes evidências do custo ambiental do desenvolvimento industrial vigente, a crise ambiental, a queda da renda agrícola, a superprodução aliada à má distribuição de alimentos (decorrente das novas relações económicas internacionais), as "rupturas recentes" (demográficas, do modelo de agricultura familiar, a dissociação entre agricultura, território e meio ambiente), as insuficiências do pensamento clássico e dos debates contemporâneos acerca do desenvolvimento (anos 50 e 60) e a contribuição dos

movimentos libertários e civis pós-68, são alguns “elementos decisivos” no debate social sobre esta questão (NAVARRO, 1999, *apud* ALMEIDA, 1999).

Concluo este capítulo com uma recomendação/apelo final de Barthes,

É sem dúvida, na exata medida da nossa atual alienação, que não conseguimos ultrapassar uma apreensão instável do real; nós caminhamos incessantemente entre o objeto e a sua desmistificação, incapazes de lhe conferir uma totalidade: pois, se penetramos no objeto, libertamo-lo, mas destruímo-lo; e, se lhe deixamos o peso, respeitamo-lo, mas devolvemo-lo ainda mistificado. Parece que estamos condenados, durante certo tempo, a falar excessivamente do real. É que, por certo, a ideologia e o seu contrário são comportamentos ainda mágicos, aterrorizados, ofuscados e fascinados pela dilaceração do mundo social. E, no entanto, é isso que devemos procurar: uma reconciliação entre o real e os homens, a descrição e a explicação, o objeto e o saber (BARTHES, 2001, p. 178).

3.4 A DISPUTA E O ACORDO A PARTIR DA PERSPETIVA PRAGMÁTICA DE BOLTANSKI

O sociólogo francês Luc Boltanski se emerge por volta dos anos 1980, numa configuração intelectual que nasce da crise dos grandes paradigmas unitários (funcionalismo, marxismo, estruturalismo), marcado pelo estabelecimento de uma visão pragmática da teoria da ação, e de uma “humanização” das ciências sociais (DOSSE, 1997). Em ruptura com a sociologia crítica de Pierre Bourdieu (de quem foi discípulo), mas a partir de uma análise construtivista dos grupos sociais e das categorias profissionais, tributária de seus trabalhos sobre as classes e as classificações sociais, Boltanski relata diretamente as práticas de propriedades inscritas na situação e se interessando pelas situações de ações e pelas interações enquanto tais, sem considerar a estrutura conjuntural em que elas ocorrem como simples epifenómenos da estrutura objetiva (VANDENBERGUE, 2006, p. 326).

Boltanski se insurge contra o que ele considera ser o desdém que parte da teoria social nutria até então pela capacidade que os indivíduos têm de realizar críticas e justificá-las em situações sociais específicas. Para o autor, é precisamente em esquemas teóricos que advogam a vocação crítica da sociologia que tal desprezo pela capacidade crítica dos atores sociais estaria mais presente, conforme atesta Igor Martinache (2010):

La sociologie pragmatique de la critique part ainsi d'un rejet de cette position de surplomb qui pose une asymétrie entre un sociologue éclairé et des agents aveuglés par l'illusion spécifique au champs dans lequel ils évoluent, et dans

laquelle Boltanski voit d'ailleurs une résurgence de l'idéalisme platonicien (MARTINACHE, 2010, p. 3).

O sociólogo estaria assim numa posição privilegiada e diferenciada de reflexividade e como tal seria o único capaz de “descobrir” as verdadeiras estruturas por detrás do comportamento dos agentes, enquanto estes seriam seres acríticos ou com pouca capacidade reflexiva. Adotando uma metáfora aérea utilizada por Bernard Lahire (1996, *apud* VANDENBERGUE, 2006, p. 326), para teorizar a variação das escalas de análise e dos contextos de observação, poderíamos comparar a passagem da visão *top down* da macrossociologia bourdieuniana para a visão *botton up* da microssociologia pragmática de Boltanski a uma “descida de pára-quedas que mergulharia o observador no meio de ações e de interações, dando acesso, diretamente, à observação da vida social *in situ*”.

Ao contrario de Bourdieu, Boltanski não está interessado pelo passado ou pelo futuro quanto pelo presente. O que lhe interessa não é o sistema, mas as ações e as práticas, não os homens e as mulheres, mas seus momentos. Os “momentos críticos” (BOLTANSKI; THEVENOT, 1991, p. 31) retêm mais particularmente a sua atenção. Nestes momentos não habituais de crítica e de questionamento, os atores exprimem, publicamente, suas censuras e se voltam para a justiça. A teoria do *habitus* lhe dá a sensação de ser uma “caixa preta”, na qual não se questiona a tensão interna entre a pretensão de um mundo totalmente objetivado, sem sujeito e de uma sociologia que supostamente leva em consideração a experiência dos sujeitos. Segundo Boltanski, “o sistema de análise de Bourdieu não poderia mais evoluir sem se repetir” (DOSSE, 2003 p.62), o que o conduz a abandoná-lo.

Boltanski renuncia assim à história de longa duração, incorporada nos corpos ou objetivada nos sistemas sociais, para se ligar, resolutamente, ao presente imediato, recusando projetar as características estruturais na situação observada e liga-las aos atores dos atributos e das qualificações fixas herdadas do passado. Atento ao cerne da situação, ele se situa resolutamente na tradição do pragmatismo americano e apresenta uma análise relacionada às de ação e de disputa relativamente curtas, a fim de apreender as pressões situacionais, materiais e ideais, as operações de justificação (VANDENBERGUE, 2006).

As questões sociais passam a ser analisadas no plano da ação sem determinismos holísticos, e numa abordagem pragmática que permite pensar a constituição do vínculo

social sem deixar de lado os dilemas e os conflitos da experiência do ator social. Na abordagem pragmática de Boltanski, tal postura reflete-se numa sociologia que pretende interpretar, a partir dos momentos de discórdia, a competência crítica dos atores na solução do conflito e na construção do acordo. A construção do vínculo político é problematizada do ponto de vista da justiça, num mundo plural onde os atores devem entrar em acordo quanto a um princípio comum de julgamento e avaliação.

A justiça é uma questão central no modelo de Boltanski, e é partir dela que ele desenvolve toda uma discussão sobre a questão da disputa e o acordo. Os momentos críticos são, para Boltanski, fundamentais porque contribuem para que se torne visível o esforço da crítica em fundamentar a sua denúncia às injustiças e também ajudam a evidenciar todo esforço dos atores em produzir justificações. A sociologia da crítica de Boltanski tem, então, como ponto de referência um regime específico de ação, o regime de justiça, onde os atores se encontram em situações sob o imperativo de justificação. Nessas situações a crítica é capaz de suscitar a justificação, e Boltanski considera que é preciso adotar uma postura teórica e metodológica que permita compreender o esforço realizado pelos atores para fundamentar as suas críticas. Ao focar-se na questão da justiça, Boltanski procura analisar como os atores recorrem às gramáticas de justificação para fundamentar as suas ações e críticas. É em momentos de discórdia e questionamento da ordem social que é possível analisar os esforços colocados em prática na construção dos acordos.

Com base em uma série de pesquisas de campo acerca de situações de denúncias de injustiça, Boltanski desenvolve e consolida a sociologia da crítica. Num desses trabalhos desenvolvido a partir de denúncias enviadas pelos leitores ao jornal *Le Monde*, tanto as cartas rejeitadas, por serem consideradas patológicas, quanto as cartas aceites e consideradas normais, eram tratadas sociologicamente da mesma maneira. O objetivo era perceber a lógica comum que estava presente em todos os tipos de denúncia.

Ce n'est pas sans arrière-pensée que nous avons entrepris de prendre pour objet les disputes entre les gens, le sens de la justice qu'ils mettent en œuvre dans ces disputes et les dénonciations d'injustice qu'ils s'opposent les uns aux autres dans les situations les plus ordinaires de la vie quotidienne mais aussi dans des contextes marqué par la bizarrerie ou l'extravagance (BOLTANSKI, 1990, p. 37).

Para Boltanski, o que diferencia os denunciadores eram os contextos e as circunstâncias da injustiça sofrida e os meios disponíveis para torná-la pública. Parte-se assim do princípio de que todos os atores partilham o mesmo senso de normalidade. Atitudes exageradas ou que aparentam ser fora do normal não são casos de ausência de senso crítico, mas antes de tudo momentos de manifestação da competência crítica. São momentos importantes e necessários no processo de generalização e transformação destas causas em questões públicas. Portanto é o sentido de normalidade que conduz os autores das cartas julgadas menos normais a dar a seus escritos uma forma estranha (BOLTANSKI, 1990). Segundo esta interpretação de Boltanski, se as pessoas agem excentricamente não é porque elas não sabem o que fazem, mas exatamente porque sabem o que fazem.

Ulrich Beck, (1993, *apud* VANDENBERGUE, 2006) defende que em sociedades altamente reflexivas como as nossas, em princípio, cada um dispõe de capacidades críticas e é capaz, ainda que em graus diferentes e com resultados desiguais, de denunciar uma injustiça apoiando-se sobre trabalhos de intelectuais mediáticos.

Na mesma linha, Norman Long (2001), tem proposto uma perspectiva orientada para ator sobretudo quando se procura analisar e compreender os processos de desenvolvimento e de mudança social. Esta perspectiva orientada para o ator surge assim como uma resposta às teorias que têm subvalorizado a capacidade das pessoas comuns alterarem a direção da sociedade e fazerem sua própria história. Segundo o autor, essas teorias são simplificadoras, centralistas, deterministas e, em certa medida, excluem da análise a possibilidade de os atores influenciarem de maneira significativa os processos de mudança.

Assim, Boltanski & Thévenot propõem que as críticas e denúncias realizadas pelos indivíduos sejam elas próprias tomadas como objeto de estudo. Para eles, uma investigação da capacidade crítica dos atores sociais somente seria possível caso se admitisse que os indivíduos não são meros agentes coagidos por violências simbólicas constantes (CAMPOS, 2009). Os indivíduos devem ser encarados enquanto atores com competências reflexivas plenas. Esta inflexão para uma perspectiva mais humanista seria a condição epistemológica para a compreensão dos momentos em que a crítica emerge.

On peut en effet révéler dans les littératures sociologique, et sans doute particulièrement dans les travaux réalisés en France ces trente dernières

années, une multitude de dénonciations qui, si elles ne se présentent pas toujours comme telles, n'en sont pas moins en tous points similaires aux accusations d'injustice figurant dans les documents qui constituaient notre objet d'analyse. Vouloir maintenir une distance radicale entre l'activité dénonciatrice des personnes et l'activité scientifique des sociologues présentait une difficulté liée au travail de terrain lui-même (BOLTANSKI, 1990, p. 37).

Portanto, Boltanski tem se empenhado em levar a sério as críticas e acusações feitas pelos atores sociais. Das cartas de leitores enviadas a jornais franceses, passando pelos conflitos laborais até a literatura do mundo da gestão, Boltanski tem demonstrado um interesse especial pelas estratégias argumentativas utilizadas pelos indivíduos para justificarem suas demandas. Mais recentemente, sua produção bibliográfica tem caminhado na direção de uma macrosociologia da crítica que se debruça sobre os processos sociais de universalização de casos e controvérsias inicialmente particulares (BOLTANSKI, *et al.*, 2007). Nos casos públicos há uma imbricação entre a sociologia e a crítica, porque por um lado, os atores sociais mobilizam os dados científicos e as interpretações sociológicas para fundamentar seus argumentos, e por outro lado, o sociólogo é também um ator político na medida em que seu recorte analítico pressupõe um ponto de apoio normativo.

Le sociologue pragmatique remarque en effet que le travail de terrain rend difficile de "maintenir une distance radicale entre l'activité dénonciatrice des personnes et l'activité scientifique des sociologues" car les théories sociologiques elles-mêmes sont utilisées par les personnes impliquées dans des affaires (BOLTANSKI, 1990, p. 37).

Partindo desta fundamentação, Boltanski apresenta um modelo de interpretação que apreenda as situações críticas dos atores sociais, e que não limite apenas a produzir uma interpretação mais forte. Dessa forma, a sociologia da crítica procura não adotar uma postura de suspeita diante do ator social – como as sociologias que fundam suas interpretações no “inconsciente”, no “poder” ou nas “relações de força” -, mas leva a sério o seu discurso para melhor compreender como os atores percebem e reagem aos constrangimentos da vida política. A atividade do sociólogo da crítica consistirá em reconstituir, da maneira mais completa possível o espaço crítico, dentro do qual a causa se desenrola aproximando-se do papel exercido por um juiz, que num processo recolhe e regista as provas registadas pelos próprios atores, produzindo ao fim uma interpretação da interpretação.

Le travail du sociologue de la critique est comparable en cela à lui d'un juge d'instruction qui repousserait à l'infini le moment de la conclusion, celui où, s'appuyant sur les preuves qu'il a accumulées ou sur son "intime conviction" - c'est-à-dire sur sa propre capacité des jugements synthétiques (BOLTANSKI, 1990, p. 56).

Disso podemos concluir que o desequilíbrio na relação de poder entre o sociólogo e os atores sociais não é de todo eliminado na sociologia da crítica, mas sim apenas a pretensão à verdade dos sociólogos que defendiam a distância entre a realidade acessível à ciência e a realidade vivida pelos atores. Segundo Boltanski, essa distância é colocada em xeque no seio de uma sociedade crítica, onde os atores também dispõem de recursos críticos. A realidade que conhecem os atores e a realidade que é do domínio do investigador não são mundos fechados entre si. O quebrar com os pressupostos da sociologia crítica é uma opção metodológica, que coloca em suspensão a atitude crítica do sociólogo para melhor compreender os atos críticos da vida quotidiana como o indivíduo que estando presente numa atividade festiva, prefere ficar no fundo da sala observando a alegria e o ambiente de convívio dos demais presentes:

Critiquer c'est se désengager de l'action pour accéder à une position externe d'où l'action pourra être considérée d'un autre point de vue, à la façon de ces personnes qui, dans une fête où tout le monde se laisse aller à boire et à danser, demeurent au fond de la salle, sans se mêler à la gaieté ambiante, regardent et n'en pensent pas moins (BOLTANSKI, 1990, p. 55).

Boltanski procura assim dar evidência à competência das pessoas na classificação e na diferenciação dos casos que pertenciam ao âmbito particular e pessoal, e com aquilo que pertencia ao geral e ao público nos processos de denúncia. Assim, a partir do particular-geral, Boltanski & Thévenot desenvolveram um modelo analítico que compreendia diversas formas de aceder à generalidade, que não mais dizia respeito somente ao tamanho de um caso, mas também envolvia a noção de grandeza que poderia se referir a outras noções de bem comum. As operações de representação, importantes nos atos de denúncia pública, diziam respeito a uma forma específica de grandeza, a cívica, onde os grandes são os que encarnam o coletivo, representam os demais e servem de expressão à vontade geral (BOLTANSKI, 1990).

É importante lembrar que uma mesma escolha pode ser justificada a partir de ordens de grandeza diferentes. Para Boltanski, por exemplo, uma denúncia pública tem mais chances de ser ouvida caso consiga se des-singularizar, isto é, fazer referência a princípios de justiça mais relacionados ao coletivo (CAMPOS, 2009). Jean-Jacques Rousseau serve de referência na formatação de um princípio de equivalência fundado na ideia de representação. Contudo, seria insensato, segundo Boltanski, pensar que todas as situações de disputa girassem em torno de um único princípio de equivalência. É necessário, então, considerar que existe uma pluralidade de princípios de grandeza. Mas não uma infinidade (BOLTANSKI, 2004).

Na obra *De la justification* Boltanski & Thévenot (1991) desenvolvem uma abordagem interpretativa que apreende a diversidade de concepções de justiça, distanciando-se assim das teorias de justiça que se propõem a estabelecer as condições de possibilidade de uma sociedade justa. Estas obras propunham construções que se revelavam como utopias quando eram confrontadas com a diversidade de situações que os homens se deparam na sociedade. Porém, Boltanski & Thévenot também propunham se distanciar do relativismo, propondo apreender a distinção realizada na prática pelos atores sociais entre “valores legítimos” e “valores ilegítimos”. A sociologia da crítica deveria, assim, levar em consideração os repertórios utilizados pelos atores para escapar da arbitrariedade dos valores e superar o caos social. Dessa forma, seria possível destacar aqueles princípios que servem de suporte para a fundamentação de uma ordem política de caráter universal.

Boltanski atribui aos objetos um papel determinante na definição da situação e na atribuição das grandezas. A noção de prova é fundamental no modelo de Boltanski e para dar conta da tensão entre a incerteza da vida social e a necessidade de estabilizar os acordos, além de permitir pensar num mesmo marco teórico tanto as relações de força quanto as ordens legítimas (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009). As provas se constituem de objetos e dispositivos capazes de mensurar a grandeza das pessoas, transformando os fortes em grandes. As provas de grandeza distinguem-se das provas de força por incluírem um espaço para o juízo moral: São elementos fundamentais para pensar em como os atores buscam construir a estabilidade do mundo social. A introdução dos objetos na problemática do vínculo social permite interpretar qual o estatuto da realidade aos olhos dos próprios atores, e como os objetos são mobilizados no discurso e na ação. Os objetos não determinam a ação, mas funcionam como estabilizadores do

mundo social. Através deles, os atores sociais literalmente colocam o vínculo social à prova (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Com a introdução dos objetos, a análise pragmática transita do nível micro para o macro, pois os objetos mesmo atuando localmente se inscrevem nas equivalências gerais. Os objetos funcionam como uma escala que orienta a leitura de um mapa, sem eles não haveria distinção entre as grandezas.

A perspectiva pragmática de Boltanski & Thévenot propõe romper com algumas categorias clássicas das ciências sociais – grupos, classes sociais, trabalhadores, eleitores, etc., a partir de uma visão que concebe a plasticidade dos atores sociais e a sua competência em ajustar-se às situações. A análise das situações problematiza a incerteza da vida social e as competências ordinárias necessárias para que as pessoas transitem entre diferentes mundos e produzam julgamentos ajustados a eles. Eles quebram as cadeias de ação em momentos, problematizando os tipos de competência específica que os atores sociais mobilizam numa ação situada (DODIER, 1993). Os atores não carregam em si uma identidade fixa que determine sua ação ou interpretação do mundo. É precisamente a vivência em realidades diferentes que possibilita o questionamento das situações, visto que os atores dispõem de uma pluralidade de perspectivas sobre a justiça o que dá sentido a um certo distanciamento crítico. Apesar das diferenças que possam existir, segundo Dodier (1993):

Lorsqu'on considère les formes d'action qui relèvent du sens commun, il peut exister des différences entre les personnes sur le plan des performances, en fonction notamment des appuis externes qu'elles rencontrent, et qui les guident dans tel ou tel régime d'action, mais il n'existe pas de différence au niveau des capacités, d'où le terme de « compétences » qu'on peut leur appliquer, au sens d'un bagage commun à toute personne (DODIER, 1993, p. 79).

As pessoas dispõem de uma instrumentação mental (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) capaz de fazê-las agir com naturalidade nas situações mais diversas e reconhecer quais as convenções normativas vigentes na situação. As pessoas são capazes de reconhecer a natureza da situação e empregar o princípio de justiça correspondente, reconhecer os objetos e os utilizar de maneira apropriada e estabelecer relações harmoniosas entre as pessoas e as coisas. Para Boltanski & Thévenot, as pessoas realizam operações metafísicas e conhecem os princípios que ordenam uma situação. O acordo

entre as pessoas não pode resultar simplesmente de um tipo de negociação permanente entre seres que não possuem as mesmas capacidades de se projetar além deles mesmos:

L'accord ne peut résulter simplement d'une sorte de négociation permanente entre des êtres qui ne posséderaient pas la faculté de se porter au-delà d'eux-mêmes, incapables d'établir des équivalences généralisables, comme dans les sociétés de babouins où l'ordre des grandeurs doit être sans cesse réparé, ce qui fait dire à B. Latour que les sociétés de singes réalisent la conception que l'ethnométhodologie se fait des sociétés humaines (BOLTANSKI; THEVENOT, 1991 p. 183).

Por outro lado, é o reconhecimento da situação que permite o julgamento a respeito do ajustamento. A busca de justiça e o ajustamento à situação estão imbricados na prática, pois as críticas precisam ser ajustadas para fazerem sentido. Uma crítica sem sentido é aquela que se realiza em situações inoportunas, e que portanto acabam por não ter condições de ter voz. Os atores sociais possuem a competência de julgar a natureza da situação identificando na disposição dos seres, tanto humanos quanto não humanos, o princípio de ordem que é vigente na situação.

De acordo com as conjunturas históricas, ou seja, de acordo com a orientação assumida pelos deslocamentos anteriores e com a natureza das provas que convém limitar e justificar, o estabelecimento de novos dispositivos de justiça poderá apoiar-se na formação de novos tipos de composição entre cidades já estabelecidas, explicitadas em argumentos e inseridas no mundo dos objetos (por exemplo, apoiar-se numa composição entre o mundo industrial e o mundo do mercado), ou, para implantar-se, deverá ser acompanhado pela formulação de novas cidades e pela sua inserção em dispositivos (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

Em situações quotidianas, as ações entre as pessoas são coordenadas por pressuposições tacitamente compartilhadas, pré-reflexivas, muitas vezes condensadas em objetos, instituições, organizações, costumes, regras. No entanto, ao surgirem situações de disputa, os autores – indivíduos que argumentam – procuram justificar suas ações em busca de acordo com argumentos que possam subsistir a contra-argumentações. Momentos críticos, esse é o nome que os autores dão a essa situação em que o consenso pressuposto se desfaz e o indivíduo se sente coagido a reconstituir uma gênese justificativa para sua posição (SOBOTTKA & SAAVEDRA, 2012).

Com objetivo de analisar como as pessoas convivem em seu cotidiano com a disputa e o acordo, com a equivalência e a não equivalência, e como os atores se movimentam entre a postura crítica e a abertura ao acordo, é necessário ampliar o limite temporal da análise das situações da sociologia da crítica. A sociologia desenvolvida por Boltanski & Thévenot se centra essencialmente nas disputas de justiça, sem contudo reduzir o universo social única e exclusivamente a esses momentos.

Na obra *L'amour et la justice comme compétences* (1990), Boltanski desenvolve suas reflexões acerca da violência e da paz. A sociedade não seria possível num estado contínuo de disputas, e em função deste facto Boltanski concebe dois regimes de paz: a justeza (*justesse*) e o amor (*ágape*). As ações dos atores se orientam em função de dois eixos: o da paz/disputa e o da equivalência. E se caracterizam pela forma como se resolve a tensão entre as pessoas e os objetos, que constitui o ponto central da metafísica corrente dos membros de nossa sociedade. O regime de paz se estabelece pelo funcionamento tácito das equivalências no uso das coisas. No regime de justiça o uso da linguagem explicita os princípios de equivalência que sustentam a ordem de grandeza na situação. O regime de amor é um regime de paz sem equivalências, não há instrumentação alguma para o cálculo e para a memória, de forma que as pessoas no estado de *ágape* se caracterizam pela despreocupação, inconsequência e capacidade de esquecer. “C'est la raison pour laquelle l'amour a toujours été présenté non seulement comme une alternative à la violence, mais aussi comme une alternative à la justice” (BOLTANSKI, 1990, p. 142).

Os regimes de ação são apresentados por Boltanski em sua forma pura, como se a ação específica a cada regime seguisse seu próprio ritmo sem sofrer perturbações de outras lógicas de ação. Contudo, Boltanski conta com a plasticidade das pessoas e a convivência de diferentes lógicas de ação na prática social. Assim torna-se possível estabelecer a relação entre pessoas envolvidas em diferentes regimes de ação assim como a transição delas entre os vários regimes.

As emoções desempenham um papel fundamental na passagem de um regime a outro, pois elas são a manifestação corporal da memória de um estado anterior: E o caráter corporal da emoção o que faz dela o suporte da persistência (BOLTANSKI, 1990). A emoção escapa à vontade e impõe ao estado atual os sentimentos relacionados a um estado anterior. Ela é o produto não só da conversão das condutas, associada à oscilação de um regime a outro, mas também dos esforços realizados para permanecer, o

maior tempo possível, o mais perto do eixo a partir do qual giram esses dois regimes, a fim de mantê-los em contiguidade. O estado emotivo caracteriza o limiar entre um regime e outro. O abandono da justiça e o estabelecimento da paz pode ser consequência das emoções que afloram no calor da situação em que a impossibilidade de contê-las por completo conduz à reconciliação.

Ao desmembrar o fenômeno da dádiva e buscar uma compreensão do ato de dar, Boltanski leva a sério os valores da tradição cristã a ponto de formular um modelo do ágape no qual a referência a um plano de generalidade e o papel da interação são descartados. O modelo se detém nas ações locais, na singularidade dos seres e no peso do presente - não há previsão e nem memória. A reflexão sobre a continuidade do amor e sua persistência é inexistente (BOLTANSKI, 1990). O engajamento na gratuidade, assim como na amizade, pressupõe a reflexão acerca do valor do vínculo. O envolvimento na amizade, que envolve a confiança e os atos de doação, implica diferenciar a amizade de outros tipos de relação e valorizá-la. É necessário, pois, pensar em um regime de ação que leve em consideração a competência dos atores em julgar a situação não com base na equivalência e na justiça, mas com base no engajamento moral mútuo - simbolizado pela dádiva. A dádiva é o símbolo do consenso moral que transcende o presente e impõe-se ao futuro como expectativa em relação ao próprio vínculo – o que se dá e o que se recebe são demonstrações da crença no vínculo.

O caráter ambíguo da dádiva permite pensar a constituição de um regime de paz fundado na não-equivalência e que transcenda a prática local. É uma forma de constituir um consenso moral sem que seja necessário recorrer aos objetos e dispositivos. No regime da dádiva, as pessoas não caem no esquecimento como também não se atém somente ao presente. Contudo, a expectativa e a memória da dádiva não levam ao cálculo e à equivalência estrita, pois existe um grau de indeterminação que a coloca a meio caminho entre o regime da justiça e o regime de ágape - como concebido por Boltanski. A liberdade e a obrigatoriedade paradoxalmente inerente à dádiva permitem pensar num regime de ação aonde a competência simbólica dos homens conduz à criação de acordos fundados num universo simbólico comum. Os acordos são firmados, no regime puro da dádiva, à revelia dos objetos, dos dispositivos e das equivalências – o único ponto de convergência é o símbolo e o valor que ele representa. Contudo, a pureza da dádiva representa uma situação utópica, pois seria impensável a formação de coletivos sem

princípios de equivalência, classificação e hierarquias. Mais adiante, veremos como a dádiva interage com a crítica no interior das cidades (BOLTANSKI, 1990).

Para tornar possível a obtenção de um acordo, os autores prevêem que as pessoas envolvidas necessitam “despir-se de sua singularidade e convergir em direção a uma forma de generalidade transcendente de pessoas (*generality transcending persons*) e da situação na qual elas interagem”. De algum modo, elas precisam assumir uma segunda natureza que as permita lidar com convenções sobre equivalências que transcendam a elas próprias (SOBOTTKA & SAAVEDRA, 2012, p. 132).

Em jeito de conclusão diríamos que Boltanski, através da sociologia pragmática, propõe um modelo que procura compreender como os atores se fixam para definir a situação, invocando os registos e os repertórios convencionais e transituacionais da justificação, orientados para o bem comum, que apresentam os instrumentos de equivalência necessários para se colocarem de acordo sobre a grandeza relativa assim que se engajem em suas provas e se apoiem sobre os objetos e as coisas integradas nos dispositivos. Esses dispositivos heterogêneos, resultado de provas passadas e que estabelecem a situação, podem, igualmente introduzir novas provas e engendrar transformações sociais em dimensões que ultrapassem a situação e subvertem; duradouramente o mundo – para melhorá-lo ou piorá-lo (VANDENBERGUE, 2006).

De seguida vamos afunilar o debate para as questões associadas ao desenvolvimento local a partir da perspectiva de um leque de teóricos pós-coloniais. Experiências de movimentos sociais de contestação ao atual modelo de desenvolvimento implementado nos países do Sul, sobretudo na América latina, ajudam a dar sentido prático ao quadro teórico desenvolvido por Boltanski e os seus discípulos, ou seja, utilizando uma terminologia de Spivak, os subalternos têm voz e têm-se feito ouvir e os cientistas sociais não podem e nem devem ficar alheios a estes fenómenos.

3.5 A EVOLUÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL DO DESENVOLVIMENTO

De acordo com Escobar (2005) a conceptualização sobre as várias fases do desenvolvimento nas Ciências Sociais conheceu três momentos diferentes e que correspondem a três orientações teóricas contrastantes: Teoria da modernização nas décadas de 1950 e 1960, com as suas teorias aliadas de crescimento e desenvolvimento; Teoria da dependência e perspectivas relacionadas, nos anos 1960 e 1970; e aproximações

críticas ao desenvolvimento como discurso cultural, na segunda metade da década de 1980 e 1990.

A teoria da modernização abriu, para muitos teóricos e elites mundiais, um período de confiança nos efeitos benéficos do capital, da ciência e tecnologia. O termo “desenvolvimento” no seu sentido moderno foi utilizado oficialmente pela primeira vez pelo presidente norte-americano Harry Truman em 1949, como parte do programa de reconstrução dos países subdesenvolvidos no pós II Guerra (LEWIS, 2005).

Tanto no discurso (neo) liberal como no socialista (do “socialismo real existente”), a ideia de desenvolvimento ganha força neste período, revigorada por teorias e princípios económicos que vêem no Estado um dos impulsionadores da modernização, garantindo um importante papel ao desenvolvimento económico e técnico (ALMEIDA, 1999).

Os propósitos definidos por Truman eram ambiciosos; criar condições necessárias para a reprodução em todo mundo das condições de vida vigentes nas sociedades mais “avançadas” na época; proporcionar altos níveis de industrialização e urbanização, introdução de tecnologias na agricultura, garantindo assim um rápido crescimento da produção; aumento dos níveis e condições de vida material e a adoção generalizada da educação escolar e dos valores culturais “modernos” (ESCOBAR, 2007).

[...] Creo que deberíamos poner a disposición de los amantes de la paz los beneficios de nuestro acervo de conocimiento técnico para ayudarlos a lograr sus aspiraciones de una vida mejor... Lo que tenemos en mente es un programa de desarrollo basado en los conceptos del trato justo y democrático... Producir más es la clave para la paz y la prosperidad. Y la clave para producir más es una aplicación mayor y más vigorosa del conocimiento técnico y científico moderno (TRUMAN, 1964, *apud* ESCOBAR, 2007, p. 19).

O capital, a ciência e a tecnologia eram os principais componentes na concretização desta revolução. A noção de desenvolvimento não se impõe somente como evidente, mas também como universal. O desenvolvimento é um bem para todos os lugares. É por isso que foi pensado e aplicado de maneira uniformizante. Ao invés das originalidades se exprimirem e se fortificarem aparecem as características singulares dos povos e das culturas. É um modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças e situação, de regime e de cultura (ALMEIDA, 1999). Esta convicção não estava impregnada apenas nos planos e discursos dos líderes dos países ricos do ocidente,

no pós-segunda guerra mundial, mas também nos organismos internacionais. Um dos documentos mais influentes da época, elaborado por “experts” das Nações Unidas, transcrito por Escobar (2007), com o objetivo de planificar e organizar medidas e políticas concretas para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, se expressava da seguinte forma:

Hay un sentido en el progreso económico acelerado es imposible sin ajustes dolorosos. Las filosofías ancestrales deben ser erradicadas; las viejas instituciones sociales tienen que desintegrarse; los lazos de casta, credo y raza deben romperse; y grandes masas de personas incapaces de seguir el ritmo del progreso deberán ver frustradas sus expectativas de una vida cómoda. (UNITED NATIONS, 1951 *apud* ESCOBAR, 2007, p. 20).

Pode-se concluir com base neste estrato de que os objetivos passavam por uma reestruturação total dos países subdesenvolvidos. Estas afirmações podem parecer-nos hoje bastante etnocêntrica, ingênua e até arrogante, contudo demonstravam a convicção dos dirigentes da altura em quererem transformar o terceiro mundo através da prosperidade e do progresso material e económico. Porém, em vez da abundância prometida pelos teóricos dos anos cinquenta o discurso e a estratégia do desenvolvimento produziu o contrário, mais miséria, dívidas, violência e subdesenvolvimento massivo.

A teoria da modernização sofreu o seu primeiro revés com o aparecimento da teoria da dependência, desenvolvida sobretudo na América latina, que argumentava que as raízes do subdesenvolvimento se encontravam na conexão entre a dependência externa e a exploração interna e não em uma suposta carência de capital e valores modernos. Para os teóricos da dependência, o problema não era tanto o desenvolvimento, mas sim o capitalismo. O capitalismo mostrava-se incapaz de reproduzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colónias. Pelo contrário fizera aumentar a dependência económica e política dos países mais pobres face os mais ricos como nos indica David Lewis (2005).

The dependency theorists rejected the modernization paradigm and focused instead on the unequal relationship between North and South in relation to terms of trade, arguing that an active process of “underdevelopment” had taken place as peripheral economies were integrated into the capitalist system on unequal terms, primarily as providers of cheap raw materials for export to rich industrialized countries (LEWIS, 2005, p. 5).

Nasce assim a necessidade de se procurar novos rumos teóricos através do estabelecimento de uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo. Diferentemente do desenvolvimentismo, a teoria da dependência não encara subdesenvolvimento e o desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Desta forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo; como aqui referenciado por Andre Gunder Frank (1966), uma das principais referências desta corrente.

We cannot hope to formulate adequate development theory and policy for the majority of the world's population who suffer from underdevelopment without first learning how their past economic and social history gave rise to their present underdevelopment. Yet most historians study only the developed metropolitan countries and pay scant attention to the colonial and underdeveloped lands. For this reason most of our theoretical categories and guides to development policy have been distilled exclusively from the historical experience of the European and North American advanced capitalist nation (FRANK, 1966, p. 27).

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) tiveram um papel fundamental neste debate no contexto sul-americano ao proporem uma nova análise metodológica sobre o assunto, na obra “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, no qual lançam as bases para um estudo sobre situações concretas de dependência.

A teoria da dependência se tornou muito popular durante os anos 1970, mas foi perdendo influência na década de 1980, uma vez que foi alvo de muitas críticas. Foi criticado por simplificar as ideias de Marx sobre o vigor simultaneamente destrutivo e progressista do capitalismo em relação ao feudalismo, por subestimar a gama de estratégias desenvolvidas pelos indivíduos e grupos em resistir e renegociar suas posições dentro do sistema global, e por ter permanecido em silêncio em relação a propostas de soluções para os problemas da pobreza e subdesenvolvimento. No entanto, o legado da teoria da dependência continua atual em muitos aspectos. As suas ideias principais, sobretudo as críticas em relação às regras do comércio internacional, os regimes de financiamentos e cadeias de fornecimentos, tem sido assumidos por movimentos sociais e ativistas.

Desapontados com o aumento da pobreza e as desigualdades a nível global, alguns académicos e ativistas denunciaram a necessidade de se inaugurar uma nova era a que designaram de pós-desenvolvimento na década de 1990. O principal impulso da crítica pós-estruturalista não foi tanto propor uma versão alternativa – como se através do refinamento progressivo dos conceitos os teóricos pudessem finalmente chegar a uma conceptualização verdadeira e efetiva – mas sim questionar os modos pelo quais Ásia, África e América Latina chegaram a ser definidas como subdesenvolvidas e, portanto, necessitadas de desenvolvimento.

Em simultâneo surgem as primeiras discussões sobre a “sustentabilidade” e sobre o “desenvolvimento sustentável” que se preocupava de modo particular (e não exclusivo) com as necessidades humanas. O conceito de desenvolvimento sustentável abriga uma série heteróclita de concepções e visões de mundo, sendo que a maioria daqueles que se envolvem no debate em torno da questão são unânimes em concordar, em uníssono, que o mesmo representa um grande avanço no campo das concepções de desenvolvimento e nas abordagens tradicionais relativas à preservação dos bens naturais. Neste “guarda-chuva” do desenvolvimento sustentável se abrigam desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade, a defensores de um “capitalismo verde”, que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da ideia de progresso e crença no avanço tecnológico. Este grupo é integrado pelos atores “alternativos”, que buscam “inventar” um novo modo de desenvolvimento e de agricultura que seja socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito, recuperando técnicas, valores e tradições (ALMEIDA, 1999).

A partir de 1980, o debate sobre a temática da sustentabilidade se fortaleceu, sendo muito influenciado pela economia neoclássica, o que se refletiu na tentativa de traduzir escolhas ambientais por preferências de mercado, seguindo a ortodoxia neoliberal. A crescente atenção dedicada à construção de sistemas de medição capazes de avaliar a situação das variáveis ambientais foi um corolário necessário dessa tendência, emergindo uma busca acentuada de maneiras práticas pelas quais a sustentabilidade pudesse ser construída, através da inserção da preocupação ecológica no âmbito das políticas e nos planeamentos estatais. A disseminação dos sistemas de medição acima mencionados ampliou o uso de que foi objeto o termo “sustentabilidade”, e abriu um novo discurso sobre desenvolvimento, com um grande apelo aos tecnocratas e aos empresários, segundo perspectiva de Michael R. Redclift (2002).

A tese que defendemos neste trabalho é a de que a ideia de sustentabilidade ainda é útil, mas que não deve se associar unicamente à “natureza exterior”. As mudanças nas comunicações globais e na genética têm alterado tão substancialmente nossas relações com o meio ambiente, que seria pouco produtivo inscrevê-las fora da “natureza” que descrevemos como “sustentável”. No século XXI faz sentido considerar-nos como parte do discurso da sustentabilidade... [...] De maneira cada vez mais frequente, a “sustentabilidade” foi se separando do meio ambiente e foi confundida com as questões mais amplas da equidade, governabilidade e justiça social, o que serviu para transferir a discussão política para diferentes lugares. A “sustentabilidade” foi, então, usada como um sufixo para quase todas as coisas julgadas desejáveis (REDCLIFT, 2002, p. 125, 126).

O debate sobre este importante tema, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, o conceito/ideia como sendo gestado dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma ideia que tenta quebrar com a hegemonia do discurso económico e a expansão desmesurada da esfera económica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à ideia/conceito (ALMEIDA, 1999).

Deste modo, conclui Redclift (2002), esses novos discursos ambientais refletem as mudanças da globalização, na genética e nas comunicações, e demonstram, vivamente, a importância das novas desigualdades espaciais. Nesse sentido, eles podem ser definidos como discursos da “pós-sustentabilidade”.

Esta série de análises mas a evidência do crescente descontentamento com o desenvolvimento em muitas partes do chamado Terceiro Mundo, foi o que levou alguns teóricos sugerissem a ideia de pós-desenvolvimento. Em outras palavras levou os pós-estruturalistas a considerar a possibilidade de uma "era de pós-desenvolvimento". Para alguns, isto significou genericamente uma era em que o desenvolvimento já não seria o princípio organizador central da vida social e nem pode ter lugar apenas debaixo dos olhos do ocidente (MOHANTY, 2008). Outros adicionaram a esta caracterização a necessidade de depender menos de conhecimentos de especialistas e mais das "experiências" de pessoas comuns de construir mundos mais humanos, assim como cultural e ecologicamente mais sustentável. Além disso, se destacou a importância de tomar a sério os movimentos sociais e mobilizações de base, como a base para se abordar

a nova era (SHIVA, 1997; ESCOBAR, 2005). A pergunta colocada pelos pós-estruturalistas não foi “como podemos melhorar o processo de desenvolvimento?”, mas sim: por meio de que processos históricos e com que consequências estas regiões foram projetadas como Terceiro Mundo através dos discursos e práticas de desenvolvimento? (ESCOBAR, 2005, p. 19). A resposta a estas questões envolve muitos fatores, entre os quais os seguintes: como discurso, o “desenvolvimento” surgiu no pós II Guerra Mundial, embora as suas raízes se encontrem em processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo. Foi durante este período que todos os tipos de “especialistas” em desenvolvimento começaram a desembarcar em massa na Ásia, África e América Latina, dando início à construção do Terceiro Mundo.

O discurso do desenvolvimento tornou possível a criação de um vasto aparato institucional, através do qual se implantou, ou seja, por meio do qual se tornou uma força real e efetiva de transformação da realidade social, económica e política das sociedades em questão. Este dispositivo inclui uma ampla gama de organizações, de instituições de Bretton Woods (por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e outras organizações internacionais (por exemplo, o sistema da Organização das Nações Unidas, ONU) para o planeamento nacional e desenvolvimento e na implementação de projetos de desenvolvimento a nível local.

Pode dizer-se que o discurso do desenvolvimento tem operado através de dois mecanismos principais:

- a) a profissionalização dos problemas de desenvolvimento, que inclui o surgimento de competências especializadas, bem como campos para lidar com todos os aspetos do "subdesenvolvimento" (incluindo o campo em si de estudos do desenvolvimento); e,
- b) a institucionalização do desenvolvimento na vasta rede de organizações acima mencionadas. Estes processos facilitaram a ligação sistemática de conhecimentos e práticas através de projetos de intervenções particulares. A partir desta perspetiva, estratégias como o “desenvolvimento rural”, por exemplo, poderiam ser vistas como um mecanismo sistemático para vincular conhecimentos especializados em agricultura, alimentação, entre outros, a intervenções

particulares (extensão agrícola, crédito, infraestrutura) de forma que os mesmos pareçam ser “o caminho natural de fazer as coisas” – tal resultou numa profunda transformação do campo e das sociedades camponesas de muitas partes do Terceiro Mundo, de acordo com as diretrizes dos conceitos capitalistas sobre a terra, a agricultura, a pecuária, etc.

Para finalizar, a análise pós-estruturalista destacou as formas de exclusão que implicava o projeto de desenvolvimento, particularmente a exclusão dos conhecimentos, das vozes e dos interesses daqueles que paradoxalmente deveriam beneficiar do desenvolvimento: os pobres da Ásia, África e América latina.

Walter Rostow, na sua obra “As etapas do desenvolvimento económico: um manifesto não-comunista” (1974) defende que as diferenças entre as nações poderiam ser enquadradas numa escala evolutiva de desenvolvimento, cujo fim seria a Era do Consumo de Massas. Não obstante as fortes reações negativas que esta obra fomentou, segundo Bonente & Corrêa (2009, p. 42), algo de “as etapas do desenvolvimento” permaneceu e foi compartilhado por toda teoria do desenvolvimento: a utilização das receitas do desenvolvimento das nações capitalistas pioneiras para propor saídas aos países subdesenvolvidos.

Manuel Castells (2005) vai ainda mais longe ao afirmar que estamos mentalmente formatados para uma visão evolucionista do progresso da humanidade, visão que herdamos do Iluminismo e que foi reforçada pelo Marxismo, para quem a humanidade, comandada pela Razão e equipada com a Tecnologia, se move da sobrevivência das sociedades rurais, passando pela sociedade industrial, e finalmente para uma sociedade pós-industrial/da informação/do conhecimento, a montanha esplendorosa onde o *Homo Sapiens* vai finalmente realizar o seu estado dignificante. Porém, mesmo um olhar superficial sobre a história desafia este conto de fadas do progresso humano: os Holocaustos Nazi e Estalinista são testemunhas do potencial destrutivo da Era Industrial, e as maravilhas da revolução tecnológica coexistem com o processo autodestrutivo do aquecimento global e com o ressurgir de epidemias à escala do planeta.

Em setembro de 2000, os dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio reafirmaram as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças. Comprometeram-se então a atingir um conjunto de objetivos específicos, os Objetivos de Desenvolvimento do

Milénio (ODM), que irão guiar os seus esforços coletivos num horizonte temporal de 15 anos (2000 a 2015) no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

As metas de desenvolvimento do milénio acabam por ser nada mais nada menos que modernas reconstruções dos degraus (indicadores) da escada de acesso ao desenvolvimento, novas etapas e novos paradigmas que dão novas legitimidades ao velho discurso hierarquizante dos meados do século passado. Portanto, o subdesenvolvimento se apresenta como um fenómeno necessário à reprodução do capital. Nesse sentido, como posto por André Gunder Frank (1966) o desenvolvimento capitalista é também o desenvolvimento do subdesenvolvimento. O desenvolvimento capitalista implica a reprodução da condição de dependência; implica a reprodução de pobreza, miséria, marginalização, etc., enfim, a reprodução do que se convencionou chamar subdesenvolvimento.

Ha-Joo Chang (2004), em seu livro “Chutando a Escada”, sugere que os países desenvolvidos ascenderam aos céus por uma escada, que eles próprios, uma vez lá, trataram de chutá-la para longe, impedindo, com seu discurso, o desenvolvimento dos demais países. Para Chang (2004), as políticas e instituições utilizadas, nos estágios iniciais de desenvolvimento, pelos países atualmente desenvolvidos diferem significativamente das que normalmente se supõe que eles utilizaram e mais ainda das diretrizes que recomendam, ou melhor, que frequentemente exigem dos atuais países em desenvolvimento. Nos últimos séculos o problema comum enfrentado por todas as economias em desenvolvimento é que a passagem para atividades de maior valor agregado não se dá “naturalmente”. A solução institucional tem limitações importantes. Primeiro, as instituições são por natureza, encarnações de regras gerais e por isso podem não ter eficácia ao lidar com problemas relativos a indústrias isoladas. Segundo, implementar novas instituições costuma levar tempo, e isso tende a limitar a capacidade dos países de reagir prontamente a novas mudanças. Consequentemente, em muitos casos, uma política mais focada e ágil pode ser preferível a soluções institucionais.

Ainda segundo Chang (2004), os países atualmente desenvolvidos recorreram a políticas intervencionistas nos setores industrial, comercial e tecnológico a fim de promover as indústrias nascentes, muitas vezes protegeram as suas indústrias com muito mais vigor do que os atuais países em desenvolvimento. O pacote de “boas políticas” atualmente recomendado, que enfatiza os benefícios do livre comércio e de outras

políticas *laissez faire*, parece conflitar com a experiência histórica. Portanto, as políticas ativistas utilizadas pelos países desenvolvidos são precisamente aquelas que eles recomendam aos países em desenvolvimento não usarem, por causa de seu efeito negativo sobre o desenvolvimento econômico.

Existe atualmente uma vasta literatura que demonstra com detalhe as causas dos fracassos na implementação das políticas de desenvolvimento nas mais diversas regiões do mundo. Podemos destacar aqui o interessante trabalho desenvolvido por James Ferguson (1997) no Lesoto, um pequeno país encravado com cerca de 1,8 milhões de habitantes. De acordo com Ferguson, as instituições internacionais como o Banco Mundial e o USAID têm investido vários milhares de dólares na implementação de modelos estandardizados juntamente com os governos locais, liderados por uma elite fortemente burocratizada, sem que tal investimento se traduza em desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população. Os resultados têm sido desoladores no Lesoto e as justificações avançadas por estas agências apontam como causas a “excessiva” ruralidade do país e a forte pressão demográfica sobre os recursos e o território. Porém, para Ferguson estas instituições têm falhado porque estão a trabalhar com base num conjunto de dados complementemente falsos.

De acordo com Odhiambo (2002), recentemente têm aumentado as vozes, quer no meio académico quer dentro das instituições financeiras internacionais, que defendem a necessidade de as políticas de apoio ao desenvolvimento se enquadrarem melhor às culturas locais e atuais. Não se pode continuar *ad aeternum* a acusar as práticas culturais africanas de ser a causa do subdesenvolvimento do continente. Para Escobar (2007), o trabalho crítico sobre estes discursos pode abrir caminho a um processo de maior autonomia dos africanos e terceiro-mundistas sobre a forma como são representados, podendo assim criar os seus próprios modelos sociais e culturais. Ainda alguns anos antes, Arun Agrawal (1995) defendia a necessidade de se encarar o conhecimento indígena como um importante recurso para o desenvolvimento. Num importante artigo, este autor lança um conjunto de questões pertinentes sobre o conceito de “conhecimentos indígenas” (indigenous knowledge) no sentido de desproblematizar o seu papel no processo de desenvolvimento rompendo com a conceptualização até então vigente. É preciso, portanto encarar o desenvolvimento numa perspetiva que vá para além da dicotomia indígena *versus* ciência. E poderíamos acrescentar também a necessidade de evitar a oposição ruralidade *versus* desenvolvimento.

O crescente descontentamento com o desenvolvimento em muitas partes do chamado Terceiro Mundo foi o que levou a que os teóricos acima referidos sugerissem a ideia de pós-desenvolvimento. Para alguns, isto significou genericamente o prenúncio de uma era em que o desenvolvimento já não seria o princípio organizador central da vida social. Os ativistas e as comunidades locais têm reclamado os seus direitos como produtores de conhecimento e, ao fazê-lo, estarão desenvolvendo concepções alternativas do desenvolvimento que não correspondem ao modelo convencional. Em todo o mundo se pode observar muitos exemplos deste tipo, que de forma similar configuram um regime de pós-desenvolvimento, ou seja, uma percepção da realidade que pode ser definida em termos distintos do desenvolvimento e que, por conseguinte, os indivíduos e os grupos sociais podem atuar na base dessas diferentes definições.

Arce & Long (2000), por exemplo, esboçaram um projeto de pluralização da modernidade, centrando-se na “contra-resposta” sobre o desenvolvimento levados a cabo por grupos locais. Estes autores têm-se centrado nas formas em que as ideias e práticas da modernidade são apropriadas e reintegradas em modos de vida local, resultando em múltiplas modernidades locais. Arce & Long referem-se às mudanças transformacionais necessárias que qualquer grupo social leva a cabo em qualquer intervenção de desenvolvimento para reposicionar necessariamente tal ação (projeto, tecnologia, modo de conhecimento e outros) no seu universo cultural, dando-lhe deste modo um sentido próprio. Esta “contra-resposta”, muitas vezes envolve a recombinação de elementos de vários contextos e tradições sociais e culturais em práticas que transformam a intervenção de forma significativa.

No início da última década, o panorama da teoria do desenvolvimento encontrava-se marcado por uma ampla gama de posições e um crescente diálogo inter-paradigmático. Isto poderia ser considerado como um resultado positivo dos ferozes debates sobre o desenvolvimento durante a década de 1990. Os problemas do desenvolvimento continuam sendo tão desafiadores como antigamente. Por um lado, a globalização económica adquiriu força e relegou o debate sobre a natureza do desenvolvimento para um plano menor. Além disso, os movimentos globais e o aprofundamento da pobreza continuam mantendo em agenda questões sobre a justiça e o desenvolvimento. Para a maioria destes movimentos é claro que o desenvolvimento convencional, do tipo oferecido pelo neoliberalismo, não constitui opção. Existem alternativas que estão sendo propostas por ativistas de movimentos sociais e intelectuais. No mínimo, está se tornando

claro que um “outro mundo” deveria ser possível. Os conhecimentos produzidos por estes movimentos têm-se constituído em ingredientes fundamentais para repensar a globalização e o desenvolvimento.

De um modo geral, segundo Escobar (2005), pode-se dizer que o pós-desenvolvimento não é um período histórico ao qual seus proponentes acreditam que já se tenha alcançado. Isso seria cair na armadilha de retornar a uma posição realista (sabemos que na verdade estamos em uma era de pós-desenvolvimento) o que iria contra o espírito do pós-estruturalismo. Para detalhar com mais precisão as diferenças entre o pós-estruturalismo e outros métodos de análise mais conhecidos (o liberal e o marxista) é útil aqui apresentar de forma sucinta as suas características principais:

- a) A capacidade para criar diferentes discursos e representações que não se encontram tão mediados pela construção do desenvolvimento (ideologias, metáforas, linguagem, premissas, etc.);
- b) A necessidade de se alterar as práticas de saber e fazer a "economia política da verdade" que é a essência do desenvolvimento;
- c) A necessidade de multiplicar os centros e agentes de produção de conhecimentos - particularmente, tornar visível as formas de conhecimento produzidas por aqueles que supostamente são os "objetos" de desenvolvimento para que assim possam transformar-se em sujeitos e agentes; e,
- d) Centrar-se sobre as adaptações, subversões e resistências que localmente as pessoas têm em relação às intervenções de desenvolvimento e destacar estratégias alternativas produzidas por movimentos sociais perante projetos de desenvolvimento.

Quadro 4 - Teorias do desenvolvimento segundo os seus paradigmas de origem

Paradigma Variáveis	Teoria Liberal	Teoria Marxista	Teoria pós-estruturalista
Epistemologia	Positiva	Realista/dialéctica	Interpretativa/construtivista
Conceitos-chave	Indivíduo Mercado	Produção (por exemplo modos de produção) Trabalho	Linguagem, sentido (significação)
Objeto de estudo	Sociedade Mercado Direitos	Estruturas sociais (relações sociais) Ideologias	Representação/discurso Conhecimento/poder
Atores relevantes	Indivíduos Instituições Estados	Classes sociais (classes operárias, camponesas: Movimentos sociais (trabalhadores do campo) Estado (democrático)	Comunidades locais Novos movimentos sociais e ONG's Todos os produtores de conhecimentos (incluindo indivíduos, Estado, movimentos sociais)
Perguntas de desenvolvimento	Com pode uma sociedade desenvolver-se ou ser desenvolvida por meio da combinação de capital, tecnologia e acções estatais e individuais?	Como funciona o desenvolvimento enquanto ideologia dominante? Como pode desvincular-se o desenvolvimento do capitalismo?	Como Asia, Africa e América Latina chegaram a ser representados como subdesenvolvidos?
Critérios para a mudança	“progresso”, crescimento Crescimento mas distribuição (anos setenta) Adoção de mercados	Transformação de relações sociais Desenvolvimento das forças produtivas Desenvolvimento de consciência de classe	Transformação da economia política da verdade. Novos discursos e representações (pluralidade de discursos)
Mecanismos para a mudança	Melhores teorias e dados Intervenções mais focadas	Luta social (de classe)	Mudar as práticas de fazer e saber
Etnografia	Como o desenvolvimento e a mudança são mediados pela cultura: adaptar os projetos às culturas locais.	Como os atores locais resistem às intervenções de desenvolvimento	Com os produtores de conhecimento, resistem, adaptam e subvertem o conhecimento e criam o seu próprio conhecimento
Atitude crítica a respeito do desenvolvimento e da modernidade	Promover um desenvolvimento mais igualitário (aprofundar e complementar o projeto de modernidade.	Redirecionar o desenvolvimento para a justiça social e sustentabilidade (modernismo crítico: desvincular capitalismo e modernidade)	Articular uma ética do conhecimento especializado como prática da liberdade (modernidades alternativas e alternativas à modernidade)

Fonte: Adaptado de Escobar (2005).

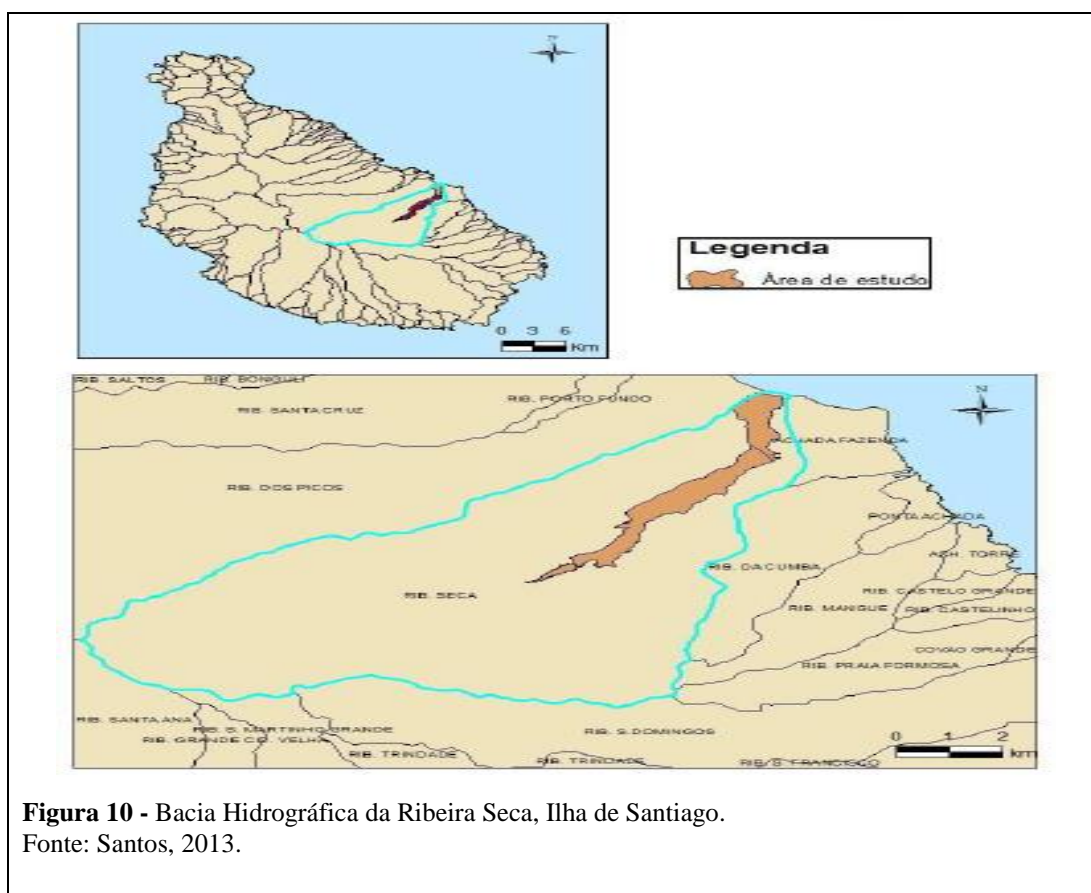
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta-nos uma caracterização geral de toda a Bacia Hidrográfica de Ribeira Seca (BHRS), das comunidades e usuários da água da Barragem de Poilão (PB) e da Unidade de Gestão da Água da BP. De seguida apresenta os procedimentos metodológicos adotados começando por uma reflexão teórica sobre o papel e o posicionamento do investigador e do investigado em contextos pós-coloniais e é concluído com a explicitação e apresentação dos pormenores protocolares que conduziram todo o processo de recolha, tratamento, análise e apresentação dos dados.

4.1 A ÁREA DE ESTUDO

4.1.1 A Bacia hidrográfica de Ribeira Seca

O presente projeto tem como área de estudo as imediações da BP situado na BHRS, na ilha de Santiago.



A BHRS está situada na parte Este da maior ilha do país, Santiago; tem 18 km de comprimento e está dividida em três sub-bacias: Ribeira de Montanha, Ribeira de Mendes Faleiro Cabral e Ribeira Seca perfazendo uma superfície total de 71,5Km² e cobrindo três concelhos, São Lourenço dos Órgãos, Santa Cruz e São Domingos. A região constitui uma fonte de água muito importante e significativa para a rega e para o abastecimento público nesses municípios (TEIXEIRA, 2011; GOMINHO, 2010).

A temperatura média anual é de 22°C. Os microclimas da BHRS variam do árido (clima do litoral) na parte à jusante, semi-árido que se estende até ao Poilão à partir do qual se desenvolve a área de transição para a zona sub-húmida (São Jorge dos Órgãos) e sub-húmido seco com grande excesso de água no Verão e pequena concentração térmica – estável. Mais à montante ocorre uma zona sub-húmida que se prolonga até ao Pico de Antónia, com clima de altitude. Esta forte variação da precipitação em espaço curto é característica dos climas insulares (GOMINHO, 2010).

A BHRS possui um relevo bastante acidentado, sobretudo na sub-bacia de Ribeira de Montanha e na parte à montante da sub-bacia de Ribeira Seca (zona de Pico Antónia e Laje). O declive médio da bacia ronda os 10%, e situa-se na sub-bacia de Ribeira Seca. Os Municípios de S. Lourenço dos Órgãos (à montante) e Santa Cruz (à jusante) ocupam a totalidade da área de estudo e apresentam em conjunto, atualmente, 39323 habitantes sendo 9285 no primeiro e 30038 no segundo, segundo o Censo de 2010. A agricultura de sequeiro praticada na bacia é principalmente do milho, quase sempre associada com feijões, batata-doce, batata comum e mandioca.

Segundo Gominho (2010), anualmente há uma grande pressão sobre as terras para a prática da agricultura de sequeiro, dificultando a determinação exata das áreas realmente cultivadas, cujos valores variam em função do volume e da distribuição das precipitações anuais. Entretanto, dados do Plano de Desenvolvimento Hídrico da Bacia da Ribeira Seca (PDH), indicam que a área ocupada por toda a bacia é de 5.120 hectares.

A agricultura de regadio é outra alternativa praticada pelos agricultores residentes na bacia. Os cultivos irrigados são: a cana-de-açúcar e tomate (cultivo dominante), mandioca, banana, batata-doce, batata comum, coqueiros, hortaliças e fruteiras. A bacia Hidrográfica da Ribeira Seca dispõe de grandes áreas¹⁵, 272 hectares em regime

¹⁵ Segundo os dados do Recenseamento Geral da Agricultura - 2004, o tamanho médio das propriedades agrícolas em Cabo verde se encontra abaixo do ½ hectar

permanente, o que faz dela uma das maiores zonas de regadio da ilha de Santiago e o sistema de rega predominante é do tipo tradicional, ou seja, por alagamento.¹⁶

A BHRS é assim um importante fornecedor de produtos hortícolas, frutas, bananas, e aguardente para Santa Cruz e o resto do país. A intrusão da água do mar, devido à exploração descontrolada das reservas de águas subterrâneas em bolsas de lava, tem impossibilitado a irrigação de terras perto da costa anteriormente cultivadas com bananas e produtos hortícolas. A pecuária é outra importante fonte de rendimento das famílias locais que se dedicam à criação de várias espécies de animais entre os quais, caprinos, bovinos e aves.

Para além da Barragem há um total de 41 furos (41) e 114 poços rasos. Ressalta-se que a agricultura de sequeiro, juntamente com a cobertura perene do solo com árvores, arbustos, plantas daninhas, etc. são fundamentais para a segurança alimentar, particularmente em zonas rurais como o caso de Ribeira Seca.

Quadro 5 - Barragem de Poilão: dados gerais

Área da Bacia Hidrográfica	28 km ²
Volume médio de escoamento anual	1.9 Milhões de m ³
Precipitação média sobre a bacia	337 mm
Caudal de Cheia Máxima (30 anos)	320 m ³ /s
Caudal de Cheia Máxima (200 anos)	557 m ³ /s
Altura da Barragem	18 metros
Comprimento da Barragem	153 metros
Capacidade de Armazenagem	1.2 Milhões de m ³
Superfície da Albufeira	17 hectares
Comprimento máximo da Albufeira	1235 metros
Área a irrigar	70 hectares
Custo aproximado	2.5 Milhões \$US
Financiador	R.P. CHINA

Fonte: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1700/1/ANEXO.pdf>. - Acesso em 5/11/2013

¹⁶ Recenseamento Geral da Agricultura - 2004



Figura 11 - Albufeira da Barragem de Poilão na época das chuvas

Fonte: www.asemana.cv – Acesso em 8/11/2009

4.1.2 Orgânica e estrutura de coordenação institucional da Unidade de Gestão da Água da Barragem de Poilão

No sentido de valorizar as oportunidades decorrentes dos investimentos realizados, se criou a Unidade de Gestão de Água da Barragem de Poilão (UGABP), com a responsabilidade de fornecer água aos agricultores, que trabalham as suas parcelas agrícolas na parte à jusante e à montante da BP, faturando mensalmente com base na leitura de contadores instalados nas parcelas e sistemas de adução de água instalados.

Organicamente a UGABP trabalha na dependência da Comissão de Gestão da BP e da Delegação do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR) – do Município de Santa Cruz e é constituída por: um Presidente, um Administrativo, um Tesoureiro, um Canalizador, dois Distribuidores de Água, uma Encarregada de Serviços Gerais e três Guardas.

A UGABP é assistida tecnicamente pela Direção de Serviços de Engenharia Rural e (DSER) pelo Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) e trabalha em estreita parceria com as Direções das Associações das zonas periféricas da BP e representantes das Câmaras Municipais de Santa Cruz e São Lourenço.



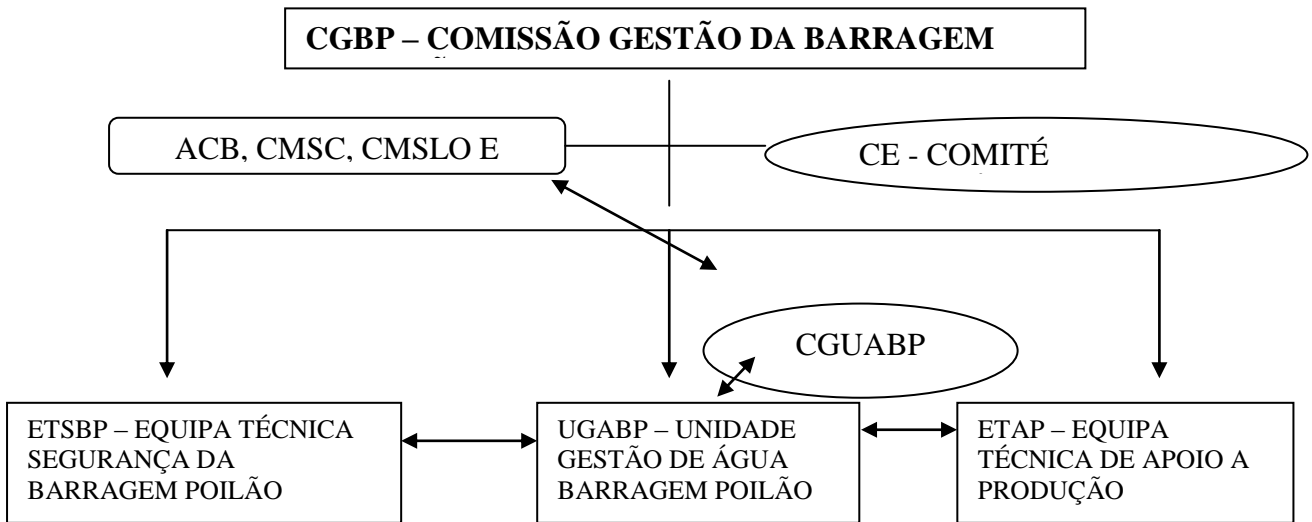
Figura 12 - Imagem do ato de inauguração do edifício da UGABP
Fonte: www.rtc.cv – Acesso em 5/11/2013

Foi criada uma Comissão de Gestão de Utilização de Água da Barragem de Poilão (CGUAB), que integra representantes das seguintes estruturas, instituições e organizações:

- Delegado do MDR de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos – que preside;
- Representante da Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)/DSER e DSAP;
- Representante do INGRH;
- Representante da Câmara Municipal de Santa Cruz (CMSC);
- Representante da Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos (CMSL);
- Presidentes dos Conselhos das Direções de Associações de Base Comunitária (ACB) da periferia da BP;
- Dois Representantes eleitos pelos Produtores Agrícolas;
- Gestor da UGABP;

Foi estabelecido que CGABP deve reunir-se, ordinariamente, de três em três meses para apresentação e apreciação das contas de gerência e tomadas de medidas inerentes ao funcionamento da UGABP, bem como os destinos a serem dados aos fundos arrecadados e que serão submetidos à aprovação da Comissão de Gestão da Barragem de Poilão. Contudo, segundo informações do Diretor da UGABP esta comissão nunca chegou a reunir-se até o presente momento.

Figura 13 – Orgânica e estrutura de coordenação da UGABP



Fonte: Adaptado do PROGRAMA DE ATIVIDADES DA UGABP, 2011.

4.2 REFLEXÕES METODOLÓGICAS E LUGARES DE ENUNCIÇÃO EM CONTEXTOS PÓS-COLONIAIS

O início de um projeto de pesquisa é sempre, de alguma forma, o início de um relato de longa viagem empreendida a partir de um ponto de observação sobre uma determinada realidade que se quer conhecer/apropriar. Partimos sempre de uma experiência, de um olhar, de uma posição e de um ponto de vista, o que nos confere uma forma própria de apropriação do conhecimento e que nos são bastante pessoais.

Contudo, conforme argumenta Carvalho,

[...] há muito pouca prática do posicionamento autoral explícito e há inclusive muita resistência em admitir que ele deva ser explicitado. Paralelamente a essa restrição, são poucos os exercícios conscientes de co-autoria com que contamos. Agimos como se os mecanismos de controlo e hierarquização da sociedade [...] não encontrassem ressonância e reprodução no seio da comunidade académica (CARVALHO, 2002, p. 7).

Quando iniciamos um projeto de pesquisa, há que definir os processos e procedimentos que nos permitirão ter acesso aos dados que precisamos e sobre os quais nos iremos basear. A definição do objeto de pesquisa, assim como a opção metodológica adequada constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que

ele elabora ao final. A “construção do objeto” diz respeito, entre outras coisas, à capacidade de optar pela alternativa metodológica e posicionamento mais adequados à análise daquele objeto.

É obrigação do investigador ir além da compreensão superficial da vida quotidiana. Levantar perguntas aparentemente “idiotas” (STENGERS, 2007). Pois a investigação deve ajudar-nos a compreender as nossas vidas sociais de uma nova forma. Temos que surpreender a nós próprios nas questões que colocamos e nas descobertas dela surgidas.

Não posso deixar de admitir que todo o meu texto será construído, enquanto indivíduo do sexo masculino, nascido cinco anos após à independência nacional, que frequentou os estudos superiores (Licenciatura e Mestrado) em Portugal, vive e trabalha na Cidade da Praia, ativista político e social.

“Representação, hoje e sempre, passa necessariamente por auto-apresentação. Os dilemas da representação etnográfica são também dilemas de como se autoapresentar face aos pares, aos nativos e ao terceiro (no nosso caso, um europeu ou um norte-americano) que nos atribuirá o lugar de mensageiros da voz da ciência. Esses dilemas se intensificam após a constatação de que passados estão os dias em que um “nós” unia toda a comunidade de antropólogos (CARVALHO, 2002, p. 6).

O meu posicionamento face aos vários grupos sociais a serem acompanhados ao longo do trabalho de campo se dará, portanto, em função das minhas próprias referências pessoais, minhas convicções e trajetória social.

Ao colocar-se como intérprete, o etnógrafo de facto põe-se ao lado do sujeito nativo. É co-autor do discurso que se apresenta como diferente. Ou seja, somos intérpretes de um texto que nós mesmos ajudamos a construir. A co-autoria aparece na diferença incontrolável do etnógrafo - sua cor, sua classe, seu sexo, tudo é significativo e oscilante ao mesmo tempo (CARVALHO, 2002, p. 11).

Ainda de acordo com Carvalho (2002) a tarefa do investigador é, classicamente, trazer uma presença - oculta, silenciada, marginalizada, suprimida, recalcada, esquecida, incompreendida - à luz da transparência textual da disciplina que se propõe universalista. Michel Foucault (1979), no seu conhecido diálogo sobre os intelectuais e o poder com Giles Deleuze, argumenta que o intelectual assume o papel de dizer a verdade à aqueles que ainda não a tinham visto e não tinham consciência dela, contudo, para Foucault o

papel do intelectual não é dizer a verdade de todos, é sim lutar contra as formas de poder onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento.

“Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a verdadeira verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso (FOUCAULT, 1979, p. 42).

Deleuze complementa este ponto de vista argumentando que o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam (os sujeitos subalternos) deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age é sempre uma multiplicidade, mesmo que seja personificada na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede (DELEUZE, *apud* FOUCAULT, 1979, p. 42).

Partindo de uma crítica aos intelectuais ocidentais, em particular Deleuze e Foucault, Spivak delineia um dos argumentos considerados mais incisivos dos estudos pós-coloniais contemporâneos. Para Spivak, o grupo dos estudos subalternos precisaria refletir sobre uma questão premente nos estudos pós-coloniais: o subalterno como tal pode, de facto, falar? E a mesma conclui, ao contrário de Deleuze e Foucault, que de facto o subalterno não fala.

Tal conclusão não pode ser tomada em seu sentido literal, pois o subalterno, é claro, é capaz de falar no sentido estrito da expressão. Spivak, porém, ressalta a ausência desse carácter dialógico na fala do subalterno. Da mesma forma, o processo de auto-representação do sujeito subalterno também não se efetua. Pois o ato de ser ouvido não ocorre. Ao concluir que o subalterno não pode falar, Spivak vai além de uma mera resposta objetiva a essa pergunta. Tal afirmação tem sido interpretada erroneamente e de forma simplista como se Spivak estivesse afirmando categoricamente que o subalterno -

ou os grupos marginalizados e oprimidos - não pudesse falar ou que tivesse que recorrer ao discurso hegemónico para fazê-lo. Aqui Spivak refere-se ao facto de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um outro.

“Invoquei meu posicionamento dessa maneira incómoda para ressaltar o facto de que questionar o lugar do investigador permanece sendo uma crença sem sentido em muitas das críticas recentes ao sujeito soberano. Assim, embora eu procure destacar a precariedade da minha posição ao longo deste texto, sei que esses gestos nunca são o bastante (SPIVAK, 2010, p. 19).

Segundo Spivak, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele o faça, possa ser efetivamente ouvido. Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar "contra" a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido.

O quadro se complica ainda mais no momento presente, pós-foucaultiano, quando a questão do poder passa a ser tratada como se fosse coesa, coetânea, colada, contígua, conectada à questão do significado. Mais ainda, a formação de uma estrutura de poder se dá em articulação com o processo de produção dos próprios significantes. A opção “nós” denota um desejo claro de negar a realidade da co-autoria. Podemos dizer que o etnógrafo que não se assume como co-autor é mais propenso a dizer “nós”. Não pode haver co-autoria nesse “nós”, porque nesta perspectiva o saber universal só existe do lado do etnógrafo, e nunca do lado “deles” (CARVALHO, 2002).

Ainda sob esse olhar, Isabelle Stengers (2007), vai ainda mais longe ao estender este questionamento aos seres não humanos - as coisas, ou seres do mundo espiritual. Por exemplo, em uma demarcação de terras de comunidades tradicionais, até que ponto o imaterial é aceito? Até que ponto é dificultada a possibilidade de mostrar a veracidade dos fenómenos dos quais se ocupam esses seres, em situações como um processo de demarcação? Ainda de modo a pensar em tal situação, em que sentido a política deve ser estendida a esses outros seres? Como se dá essa imbricação? Como visualizar a política além de um problema de representação dos humanos, de tomadas de posição dos humanos, e sim como uma cosmopolítica, com a representação das coisas? Mas quem fala pelo quê? Como esses seres podem ter voz? Quem são seus porta-vozes?

Para Deleuze a reforma não se afigura fácil, pois ela não acontece sem provocar abalos nas estruturas de poder.

Ou a reforma é elaborada por pessoas que se pretendem representativas e que têm como ocupação falar pelos outros, em nome dos outros, e é uma reorganização do poder, uma distribuição de poder que se acompanha de uma repressão crescente. Ou é uma reforma reivindicada, exigida por aqueles a que ela diz respeito, e aí deixa de ser uma reforma, é uma ação revolucionária que por seu caráter parcial está decidida a colocar em questão a totalidade do poder e de sua hierarquia. Isto é evidente nas prisões: a menor, a mais modesta reivindicação dos prisioneiros basta para esvaziar a pseudo-reforma Pleven. Se as crianças conseguissem que seu protestos, ou simplesmente suas questões, fossem ouvidos em uma escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto do sistema de ensino. Na verdade, esse sistema em que vivemos *nada pode suportar*: daí sua fragilidade radical em cada ponto, ao mesmo tempo que sua força global de repressão (DELEUZE, *apud* FOUCAULT, 1979, p. 43).

Este permanente questionamento e procura de um *lugar de enunciação* e a assumpção enquanto *sujeito posicionado* deixa de ser um marco conceitual abstraído de certas interpretações específicas e reproduzidas como se fosse um legado a-histórico, para ser entendida como uma produção cultural com significados e de significantes diretamente vinculada a um interesse de tradução e de coautoria (CARVALHO, 2002).

Este projeto analisa as mudanças, tensões e readaptações transformacionais levadas a cabo pelos Agricultores nas imediações da BP perante as intervenções de desenvolvimento reposicionando-o no seu universo cultural e dando-lhe, deste modo, um sentido próprio.

De certa forma terei de, em muitas circunstâncias, posicionar-me a partir da perspectiva dos agricultores enquanto “agentes recetores” de um conjunto de ações dos poderes públicos, sem contudo cair na tentação de assumir o papel de reprodutor da “voz dos oprimidos” e desprovidos de poder. Uma mudança de foco, de um poder descendente e monocrático para os multipoderes ascendentes e democráticos que se constituem na sociedade civil, tem sido um apelo recorrente nos discursos e práticas, de modo que muitos cientistas sociais passaram a incorporar tais perspectivas em suas análises.

Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder [...] Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. Mas a noção de "classe

dirigente" nem é muito clara nem muito elaborada. "Dominar", "dirigir", "governar", "grupo no poder", "aparelho de Estado", etc.. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 1979, p. 45).

É no interior desta complexidade de elementos e de articulações, que as ciências sociais devem intervir, descodificando representações, avaliando resultados e propondo caminhos alternativos, com os saberes e as metodologias que lhe são próprios. Com base nos referenciais teóricos apresentados no capítulo anterior propomos uma abordagem sócio-antropológica da problemática do desenvolvimento pautando-se por uma observação direta das situações concretas de implementação de programas, de projetos e de práticas de desenvolvimento, identificando atores, recursos, cumplicidades, conflitos, interesses, expectativas-representações, dominações-subordinações, estratégias e dispositivos.

4.3 A PESQUISA EXPLORATÓRIA

No dia seis de março de 2012, uma segunda feira, após um intenso diálogo com o coordenador do curso e uma profunda leitura sobre temas relacionados com a agricultura, desenvolvimento rural e água para rega, fiz a minha primeira saída de campo. Para começar achei melhor ir sem fazer nenhum contato prévio, sem definir que tipo de interlocutor privilegiar. Saí de casa às 9 horas da manhã. Tive a preocupação de calçar umas botas apropriadas para o campo, um bloco de notas e a minha máquina fotográfica. A viagem da minha residência até a BP demorou cerca de 45 minutos, foi calmo e sem constrangimentos no caminho.

Logo que cheguei nas imediações da Barragem Poilão (BP) verifiquei que devia ter levado chapéu, pois o sol já se fazia sentir com alguma intensidade por cima da minha cabeça. Da margem Norte da albufeira da BP imperava um silêncio quase que total apenas interrompida pelo chilrar de alguns pássaros e a força dos ventos em contato com a vegetação. Contudo conseguia-se ver que havia algumas pessoas na outra margem a trabalhar nas encostas. Encaminhei-me calmamente até elas atravessando por cima da estrutura de betão até alcançar a margem Sul. Encontrei um grupo de quatro mulheres e

um homem descansando em baixo da sombra de uma árvore. Tinham feito uma pausa no trabalho de campo para descansarem e fazerem a primeira refeição do dia. Aproximei e cumprimentei-os e sentei-me com eles. Estavam a comer brinhola¹⁷ com refrigerantes e me ofereceram um pedaço que aceitei de imediato e começávamos um interessante diálogo que demorou cerca de 45 minutos. Levei um bloco de notas mas não escrevi nada, aliás nem o tirei da pasta pois o mesmo serviu-me de acento para não sujar as calças no chão de terra batida e assim poder concentrar toda a minha atenção no diálogo que fui mantendo com estes primeiros interlocutores. Apenas fixei o nome da Dona Domingas, que foi quem mais se dispôs a conversar. Os outros se limitaram a concordar com ela ou a emitir uma ou outra opinião esporádica. Eles estavam a fazer as últimas colheitas de feijões e a iniciar os preparativos do terreno com vista ao início das novas sementeiras de sequeiro em junho/julho.

Assim começou os meus primeiros questionamentos em relação á utilização da água da BP, tendo em conta que há cerca de 100 metros da margem ainda podíamos encontrar parcelas agrícolas de sequeiro. Segundo a Dona Domingas, estavam a praticar agricultura de sequeiro porque tinham dívidas com a Unidade de Gestão da Água da Barragem de Poilão (UGABP) e a agricultura de regadio, segundo ela, nem sempre dá garantias de rendimento. Como exemplo a Dona Domingas deu-me o caso do cultivo da mandioca em que o preço de venda, segundo ela, estava a baixo do custo de produção.

Na opinião dela, os cabo-verdianos estão todos satisfeitos com a baixa do preço da mandioca. De um produto caro e apenas acessível aos mais ricos tornou-se num alimento barato e ao alcance de qualquer família, contudo, argumenta a mesma, ninguém tem se mostrado preocupado com os sacrifícios do agricultor que muitas vezes tem ficado com dívidas e dificuldades em honrar os seus compromissos.

No discurso dessas quatro pessoas comecei a perceber que a barragem tinha realmente trazido uma nova forma de agricultura na região, mas esta nova organização não estava isenta de questionamentos fruto de novas reconfigurações e novas dinâmicas sociais.

Nas semanas seguintes comecei a contactar agricultores na parte à montante da BP, no Concelho de São Lourenço dos Órgãos de forma regular ao mesmo tempo que ia

¹⁷Bolinho preparado com farinha de milho, banana madura, ovos, açúcar e frito em azeite

aprimorando o projeto e negociando a escolha de um orientador com o coordenador do curso.

A partir de setembro de 2012 iniciei uma fase de entrevistas exploratórias na parte à jusante, com a ajuda de um grupo de estudantes de graduação no âmbito de um projeto de apoio á iniciação científica financiada e organizada pelo Centro de Investigação em Género e Família da Universidade de Cabo Verde (CIGEF), e que de forma intermitente demorou cerca de cinco meses. De março a agosto de 2013 retomamos o trabalho de campo com a realização de entrevistas, já num modelo planificado. Nesta fase abrangemos também os agricultores das propriedades localizadas à montante da BP. A última fase de entrevistas se deu no período de meados de dezembro de 2013 até início de janeiro de 2014 e teve como objetivo colmatar algumas lacunas das primeiras fases de entrevistas e consolidar alguns dados e informações recolhidas anteriormente.

4.4 A OPÇÃO PELO MÉTODO QUALITATIVO

Para realização desta pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa. A escolha do método qualitativo teve por objetivo dar uma resposta adequada e ajustada à natureza do problema em questão. Pretendeu-se assim obter informações detalhadas sobre todo processo de transformações ocorridas no uso, apropriação e gestão da água da BP nos contextos locais e no universo de significações, motivos, crenças e valores.

O trabalho de campo abrangeu 35 entrevistas, perfazendo um total de 27 horas de entrevistas gravadas em suporte digital, contemplando proprietários agrícolas, assalariados, técnicos e dirigentes da administração central e local. Além das entrevistas formais foram realizados contatos pessoais/informais, telefónicos e via correio electrónico, para esclarecimentos sobre questões específicas, com: Representantes das instituições públicas (Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Delegação do Ministério do Desenvolvimento Rural, Unidade de Gestão da Barragem de Poilão), do poder público local (Câmara Municipal), membros de organizações não governamentais e pesquisadores. São, portanto, um conjunto de agentes de promoção de políticas de desenvolvimento rural que têm atuado sobre os agricultores e outros segmentos sociais considerados em posição secundária ou subalterna, no atual contexto político, promovendo meios alternativos de exercício de cidadania ou de “reparação” de injustiças sociais. Pretendi registar os pormenores e detalhes sobre os processos de intervenção, reações e re-adaptações locais.

De forma a garantir o anonimato as entrevistas foram identificadas apenas pelas iniciais do grupo que representam: Proprietários e agricultores (AG), Assalariados (AS), Técnicos e Dirigentes (TD).

Devo apontar aqui algumas saídas de campo que fiz com grupos e individualidades e que me forneceram *feedbacks* importantes quer no campo teórico como também na vertente metodológica, destaco aqui uma ida ao campo na companhia da antropóloga e professora da Universidade de Nanterre, Paris X, Fabienne Wateau, com quem pude partilhar a minha experiência em Ribeira Seca em vários momentos e vários espaços, mas ter estado com ela no meu espaço empírico permitiu-me recolher elementos comparativos com a experiência da professora Wateau na pesquisa com as comunidades desalojadas nos arredores da Barragem do Alqueva, na região do Alentejo e os conflitos na utilização de água para rega numa aldeia do Minho, ambos em Portugal.

Um outro momento importante foi ter acompanhado um grupo de 20 estudantes do curso de Mestrado em Cooperação e Desenvolvimento da Universidade de Bordéus, França, e três professores de geografia, entre os quais destaco o professor Michel Lessourd, da Universidade de Rouen, um grande conhecedor e investigador das questões sócio-geográficas de Cabo Verde. Destaco aqui também uma ida ao terreno na companhia do meu orientador, professor Jalcione Almeida e a colega Ieda Ramos, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Pude ainda estar também presente nas comitivas que acompanharam as visitas dos senhores embaixadores da França e do Brasil, ambos em momentos diferentes, à BP e foram oportunidades também importantes para constatar a forma como as autoridades locais e nacionais encaram a infraestrutura e que apoios e para que fins estão demandando junto das cooperações e organizações estrangeiras.

O roteiro de entrevistas foi concebido de forma semiestruturada, com perguntas abertas. Privilegiou-se o contato informal com os agricultores e técnicos. As perguntas foram elaboradas e estruturadas em função da literatura consultada e dos objetivos de pesquisa pré-definidos. Privilegiamos os contatos informais e a espontaneidade por forma a criar um ambiente de confiança dos nossos pesquisados de forma a podermos abordar questões, como por exemplo, conflitos, disputas, alianças, titularidade de terrenos, etc. Quanto ao tratamento do material, foi realizada a transcrição das principais partes das

entrevistas gravadas no suporte digital *Windows Media Player 12* e conservada cópia da totalidade dos registros.

A maioria das entrevistas, sobretudo com os agricultores, foram realizadas em língua cabo-verdiana de forma a facilitar o diálogo, pois os nossos entrevistados se expressam melhor na língua local. A transcrição foi acompanhada de respetiva tradução para a língua portuguesa com exceção de algumas palavras ou expressões que não se encontra paralelo na língua portuguesa, contudo para facilitar o entendimento os mesmos vêm acompanhados de notas de rodapé de forma a melhor enquadrar o leitor.

O caderno de campo foi utilizado apenas em algumas situações para registar as observações da paisagem, o ambiente circundante e outras informações e impressões que não se conseguem obter por via das gravações áudio ou fotografias e em algumas situações excepcionais em que os nossos interlocutores não se mostraram muito a vontade para uma entrevista gravada. Privilegiamos, como técnica de coleta de informações, a observação participante, pois algumas informações necessárias foram coletadas a partir da observação *in loco* e da convivência com os agricultores e técnicos da UGABP. Procurou-se assim um certo envolvimento com as atividades e o dia a dia dos nossos entrevistados. Outra forma de coleta de informações foi a observação do comportamento e das intervenções dos técnicos e agricultores em situações específicas como as visitas de entidades estrangeiras.

Em relação à pesquisa documental, convém frisar aqui que utilizei uma diversidade de fontes que se revelaram importantes para a pesquisa, como: notícias de jornais (*on line* e em suporte papel), relatórios de contas de gerências, planos de atividades, atas de reuniões e audiências, registros em formato de vídeos, fotografias e documentos referentes ao histórico da construção da BP, de entre outros. De igual modo, foi realizada pesquisa bibliográfica, na qual foram analisadas publicações e estudos académicos que estiverem relacionados diretamente ao tema e/ou à área de pesquisa.

Ainda em relação à pesquisa bibliográfica devo referir o programa de mobilidade académica de três meses realizado no Centro *Les Afriques Dans le Monde* (LAM), do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordéus, França. Esta experiência no LAM permitiu-me um contato profundo com uma vasta literatura nas áreas das ciências sociais e geografia do desenvolvimento com especial incidência sobre investigações realizadas nos espaços geográficos atualmente designados por “Sul sociológico”, foi também uma oportunidade de contato pessoal com colegas europeus e africanos dos mais

variados países e de participação em seminários sobre as mais variadas temáticas associadas á questão do desenvolvimento.

Por último destaco aqui a participação no projeto de Mobilidade Internacional – Edital CAPES 33/2012, financiado no âmbito do programa de apoio à implementação do primeiro curso de Agronomia Sócio-Ambiental da Universidade de Cabo Verde (UNICV), e que contemplou a minha ida, à Faculdade de Agronomia e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a fim de, numa missão de estudo e de capacitação, participar de um programa de mobilidade académica. O referido programa, que decorreu de oito de janeiro a cinco de março de 2014, comportou um conjunto de atividades que me permitiram melhorar as competências para a docência nas disciplinas de sociologia rural, sociologia do desenvolvimento, métodos e técnicas de reconhecimento do mundo rural e temáticas afins e permitiu-me um contato privilegiado com o meu orientador na reta final da redação da tese.

Quadro 6 - Resumo das entrevistas realizadas

Grupo	Subgrupo	Entrevistas	Identificação	
Agricultores no perímetro da barragem	Proprietários	À montante	10	AG
		À jusante	15	
	Trabalhadores/Assalariados		2	AS
Técnicos/Dirigentes	UGABP		3	TD
	INIDA		1	
	DGADR		1	
	Câmaras Municipais		2	
	INGRH		1	
Total Entrevistas			35	

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

4.5 A ANÁLISE DE DADOS

Para o tratamento dos dados qualitativos utilizamos a técnica de análise de conteúdo. É uma técnica de investigação que permite a descrição objetiva sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (VALA, 1990). Ela incide

essencialmente sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas. A análise de conteúdo pode incidir sobre o próprio locutor ou sobre as condições sociais em que este discurso é produzido (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998). Os métodos de análise de conteúdo implicam a aplicação de processos técnicos relativamente precisos (como, por exemplo, o cálculo das frequências relativas ou das co-ocorrências dos termos utilizados). De facto, apenas a utilização de métodos construídos e estáveis permite ao investigador elaborar uma interpretação que não tome como referência apenas os seus próprios valores e representações.

A análise de conteúdo oscila assim entre os dois pólos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, resultando na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que devem levar o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação, baseado na dedução, na inferência. Essa nova compreensão do material textual, que vem substituir a leitura dita “normal” por parte do leigo, visa revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem. Logo, a análise de conteúdo pode ser utilizada tanto em pesquisas de cunho quantitativo, quanto qualitativo, nas ciências sociais (CAPPELLE *et al.*, 2003). A importância da análise de conteúdo consiste, justamente, em sua tentativa de impor um corte entre as intuições e as hipóteses que encaminham para interpretações mais definitivas, sem, contudo, se afastar das exigências atribuídas a um trabalho científico.

A finalidade da análise de conteúdo será pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas. O analista coloca os dados num novo contexto que constrói com base nos objetivos e no objeto da pesquisa; o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços designificação, resultado de uma relação dinâmica entre condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (VALA, 1990).

A análise de conteúdo ocupa hoje em dia um lugar de destaque na investigação social dado que possibilita aos investigadores tratar de forma metódica informações que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade. Segundo Almeida &

Freire (1997), as análises qualitativas, e sobretudo aquelas que partem da resolução em voz alta da prova, apresentam alguns pontos de interesse: a identificação de ambiguidades associadas quer ao formato quer ao conteúdo dos itens; a identificação dos processos e estratégias usadas pelos sujeitos nas suas respostas, e em que medida elas estão de acordo ou contrariam o sentido da avaliação em causa; a apreciação da eficácia e qualidade das várias alternativas de respostas formuladas; a identificação de alguns aspetos peculiares ou algumas dificuldades acrescidas apresentadas por um outro item; o conhecimento das atitudes gerais dos sujeitos face aos itens propostos e isso ao longo da prova; a verificação de alguns padrões específicos de realização nalguns itens por determinados grupos de sujeitos; a deteção de itens mal construídos.

Geralmente distingue-se três grandes categorias onde se incluem os diferentes métodos de análise de conteúdo, consoante o exame incida principalmente sobre certos elementos do discurso, sobre a sua forma ou sobre as relações entre os seus elementos constitutivos (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998). As análises temáticas – são as que tentam revelar as representações sociais ou juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso; as análises formais – são as que incidem principalmente sobre as formas e encadeamento do discurso; as análises estruturais – são as que põem a tónica sobre a maneira como os elementos da mensagem estão dispostos. Tentam revelar aspetos subjacentes e implícitos da mensagem.

Bardin (1979, *apud* CAPPELLE *et al.*, 2003) caracteriza a análise de conteúdo como sendo empírica e, por esse motivo, não pode ser desenvolvida com base em um modelo exato. Contudo, para sua operacionalização, devem ser seguidas algumas regras de base. Neste trabalho privilegiamos a análise temática dos dados primários e secundários que recolhemos. Nesse sentido, procuramos relacionar as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e procuramos articular os textos com os vários fatores que determinam suas características (variáveis psicossociais, contexto cultural, representações sociais, contexto e processo de produção da mensagem).

Quadro 7 – Quadro-resumo grade analítica da tese

Pergunta de partida	Objetivos	Categorias teórico-analíticas	Autores	Estratégias metodológicas
Como o comportamento dos vários atores sociais (agricultores, técnicos e dirigentes da administração pública) envolvidos neste projeto influenciou na conformação dos conflitos e de que modo dão sinais (ou não) para uma alteração dos sistemas de participação existentes? Como os diferentes grupos sociais sustentam ou se opõem à trajetória de intervenções que tem ditado as formas de acesso à água e a emergência de um novo modelo de organização e produção agrícola na comunidade de Poilão?	Analisar os conflitos e a participação resultantes do uso da água da Barragem de Poilão, Ilha de Santiago, Cabo Verde, na fronteira entre os municípios de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos, através da sociologia pragmática de Luc Boltanski e a partir da perspectiva de um leque de teóricos pós-coloniais que abordaram as questões associadas ao desenvolvimento local.	Conflitos, disputas e participação.	Luc Boltanski Arturo Escobar Alberto Arce & Norman Long	pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas em profundidade com sujeitos-chave; diário de campo; registo fotográfico e audiovisual.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA: DO PERÍODO COLONIAL AO CONTEXTO ATUAL DE MOBILIZAÇÃO POR MAIS ÁGUA

Visando contribuir para uma melhor compreensão dos potenciais aspetos explicativos no estudo dos conflitos e participação em torno do uso da água na agricultura, este capítulo faz uma descrição sócio-histórica das principais transformações e mudanças que o contexto agrário, neste pequeno e árido Estado Insular, vem sofrendo ao longo dos tempos. Desde as primeiras fases da colonização do território, passando pelo período do partido único, o capítulo conclui dissertando sobre a abertura à democracia num quadro em que a mobilização de mais água, através da construção de barragens, se evidencia como um dos principais projetos impulsionadores do processo de modernização do setor agrícola.

5.1 DAS PRIMEIRAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO FUNDIÁRIA AO DECLÍNIO DO REGIME DE MORGADIOS

À semelhança do ocorrido em outras colónias portuguesas, a forma de apropriação fundiária em Cabo Verde, iniciada em 1462, se deu por meio do Regime de Capitánias. As primeiras concessões régias dataram da segunda metade do séc. XV, dispondo terras a donatários como nos aponta Amaral (1991), citando documentos oficiais da época:

“Sam Jacob, e Filipe, e (da) ilha de las Mayas e (da) ilha de Sam Cristóvão, e (da) ilha Llana”, assim aparecem mencionadas pela primeira vez, em documento de doação régia ao infante D. Fernando, datado de 3 de Dezembro de 1640, “com todas as rendas, direitos e jurisdições” (AMARAL, 1991, p. 10).

De acordo com este modelo de organização administrativa, D. Fernando, o primeiro donatário, tinha por obrigação incrementar o povoamento das ilhas de Cabo Verde, criar e implementar estruturas económicas e administrativas capazes de tornar o espaço economicamente rentável. Em contrapartida, usufruía de prerrogativas administrativas, jurídicas e fiscais, nomeadamente o direito de arrecadar tributos e a jurisdição cível e criminal sobre os habitantes. Contudo, a alçada sobre os casos que implicassem pena de morte, era da estrita competência dos tribunais régios. Após a morte do infante D. Fernando, as ilhas continuaram a pertencer ao património da Casa Visu-

Beja, passando sucessivamente para as mãos de D. João, D. Diogo e a 30 de maio de 1489 foram doadas ao duque de Beja, o futuro rei D. Manuel I; em 1495, D. Manuel tornou-se rei de Portugal e todo o arquipélago voltou a ser integrado no património régio (AMARAL, 1991, p. 10). O donatário, por sua vez, subdelegava grande parte das suas prerrogativas aos capitães - donatários, normalmente indivíduos da sua casa senhorial e da sua confiança com vista a procederem à colonização das parcelas de terras que lhes eram destinados, criando assim na ilha de Santiago as capitánias-donatárias. A capitania-donatária do sul/oeste da ilha, com sede na povoação de Ribeira Grande (atualmente conhecida por Cidade Velha) foi doada a António de Noli e seus herdeiros, e a de Alcatrazes, (norte/este), centrada em Alcatrazes, ficou sobre o encargo de Diogo Afonso e seus descendentes. Na Ribeira Grande formou-se o primeiro núcleo populacional do arquipélago, constituído essencialmente pelo próprio capitão-donatário, alguns membros da sua família e de portugueses do Alentejo e do Algarve. Por sua vez, salvo em raras exceções, o capitão-donatário nomeava um representante, o capitão, para exercer os seus direitos no local, segundo os moldes aqui apresentados por Domingues (1991).

A amplitude da intervenção deste (o capitão) na sociedade oscila, ao longo do tempo, entre uma actividade catalisadora e responsável pelo povoamento e organização da nova terra e uma função suprimível, porque quase simbólica (DOMINGUES, 1991, p. 59).

Assim, e numa primeira fase, o capitão era o chefe da comunidade que estabelecia com os governados ligações pessoais, constituindo o degrau inferior da hierarquia do exercício do poder político. Entretanto a atividade desempenhada pelos capitães era pouco controlada tendo em conta a distância em relação à metrópole. Contudo à medida que a comunidade vai ganhando contornos mais definidos, adquirindo paralelamente uma dinâmica interna que a impele a participar na vida política da sociedade, adquire e beneficia de uma preponderância que a institui como poder paralelo, concorrente e vigilante em relação à autoridade do capitão. Desta forma surge a figura do município, que funciona como poder local ao mesmo tempo equilibrante e concorrente do poder dos capitães.

No que tange à disponibilidade de água, de acordo com o geógrafo José Maria Semedo (2010), documentos históricos registam a ocorrência de ribeiras de águas correntes, com relativa abundância, nos meados do século XV. A Ribeira Grande (Cidade

de Santiago) foi fundada junto à foz de um rio de “águas caudalosas” que desaguava no mar. Nos princípios do século XVI Valentim Fernandes assinalava que a ilha de Santiago tinha muitas ribeiras de águas boas. As primeiras secas com reflexo na carência de géneros alimentícios foram registadas entre 1580 e 1583, mais de um século após a data de chegada dos primeiros moradores.

Apesar dessas observações, nada nos autoriza a afirmar que o clima do século XV era mais húmido que o atual, ou que na altura da chegada dos primeiros colonos não havia seca em Cabo Verde. A seca constitui característica climática da zona saheliana onde as ilhas de Cabo Verde estão inseridas e a sua génese liga-se a fenómenos meteorológicos de âmbito global, como a descendência dinâmica da atmosfera nestas latitudes. Aliás, são as mesmas que justificam a existência do vizinho deserto do Sahara, que se desenvolve há mais de dez mil anos. As oscilações climáticas responsáveis pela ocorrência de períodos mais húmidos e mais secos ou mais quentes e mais frescos, resultam de combinações complexas de fenómenos astronómicos, realimentação positiva de fenómenos como a expansão dos desertos, alteração da vegetação, glaciações, etc., num esquema que escapa às explicações científicas de rotina (SEMEDO, 2010, p. 37, 38).

Apesar das grandes limitações do arquipélago em termos de disponibilidade hídrica, as ilhas tornaram-se um ponto de apoio das frotas portuguesas que contornavam a África com destino à Índia e, mais tarde, no comércio entre África, América e Europa. Segundo Correia e Silva (1991, p. 181), “em Santiago e Fogo, as primeiras ilhas habitadas, vai desenvolver-se uma agro-pecuária intensiva, virada prioritariamente para a comercialização externa”. Desta forma, o país coloca-se no cenário internacional como espaço importante para negociações comerciais, potencial bastante explorado nos séculos seguintes (BORBA & ANJOS, 2012; FURTADO, 1993). Nesta altura, instala-se em Cabo Verde uma agricultura de plantações à base de cana de açúcar¹⁸ e algodão nas terras de regadio, e uma agricultura de sequeiro fora dos vales irrigados.

Segundo Semedo (2010), os primeiros colonos tentaram reproduzir nas ilhas áridas e montanhosas os campos mediterrânicos que lhes eram familiares em Portugal. Neste quadro ensaiaram as fruteiras e as hortícolas mediterrânicas e a vinha. Na falta de trigo introduziram no século XVI o milho americano com grande gama de plantas provenientes da África de Oeste, Ásia e das Américas.

¹⁸ A maioria das terras irrigadas de Cabo Verde continua a ser utilizada para a produção de cana de açúcar, matéria prima para o fabrico da aguardente local. Em 2000, a área de regadio ocupada com cana de açúcar era de 45%, com uma maior concentração na ilha de Santo Antão – Fonte: Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde Dezembro - 2004

No ambiente insular saheliano desconhecido tanto dos europeus como de africanos, provenientes das savanas e de estepes do vizinho continente, a adaptação das culturas e o arranjo dos campos constituíram penoso desafio para a comunidade humana fixada na ilha. Os ciclos de secas, a erosão de solos em vertentes íngremes, a falta de água constituíram fatores limitantes na produção das terras (SEMEDO, 2010, p. 34).

Assim, nos primeiros séculos de ocupação do arquipélago, a par da atividade comercial e portuária, a economia interna, desenvolve-se sobretudo da agricultura e da pecuária. Tendo por base aproximada, as características ecológicas das unidades de paisagem da ilha, o andar árido costeiro foi transformado em pastagens extensivas de gado (caprinos, bovinos e equinos) sendo os cavalos utilizados, sobretudo, no comércio com a costa da Guiné; os caprinos e bovinos eram destinados à produção de peles e sebos para o mercado europeu; a carne, além do consumo local era destinada ao fornecimento de navios em escala. Para os eventuais povoadores, maioritariamente comerciantes, só os lucros do comércio com a costa africana justificavam a permanência no arquipélago, tendo em conta que as ilhas eram carentes de água e não apresentavam bens naturais que garantissem um lucro fácil e rápido.

A primeira forma de ocupação das terras implementada em Cabo Verde não permitia a sucessão patrimonial de familiares, visto que após a morte do donatário a área concedida voltava para o domínio da Coroa Portuguesa. Com o objetivo de incentivar a fixação das famílias colonizadoras no território, a partir do séc. XVI, o regime de donatários será substituído pelo sistema de morgadios. Por este regime, as terras do arquipélago foram disponibilizadas por meio de confirmações régias, permitindo a sucessão do morgado ao filho mais velho (BORBA & ANJOS, 2012).

De acordo com Furtado (1993, p. 28), “os morgados constituem uma das primeiras formas de apropriação do solo que irá caracterizar toda a estrutura fundiária do arquipélago, constituída eminentemente de latifúndios”. Este tipo de sistema de propriedade levou a uma grande concentração de terras que ficaram nas mãos de um pequeno número de colonos brancos e de um menor número de mestiços cabo-verdianos, em detrimento da população maioritariamente negra que efetivamente trabalhava nos campos e se encontrava então, em grande parte, submetida ao regime de escravidão.

A agricultura praticada em grandes propriedades exigia uma grande quantidade de água e de mão de obra escrava. Apenas uma pequena parcela da produção era destinada ao mercado interno. Essa atividade era ainda condicionada pela inexistência de

maquinaria e de utensílios agrícolas, e por uma topografia que dificultava a utilização de equipamentos agrícolas. Assim, desde o início houve uma fraca composição orgânica do capital (RODRIGUES, 2010).

Segundo Furtado, (1993) a situação geográfica privilegiada de Cabo Verde facilitava a aquisição de escravos. Por outro lado, os armadores que transportavam escravos e outras mercadorias da costa africana à europa ou às américas eram obrigados, por determinação régia, a aportar à Ilha de Santiago. Portanto, conforme afirmado anteriormente, as grandes fontes do desenvolvimento económico de Cabo Verde advinham do comércio com a Costa Africana e com a Europa. Este comércio não se limitava ao tráfico de escravos, mas também incluía a cobrança de impostos e o fornecimento de produtos agro-pecuários.

Os morgadios, enquanto propriedades inalienáveis e indivisíveis, abarcavam não somente a extensão do solo como os materiais utilizados no cultivo e mesmo os trabalhadores. Estas disposições serão posteriormente relativizadas pela decadência deste modelo económico que sobreviverá até meados do séc. XIX. O fim do tráfico de escravos e a abolição do regime escravagista foram responsáveis por profundas mudanças no modelo económico vigente. Antes disso, porém, as regalias concedidas aos morgados pela Coroa começaram a ser paulatinamente restringidas (BORBA & ANJOS, 2012). A imposição do trabalho livre deu origem a rearranjos nas relações sociais e fundiárias. Os proprietários acabaram por fragmentar suas terras e arrendá-las. É neste contexto que famílias não-brancas passaram a ter maior participação na exploração das propriedades rurais, assumindo primeiramente a condição de rendeiros.

Assim, a agricultura e o comércio que durante os dois primeiros séculos após a colonização tinham contribuído grandemente para a prosperidade económica das ilhas entram em decadência, fruto de mudanças no contexto internacional, secas persistentes e da inoperância do poder colonial, segundo Moniz (2007):

Desde os finais do século XIX as ilhas já vinham perdendo a sua importância como ponto de escala à navegação, com a abertura de novos portos no Atlântico médio, caso do porto de Dakar, no Senegal, que fizeram forte concorrência aos portos cabo-verdianos. A agricultura de subsistência não correspondia às necessidades, ocasionando fomes que dizimavam a população, enquanto a agricultura de exportação continuava em queda, fruto do descaso de Portugal (MONIZ, 2007, p. 44).

Para Furtado (1993), um dos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura foi a estrutura agrária que os colonizadores montaram no arquipélago e a ausência de uma política agrícola por parte do governo português. Em 1864, a Coroa portuguesa toma uma série de medidas a fim de assentar o regime liberal e rearranjar o sistema de posses rurais. É neste momento que o regime de morgadios é abolido, permitindo a partilha de bens entre os herdeiros, bem como sua comercialização legal. Estas mudanças, segundo Anjos (2003), levam a um processo crescente de diferenciação social, contudo não atenuam o grau de estruturação social sobre a base da dependência pessoal, mesmo que provocando alterações na estrutura de distribuição e concentração da dependência. Assim, a agricultura reduzida à subsistência e ameaçada pelos frequentes anos de seca diminui a importância do controle da terra como recurso que pode assegurar a proteção das clientelas. Ao longo do século, a esperança de proteção passa cada vez mais a ser depositada na possibilidade de intervenção de forças externas ao universo local.

Os grandes proprietários, todavia, continuaram como um grupo social restrito e coeso, sendo que a exploração indireta dos campos lhes garantia a concentração fundiária, além do *status* político (BORBA & ANJOS, 2012; RODRIGUES, 2010). Até meados do século XIX a sociedade cabo-verdiana se estruturava numa hierarquia de posições socioeconómicas e culturais coincidentes com a origem étnica. No topo da pirâmide uma pequena elite de brancos que combinam o monopólio das funções administrativas, a posse das maiores e melhores extensões de terras e o domínio das expressões culturais oficiais. Nas posições intermediárias a hierarquia de prestígio e posses económicas corresponde quase rigidamente a gradação epidérmica indo de brancos pequenos proprietários a uma camada intermediária de mestiços sesmeiros, rendeiros e depois meeiros, artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores assalariados (agrícolas e públicos) até aos negros escravizados e camponeses sem terra marginalizados (ANJOS, 2000).

Assim, o sistema de arrendamento e parceria surge como a solução para redinamizar a estrutura agrária cabo-verdiana. Os morgadios foram divididos, uma vez que o morgado não podia mais explorar diretamente a sua propriedade dando assim origem a mini-fundiários de exploração familiar. Carolina de Borba (2013), na sua tese de doutoramento recentemente defendida, nos apresenta um estudo comparativo em termos de regimes de propriedade entre comunidades negras no Brasil e em Cabo Verde e aponta

alguns elementos locais que ditaram a formatação de um modelo agrário baseado em mini-fundios.

A morfologia territorial de Santiago e o regime de apropriação fundiária não possibilitavam, por sua vez, a sustentação de grandes comunidades compostas por famílias numerosas. As terras de maior potencial agricultável situavam-se em vales de diminutas extensões e, desde cedo, sob o domínio de morgadios ou capelas. Ao lado desta organização, os espaços montanhosos eram ocupados à margem do regime legal. Ressalvamos, todavia, que os aglomerados resistentes localizam-se em redutos dispersos (BORBA, 2013, p 145).

Nos limiares do século XX a ilha de Santiago, a principal ilha agrícola, registava uma grande população de homens sem terra, na maioria provenientes de escravos libertos e de camponeses pobres que, empurrados pelas circunstâncias, aceitaram cultivar em terras dos “morgados” em condições próximas das da escravatura (SEMEDO, 2010). Neste sistema cabia ao camponês/rendeiro a responsabilidade de garantir toda a produção. A aquisição das sementes, dos instrumentos de trabalho, da mão de obra e a colheita eram suportados pelo camponês, e o resultado da produção era no fim repartido com o morgado. A relação de dependência, que já era muito forte entre o parceiro e o morgado, foi acentuada, ainda mais, pela estrutura agrária que surgiu com o advento do trabalho livre. Estas situações de injustiça propiciaram o surgimento de três revoltas dos rendeiros entre a primeira metade do século XIX e início do século XX no interior da Ilha de Santiago. As revoltas dos Engenhos de 1822, de Achada Falcão de 1841 e de Ribeirão Manuel de 1910, segundo o investigador Camilo Pereira (2010), estes momentos permitem compreender as confrontações político-culturais entre rendeiros e morgados.

As três revoltas, além de serem inspiradas nos festejos do batuco, da tabanca, dos reinados e de *Corpus Christi*, podem ser compreendidas a partir das confrontações políticas no interior da ilha de Santiago, opondo liberais moderados e exaltados [...] Por outro lado, os revoltosos acreditavam estar defendendo um direito local. Assim, a propriedade da terra presente nas três revoltas, antes de se constituírem numa questão material, significava um bem simbólico. A grande congregação de rendeiros presente nas três revoltas pode ser compreendida, em parte, como decorrentes dessas confrontações (PEREIRA, 2010, p. 391).

Pereira defende assim que os confrontos derivados dos sucessivos aumentos das rendas deviam-se não somente a questões económicas mas também políticos. As revoltas estavam atreladas às reivindicações de livre acesso às terras mas também podem ser

analisadas como momentos de reivindicações visando a integração dos rendeiros na nova ordem política. Portanto, mais do que simples reivindicações pela posse das terras cultivadas, as revoltas se destacaram pelas exigências pelo reconhecimento dos direitos políticos a serem dados aos rendeiros e estavam também articulados a projetos revolucionários tendo como objetivo a separação de Cabo Verde em relação a Portugal.

Contudo, esta estrutura fundiária vigorou durante todo séc. XIX e só veio a sofrer algumas transformações na segunda metade do século XX perante a pressão exercida pelo processo de luta armada desencadeado pelo Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC),¹⁹ conforme aqui apontado pela investigadora Elisa Andrade.

Até à Segunda Guerra Mundial, os movimentos sociais foram sistematicamente reprimidos: enforcamento, chicote, palmatoadas e outras sevícias corporais, deportação inter-ilhas ou para outra colônia, como aconteceu com Nhô Ambrose que foi degredado para Angola. Finalmente, as ideias de autonomia ou de independência nacional tomam corpo nos anos 40 com a geração de Amílcar Cabral. O seu corolário foi a organização da luta de libertação nacional, na sua forma moderna, com a criação, em 1956, em Bissau, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), de que Amílcar Cabral foi o principal promotor e ideólogo (ANDRADE, 2005, *apud* WWW.ASEMANA.CV acesso em 12/11/2014).

O PAIGC liderado por Amílcar Cabral, que além de buscar a Independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau tinha uma leitura bastante crítica em relação às estruturas político-fundiárias, assim criticou duramente as estruturas sociais das ilhas de Cabo Verde, enfatizando a grande diferenciação social, os antagonismos de classe e, principalmente, a distorção do sistema agrário, que permitia aos proprietários de terra terem um super faturamento sobre os arrendatários, seja de forma absoluta ou diferencial (FURTADO, 1993). Assim, segundo Amílcar Cabral, Cabo Verde, apesar das condições históricas particulares, era uma colônia. Para este combatente o povo cabo-verdiano

¹⁹ Segundo a investigadora Elisa Andrade, a decisão de travar uma luta conjunta tinha o seu fundamento na história comum desses dois países. Cabo Verde foi essencialmente povoado por escravos ou negros livres vindos sobretudo da Guiné-Bissau que desde 1466 tinha ficado ligado à Cabo Verde por intermédio do comércio e do tráfico de escravos. Em 1550, as autoridades coloniais portuguesas nomearam, pela primeira vez, um Capitão-Geral para as ilhas, ficando esses dois países submetidos à mesma administração, até 1868. Contudo, a dependência do ponto de vista administrativo e das finanças públicas em que a Guiné ficou em relação a Cabo Verde gerou tão grandes mal-entendidos ao longo dos tempos que não é de admirar que alguns ressentimentos dos guineenses tenham vindo à tona no momento do golpe de Estado de 1981 ocorrido na Guiné-Bissau e que pôs fim ao projeto unitário. Com a separação dos dois países a ala cabo-verdiana do PAIGC passou a designar-se Partido Africano para a Independência de Cabo Verde – PAICV, mantendo a ala Guineense a designação inicial.

sofria de duas formas de opressão, económica e social, fruto da relação desigual entre Portugal e as ilhas e as injustiças geradas pelos proprietários agrícolas, comerciantes e outros grupos das classes dominantes (ANDRADE, 1980, p.76). Em face disso, uma das mais importantes propostas políticas do PAIGC foi a condenação da política agrária colonial, propondo como solução a reforma agrária. Porém, uma análise atenta às palavras de Amílcar Cabral deixa-nos entender que o mesmo se mostrava cauteloso e sensível em relação a propostas que pudessem por em causa a unidade nacional e o envolvimento de todas as classes sociais no processo de libertação das colónias da Guiné e Cabo Verde.

A maior asneira que se podia fazer na nossa terra seria criar na Guiné partidos ou movimentos na base de etnias, o que era um meio bastante bom, não só para o inimigo nos dividir ainda mais, durante a luta, mas também para garantir a sua vitória; a destruição da nossa independência, depois da luta, como os camaradas têm visto em alguns países africanos. Em Cabo Verde, seria absurdo pensar em criar um partido de gente que tem alguma coisa e um partido de gente que não tem nada, para lutar contra o colonialismo português (CABRAL, 2013, p. 200).

Em resposta às críticas do PAIGC a Metrópole portuguesa tentará, em 1967, regulamentar o problema dos arrendamentos rurais e cria uma linha de crédito para redinamizar as grandes propriedades. Assim, os Decretos Ministeriais passaram a exigir a celebração em cartório dos contratos de arrendamento, porém estas disposições foram ignoradas pelos proprietários e mostraram-se de difícil efetivação por parte dos rendeiros. Uma das razões do fracasso, segundo Furtado (1993, p. 56) é a própria característica da sociedade cabo-verdiana. “A importância que a sociedade cabo-verdiana atribui a palavra – faz com que os contratos verbais celebrados entre os proprietários e os arrendatários sejam respeitados”. Outra razão apontada por Furtado tem a ver com o facto de a maioria da população, na altura, não saber expressar-se e escrever o português, o que dificultava o estabelecimento de contratos escritos.

Em termos de mobilização de água é criada nesta altura a Brigada de Estudos e Construção de Obras Hidráulicas (BECOH) com atribuições no estudo e execução dos trabalhos de Pesquisa, captação e aproveitamento dos recursos hídricos (subterrâneos e superficiais) com vista ao abastecimento de água à população e para rega. No início da década de 1970 o Ministério do Ultramar cria a Inspeção Geral de Minas e, a Brigada de

Águas Subterrâneas de Cabo Verde (B.A.S.), à qual competirá o estudo e trabalhos relativos à pesquisa, captação e defesa do potencial aquífero.

Na ausência de capital para financiar a produção ou de qualquer política agrícola, foi instituído pela Metrópole o Banco Nacional Ultramarino, a fim de conceder crédito aos proprietários, com juros baixos e garantia hipotecária. Segundo Borba & Anjos (2012, p. 45), os “novos empreendedores rurais” tiveram acesso a empréstimos volumosos, que, por sua vez, não foram devidamente aplicados no desenvolvimento das atividades económicas. Em pouco tempo, a instituição financeira encontrava-se às vésperas da falência. Por estas razões, muitos dos antigos morgados perderam suas terras para instituições públicas, as quais foram posteriormente levadas à leilão. Os campos adquiridos em hasta pública irão pertencer a grupos reduzidos de pessoas que detinham capital financeiro, agora acrescidos também por emigrantes cabo-verdianos que conseguiram obter maiores rendas trabalhando, principalmente, nos Estados Unidos da América e na Europa (FURTADO, 1993). Contudo, estes antigos imigrantes transformados em proprietários, não vão mudar as relações de propriedade e de produção. Apenas se assiste a uma mudança de donos.

5.2 A INDEPENDÊNCIA NACIONAL, COOPERATIVAS E A TENTATIVA FALHADA DE REFORMA AGRÁRIA

A cinco de julho de 1975 Cabo Verde torna-se um país independente e o PAIGC, principal promotor do movimento de luta armada, assume o poder nos dois novos países. Perante um país economicamente fragilizado o PAIGC tinha que implementar as propostas e as políticas do partido, dos grupos sociais que os haviam apoiado, e obviamente da sociedade em geral. Os lemas apregoados pela organização de inspiração revolucionário-socialista, como ‘a extirpação da exploração do homem pelo homem e de toda sujeição do ser humano a interesses degradantes’, bem como ‘terra a quem a trabalha’, juntamente com a valorização da identidade africana serão parte das bandeiras políticas sustentadas pelo PAIGC, mesmo que neutralizando (por vezes violentamente) seus opositores políticos (BORBA & ANJOS, 2012, p. 47).

O quadro de seca num clima insular/saheliano desencadeou um processo de desertificação dos mais graves da sub-região. A partir do fim dos anos 60 assiste-se a um abandono massivo do campo pela população jovem que busca, nos centros urbanos e na

emigração, alternativas mais risonhas de sobrevivência. Paralelamente a propriedade da terra num espaço insular constitui um grande problema de modernização, daí a tentativa de uma reforma agrária nos finais dos anos 1970 (SEMEDO, 2010; FURTADO, 1993). Santos (2013), num artigo recentemente publicado que aborda a questão da reforma agrária no Concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, nos indica o quadro apresentado pelas autoridades nos primeiros anos de independência do país.

A independência nacional encontrou uma estrutura agrária instável, pois 40% dos camponeses não eram proprietários e trabalhavam em regime de arrendamento ou parceria. Os outros 60% eram proprietários, mas destes 50% pertenciam ao sistema misto. O regime indirecto de exploração, a sobreposição da titularidade de várias formas indirectas de exploração e de regimes por um mesmo indivíduo e o minifúndio, constituem as principais limitações impostas ao desenvolvimento da produção no país, aliadas às condições climáticas adversas e à exiguidade de solos aráveis, cujo crescimento demográfico serviu para agravar ainda mais a situação (SANTOS, 2013, p. 177).

Assim, a reforma agrária que se tentou implementar em Cabo Verde, com a independência nacional, tinha como objetivos principais suprimir os regimes indirectos de exploração²⁰, garantir a posse útil da terra e dos meios de produção àqueles que a trabalhavam e redimensionar as explorações agrícolas privadas. Contudo nem os proprietários e nem sequer o próprio campesinato aderiram às propostas então apresentadas, o que ditou o fracasso do projeto.

Nas palavras de Furtado (1993) a interligação entre a agricultura e o desenvolvimento socioeconómico da sociedade cabo-verdiana, fica clara quando percebemos que, nessa época, a preocupação fundamental era a modernização da agricultura, sobretudo através da mobilização de mais água. Ou seja, modificar a estrutura agrária para melhorar as condições de produção, através de novas técnicas e novas relações de propriedade, de produção e de produtividade, optimizando a utilização do potencial hídrico disponível.

Em simultâneo com as medidas adotadas pelo governo no tocante à questão agrária (como a nacionalização de diversas propriedades fundiárias; proibição do subarrendamento rural; alheamento dos bens imóveis de proprietários absentistas residentes no exterior.) procedeu-se, na altura, à nacionalização das águas subterrâneas.

²⁰Vulgarmente designados por “regime de arrendamento”

Em consequência diríamos que a gestão da água em Cabo Verde se desenvolveu de forma centralizada e suportada no princípio da dominialidade pública. O exercício do direito de uso deste bem natural pelos particulares passou assim a ser dependente de concessão ou licença como condição de atribuição desse direito. O Decreto-Lei 80/87 estabelece o princípio de que a gestão dos recursos hídricos é da responsabilidade do Estado.

Neste contexto elaborou-se, no início da década de 1980, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN), 1982-1985, que foi considerado a primeira estratégia de desenvolvimento do país. Esse plano não era apenas um instrumento de intervenção pública. Ele era visto como algo necessário para eliminar as sequelas da dominação colonial e tinha como objetivo a construção de uma economia nacional independente (RODRIGUES, 2010), tendo a reforma agrária como o porta-estandarte das medidas a se implementar:

[...] o mais importante programa, durante o período do plano será o da reforma agrária, sem o qual cairão por terra todos os outros. Não será possível mobilizar as grandes massas camponesas para os objectivos de desenvolvimento e mesmo que esse fosse possível, sem esta mobilização, atingir algumas metas de crescimento, sem alteração das estruturas agrárias, tal far-se-ia à custa dos camponeses beneficiando uma minoria de proprietários (PDN, 1982-1985, p. 5).

Contudo, a desconfiança das populações camponesas com a iniciativa de reforma agrária, somada aos intensos laços de compadrio (mesmo que com perfil clientelista) entre proprietários e cultivadores refrearam as aspirações do governo de partido único. Aliado a estes fatores, em virtude de algumas transformações históricas, houve a valorização do direito de propriedade, quando da ascensão económica de famílias não-brancas, a partir das emigrações e correlatas aquisições de terra (SANTOS, 2013).

Neste período é também aprovado o Código de Água (Decreto Lei 41/II/84) e os demais órgãos de administração dos Recursos Hídricos que passam a ser :

- a) Conselho Nacional de Águas (CNAG);
- b) Comissões de Água (CA);
- c) Junta dos Recursos Hídricos (JRH);
- d) Registo Nacional de Águas (RNA).

Neste quadro a competência soberana para a administração dos recursos hídricos é atribuída ao Conselho Nacional de Aguas (CNAG), órgão inter-ministerial, presidido pelo Ministro do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, abrangendo representantes de diversos ministérios. Como órgão executivo do CNAG foi primeiramente definido a Junta dos Recursos Hídricos (JRH), que era responsável por tudo o que dizia respeito pela execução, exploração e gestão dos recursos hídricos (GOMINHO, 2010).

Apesar de reconhecer a precariedade dos dados disponíveis, relativos ao rendimento, consumo, fluxo e circulação monetária das empresas agrícolas o I PDN partia do pressuposto de que a agricultura era a base fundamental da vida económica e social do país. Ainda assim, face às limitações de ordem fisiográfica e socioeconómicas, a agricultura representava na altura um papel importante na economia nacional contribuindo com 15,8% do PIB e 38,4% do total dos empregos permanente. Por outro lado, segundo este primeiro plano, no setor rural se concentrava a maior parte da população ativa e era onde se encontrava os índices mais significativos de desemprego e sub-emprego, as mais elevadas taxas de analfabetismo, baixos rendimentos e pobreza extrema.

Nesta altura o setor rural beneficiava de investimentos na ordem dos 500.000.000 ECV anuais, valor considerado elevado pelos padrões da época. Este forte investimento se devia em grande medida a uma conjuntura internacional favorável ao financiamento deste setor por parte da comunidade internacional empenhada na promoção do combate à fome e à desertificação. Neste contexto foi determinante o papel desempenhado pelas autoridades cabo-verdianas na mobilização de recursos técnicos e financeiros através da integração em organismos internacionais e intergovernamentais especializados nos problemas da alimentação, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel²¹ (CILSS), o Clube do Sahel, etc.

Para além da questão da reforma agrária o primeiro PND tinha por missão promover um desenvolvimento equilibrado dos cultivos irrigados e de sequeiro

²¹ O Sahel é a região da África situada entre o deserto do Sahara e as terras mais férteis a sul, que forma um extenso corredor do Atlântico ao Mar Vermelho. Normalmente, incluem-se no Sahel o Senegal, Cabo Verde, a Mauritânia, o Mali, o Burkina Faso, o Níger, a parte Norte da Nigéria, o Chade, o Sudão, a Etiópia, a Eritreia, o Djibouti, e a Somália.

enquadrado num plano de reordenamento de todo espaço rural, criar condições para uma paulatina melhoria nas condições de distribuição comercialização e transformação dos produtos agrícolas com vista a atingir o mercado interno e posteriormente a exportação.

O governo despendeu grande quantidade dos recursos arrecadados no desenvolvimento do setor primário (agro-pecuário e pesca) visando reverter o processo de desertificação crescente, por forma a aumentar a produção agrícola e atender a demanda interna bem como a transferência de recursos para o Estado mediante a exportação e através da “distorção dos preços relativos” em detrimento dos preços agrícolas. Essas medidas tinham como objectivo passar de uma agricultura de subsistência para uma agricultura moderna e capaz de gerar excedentes (RODRIGUES, 2010, p. 58).

O Estado, através de uma visão centralizadora, assumiu na altura um papel determinante em todas as áreas, desde a criação e gestão de unidades de produção mais importantes e mais complexas, poupança, investimentos, controle do comércio externo, da moeda e das atividades financeiras. O setor produtivo estatal ocuparia uma posição dominante na economia e a organização do aparelho económico do Estado deveria corresponder exatamente a essa posição.

Uma das mais importantes ações destinadas à agricultura na década de 1980 foi a criação do INIA em 1985. Este instituto de investigação teve um papel muito relevante no desenvolvimento e pesquisas em áreas de inovação tecnológica, desenvolvimento e melhoramento genético de várias espécies, combate às pragas e a procura por novas espécies que se adaptassem melhor às condições climáticas do país (RODRIGUES, 2010).

Para resolver o problema da insuficiência de quadros para o setor rural é criado pelo Decreto Ministerial nº 50/81 a comissão Interministerial para Formação para o desenvolvimento Rural. Em janeiro de 1984, o Governo de Cabo Verde, assistido pela FAO e financiado pelo Governo Italiano, dá início ao projeto de construção e funcionamento do Centro de Formação Agrária de São Jorge (CFA),²² tutelado pelo INIA. Para além da implementação de um programa de formação de técnicos médios nos setores de vulgarização, produção vegetal, produção e sanidade animal, conservação de solos e água, o CFA também assumiu na altura um importante papel na educação de adultos nas áreas de interesse para o desenvolvimento do mundo rural.

²² O CFA foi instalado nas estruturas da antiga Escola de Aprendizado Agrícola-Pecuário Alves Roçadas, sita em S. Jorge dos Órgãos, ilha de Santiago, que por sua vez tinha sido criado na década de 1950.

Estas medidas aliadas aos investimentos que o governo fez na agricultura e no desenvolvimento rural se fizeram sentir das mais variadas formas. Produziram-se transformações profundas no setor agrícola no que se refere à diversificação da produção, ao aumento da área cultivada, ao uso e posse da terra, ao emprego de novas tecnologias e às relações com outros setores da economia. Outras medidas também foram levadas a cabo pelo governo como, por exemplo, a arborização de uma área crescente da superfície das diferentes ilhas visando reduzir os efeitos da devastação ecológica e conter o avanço da desertificação (RODRIGUES, 2010; FURTADO, 1993). Contudo, o fracasso na implementação do projeto de reforma agrária condicionaram grandemente a efetiva implementação deste plano.

O segundo PND abrangeu o período de 1986 a 1990, e no que se refere ao setor rural este plano definiu como principais objetivos para o desenvolvimento a luta contra a desertificação e erosão pelo alargamento das tarefas de preservação e valorização do património fundiário e pela reflorestação; mobilização e valorização dos “recursos” hídricos. Nesta altura foi implementado um vasto programa de pesquisa, com o apoio de organismos internacionais, com vista a se proceder ao balanço dos recursos hídricos do país, construção de muros de retenção, captação e galerias.

As áreas rurais concentravam cerca de 63% da população ativa do país e a população ocupada no setor agrícola representava cerca de 29% do emprego total. Assim optou-se pelo incentivo ao desenvolvimento do movimento associativo através da consolidação das organizações cooperativas agro-pecuárias existentes, apoio às cooperativas agrícolas e de consumo e a novas iniciativas coletivas (RODRIGUES, 2010).

Neste sentido, a constituição de cooperativas teve um grande incremento após a independência. Segundo João Pereira Silva (1982, *apud* FURTADO, 1993), de 1975 a 1986 apareceram 209 cooperativas juridicamente constituídas, 21 pré-cooperativas, 73 grupos de ajuda mútua e oito uniões. Dentro deste grupo, as cooperativas do setor agro-pecuário somam 62 organizações, e uma união de cooperativas do referido setor com um total de 1265 membros essencialmente em áreas de regadio.

O cooperativismo se emerge assim neste período como uma forte aposta do poder político para o mundo rural e segundo Jesus (2007), esta opção conta com dois importantes elementos impulsionadores:

De um lado, a necessidade latente, quer em termos socioeconómicos, de garantir o abastecimento das populações em gêneros de primeira necessidade, quer em termos ideológicos, de promover a igualdade e justiça social. De outro lado, a assunção clara das cooperativas como vias de promoção do desenvolvimento, por parte do Governo e do Partido, resultando daí um forte impulso institucional na sua promoção. Contudo é preciso destacar o carácter descendente da dinamização do cooperativismo nesta fase, ou seja, o cooperativismo é mais “imposto” pelo Governo/Partido do que resultante de um movimento social independente e autónomo (JESUS, 2007, p. 48).

Na dimensão político-ideológica, a cooperativa era assim vista como uma forma de libertar as camadas mais desfavorecidas da dependência económica, como meio de elevar o nível cultural e político das pessoas, como forma de promoção da justiça social, tendo o próprio partido no poder, o PAIGC, se envolvido diretamente na promoção do movimento, quer através de orientação clara das suas lideranças e das mensagens de apoio, quer através da atuação dos seus militantes no terreno, na dinamização e criação de cooperativas (JESUS, 2007). Assim foi criado o Instituto Nacional das Cooperativas (INC) como objetivo de materializar as orientações políticas do governo a respeito do cooperativismo, promover e apoiar a organização interna das unidades cooperativas e suas organizações, e ser o ponto de interligação com organizações cooperativas internacionais.

Os investimentos públicos direcionados ao desenvolvimento rural nesse período foram os maiores registados se comparados aos investimentos realizados nos outros setores. Isso demonstra a importância estratégica que se via no desenvolvimento rural como meta para se atingir o desenvolvimento económico que seria assentado na industrialização (RODRIGUES, 2010). O governo desenvolveu um papel fundamental no apoio técnico e financeiro que foi de suma importância na medida em que permitiu às empresas pertencentes ao Estado e as cooperativas agrícolas terem um papel ativo na condução das políticas públicas agrícolas. Estas empresas e cooperativas agrícolas dinamizaram o processo de reconversão agrícola e introduziram novas técnicas e práticas de produção, como por exemplo, o trabalho cooperativo e as formas de ajuda mútua, tanto em termos técnicos como nas relações de trabalho.

Contudo, tendo o cooperativismo formal surgido em Cabo Verde num contexto político-ideológico específico (partido único), a fraca promoção dos seus princípios fundamentais por parte do INC – o que deveria ter sido uma das suas funções primordiais

contribuiu para sedimentar no movimento a ideologia dominante de matriz eminentemente política que vinha desde a sua gênese em detrimento da doutrina cooperativa, necessária para garantir a sua coesão enquanto movimento social. O fraco conhecimento dos princípios e valores cooperativos, entre outros, traduziu-se assim em claras distorções das práticas de gestão adotadas nas cooperativas e até em certos comportamentos desviantes por parte dos líderes, contribuindo para gerar as condições intrínsecas para a falência do movimento (JESUS, 2007):

A forte intervenção do Governo e do partido na promoção do cooperativismo nas duas fases anteriores contribuiu aparentemente para que o movimento acabasse por ser conotado ideologicamente com o PAICV no clima de alguma euforia reinante no início dos anos de 1990 com a democratização do país, quer por parte da população e dos antigos membros, quer por parte de elementos do novo Governo, embora estes não claramente assumidos logo no início. O sector cooperativo acaba por ser vítima das suas ligações históricas ao Governo e ao partido no poder anteriormente, e da forte dependência – técnica, financeira, ideológica, organizacional e competitiva - que caracterizara a sua estrutura e o funcionamento desde a sua criação (JESUS, 2007, p. 52-53).

Furtado (1993) aponta outras questões de ordem prática para o insucesso das cooperativas no setor rural. Em primeiro lugar, a possibilidade concreta da organização das cooperativas agrícolas de produção é limitada pela reduzida superfície agrícola irrigada. As terras de sequeiro trabalhadas somente durante um período do ano, na época das “azaguas”, não permitem a formação de uma associação cooperativista, ainda que nela seja possível um trabalho deste nível. Em segundo lugar, na mesma linha defendida por Jesus (2007), a ausência de uma tradição cooperativa e a identificação feita pelos trabalhadores rurais entre o movimento cooperativo e a “necessidade de militância política” nas estruturas partidárias constituíram um outro obstáculo.

Paralelamente ao programa de promoção das cooperativas criou-se também na altura as Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO) que geravam empregos temporários para as populações rurais na área da construção e obras públicas com o objetivo de assegurar renda e garantir o consumo (nas cooperativas) das famílias rurais com poucos recursos e em situações de seca prolongada. O financiamento do programa FAIMO até aos anos 90 era assegurado pela cooperação internacional, através da contrapartida da ajuda alimentar (vendida no mercado nacional) e das doações financeiras. Essa ajuda era utilizada por um lado, como forma de superar o déficite

alimentar provocado pelos maus anos agrícolas, por outro, era transformado em recursos suscetíveis de serem aplicados ao desenvolvimento. Embora se reconheça o importante papel desempenhado pelas FAIMO, este programa foi alvo de muitas críticas no fim do regime perante o argumento de que a sua filosofia do funcionamento era essencialmente assistencial, o que o transformava num elemento permanente de insegurança social, segundo Pina (2008):

[...] As FAIMO não oferecem soluções adequadas para a saída da pobreza, antes, cristaliza e reproduz a mentalidade de assistidos vis-à-vis do Estado-providência [...] Esta situação acabou por criar nas populações rurais uma dependência económica crónica relativa ao emprego acompanhados de séries de constrangimentos, sendo os mais comuns a desresponsabilização das populações alvo, relativamente às infraestruturas construídas, que os agricultores consideram propriedades do Estado, incumbindo a este a responsabilidade de manutenção; a ausência de controlo, seguimento e avaliação dos projetos; os baixos salários e respectivo atraso de pagamento (PINA, 2008, p. 3).

Assim, apesar de se ter conseguido atingir alguns objetivos no que toca ao desenvolvimento rural, ainda estava-se longe de se considerar que a estratégia de desenvolvimento baseado na substituição de importações tinha conseguido bons resultados em Cabo Verde. As críticas a esta estratégia levaram a que se abandonassem as políticas de industrialização por substituição de importações e se optasse por uma mudança de estratégia de desenvolvimento.

No que toca à mobilização da água o segundo PDN aponta ainda para a necessidade de estudos com vista à definição de locais para construção de grandes represas e de pequenas barragens. Nesta altura apontava-se para São Martinho e Caniço como possíveis localizações e já se previa neste plano o início da construção da Barragem de Poilão, algo que só veio a acontecer em 2004.

A partir de meados da década de 1980, segundo Moniz (2007), o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) começou a enfrentar problemas para dar continuidade à sua manutenção no poder. O planeamento da dependência internacional e a política económica dela decorrente provocaram, na ausência de um regime democrático, profundo desgaste do capital político que este partido desfrutava na sociedade cabo-verdiana. Assim, pressionado pelos fluxos da conjuntura internacional e pelos percalços

internos passou-se a admitir a possibilidade de implementação de um conjunto de reformas económicas, administrativas e políticas.

Com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a falência do modelo soviético, o cenário internacional levou a que o PAICV precipitasse o processo de democratização do país e adotasse oficialmente uma política de transição para o pluripartidarismo. Foi nesse contexto que surgiram novos partidos políticos como o Movimento para a Democracia (MPD). Assim, o MPD sai vencedor nas primeiras eleições legislativas pluripartidárias realizadas a 13 de janeiro de 1991, dando início a um novo ciclo político depois de 15 anos de regime de partido único. O governo saído dessas eleições optou pela mudança de uma estratégia de desenvolvimento centrada no mercado interno para outra virada para o mercado externo.

5.3 A EMPRESARIALIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA E O ASSOCIATIVISMO LOCAL COMO FATORES DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A partir de 1991, o novo governo eleito adotou uma nova estratégia de desenvolvimento económico que preconizava uma economia de mercado e a integração dinâmica de Cabo Verde na economia mundial. Tal estratégia implicava a criação de condições capazes de atrair o investimento externo e garantir a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e tecnologia. Os objetivos eram assim melhorar a participação do país no comércio internacional e ainda a promoção da iniciativa empresarial privada nacional.

Nesse período, entrou em vigor o III PND (1992-1996) que definiu como principais estratégias a atração de capital externo, o desenvolvimento de empresas conexas, o desenvolvimento de setores especializados e, ao mesmo tempo, considerava como condicionantes a salvaguarda dos grandes desequilíbrios internos e externos, a luta contra a pobreza e o desemprego, o desenvolvimento equilibrado do conjunto das ilhas e a atuação contra os constrangimentos resultantes da descontinuidade territorial, da baixa produtividade associada aos elevados custos da mão de obra e a ausência de tradição produtiva “moderna” (RODRIGUES, 2010).

Assim, desenvolveu-se uma nova política de desenvolvimento rural suportado sobretudo no princípio da integração da economia rural na economia de mercado e no alargamento das atividades económicas do campo, não se restringindo aos setores da

agricultura, silvicultura e pecuária mas recobrando outros setores à montante e à jusante da produção agro-silvo-pastoril. Neste sentido, segundo Furtado (1995), o Centro de Formação Agrária (CFA), que vinha fundamentalmente formando quadros médios, intermédios e de base para a administração pública se vê obrigado a reorientar a sua estratégia de formação. Normas condicionadoras do ingresso de novos agentes na administração pública, aliadas a uma política de incentivo ao abandono voluntário de quadros da função pública acrescentam novos problemas e novos desafios à instituição de formação.

Paralelamente, a Investigação Agrária desenvolveu diversos trabalhos ao nível dos “recursos” naturais, onde se incluem os solos, o meio ambiente, a vegetação, a água e ao nível dos cultivos tradicionais de regadio e de sequeiro. Contudo, na componente da produção e sanidade animal, as ações foram muito limitadas, na área da silvicultura, praticamente não houve intervenções e formação de agricultores praticamente não existiu nesse período (RODRIGUES, 2010).

No que toca á gestão da água para agricultura III PND (1992-1996) aponta para a necessidade de uma melhor adequação dos sistemas de exploração da terra às condições ambientais, numa perspetiva de utilização sustentável deste bem. Assim a estratégia a ser adoptada passa por um melhor aproveitamento dos “recursos hídricos” explorados, pela redução dos consumos e pela preservação dos solos. Estas metas serão alcançáveis através de estudos técnicos que possam conduzir ao aumento da água disponível, recorrendo a fontes não convencionais e por via da tomada de medidas conducentes à redução dos consumos com a introdução progressiva de equipamentos economizadores de água.

Ainda no quadro do novo contexto de abertura política, de descentralização e da abertura do setor da água e energia à iniciativa privada, as atribuições do conjunto das instituições centrais estão em vias de serem alteradas. As funções dos organismos centrais serão focalizadas sobre os aspetos de interesse nacional, tais como a planificação, a regulamentação, a regulação, a coordenação, a sensibilização e o seguimento da exploração (GOMINHO, 2010).

Em 1992 é extinta a Junta dos Recursos Hídricos (JRH) e as Comissões de Água e as suas competências são transferidas para o Instituto Nacional de Gestão dos Recursos

Hídricos (INGRH). A execução dos trabalhos de construção ficou reservada ao Instituto Nacional de Engenharia Rural e Floresta (INERF).

Com advento da democracia o modelo de cooperativas é abandonado pelo novo poder e simultaneamente o movimento associativo ganha maior força e torna-se um interlocutor privilegiado na relação Estado/comunidades locais assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana. As associações foram acarinhadas no quadro da nova filosofia de gestão para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário; poupança e crédito, atividades geradoras de rendimento com incidências sobre os programas de luta contra a pobreza; promoção da mulher; planeamento familiar; apoio aos deficientes; ambiente; informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos.

As Associações Comunitárias de Base foram impulsionadas, em primeiro lugar pelas Cooperações Internacionais e Organizações não Governamentais (ONG's). As associações tiveram origem a partir de agrupamentos de agricultores e criadores de gado moradores ou naturais de uma dada região. O ano 1995 marca o primeiro ano de assinatura de contratos-programa entre as associações e o Estado no âmbito do financiamento de vários projetos comunitários, principalmente na vertente de execução de obras de Conservação do Solo e da Água (CSA) no quadro do programa supracitado. Uma comunidade organizada em associação constitui o critério fundamental para a obtenção de financiamento. Esta condição está na origem fulminante de muitas associações, tendo como estímulo o financiamento de projetos comunitários através de assinatura de contratos-programa entre as associações e o Estado.

As associações comunitárias de desenvolvimento foram assim elevadas à categoria de parceiros “incontornáveis” no processo de luta contra a pobreza nos territórios rurais. Entretanto, segundo Pina (2008), nota-se um elevado grau de dependência destas organizações das ajudas externas, fraca capacidade técnica e de gestão, assim como dificuldades de uma participação de acordo com o modelo de desenvolvimento estabelecido. Nesta perspetiva, as entidades financiadoras têm procurado desenvolver ações de formação destinadas não só aos líderes, mas também ao conjunto dos membros no geral, por forma a desenvolver uma outra visão da organização, não como apenas um meio de garantir o emprego e de serem selecionados nos projetos que a organização leva a cabo. Em linhas gerais, as associações comunitárias foram

assumidas como interlocutores privilegiados para o melhoramento das condições de vida das comunidades locais e num instrumento de promoção de desenvolvimento local em Cabo Verde.

O IV PND (1997-2000) previa as seguintes ações para o meio rural: Aumentar a produção e a produtividade; Adequar os sistemas de exploração da terra às condições do ambiente, numa perspetiva de utilização sustentável dos “recursos”, designadamente água e solos; Desenvolver o processo de integração da economia agrícola no mercado. Contudo, dados de 1992 mostravam que a agricultura, silvicultura e pecuária representavam, na altura, apenas 9,9% do PIB.

A estratégia para alcançar as metas, em cima anunciadas, estaria assente em três vetores fundamentais nomeadamente, a preservação dos “recursos” naturais, o desenvolvimento do setor privado e o reforço institucional. Vale ressaltar que seria imperativo que essas três áreas crescessem, em simultâneo e de forma articulada, para que o setor agrário pudesse desenvolver. O crédito rural foi um aspeto que não foi muito abordado até essa época. Segundo Rodrigues (2010), o governo não deu a atenção devida a esse assunto. No período em que esse plano vigorou apenas 2,5% dos créditos concedidos pelo sistema bancário tradicional haviam sido concedidos ao setor agropecuário. De acordo com esse Plano o sistema bancário da época não estava vocacionado para operar no referido setor. Tentaram-se outros meios para resolver o problema do crédito rural, como por exemplo, projetos com componentes que configuravam linhas de crédito, o sistema semi-informal das Caixas de Poupança e Crédito e a Caixa de Crédito Rural, mas nenhum deles conseguiu alcançar o resultado esperado.

O Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2006) via esse setor como um setor fundamental da atividade económica e social no país por gerar empregos, renda e na segurança alimentar da população. Por conta disso, o governo juntou todos os seus esforços na dinamização desse setor e orientou sua intervenção numa política de ordenamento do território, de conservação ambiental e na elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento direcionado a esse setor com vista a equacionar e impulsionar o desenvolvimento do mundo rural que havia sido esquecido durante longos anos.

Este Programa ressalta que os programas desenhados para o setor, até aquele período, não tinham sido concretizados, na sua globalidade devido à inadequação das

estratégias e das atividades com relação aos objetivos propostos, devido a alguns fatores tais como: A ausência de uma política de ordenamento agrário, uma vez que as bacias hidrográficas continuavam a não ser tratadas como unidades agrárias, a limitada utilização de tecnologia adequada à micro-irrigação apesar dos avanços registados nessa área, a inexistência de um serviço de crédito agrícola, inexistência de uma política tarifária para a agricultura e de incentivo à economia da água e a deficiente aplicação da legislação existente.²³

As principais fraquezas do sector residem na inadequação de práticas de exploração às condições climáticas e na inexistência de uma política de crédito bem focalizada para o sector. As práticas arcaicas de exploração da terra ainda persistem em larga escala, situação que tem condicionado a extensão dos ganhos de produção e produtividade e rendimentos económicos acrescidos aos produtores já conseguidos no desenvolvimento da horticultura e fruticultura e de resultados encorajadores em termos de preservação da água (PND, 2002-2005, p 130).

Para fazer face a esses “constrangimentos”, o governo elegeu como principais metas, no domínio do desenvolvimento agrícola e rural: aumento da produção, através da intensificação da produtividade tanto no sequeiro como no regadio e da diversificação dos rendimentos agrícolas e rurais; adequação dos sistemas de exploração agrícola às condições edafo-climáticas, numa perspetiva de utilização sustentável dos “recursos” naturais.

Esse foi um período importante para a agricultura em Cabo Verde, segundo Rodrigues (2010), porque o governo além dos Planos Globais elaborou vários planos setoriais para o desenvolvimento do setor agrícola, dentre os quais se destacam: o Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura (PEDA), a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) e o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza. Referimos às Grandes Opções do Plano (GOP), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP) e ao Programa do Governo (VI Legislatura).

A elegibilidade de Cabo Verde ao Millenium Challenge Account (MCA), em virtude dos bons indicadores apresentados pelo país em algumas áreas, tais como,

²³PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VI LEGISLATURA, 2001-2006, p. 80).

democracia e liberdades, IDH e desempenho económico, também tiveram um impacto forte sobre a agricultura na medida em que esse programa disponibilizou cerca de 10.8 milhões de dólares para atividades que aumentassem a captação, o armazenamento e a distribuição das águas da chuva, que permitiriam aos pequenos agricultores e/ou criadores irrigar as suas parcelas e aumentar a produtividade agrícola.

De acordo com o Estado da Nação (2005, p. 50), mais de 400 hectares de sistemas modernos foram instalados, e este valor será multiplicado nos próximos anos, resultado, entre outros dos investimentos realizados no âmbito do MCA, no montante de, aproximadamente, 900 mil contos, dos quais 38 mil serão utilizados na concessão de crédito às microempresas agrícolas.

O Programa do Governo para a VII Legislatura (2006-2011) reforça que a ação do governo será orientada para uma melhor integração da atividade agrícola no processo de desenvolvimento económico e o reforço da multifuncionalidade do setor, articulando a proteção do ambiente, o ordenamento do território, a gestão dos “recursos” naturais com especial realce para a otimização da utilização da água, a segurança alimentar, a criação/manutenção de empregos e o aumento da produção e da qualidade.

Na mesma linha o programa do Governo para VIII legislatura (2011-2016) vem consolidar duas ideias fundamentais defendidas pelo governo para desenvolver o mundo rural: o empoderamento dos pobres e dos que vivem nas zonas rurais, para aumentar a sua capacidade produtiva. Aqui se incluem programas para facilitar a capacitação, para promover o acesso a recursos financeiros e às infraestruturas e serviços sociais; por outro lado, o programa propõe desenvolver iniciativas que visam ligar as áreas rurais ao setor turístico. Ainda acoplado ao setor do turismo o governo pretende promover o alargamento da base produtiva rural, através da criação de condições sanitárias e de distribuição para que os produtos agro-alimentares entrem no circuito de compra da indústria hoteleira do país, do incremento de centros de controlo de qualidade, do incentivo e apoio técnico à exportação através do fornecimento do mercado hoteleiro e turístico, da produção nacional e do reforço das capacidades de investigação e transferência de conhecimentos aos agricultores (RODRIGUES, 2010). Este programa pretende ainda continuar a apostar na “modernização” da agricultura através da mobilização de 75 mil metros cúbicos de água até 2016 através de construção de 17 barragens expandindo a superfície irrigada para 2070 hectares, incluindo cerca de 1820

hectares com sistema de rega gota a gota, fomentando o aumento da produtividade e da produção e o agronegócio.

A formação será outro eixo importante. Prevê-se a capacitação de cerca de 4000 pessoas por ano no domínio da chefia e exploração de propriedades agro-pecuárias através da rede de estruturas de formação profissional e a formação avançada nos domínios da ciência agrárias e ambientais através da criação da Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais (ver introdução).

6 CONFLITOS E PARTICIPAÇÃO NO USO DA ÁGUA DA BARRAGEM DE POILÃO

Este capítulo, numa primeira parte, faz uma discussão em torno da questão da água em duas perspetivas, como uma mercadoria *versus* como um “ativo eco-social”, explicitando os tipos de interações, constrangimentos, conflitos, contestações e formas de participação que emergem entre os agricultores e os vários agentes de desenvolvimento presentes no local, associando ainda esta questão aos modos de apropriação da terra. Numa segunda parte, discute e aprofunda a questão do conflito e a participação a partir de um recorte temporal de um acontecimento específico, a demissão do gestor da UGABP.

6.1 ÁGUA MERCADORIA *VERSUS* ÁGUA COMO UM “ATIVO ECO-SOCIAL”: DUAS CONCEÇÕES E MODOS DE VIDA EM DISPUTA

No meio rural, e para as atividades de agricultura e pecuária, o acesso à água é fundamental. Neste quadro, vem se consolidando um discurso que defende que o aumento da disponibilidade da água para as atividades produtivas e uma adequada gestão dos “recursos” disponíveis poderá significar o aumento de terras irrigadas, aumento da produção e produtividade e, por conseguinte, dos rendimentos monetários.

Em Cabo Verde mais de 60% da água natural disponível²⁴ é consumida na agricultura. O tipo de rega que, em geral, se pratica é por alagamento (RGA, 2004). Contudo, nos últimos anos, tem havido um esforço considerável para a introdução da micro-irrigação. A utilização de “fatores de produção modernos” vem-se incrementando gradualmente (incorporação de fertilizantes orgânicos, minerais e produtos fitossanitários). O forte investimento na divulgação e implementação de sistemas de micro-irrigação se suporta no princípio de que a prevalência da rega por alagamento leva ao desperdício de grandes quantidades de água e assim se torna num elemento importante a ter em conta em matéria de gestão, pelos seus alegados baixos níveis de eficiência no uso da água:

Com o problema de escassez de chuva e consequentemente de alimentos, quer para o consumo quer para o comércio, a opção tem sido investir na agricultura de regadio onde produtos/hortícolas e frutos frescos e diversos são garantidos durante todo o ano. São 2.732 hectares de superfícies irrigadas, onde 1.227 hectares são mantidos através de rega gota a gota, uma nova tecnologia de irrigação adotada para garantir o desenvolvimento das plantas e o um uso racional da água (TD, 5).

²⁴Água que se encontra em condições de ser extraída e utilizada para as mais variadas funções

Aqui, conforme defende Escobar (2005), diríamos que o discurso do desenvolvimento se materializa por via da transformação deste bem natural em um “recurso” comercializável e pela profissionalização dos problemas de desenvolvimento através do surgimento de técnicas e competências especializadas que propiciam uma utilização “racional e eficiente” da água para rega. A persistência na utilização da rega por alagamento, por parte de muitos agricultores é justificada pela sua “resistência” na adoção das novas tecnologias e pela falta de recursos financeiros. Exorta-se assim a uma mudança de atitude por parte dos agricultores em relação à introdução de tecnologias melhoradas de rega e se aposta no reforço de ações de “sensibilização”.

A partir desta perspectiva, estratégias para o “desenvolvimento rural”, são vistas como mecanismos para vincular conhecimentos especializados a intervenções particulares de forma que os mesmos pareçam ser “o caminho natural de fazer as coisas” – tal tem resultado numa profunda transformação do campo e das sociedades camponesas do Terceiro Mundo, de acordo com as diretrizes dos conceitos capitalistas sobre a terra, a água e a agricultura (ESCOBAR, 2005).

Suportado na sociologia pragmática de Bolstanski, iremos procurar explicitar como os vários momentos deste processo de mudanças está a ser vivenciado pelos agricultores da BP, que buscam adequar-se à situação presente mobilizando competências para o engajamento na ação. Através de uma diversidade de categorias as situações são avaliadas com base em um conjunto de regimes de ação de entre as quais privilegiamos as situações de disputas por justiça e acordo.

Com a instalação dos sistemas de adução e distribuição de água e a montagem da Unidade de Gestão de Água da Barragem de Poilão (UGABP) em dezembro de 2010, deu-se início ao processo produtivo. A UGABP assumiu como sua principal responsabilidade fornecer água aos agricultores, que trabalham as suas parcelas agrícolas na parte à jusante e à montante da referida barragem, em que 236 agricultores cultivam cerca de 65 hectares de terra, através de uma “gestão criteriosa, racional e sustentável”²⁵ da água captada, criar condições para que os produtores trabalhem as suas parcelas de terra com segurança, em termos de fornecimento de água e calendário de rega, de modo a tirar o máximo proveito da terra cultivada.

²⁵ Programa de Atividades da UGABP 2011

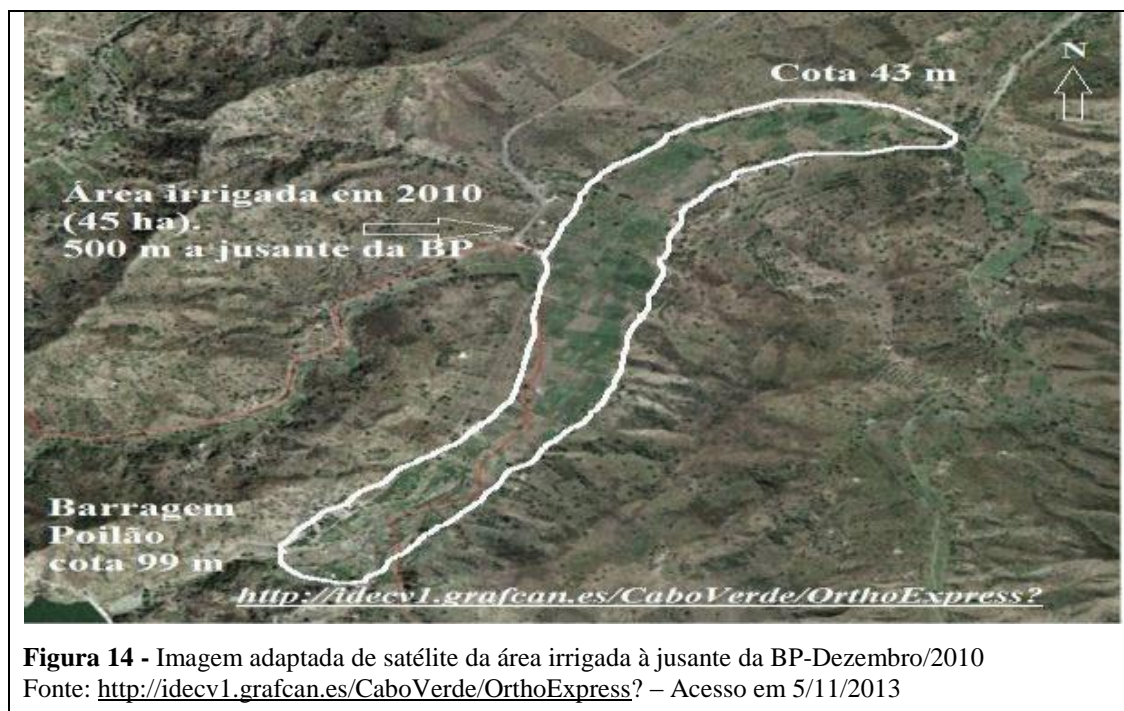


Figura 14 - Imagem adaptada de satélite da área irrigada à jusante da BP-Dezembro/2010
Fonte: <http://idecv1.grafcan.es/CaboVerde/OrthoExpress?> – Acesso em 5/11/2013

A partir do dia 20 de dezembro 2010 foi iniciada a elaboração dos contratos aos agricultores, tendo sido levado a cabo para o efeito, a instalação dos contadores nas parcelas agrícolas de acordo com o levantamento topográfico cadastral e o sistema de distribuição por talhão. Segundo dados da UGABP, foram assinados 230 contratos de entre 317 pedidos. Os 87 pedidos não aceites se deve a casos de disputas em relação a titularidade da propriedade e noutros casos deve-se ao facto de serem referentes à localidades ainda não abrangidas na primeira fase de implantação do sistema de adução.

Não há contador para todos, porque a medição do terreno foi feito por parcela, conforme se encontrava dividido na altura, em 2008, onde podia se regar a qualquer hora, (de noite ou de dia), água se encontra canalizado, não precisando de bomba. Foi melhor que à montante, visto não trazer problema com a falta de bomba. Mas quando vieram colocar contador algumas famílias já tinham repartido suas terras com outros familiares (AG, 1).

Podemos assim constatar que se trata de parcelas agrícolas bastante exíguas e dispersas. No terreno identificamos vários casos de agricultores que exploram uma pequena parcela, de um lado, mas que também gerem outras duas ou três pequenas parcelas não muito distantes (entre 500 a 600 metros), do outro lado da estrada. Um dos nossos entrevistados, abordou esta questão da seguinte forma:

Esta propriedade aqui é minha, eu é que comprei, mas também sou eu que tomo conta da outra parcela ali a frente que foi herança da minha mãe, mais a frente trabalho uma parcela da minha sobrinha que está na Praia (AG, 2)

Aqui podemos perceber, em primeiro lugar, que as regras de sucessão, ao atribuírem direitos iguais aos descendentes no mesmo grau, contribuem para a diminuição progressiva do tamanho médio das parcelas. A agricultura cabo-verdiana é uma agricultura familiar de micro-propriedades com uma superfície média muito baixa o que dificulta grandes investimentos. Em segundo lugar constatamos que o êxodo rural das novas gerações que preferem sair do campo à procura de outras formas de vida nas cidades, sobretudo através do ensino/formação, delegam a exploração das suas propriedades a terceiros, geralmente parentes próximos, ou optam por uma agricultura sazonal de sequeiro que se pratica em parte na época de verão e das férias laborais (julho/agosto). Articula-se assim uma dinâmica migratória pendular da cidade para o campo, por períodos limitados, na formatação de uma agricultura a tempo parcial, constituindo-se aquilo que Murteira & Abreu (1990, p. 10) caracterizam como sendo “uma população urbanizada que, em períodos de pico de trabalhos agrícolas, se desloca ao campo para efetuar as operações culturais indispensáveis, num espaço de tempo limitado”, assegurando de algum modo e na base urbana, a reprodução do sistema de agricultura.

Tabela 3 - Números de agricultores, parcelas e distribuição de contadores nas propriedades à jusante e à montante da BP

Talhão	Contadores Instalados	Nº de Parcelas	Cultivada	Não Cultivada
T1	30	35	34	1
T2	18	22	22	
T3	15	22	21	1
T4	29	33	32	1
T5	8	10	9	1
T6	29	42	34	
T7	42	51	44	1
T8		10	10	
T9		80	24	10
Outros		12		
TOTAL	171	317	230	15

Fonte: Adaptado do Relatório de atividades da UGABP, janeiro-dezembro 2011

Na primeira coluna, da tabela acima, aparecem os nove talhões onde os sete primeiros foram divididos na primeira fase de adução e distribuição de água com os respectivos contadores, num total de 171. Contudo, da nossa constatação no terreno (em março de 2012) será preciso instalar-se mais contadores, porque no momento do levantamento topográfico (em meados de 2008) atribuiu-se a cada parcela um contador. Entretanto, durante este lapso de tempo houve parcelas que se fragmentaram por terem sido subdivididos entre os membros da família detentora da propriedade (por doações ou morte do proprietário) obrigando-os assim a partilharem o mesmo contador para irrigarem as suas parcelas. A fragmentação das parcelas acaba por não permitir ganhos de escala e a implementação de uma agricultura irrigada segundo os moldes “modernos” de produção. Trata-se de “condicionantes” bem identificados nos planos e documentos estratégicos para o setor:

Os pequenos agricultores da ilha de Santiago exploram a terra na sua maioria em regime de arrendamento e parceria. O sistema de exploração agrícola é sobretudo do tipo familiar utilizando essencialmente mão de obra familiar. A produção destina-se para o mercado em maior escala e para o auto-consumo. Fatores limitantes como as dificuldades de acesso à terra aliado às formas de exploração que não estimulam o investimento, o difícil acesso a outros fatores de produção nomeadamente, água, sementes e material vegetal, adubos, pesticidas entre outros têm dificultado o desenvolvimento da actividade agrícola. Para além disso, o acesso ao capital financeiro é um grande constrangimento. Os agricultores aspiram poder ter no futuro um melhor acesso aos fatores de produção, melhor apoio institucional e ver a produção agrícola aumentada e valorizada, através de um melhor aproveitamento das potencialidades (PLANO DE ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DA ILHA DE SANTIAGO 2009 – 2012).

Na parte à montante, se utiliza dois motobombas para elevar a água bombeada às parcelas dos agricultores. A coluna “cultivada” da Tabela 3 mostra as parcelas cultivadas por talhão e no total dos talhões, conforme o total de parcelas que têm as redes instaladas, bem como uma parte na zona à montante da barragem. A coluna “não cultivada” representa as parcelas que já têm os contadores instalados e cujos beneficiários, ainda não se dirigiram à UGABP para fazerem o contrato e começarem a cultivar.

Tabela 4 - Plano de expansão das áreas irrigadas na BP.

Perímetros de Irrigação	Número de Agricultores	Hectares
Jusante	220	65
Montante	80	25
Recta Bargado	30	6
Macati	250	30
Achada Colaço	180	30
Total	760	156

Fonte: Adaptado, Relatório de atividades da UGABP, janeiro - dezembro 2011

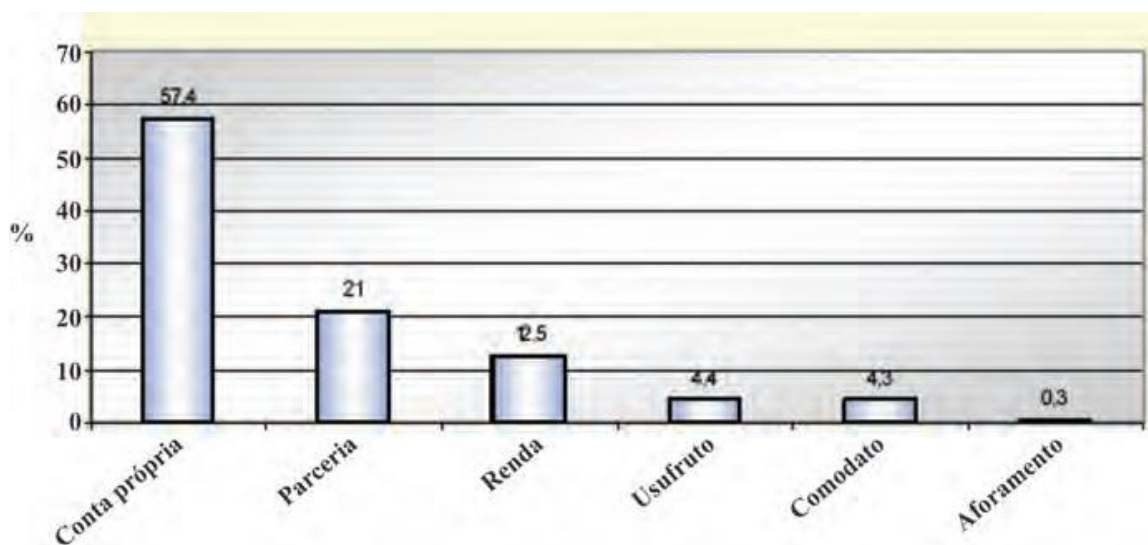
A tabela em cima nos mostra a perspectiva de expansão das áreas irrigadas com a instalação de uma segunda fase do sistema de adução. A meta é atingir os 150 hectares de terrenos, e de 236 agricultores que estão a beneficiar da água neste momento na parte à jusante e uma parte à montante, atingir aproximadamente 760 agricultores nos próximos tempos²⁶. Se este plano for concretizado vai-se baixar de uma média atual de 0,25 hectares de terreno por agricultor para 0,19 hectares.

Estamos assim perante um quadro que demanda uma reorganização dos mecanismos de regulação dos “recursos” ambientais locais. Trata-se, pois, de um desafio para as populações locais mas também para os pesquisadores e fazedores de políticas públicas, pois é preciso encontrar o entendimento apropriado das redes e processos socio-ecológicos que têm colocado os “recursos” naturais no centro dos conflitos sociais (ACSELRAD, 2004). Portanto, parece-nos ser necessário não separar a análise da questão da água das questões fundiárias.

Neste contexto o papel do sociólogo da crítica consistirá em reconstituir, da maneira mais completa possível o espaço crítico, dentro do qual as disputas e os conflitos se desenrolam aproximando-se do papel exercido por um juiz, que num processo recolhe e regista as provas registadas pelos próprios atores, produzindo ao fim uma interpretação da interpretação (BOLTANSKI, 1990).

²⁶ Na altura da realização deste estudo as autoridades nacionais estavam em negociações com parceiros internacionais com vista a se obter recursos para a aquisição do sistema de bombagem de água.

Figura 15 - Percentual de parcelas segundo o regime de exploração em Cabo Verde



Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura (2004).

A forma de exploração, tendo em conta todos os tipos de regimes de exploração (sequeiro, irrigado e ambos), destacada na figura 15, evidencia a exploração por conta própria, da agricultura familiar e de subsistência praticada, sobretudo, no regime de sequeiro.

Segundo os dados do RGA de 2004 a área total cultivável em Cabo Verde é de 445 306 litros²⁷, da qual 99,6% pertence às explorações agrícolas familiares. As três principais ilhas agrícolas (Santo Antão, Santiago e Fogo) detêm 83,5% das explorações agrícolas familiares. As 35145 explorações agrícolas familiares que praticam agricultura, 90,8% são terras de sequeiro, 7,8% são terras de regadio e apenas 1,3% são terras mistas onde praticam em simultâneo agricultura de sequeiro e de regadio. Estes dados expressam as especificidades da agricultura cabo-verdiana, onde o sequeiro assume uma grande predominância (Santo Antão e Santiago possuem mais de 90% do total das terras ocupadas com regadio em Cabo Verde. Santo Antão detém 46% de terras ocupadas com regadio, seguida de Santiago com 44%). Se se atender que mais de 40% dessas terras de regadio estão ocupadas com cana-de-açúcar, conclui-se que este cultivo continua a ocupar a maior superfície das terras de regadio. Segue-se em área a produção de bananas e hortícolas (35% da área irrigada) e raízes e tubérculos (25% da área irrigada).

²⁷ Unidade de medida de superfície tradicionalmente utilizado no domínio agrícola em Cabo Verde e corresponde a 1000m² (0,1ha).

A semelhança do cenário nacional a comunidade de Ribeira Seca e arredores era até a altura da construção da barragem um espaço de produção agrícola predominantemente de sequeiro. Em pouco tempo uma parcela significativa dos terrenos locais (64 hectares) foram transformadas em áreas de agricultura irrigada. Esta aposta na agricultura irrigada se apoia num discurso “técnico” de que a agricultura de sequeiro é “atrasada”, pouco eficiente do ponto de vista da produtividade, e potencialmente nociva para o ambiente, plasmado em vários documentos orientadores para o setor e em trabalhos apresentados em instituições académicas e de pesquisa aplicada:

A agricultura de sequeiro constitui uma actividade económica de sobrevivência das populações. As produções são aleatórias e quando ocorrem são fracas, devido às baixas precipitações, à deficiente fertilidade dos solos, às práticas culturais inadequadas, e à ocorrência de ventos secos e quentes. Grande parte da agricultura de sequeiro é feita em terrenos impróprios, o que aliada às práticas culturais e técnicas arcaicas, põe em risco a sustentabilidade ambiental e dos sistemas produtivos. O grau de cobertura, apesar da intensificação das práticas de conservação dos solos e da água, ainda não atingiu os níveis desejados (SILVA, 2009, 18, p. 19).

Esse é o potente discurso que procura criar um espaço homogêneo no qual o tradicional é visto como um resquício de uma modernização incompleta (ESCOBAR, 2005). Por outro lado, as consequências das atividades agrícolas de regadio não têm sido devidamente tidas em conta da mesma maneira que as da agricultura de sequeiro. As tecnologias mais recentes e os métodos de regadio permitem que os cultivos sejam eficientemente produtivos nos mais variados tipos de solo e por isso, desde que a água esteja disponível, os produtos irrigados podem ser cultivados, em quase qualquer sítio. Os problemas surgem quando os solos se degradam e se tornam pouco eficientes e difíceis de restaurar.

Contudo nunca é demais referir que quando falamos de agricultura de regadio nas margens da BP e em todo o país, de forma geral, estamos a falar exclusivamente de agricultura de regadio em pequenos pomares, com o mínimo de uso de maquinarias. Agricultura de regadio em grande escala associada a processos industriais não tem expressão na nossa área de estudo.

Se para alguns a transição de sequeiro para regadio pode vir a traduzir-se em ganhos e melhoria nas condições de vida, ainda temos parcelas enquadradas dentro do perímetro já contemplados pelo novo sistema de adução que ainda estão sem produção ou

continuam a serem explorados no regime de sequeiro. Podemos assim considerar que em Ribeira Seca temos uma estrutura fundiária essencialmente formatada para o regime de sequeiro e que foi adaptada ao regime de agricultura irrigada. É preciso centrar-se sobre as adaptações, subversões e resistências que localmente alguns agricultores têm adotado em relação a este processo de transição do sequeiro para o regadio e destacar as estratégias e discursos alternativos produzidos pelos mesmos perante projetos desta natureza (ESCOBAR, 2005). Esta crescente presença do Estado através da oferta de “pacotes tecnológicos” tem feito aumentar os conflitos entre os grupos locais e a lógica tecnocrática dos projetos desenvolvimentistas de uma economia moderna liberal baseada no mercado. Em geral, os camponeses tendem a reproduzir nas suas propriedades a heterogeneidade e a complexidade encontradas no sequeiro e no semi-regadio.

Não consegui entrevistar diretamente nenhum dos proprietários cujos terrenos não estão em produção, mas na opinião dos agricultores que entrevistei há globalmente três razões para este facto: primeiro, conflitos associados a questões de herança ou legitimidade de propriedades em disputa entre familiares; segundo, as propriedades estão na posse de indivíduos “preguiçosos” que não gostam muito da vida de luta do campo e preferem trabalhar a terra apenas no sequeiro; e uma terceira razão que é o facto de alguns proprietários depois de tentativas de produção mal sucedidas se endividaram junto da UGABP e não têm meios ou não estão motivados a voltar a investir. Esta terceira explicação encerra em si todo um conjunto de questões sensíveis que ditarão o sucesso ou não deste modelo de desenvolvimento local. Muitos dos proprietários das parcelas agrícolas de Ribeira Seca não possuem experiência, conhecimentos aprofundados e recursos para um investimento de retorno a médio prazo na agricultura irrigada. Contudo o quadro geral é de um grande otimismo:

Antes da barragem aqui era sequeiro, cheio de pó, mas com a barragem trouxe grandes mudanças, tornou-se Cabo Verde. A barragem trouxe algumas vantagens, mas há pessoas que reclamam muito, mesmo assim. Hoje, tenho o meu trabalho, onde entro 8 horas e saio as 17 horas. Se não fosse a barragem estaria mesmo desempregado (AG, 3).

Antes da construção da barragem era um lugar desconhecido, mas agora é conhecido internacionalmente. Antes aqui não dava nem para pastar as cabras, mas agora estamos felizes graças a construção de diques. Não existia nada, havia poços, com água, apenas para o consumo e havia alguns agricultores ao

redor, mas não se produzia praticamente. - Era mesmo ribeira seca, mas agora é ribeira ´modjadu²⁸ (AG, 1).

As mudanças perspetivadas com a mobilização de mais água enche de orgulho e de esperança e conforme os testemunhos dos entrevistados em cima esta mudança se traduz na possibilidade de mais emprego, mais visibilidade e maior potencialidade turística. De um depósito de pó Ribeira Seca se transformou em lugar verde, de Ribeira Seca transformou-se em *Ribeira Modjadu* tornando-se assim efetivamente Cabo Verde.

Uma das nossas entrevistadas cantou-nos uma canção, interpretada pelo grupo de batuque local, bastante conhecida na ilha de Santiago e que, apesar das dificuldades de tradução, retrata de uma forma metafórica como era a Ribeira Seca do antigamente no contexto das dinâmicas internas da ilha:

mosinhos, txada lém n´ka tabai, pamodi homi kan, mudjer kankan rubera seka
homi seku, mudjer toradu, rubom manel, homi faka mudjer madjadu²⁹ (AG,
4)

Em sentido figurado, mas com muito simbolismo, Ribeira Seca é retratada como sendo uma “terra de homens secos e mulheres carbonizadas”. A nossa entrevistada realça ainda que a barragem é uma oferta de Deus e do Governo de Cabo Verde que o povo de Ribeira Seca deve saber cuidar e bem aproveitar.

Ainda em relação aos cuidados que se deve ter na manutenção da barragem alguns agricultores, sobretudo os mais antigos, fizeram referência a uma sequência de diques construídos nos finais da década de 1970 e que hoje se encontram totalmente assoreados e inutilizados, por isso é preciso saber cuidar bem da barragem, sobretudo na parte à montante, assegurando que continue a reter água em boas condições. Esta preocupação se encontra bem presente no espírito dos agricultores mais experientes:

Não queremos essa água como a lenda da galinha dos ovos de ouro. Uma vez que se matarmos a galinha e tirar o ovo, com que ficamos? Ao menos se cada dia pôr um ovo, dá para gerir todos os dias. Mas, se matarmos a galinha para enriquecermos de uma vez, ficamos sem a galinha, sem ovo, sem nada (AG, 5).

²⁸ Ribeira seca passou a ser a ser uma ribeira húmida.

²⁹ “Minha gente eu não vou à Achada Lém porque lá os homens e as mulheres estão sempre pronto para briga. Também não vou à Ribeira Seca por la é terra de homens secos e mulheres carbonizadas e não vou a Ribeirao Manel porque é terra de homens empunhando faca e mulheres de fachado” - Tradução do autor.

O necessário é que a economia baixe um pouco mas eles é quem sabem. A barragem ajuda muito, isto é que, com a água cara ou barata tem de trabalhar na mesma, mostrar de modo que desfrute, de boa situação. Para as próximas barragens, o conselho, é que se tiver água que é para manter os preços igualitários, tanto para um, bem como para o outro. Bem como apoios de modo que o preço da água baixasse (AS, 1).

A inexperiência na utilização da água em grandes quantidades fez com que muitos agricultores consumissem grandes volumes de água que acabaram pondo em causa a própria produção por excesso de rega. Este fenómeno é em tudo parecido com as pequenas comunidades rurais ao serem beneficiadas por programas de electrificação. Os indivíduos, na falta de hábito, e perante um “recurso” novo que pretende trazer desenvolvimento e qualidade de vida, acabam por consumir acima do normal no primeiro mês, e quando chega a primeira fatura por pagar é que se dão conta que consumiram mais do que podiam. Uns aprendem a gerir com “racionalidade” os seus consumos, adequando-o aos recursos disponíveis, outros entram num espiral de incumprimento e vêm o fornecimento do serviço interrompido.

O então responsável da UGABP, no período de janeiro de 2010 a janeiro de 2013, perante estes factos, garante que a sua equipa está a acompanhar a situação e a implementar um plano de sensibilização dos agricultores:

Já realizamos vários encontros com os agricultores, onde foram transmitidas informações sobre o modo de funcionamento da Unidade, as responsabilidades e as regras operacionais da mesma para que possa ser feita uma boa gestão da água armazenada na barragem e a sua utilização racional, de modo a conseguir um forte engajamento e entrosamento entre os agricultores e o pessoal da Unidade (TD, 1).

Numa área em que os agricultores não tinham o hábito de pagar a água os conflitos têm surgido precisamente através da contestação dos preços praticados (15 ECV para o sistema de micro-irrigação e 25 ECV por cada m³, para a rega tradicional por alagamento). Daí a importância de se adotar uma perspectiva orientada para os atores sobretudo quando se procura analisar e compreender os processos de desenvolvimento e de mudança social (LONG, 2001).

De acordo com as entrevistas que realizamos os mesmos alegam que não são contra a cobrança da água mas que o preço praticado é alto face aos custos de produção e as perspectivas de rendimento:

Em relação a preço de água, a mesma é cara, mas a delegada alega que não dá para baixar. Não há trabalhos e mandioca que se planta se espera um ano para produzir e quando se paga água, não se obtém nenhum ganho. A água é paga mensalmente e quando há atraso se corta o fornecimento e conseqüentemente fica-se sem rega (AG, 6).

O ciclo temporal de produção de um produto, como a mandioca, por exemplo, acaba por criar grandes dificuldades aos agricultores na previsão do preço de venda na altura da colheita. Está-se assim perante uma situação em que os custos de produção são relativamente fixos mas os preços de venda são bastante imprevisíveis, conforme atesta o relato em baixo, que aponta ainda outros constrangimentos à produção como as pragas:

Atualmente, a dificuldade é em termos de água, o preço que é elevado, mas o preço elevado é se não produzir bem, mas, se produzir bem com uma ideia e sair outro por causa de pragas e outros (AG, 6).

Portanto, a água utilizada tem que ser paga independentemente dos resultados alcançados em termos de produção. O princípio de “gestão criteriosa, racional e sustentável”, definido pela UGABP, imputa aos agricultores a responsabilidade por uma adequada planificação das suas produções de forma a poderem sempre honrar com os seus compromissos.

Há muitos problemas com água, porque as vezes produz e não colhe nada, e paga na mesma. E como se diz “agu ma dja bu bebi bu tem ki paga, porque se diz djo bebi dja”³⁰ (AG, 7).

Contudo, o poder público através dos serviços descentralizados (INIDA e Delegação do MDR, Câmaras Municipais e ONG's), perante estas críticas têm procurado oferecer apoio técnico e material aos agricultores, através da oferta de formações nas técnicas de utilização de sistemas de micro-irrigação, na própria comparticipação financeira (por vezes na ordem dos 50%) para aquisição destes equipamentos, no

³⁰Água consumida se torna obrigatoriamente em «água paga ».

desenvolvimento de novas sementes e novas variedades de plantas ditas “melhoradas” e mais resistentes às pragas, dando assim forma ao processo do desenvolvimento por via da profissionalização dos problemas e da implementação de técnicas e competências especializadas.

Porém, alguns dos entrevistados alegam que os equipamentos de micro-irrigação oferecidos ou compartilhados são de menor qualidade e menos eficientes. Em regra o tempo de vida útil destes materiais se fixa entre os dois a três anos, período em que os agricultores terão que voltar a fazer um grande esforço financeiro para a aquisição de novas tubagens.

As pessoas queixam, porque é caro. Onde gota a gota é 15 ECV e largado 25 ECV. Para isso, gasta-se muito com o tubo. Com a instalação de rega gota-a-gota há que reger de modo que dure mais tempo, mas isso com cuidado. Quando não há condições, “enguenha-se” com os tubos de baixa qualidade e quando der rendimentos para comprar mais duro. Mas isso tem de ser feito com cuidado. Há contador para contar, para que se paga a água. Sabendo que se paga apenas a quantidade gasta, aquilo que vier na fatura. Porque se cada um com o seu é ‘kualikuali’³¹ (AG, 8).

Ao impor um preço mais alto para quem “resistir” e “insistir” em praticar agricultura com o sistema de rega tradicional o poder público está ao mesmo tempo a impor todo um novo modelo produtivo e de relação com a terra. Um novo modelo cujo conteúdo ideológico passa a incorporar os seguintes componentes: Primeiro, o crescimento e o fim da estagnação económica e do atraso da comunidade; Segundo, o fim da autonomia técnica, económica e cultural, ou seja a comunidade passa a interagir mais com a sociedade, de uma forma global, e a depender mais dela. Os conflitos emergem assim de um processo de enfrentamento entre os atores sociais no terreno, medindo forças entre a imposição de condicionalidades pró-mercantis, atreladas a mecanismos de financiamento, e a busca de formas democratizantes na gestão de recursos de uso comum, com frequência decisivos para a reprodução sociocultural de populações ditas “tradicionais”.

Num diálogo com um dos maiores proprietários da comunidade, com uma extensão de terreno que ronda os quatro a cinco hectares e que emprega permanente 10 trabalhadores, podemos observar, mais uma vez, que globalmente a comunidade se sente

³¹De forma desregrada

satisfeita com a infraestrutura construída e com a maior disponibilidade de água para a prática de agricultura mas contudo mais água também tem comportado novos riscos e novos desafios:

Hoje realmente estamos melhores, temos mais água, podemos produzir mais e não precisamos esperar pela chuva, mas por outro lado confesso-lhe que também estou com a cabeça mais cansada. Muitas vezes acordo no meio da noite a pensar nas responsabilidades que tenho em pagar a água, pagar funcionários. Tenho pessoas no trabalho a pagar por fim de semana e por fim de mês. Tenho trabalhadores da Guiné-Bissau tenho que os pagar em tempo para poderem enviar dinheiro aos familiares em Bissau. Isso da muita massada e muitas preocupações. São muitos compromissos (AG, 9).

De um sistema misto, com predomínio da agricultura de sequeiro, para um sistema exclusivamente de regadio praticada com água “controlada, domesticada e comercializada” outras questões emergem na “cabeça” do agricultor. A entrada da água na estrutura de custos é simultaneamente acompanhada pela aquisição de outros insumos no mercado muitas vezes com recurso a crédito e um aumento de custos com a mão de obra. Se por um lado a agricultura de regadio pode potencialmente proporcionar maior produtividade, por outro comporta necessariamente maiores custos. Nestes casos não apenas custos financeiros e materiais mas também emocionais como nos aponta o testemunho que se segue:

A ADEGA³² vende um saco de batata importada a 900 ECV e nós para vendermos um quilograma da nossa batata a 70 ECV, assim não é possível! mesmo porque nós compramos sementes muito caros. Compramos um saco de batata/semente a 2700 ECV no Agrocentro³³. Estamos nesta profissão porque é a nossa vida, mas está sendo cada vez mais difícil (AG, 10)

Se nos apoiarmos em Manuel Castells (2005) diríamos que os agricultores da BP se vêm num processo de inserção na nova economia e nas redes globais de capital, gerenciamento e informação. Redes que transportam fluxos de capital, de informação, tecnologia, interação organizacional, imagens, sons e símbolos. Seus fluxos são processos que dominam nossa vida económica, política e simbólica. Assim, a dinâmica da rede global tenta sobrepor-se às identidades locais e estas reagem como movimentos de

³² Empresa de importação e distribuição de produtos alimentares a grosso.

³³ Empresa de comercialização de insumos agrícolas.

resistência (comunal) à globalização como processo único de sociabilidade humana. A partir disto, se estabelece uma luta simbólica dos que se sentem ameaçados no seu código identitário com esta pretensa rede global. Daí a necessidade de se multiplicar os centros e agentes de produção de conhecimentos, dar maior visibilidade às formas de conhecimento produzidos por aqueles que supostamente são os "objetos" de desenvolvimento para que assim se possam transformar em atores ativos do seu próprio desenvolvimento (ESCOBAR, 2005).

Contudo, como defende Boltanski (2009, p. 41-42) “as injunções sistêmicas que pesam sobre os atores não bastam, por si sós, para suscitar o seu empenho”. A injunção deve ser interiorizada e justificada, e esse, aliás, foi o papel que a sociologia tradicionalmente atribuiu à socialização e às ideologias. Participando da reprodução da ordem social, elas têm como efeito permitir que as pessoas não achem insuportável o seu universo cotidiano, o que constitui uma das condições para que um mundo seja duradouro. Se o capitalismo não só sobreviveu, contrariando os prognósticos que regularmente anunciaram sua derrocada, como também não parou de ampliar o seu império, foi porque pôde apoiar-se em certo número de representações capazes de guiar a ação e de justificações compartilhadas, que o apresentam como ordem aceitável e até desejável, a única possível, ou a melhor das ordens possíveis.

Quando o nosso entrevistado argumenta que *“hoje realmente estamos melhor, temos mais água, podemos produzir mais e não precisamos esperar pela chuva...”* ele está implicitamente assumindo esta “nova” dinâmica do capitalismo na comunidade e seus processos de produção de desigualdade e as novas formas de manifestação da exploração.

O espírito do capitalismo se impõe assim através do conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista. Nesse caso, pode-se falar de ideologia dominante, contanto, segundo Boltanski (2009), que se renuncie a ver nela apenas um subterfúgio dos dominadores para garantir o consentimento dos dominados e que se reconheça que a maioria dos participantes no

processo, tanto os fortes como os fracos, apoia -se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados.

Quando o nosso entrevistado afirma “*tenho trabalhadores da Guiné-Bissau e tenho que os pagar em tempo para poderem enviar dinheiro aos familiares em Bissau*” ele está incorporando uma ruptura com os modelos tradicionais de “djunta mo” e de solidariedade local e se insere num mercado mais global que contrata indivíduos assalariados dos países nossos vizinhos integrando assim as áreas rurais nos fluxos migratórios da nossa sub-região. Cria-se neste caso, uma outra categoria de “dominados” dentro desta nova dinâmica capitalista, os imigrantes da costa ocidental africana.

Nesse caso, o mundo da vida quotidiana é estruturado em diferentes “camadas de realidade”, que constituiriam dimensões próprias em que apenas um princípio de validade não pode ser considerado o único responsável pela delimitação dos domínios de solidez das diferentes configurações construídas acerca da realidade social (BOLTANSKI, 1990).

Assim se desenvolve em Ribeira Seca um mundo onde a rede de relações se materializa numa dinâmica entre explorados e exploradores através de uma tensão permanente entre o que está próximo (em centros de comando e controlo) e o que está distante, entre os que têm condições de mobilidade e os que estão fixos. É nesta teia que atores locais desenvolvem sua ação. Os agricultores encetam uma relação dinâmica com a administração da BP e em sentido inverso emerge uma pequena elite de proprietários agrícolas com potencial de empregabilidade e de exploração em relação a um novo subgrupo de trabalhadores precários e assalariados agrícolas.

Esta nova noção de espírito capitalista tem lugar numa análise dos "tipos de condutas racionais práticas", das "incitações práticas à ação" que, constitutivos de um novo *éthos*, possibilitaram a ruptura com as práticas tradicionais. Assim se generaliza entre os agricultores da BP a disposição para o calculismo, a suspensão das condenações morais ao lucro e, deste modo, se dá a arrancada do processo de acumulação ilimitada. Portanto, a persistência do capitalismo, como modo de coordenação dos atos e como mundo vivenciado, não pode ser entendida sem a consideração das ideologias que, justificando-o e conferindo-lhe sentido, contribuem para suscitar a boa vontade daqueles sobre os quais ele repousa para obter seu engajamento.

Boltanski (1990) argumenta que os atores sociais se movem no interior de diferentes cenas da vida quotidiana, experimentando lógicas de ação diversas a partir de

formas de reflexividade pragmaticamente situadas. Assim, em situações diferenciadas os agricultores acabam confrontando experiências plurais, mobilizando por vezes aspetos até mesmo contraditórios das suas características identitárias pessoais.

Em suma diríamos que os agricultores envolvidos neste processo de implementação de um programa de desenvolvimento clamam por justiça nas seguintes situações: quando, pura e simplesmente, optam por não produzir; quando insistem em praticar cultivos de sequeiro em parcelas já beneficiadas pelo sistema de rega; e por fim, quando protestam e exigem um abaixamento no preço de venda de água. Contudo, estas contestações têm-se dado dentro de um processo de participação, ou seja, os atores defendem e valorizam a pertinência e a importância que a construção da BP e a mobilização de mais água tem, em termos de impacto positivo, nas suas vidas mas clamam por mais participação.

6.1.1 Projeto de relançamento do cultivo da banana

No segundo semestre de 2011 o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), deu início à primeira fase do projeto de relançamento do cultivo da banana, na ilha de Santiago, com a introdução de mais de 15 mil plantas de bananeira na Bacia Hidrográfica de Ribeira Seca (BHRS). O projeto visa a redinamização deste produto através da introdução de cultivos “*in vitro*” associados às novas tecnologias de rega, tendo também como objetivo a luta contra a praga da bananeira e foi financiado em 600 mil euros pela União Europeia e em 100 mil euros pelo governo de Cabo Verde.

Registos de dados de produção de algumas parcelas de bananeira da “Associação Justino Lopes”³⁴, situadas no Concelho de Santa Cruz da Ilha de Santiago, mostram que a partir do ano 2000 o cultivo da banana sofreu uma importante quebra de produção. De igual modo, em Monte Negro, uma das atuais principais zonas de cultivo de banana do país, a produção em 2000 que era de cerca de 580000 quilogramas passou em 2008 para pouco mais de 380000 quilogramas, ou seja houve uma quebra de produção de quase 40%. A queda de produção resultou num aumento no preço da banana do país (FURTADO, 2011). Neste contexto o Ministério do Desenvolvimento Rural tem procurado, com o apoio de parceiros externos, relançar este produto através da introdução de espécies mais resistentes às pragas e mais produtivas.

³⁴ Antiga empresa/cooperativa agrícola e importante produtora de banana.

O cultivo da bananeira tem uma longa tradição em Cabo Verde. Poderá ter sido iniciado no século XV ou XVI, altura em que os colonizadores portugueses começaram a plantação sistemática de bananeiras nas ilhas atlânticas, no Brasil e na costa ocidental africana. Desde então, a sua produção ficou estabelecida no arquipélago e continuou a desempenhar um papel importante na agricultura cabo-verdiana (FURTADO, 2011). Apesar da pequenez das parcelas exploradas, aridez do clima, salinidade dos solos, reduzida disponibilidade de água de rega e de terras aráveis para cultivo, as autoridades têm dado grande importância e têm incrementado o seu cultivo no pressuposto de que se trata de uma fruta de grande rentabilidade. Perspetiva-se também, em consequência, a criação de postos de trabalho em vários outros setores, nomeadamente venda, comercialização de fatores de produção e transporte.

Segundo Recenseamento Agrícola (2004), Cabo Verde tem aproximadamente 578000 bananeiras com produção estimada em 7000 toneladas. Esses dados evidenciam um muito baixo rendimento deste cultivo, o que pode ser explicado pelo tamanho reduzido da área cultivada (150-170 hectares), clones utilizados (clones do grupo Cavendish que são muito suscetíveis a doenças e pragas) e, ainda, pela baixa tecnologia utilizada e outros constrangimentos à produção (FURTADO, 2011).

Assim, um complexo ecossistema, de parcelas de sequeiro e semi-regadio, integrado numa dinâmica própria, está a ser transformado numa paisagem de monocultivo. Utilizando uma expressão de Escobar (2008), diríamos que a bananeira aparece como a ponta de lança do capital e das ações desenvolvimentistas do Estado para a economia da comunidade de Ribeira Seca, vetor de desenvolvimento, operador da modernidade e transformador sociocultural da região.

Assim, a introdução dos referenciais capitalistas, nos quais a natureza está associada às *plantations*, resultam na objetivação da natureza como externa ao ser humano e seu posterior tratamento como mercadoria. É nesse processo que a natureza torna-se uma questão de reinvenção constante e os seres humanos podem jogar com combinações sem precedentes para o natural e o artificial (ESCOBAR, 2008).



Figura 16 - Placa alusiva ao projeto de relançamento do cultivo da bananeira nos terrenos à jusante da BP

Fonte: Foto do autor (5/01/2014)

Com o apoio técnico do INIDA, grande parte dos agricultores de Ribeira Seca optou pela produção da banana nas áreas à jusante:

O INIDA, nos apoia com a banana biológica. A banana do INIDA é melhor, uma vez que dá um cacho que compensa, que tem mais peso e dá em cerca de seis meses. Mas por mim a banana da terra é mas saborosa, mas para produzir a banana do INIDA dá melhor (AG, 5).

Contudo, os elevados custos de produção da banana, em comparação com outros produtos evidenciados no quadro 8³⁵, conjugado com os problemas de transporte e armazenamento, têm contribuído para um aceso debate sobre o preço da água e os seus efeitos sobre toda a cadeia produtiva. O monocultivo, ou seja, o plantio extensivo de um único vegetal, para além das questões ambientais (porque exaure o solo com o tempo e reduz a biodiversidade) pode trazer problemas económicos, pois apresenta enormes riscos, já que uma única doença ou praga ou a queda do preço do produto no mercado podem pôr a perder toda a cadeia produtiva da região.

³⁵ A tabela 2 no subcapítulo 2.2. complementa as informações evidenciadas no quadro 8.

Quadro 8 - Potencialidades dos produtos hortícolas em função de fatores escassos em Cabo Verde

Se a água é escassa	Se a terra é escassa	Se a mão de obra é escassa
Cultivos a privilegiar		
Repolho	Tomate	Mandioca
Pimentão	Repolho	Repolho
Batata comum	Cenoura	
Cultivos a evitar		
Banana	Banana	Banana
Cebola	Batata-doce	Batata-doce
Cenoura		Batata comum

Fonte: Adaptado de Agriculture et Peche: Strategie de Developpement a l'Horizon 2015 & Plan d'Action 2005-2008

O quadro 8 nos apresenta as potencialidades de um conjunto de produtos hortícolas em função de fatores escassos em Cabo Verde, nomeadamente, a água, a terra e a mão de obra. É importante notar que em todas as circunstâncias de escassez a banana é sempre apontado como sendo um produto a evitar.

Assim, a 23 de outubro de 2012, menos de um ano após o início do projeto de relançamento do cultivo da banana, um grupo de agricultores organizou um protesto reclamando de um excessivo abaixamento do preço de venda. Segundo os protestantes “*não é possível sobreviver vendendo as produções a um preço de 25 ECV por quilograma*” e culpam o governo por não resolver o problema do transporte marítimo inter-ilhas e reclamam do preço de venda da água da BP. Para um dos nossos entrevistados estes problemas poderão vir a agravar-se quando forem construídas mais barragens e houver assim mais produtos disponíveis no mercado:

Penso que o governo devia adquirir pelo menos dois barcos por cada barragem construída para poder garantir saída dos nossos produtos para as outras ilhas para o mercado turístico. Se só com Poilão já é assim, então podemos imaginar que teremos mais problemas quando forem inauguradas as outras barragens (AG, 19).

Neste caso diríamos que os agricultores da BP realmente dispõem de uma instrumentação mental (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) capaz de fazê-los agir nas situações mais diversas e reconhecem as convenções normativas vigentes na situação. Ao entrarem na cadeia de produção da banana os agricultores se vêm vinculados a um

conjunto de objetos perante os quais terão que saber se posicionar. Os transportes marítimos para o escoamento dos produtos e o preço de venda da água se emergem como elementos presentes nesta dinâmica e exige dos agricultores a procura de uma justiça correspondente de forma a se estabelecer uma relação harmoniosa entre as pessoas e as coisas. Se nos centrarmos na questão da água diríamos que aqui se situa uma disputa pela sua apropriação enquanto um bem oferecido pela natureza em oposição à água/recurso comercializada pela UGABP.

O preço da banana varia, consoante a época. O problema é o produto, que não se ganha, mas quando é hora de colheita tem de ser feita mesmo assim. É como “finadu na kaza, oras ki dá di interra, tem di ser interrada”. Muitas vezes é obrigado a fazer colheita, visto que se deixar, a mesma se estraga e por outro lado aos bandidos apanham e nós pagamos a água na mesma (AG, 7).

As disputas políticas entre os agricultores e as autoridades, no caso estudado, vinculam eficientemente corpos, ambiente, cultura e economia em torno de multiplicidades socionaturais. A luta pelo acesso à água mais barata transforma-se, portanto, em luta pela autonomia e autodeterminação (ESCOBAR, 2008). A água de rega percebida e utilizada enquanto um bem mercantil era uma realidade até então desconhecida na comunidade de Ribeira Seca. Antes da construção da BP os agricultores aproveitavam a água das chuvas nos meses mais húmidos de agosto a dezembro e captavam a água dos poços *hertzianos* que podiam aguentar em média até maio, portanto mais seis meses. Contudo a forma de distribuição de água entre os regantes seguia outros parâmetros. Cada regante retirava a água do poço em função dos critérios localmente definidos e era de distribuição gratuita conforme atesta o estrato da entrevista em baixo. Cabia ao regante apenas suportar os custos da extração, geralmente com a ajuda de uma motobomba a diesel.

Antigamente era conforme a vontade de Deus. Se viesse boa chuva dava para aguentar até maio e nos fazíamos a nossa agricultura de sequeiro com muito sofrimento. Aqui havia três poços que utilizamos conforme a necessidade de cada um (AG, 12).

Tais representações constituem, segundo Zhouri *et al.* (2011), o fundamento de formas particulares de uso e gestão deste bem nas comunidades, onde a “água-dom” ou “água-natureza” se distingue do modelo de bem comercializável presente nas práticas

empresariais e governamentais de gestão. Podemos assim afirmar que a água era percecionada e manuseada enquanto uma dádiva da natureza. E embora umas pessoas possam ter mais direitos a ela – aquelas em cujo terreno ela brota – são direitos relativos, apenas à dosagem, pontos de captação e prioridade de abastecimento, nunca dão sustentação para negação de água a quem estiver necessitado na comunidade (SALESSE, 2003).

Como se diz em crioulo falado, água mais económico é melhor, porque a terra também está em crise. Faz-se trabalhos, mas a produção se garante quando se faz a colheita. Ver a planta assim não dá para ver nada, porque a colheita pode ser boa, mais ou menos ou baixa (AG, 7)

Se nos suportarmos na sociologia pragmática, diríamos que os agricultores da BP em função da forma como definiram a situação vivida, através de um conjunto de registos e repertórios de justificação, se apoiam na água enquanto objeto orientado para o bem comum, introduzindo igualmente novas provas e promovendo transformações sociais no sentido de melhorarem as suas condições de vida.

Portanto, o que está em confronto é uma conceção da água como mercadoria ou fator de produção *versus* uma conceção da água como “ativo eco-social”, em que se procura abarcar o seu carácter multidimensional de nível económico, social e ambiental. Num ambiente em que a ideia liberal de “Estado mínimo” se afirma como ideologia dominante, assiste-se a um apelo a contenção de despesas públicas e ao deslocar das opiniões do “paternalismo intervencionista” para a “desregulação privatizadora”. Neste caso, a água para rega como para outras utilizações aparece como um negócio potencialmente atrativo ao setor privado (NAREDO, 1997).

De acordo com Escobar (2010), o desenvolvimento é um projeto tanto económico como cultural: Primeiro, porque ele surge a partir da experiência particular da modernidade europeia e procura subordinar as outras culturas e conhecimentos; Segundo, a modernidade e o desenvolvimento envolvem uma série de princípios: o indivíduo racional, não vinculado ao local ou à comunidade, a separação da natureza e cultura, a economia separada do social e natural, a primazia da experiência sobre todos os outros conhecimentos. Deste ponto de vista o modelo de desenvolvimento que se pretende implementar, na Ribeira Seca, através do projeto de relançamento do cultivo da bananeira, privilegia o crescimento económico, a exploração dos “recursos” naturais, a

lógica do mercado e a busca de satisfação material e individual sobre qualquer outro objetivo.

Um dos nossos entrevistados que ainda continua a praticar agricultura de sequeiro a cerca de 200 metros da margem Norte da BP afirma o seguinte:

Nós continuamos no sequeiro porque é mais garantido. A água da BP é cara e não posso pagar e não quero ficar com dívidas. Por isso vamos continuar o sequeiro. Plantamos e contamos com a vontade de Deus (AG, 13)

Várias experiências em outros países têm mostrado que é possível criar espaços públicos democráticos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam, enquanto bases constitutivas da legitimidade dos diversos interesses em questão. A participação da sociedade civil na gestão pública introduz uma mudança qualitativa na medida em que incorpora outros níveis de poder além do Estado na gestão dos recursos públicos.

Quanto os nossos entrevistados defendem que continuam a praticar agricultura de sequeiro “*porque é mais garantido*”, eles estão assim a desenvolver o que Escobar (2005) chama de ecologia política alternativa baseada em noções de sustentabilidade, autonomia, diversidade e economia alternativa, que não se conforma com o discurso dominante de desenvolvimento. Em todo mundo se pode observar muitos exemplos deste tipo, que de forma similar configuram um regime de pós-desenvolvimento, ou seja, uma percepção da realidade pode ser definida em termos distintos do desenvolvimento e que, por conseguinte, os indivíduos e os grupos sociais podem atuar na base destas diferentes definições.

Atualmente, o maior desafio para as autoridades e gestores da BP é encontrar formas de garantir que os espaços de tomada de decisões sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos resultados. A dimensão do conflito lhes é inerente, como é a própria democracia. Portanto, estes espaços de formulação de políticas, onde todos os atores envolvidos neste projeto possam participar, marcados pelas contradições e tensões, representam um avanço na medida em que dão ao conflito uma maior dimensão pública e oferecem procedimentos de discussão e negociação (JACOBI & BARBI, 2007).

O surgimento e a existência de atores sociais e políticos capazes de lutarem contra as desigualdades é um desafio para a estabilidade social. Uma mudança de foco (de um

poder descendente e monocrático para os multipoderes ascendentes que se constituem na sociedade civil) tem sido um apelo recorrente nos discursos e práticas, de modo que muitos cientistas sociais passaram a incorporar tais perspectivas em suas análises. Arce & Long (2000) denominaram este fenómeno de pluralização da modernidade, e têm centrado as suas investigações na “contra-resposta” sobre o desenvolvimento levadas a cabo por muitos grupos locais.

Mais do que uma simples descrição das lutas e das reações sociais, o principal objetivo ao se investigar temas desta natureza, segundo Almeida (2009), é refletir sobre as modificações que tais manifestações, contestações e protestos engendram nas posições sociais, nas propriedades e atributos dos grupos e dos atores em disputa e, em última análise, no social.

6.2 DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E OS CONSTRAGIMENTOS DE ADUÇÃO À MONTANTE

Nos últimos três dias de cada mês os distribuidores e o canalizador fazem um percurso a pé desde a primeira caixa de contador para realizar as leituras e registos dos consumos de cada agricultor, bem como fazer uma breve revisão da rede de distribuição para certificar de que não há nenhuma falha ou perda de água na rede. As leituras de consumo de água de cada agricultor são marcadas em fichas elaboradas para o efeito e levadas para a UGABP, onde são lançadas num computador com o *software* de facturação e que emite as faturas que são posteriormente enviadas aos respetivos utentes.



Figura 17 - Contadores instalados nas propriedades à jusante da BP
Fonte: Foto do autor (5/01/2014)

Na parte à montante se utiliza outra forma de distribuição, em que os agricultores se dirigem às instalações da UGABP para fazerem a marcação do dia que vão precisar de fazer a rega e a lista é entregue semanalmente aos distribuidores de água. Trata-se de uma operação muito complicada, porque requer a colocação antecipada da tubagem e transporte manual de duas motobombas de um sítio para outro, o que leva muito tempo. A entrada em funcionamento dos reservatórios construídos e a colocação da rede de distribuição podem vir a ajudar na resolução dessa estafante e onerosa operação de irrigação.

Os consumos de água dos agricultores que cultivam à montante são retirados da lista de marcação de rega, quando os distribuidores confirmarem que o agricultor utilizou toda a quantidade de água que solicitou e a partir daí os consumos efetivos são lançados no programa de faturação no computador, que elabora as faturas a serem enviadas aos utentes. Como não há contadores nessa zona o consumo de água é calculado através de horas de água fornecida ao utente, tomando em conta que por hora uma motobomba pode debitar x m³ de água. É com base neste método, que se tem calculado todos os consumos de água pelos utentes (sem se saber quem ganha e quem perde).

Tabela 5- Receitas líquidas, recebimentos e as receitas por cobrar em percentagem referente ao ano 2011 pela UGABP

Faturas emitidas	5.181.246,70 ECV	100%
Liquidadas	3.821.347,70 ECV	74%
Por liquidar	1.359.899,00 ECV	26%

Fonte: Relatório de atividades da UGABP, janeiro - dezembro 2011

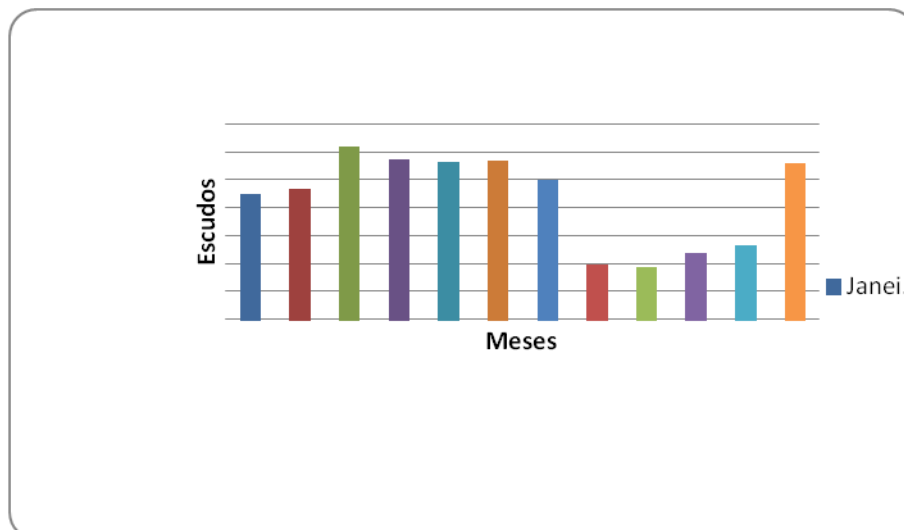
A tabela 5 nos apresenta dados da UGABP em termos de receitas líquidas, recebimentos e as receitas por cobrar em percentagem referente ao ano 2011. Podemos assim confrontar estes dados com as informações que recolhemos no terreno.

A partir de fevereiro de 2010 a UGABP começou a efetuar cortes de fornecimento aos agricultores com mais de duas faturas em atraso como medida para recuperar as

receitas por cobrar e manter uma “boa gestão da água”. Do total das parcelas cultivadas e contadores instalados constatamos no terreno que 31 agricultores, de um total de 236, estavam (fevereiro de 2013) com água cortada por falta de pagamento de faturas. Em alguns casos há agricultores com faturas em atraso e que estão a utilizar a água, mas que vêm sendo seguidos pelos distribuidores e a liquidação das suas dívidas gradualmente se fará, conforme o plano de pagamento acordado com o gestor da UGABP. Assim, os cortes de fornecimento têm sido efetuados todos meses entre os dias 5 a 10 de cada mês, (após cada agricultor receber a fatura de consumo referente ao mês anterior) de forma a manter os objetivos definidos pela UGABP, aqui personificados nas palavras do seu então Diretor:

Se temos uma média de receita pelo fornecimento de água de 431.770,56 ECV ou de 537.416,40 ECV conforme os cenários indicados, face a uma média de despesas na ordem de 302.054,14 ECV se depreende que com apenas 1/3 de água que pudemos vender conseguimos suportar todos os encargos financeiros de funcionamento e parte da amortização dos investimentos (barragem, rede de adução e distribuição, da unidade e dos equipamentos instalados), tendo um excedente parcial 129.716,42 ECV mensal, demonstrando claramente que receitas arrecadadas conseguem cobrir todos os encargos financeiros da UGABP (TD, 1)

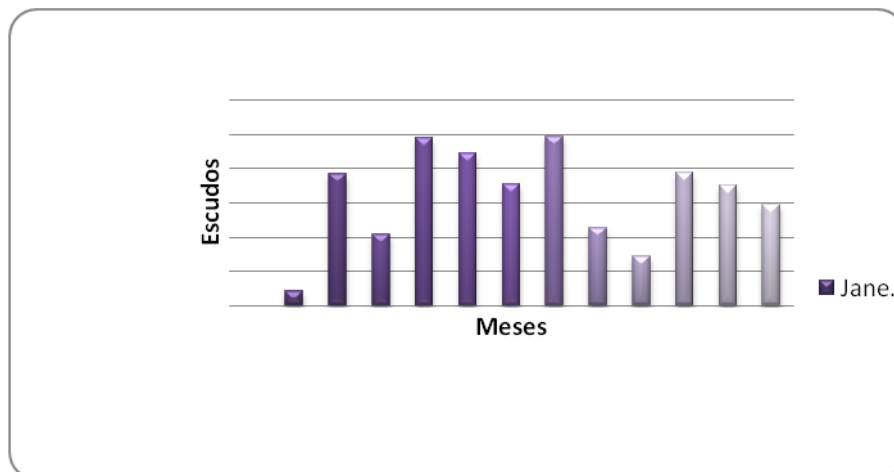
Figura 18 - Fluxos das receitas mensais de 2011 da UGABP



Fonte: Relatório de atividades da UGABP, janeiro - dezembro 2011

Da figura acima se pode concluir que os maiores consumos se registam entre março a julho, os meses mais secos do ano. De agosto a dezembro há uma quebra no consumo pelo facto de ser a época das chuvas e consequentemente os terrenos necessitam de menos rega, principalmente na zona à montante, em que nesse período os agricultores deixam de cultivar hortaliças para fazerem a produção no regime de sequeiro, visto que as suas parcelas de terra podem ficar inundadas. O consumo volta a aumentar em finais de dezembro coincidindo com fim da época húmida e o início da época de algumas plantações de regadio.

Figura 19 - Fluxos de recebimentos mensais 2011 da UGABP



Fonte: Relatório de atividades da UGABP, janeiro - dezembro 2011

Na análise da figura 19, de como se comporta as receitas por cobrar das vendas provenientes da água, se nota que houve um grande aumento entre fevereiro a abril e a partir deste momento começou a efetuar-se cortes de fornecimento aos agricultores que tinham mais de duas faturas em atraso e de abril a julho houve um pequeno aumento, mas inferior de que nos três primeiros meses, sendo que se regista a partir de julho uma nítida redução nas receitas por cobrar. Portanto o gráfico de cobranças não apresenta o mesmo comportamento em comparação com o gráfico de consumo. Ou seja, os agricultores não pagam mais nos meses de maiores consumos mas sim pagam precisamente nos meses em que se efetuam mais cortes por não pagamento.

Contudo, o então gestor da Barragem apresenta-nos uma perspectiva bastante otimista em relação ao futuro da infraestrutura:

Se a barragem estiver em carga máxima todos os anos se pode irrigar cerca 120 hectares de terra, sendo 95 à jusante e 25 hectares à montante da barragem, fornecendo diariamente 3600 m³/dia aos agricultores, proporcionando uma produção que pode atingir 660.000.000 ECV em termos de rendimento bruto e 297.000.000 ECV de rendimento líquido, em benefício de cerca de 220 produtores, o que corresponde um rendimento médio de 1.350.000 ECV ano. A exploração média de 2600 m³/d gera um rendimento de 39.000 ECV dia e 1.189.500 ECV mês, que cobre todos os custos de funcionamento, manutenção do sistema e a amortização das próprias infraestruturas (TD, 1)

Construir infraestruturas e fazer chegar a água a comunidades “carentes” deste bem e a um preço acessível levanta, naturalmente, questões de financiamento muito difíceis. Podemos assim interpretar neste discurso que a água pode ser um direito humano, mas alguém tem de pagar os investimentos em termos de capital e cobrir os custos operacionais — os utilizadores ou os contribuintes e o governo. Além disso, o investimento necessário em termos de capital é “pesado”. Num país como Cabo Verde em que uma parte significativa da população rural vive abaixo do limiar da pobreza e onde as finanças governamentais estão limitadas, isto tem colocado questões que vão para além do setor público ou privado.

Estamos assim perante água/objeto domesticado, controlado pela tecnologia e transformado em um bem público, cuja distribuição foi apropriada pelo Estado, tornando-se num produto de troca, numa mercadoria. Tais representações constituem o fundamento de formas particulares de uso e gestão deste bem nas comunidades, onde a “água-dom” ou “água-natureza” se distingue do modelo de bem domesticado presente nas práticas empresariais e governamentais de gestão. O discurso da necessidade do Estado domesticar, controlar e gerir a água se sustenta no argumento de que as práticas locais desenvolvidas pelos agricultores ao longo de várias gerações não estarem a garantir uma utilização “eficiente” deste bem. Consequentemente impõem-se uma gestão “técnica e cientificamente” mais avançada.

A deficiente gestão dos recursos hídricos é também uma causa fundamental da fraca disponibilidade de água. A baixa eficiência na gestão de água está intimamente ligada à sobre-exploração dos furos e poços devido à sua deficiente monitorização e acompanhamento pelos serviços competentes, fraca assistência técnica e seguimento dos agricultores, isto decorrente da insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros (PLANO DE ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DA ILHA DE SANTIAGO 2009 – 2012).

Neste sentido, as relações de poder entre os atores sociais que conjugam determinados significados de meio ambiente, espaço e território, consolidam certos sentidos, noções e categorias que passam a vigorar como as mais legítimas e passíveis de sustentar as ações sociais e políticas. Em consequência, produzem o que Zhouri (2011) chama de “efeito silenciador” e, portanto, excluem outras visões e perspectivas concorrenciais. O discurso da escassez e da necessidade de uma gestão mais racional da

água se encontra patente nos mais variados documentos, planos setoriais e nos discursos do poder público. Assim, ao se estabelecer um preço de água mais caro para quem usa o tradicional sistema de rega por alagamento, sem se ter em conta se a não adoção da micro-irrigação se deve a razões de ordem financeira, poderá se estar a penalizar duplamente os agricultores mais pobres.

Na zona à montante já foram construídos três reservatórios pela Associação Amo Bom, mas o sistema ainda não funciona, por ainda não terem sido instaladas as bombas submersíveis. As redes de adução e de distribuição ainda não foram colocadas, o que pode vir a dificultar o fornecimento de água para esta zona, e também falta ainda definir com clareza que tipo de agricultura se deve praticar que não provoque assoreamento na albufeira, que pode ser acentuada pela erosão, derivante da prática de agricultura de sequeiro. A utilização plena do potencial agrícola das parcelas situadas à montante ainda não se efetivou conforme atesta as testemunhas que se seguem:

Nós deste lado ficamos com as costas da barragem, os outros (agricultores à jusante) ficaram com a barriga. O lado de lá está mais investido. Eles têm os seus contadores e podem regar na hora que quiserem, nos aqui pagamos 450 ECV por cada hora bombagem de água, fica muito caro (AG, 14)

Estamos a esforçar para termos agricultura com recurso a motobombas. Quer dizer, normalmente melhorou, a parte à jusante era seco e ficou melhor. Nós estamos animados por causa dos nossos poços vão dando para aguentar, mas ficamos prior (AG, 12).

Na parte à montante as melhores terras ficaram submersas pela albufeira e os agricultores não foram devidamente compensados porque o regime de propriedade segue um padrão substancialmente diferente da zona à jusante, enquanto que as propriedades à jusante são na sua maioria propriedade legítima dos próprios produtores ou de familiares próximos. Nas propriedades à montante os terrenos são essencialmente propriedade da Igreja Católica, do Estado e dos herdeiros do proprietário/senhor Carlos Aguiar. Os agricultores ocupam os terrenos em regime de arrendamento há varias gerações. Estas questões acabaram por dificultar o processo de indemnizações por perda de terras produtivas mas sobretudo é um fator que não incentiva um investimento avultado e de longo prazo num modelo de agricultura “moderna” e virada para o mercado.

Assim podemos constatar, na linha da pesquisa levado a cabo por Borda (2013) no Concelho de São Salvador do Mundo, que os antigos rendeiros em Ribeira Seca não se constituem facilmente na figura de proprietários. A insegurança fundiária em Cabo Verde se apresenta efetivamente num quadro complexo de estado de exceção que mescla elementos étnicos, históricos e políticos.

De acordo com os projetos em carteira, logo que for resolvido o problema de bombagem de água, grande parte dos terrenos agrícolas à montante, situados nas imediações da albufeira, serão transformados em campos de produção de fruteiras abandonando assim os atuais produtos hortícolas, de cana-sacarina e produção de sequeiro. A produção nacional de frutas locais é avaliada em cerca de 8.600³⁶ toneladas anuais, destacando-se a banana, a papaia, a manga, os citrinos e o abacate.

À exceção da banana e da papaia, a produção de frutas tem sido realizada essencialmente em regime de sequeiro, pelo que se considera que os rendimentos estão ainda muito aquém do potencial existente. Neste quadro pretende-se, num futuro próximo, apostar-se fortemente na produção fruteira nas encostas à montante da BP como forma de melhorar a produção do país neste segmento.

Em relação a estas perspetivas de mudanças um dos nossos entrevistados teceu as seguintes considerações:

Temos que ver que só as frutas não armam uma mesa, aliás as frutas complementam a mesa, pois só se comem no fim das refeições. Nós precisamos em primeiro lugar de feijões, de mandioca, de milho, de uma perna de porco e só depois das frutas (AG, 14).

Numa realidade de produção de cultivos de sequeiro, essencialmente para o consumo doméstico, e pequenas produções de regadio as mudanças propostas não se avizinham fáceis se não forem convenientemente socializadas e compreendidas pelos produtores, sobretudo porque as fruteiras exigem um investimento que leva alguns anos até se puder ter o devido retorno e exigem técnicas e conhecimentos que ainda não são do domínio dos agricultores locais, contudo esta questão apenas se tem colocado em relação às propriedades à montante.

Quando o nosso entrevistado argumenta, metaforicamente, que “*só os frutos não armam a mesa*” ela está revelando a capacidade que os atores locais têm para criar

³⁶Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde –2004

diferentes discursos e representações que não se encontram tão mediados pela construção do desenvolvimento (ESCOBAR, 2005). E assim se posicionam contra a implementação de uma agricultura especializada na fruticultura nas zonas à montante da BP. É preciso termos em conta que existe já todo um calendário agrícola que foi se consolidando de gerações-pós-gerações num processo de adaptação do homem ao meio e às “tradições” locais forjando assim um quadro cosmológico local com suas referências próprias. Este cenário é bem descrito no testemunho de um entrevistado da zona à montante.

Nós começamos a limpeza e preparação dos lugares no mês de maio e começamos as sementeiras de milho, feijões e amendoins em julho ou agosto conforme se der as primeiras chuvas. Se der boas azáguas em dezembro ou janeiro começamos as colheitas (AG, 21).

Em função do tempo de disponibilidade de água para a rega, existiam dois regimes de regadio na Ribeira Seca antes da construção da BP. Primeiro, regadio permanente que era abastecida pelos poços e furos e em segundo lugar um sistema de regadio temporário praticada com a água que corria nas ribeiras logo depois das chuvas. Geralmente, dependiam bastante da quantidade de chuvas e do tempo de permanência destas águas no leito das ribeiras, que em regra se situava nos dois até quatro meses, por ano. Tendo em conta esta duração, os cultivos praticados no regime temporário, eram sobretudo aqueles com o ciclo de vida curta, como as hortícolas, principalmente a batata-doce, batata comum, pimentão, couve, cenoura, cebola, abóbora e tomate.

Enforma-se assim uma matriz complexa de processos na qual as pessoas, o território, a flora e a fauna são apreendidos dentro de um contexto em que os movimentos sociais tentam orientar sua dinâmica longe da degradação ecológica, construindo uma auto-organização de tendências e relações de solidariedade (ESCOBAR, 2008).

As autoridades têm argumentado que a aquisição de uma bomba submersível para abastecer as propriedades à montante implica custos avultados e demanda soluções técnicas que ainda não estão devidamente estudadas. Ainda que venha a demorar mais alguns anos, a exploração das parcelas à montante comportará maiores custos no processo de extração e adução de água do que para a zona à jusante. Segundo o cenário que me foi apresentado por um dos engenheiros hidráulicos envolvidos nos estudos de aquisição e instalação da bomba submersível para irrigar as zonas à montante apresentou os seguintes dados:

Para bombear água até a cisterna da AMO BOM teremos um custo médio, só em combustíveis na ordem dos 33 ECV, sem contar com as amortizações dos custos de aquisição dos equipamentos e da própria manutenção dos mesmos (TD, 2).

Ainda questionado sobre se, perante estes factos, deveria haver um preço de água diferenciado em relação à zona à jusante, já que estamos a falar de custos também diferenciados, o nosso entrevistado é de opinião de que a solução passará necessariamente por aumentar o preço de água que se pratica à jusante, criando assim preço único para todos os agricultores. Assim os produtores à jusante seriam “obrigados” a pagar mais do que pagam atualmente como forma de compensar os avultados custos de bombagem de água à montante. Se tal cenário vier a ser concretizado os conflitos e contestações em torno do atual modelo de apropriação e utilização da água da BP poderá ganhar novas dinâmicas com a incorporação de outras formas de apelo à justiça ainda não evidenciados.

6.3 “AS ÁGUAS ESTÃO AGITADAS PELAS BANDAS DA BARRAGEM DE POILÃO”: AGRICULTORES “EM GUERRA” COM A DELEGAÇÃO DO MDR

O ano de 2013 se iniciou com as águas bastante “agitadas” na comunidade de Ribeira Seca. Nos primeiros dias do mês de janeiro os agricultores foram surpreendidos com a notícia de que o gestor da UGABP tinha sido demitido do cargo, pela senhora Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural nos Concelhos de São Lourenço dos Órgãos e de Santa Cruz, e transferido para os serviços centrais da DGASP na Cidade da Praia. Num abaixo-assinado com 243 subscritores enviado à Ministra do Desenvolvimento Rural, Eng. Eva Ortet, os agricultores pedem a revisão do despacho e o regresso do gestor ao cargo que ocupou nos últimos anos.

As relações entre Estado e sociedade civil, como espaço de construção de alianças e cooperação, são traspassadas por conflitos que se originam do impacto das assimetrias sociais e de seus impactos no meio ambiente e das formas de resistência, organização e participação dos diversos atores envolvidos. Estamos assim perante uma situação em que o consenso esperado é desfeito, o que fez com que os agricultores se sentissem coagidos a agir e a constituir uma génese justificativa para as suas posições, dando forma ao que a sociologia pragmática designa por “momentos críticos”.

Tive acesso à carta através de um dos promotores da iniciativa e pude constatar que de facto se tratava de um documento bastante crítico em relação à decisão anunciada e num tom com uma certa agressividade e depreciativa em relação à figura da Delegada. Os agricultores reclamavam o recuo na decisão tomada:

O gestor sempre pautou-se pelo respeito, rigor, responsabilidade. É com ingratidão e muita consternação que nós, os agricultores de Ribeira Seca e arredores da Barragem de Poilão, recebemos a notícia da mudança do responsável da Unidade de Gestão da Água de Barragem de Poilão. Pessoas 4x4, que descem do seu carro e vêm ter connosco, ouvindo as preocupações que afligem o dia a dia de quem labuta todos os dias para ganhar o pão nosso de cada dia.

O alvo principal das críticas dos agricultores é a Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR) a quem acusam de ser uma “delegadinha do agronegócio”, “sem postura, sem perfil e sem competência” para conduzir os destinos agrários em Santa Cruz na carta endereçada à Ministra:

“Achamos que os objectivos da Delegadinha de agro-negócio estão desenquadrados aos novos desafios. Achamos que fazemos parte de um sistema que luta pela segurança alimentar, que prima para uma agricultura moderna, produtiva e sustentável, atitude essa espelhada nas grandes opções do plano do Governo para esta oitava legislatura. Mas queremos realçar aqui neste abaixo-assinado que somos actor principal e não secundários como é a visão da Delegadinha”,

Notamos aqui uma crítica ao agronegócio e pode-se subentender que os subscritores da carta o vêm como algo meramente propagandista e de pouco contato com a realidade e o dia a dia dos agricultores.

Extratos da carta aparecem no jornal Asemana, no dia 12 de janeiro sob o título: “Santa Cruz: Agricultores em guerra com delegada do MDR por causa da transferência do responsável da UGBP”. Um mês depois os subscritores da carta conseguem mobilizar a televisão pública (TCV), e em mais uma ação de força fazem a valer a sua voz demonstrando descontentamento pela decisão tomada. Um dos entrevistados avançou-me que a mobilização da televisão não foi fácil e que os jornalistas só apareceram depois de várias tentativas. O mesmo insinua que deve ter havido pressões e ordens superiores para os jornalistas não aparecerem:

Procuraram, todos os agricultores, para a reunião e não apareceu ninguém, RTC vem e sempre fica para depois. E telefonaram para saber o porque da não

vinda da RTC, mas afirmaram que eles tiveram a ordem pra não aparecer. No dia 3 de fevereiro a RTC, viria junto da casa de Nácia Gomi, na escola, para falarem do funcionamento da água de barragem (AG, 5).

Conforme aponta Boltanski (1990), uma denúncia pública tem mais chances de ser ouvida pelas autoridades se conseguir se des-singularizar, isto é, fazer referência a princípios de justiça mais relacionados ao coletivo. As razões de fundo apontadas pelos nossos entrevistados não se prendem tão somente com a questão da substituição do gestor mas ela centra-se em parte também na questão do não envolvimento dos agricultores nos processos de decisão com vista ao funcionamento da BP. Sendo eles os beneficiários diretos da infraestrutura reclamam o direito de serem ouvidos em qualquer processo com vista a tomada de decisões importantes. Portanto trata-se de algo que tem consequências sobre todos os usuários da água da BP.

Desde a sua inauguração em 2006 já se experimentou dois modelos diferentes de Gestão da água da BP, e está em perspectiva a implementação de um terceiro modelo, mas o deficit de participação dos agricultores é ainda bastante visível. Logo após a inauguração da BP, em 2006, foi instituída uma Comissão de Gestão, da qual fazia parte a Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos, a Direção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária e o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos – INGRH. Contudo, não foi incluído nenhuma entidade representativa dos principais beneficiários, os agricultores. Em agosto de 2010, o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos³⁷, anunciou a criação de uma Unidade de Gestão Autónoma para a BP em substituição da comissão de gestão que vinha trabalhando até então. A equipa, de gestão foi constituído por sete elementos escolhidos por critérios técnicos. Um presidente, técnico superior licenciado em economia; dois contabilistas; um técnico informático; um administrativo; um leitor de água e um canalizador. Novamente não foi incluído nenhuma representação dos agricultores e proprietários de terra, os habituais usuários da água da BP. Em setembro de 2013, e já com quatro barragens em funcionamento, a Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGDR) anunciou que está a desenvolver um novo modelo operacional para as unidades de gestão de água para irrigação. Contudo, não conseguimos apurar se tal facto implicará a inclusão e uma maior participação dos agricultores nos órgãos de gestão da BP.

³⁷ Denominação vigente na VII legislatura

Houve mudança de gestão, sem saber por qual a razão. Muitos agricultores ficaram despercebidos e surpreendidos, porque não havia nenhuma desavença. Não havia dificuldade, uma vez que o delegado (gestor) estava no campo com os agricultores “mó na lama³⁸”. Não ficava ali só para abrir água. Mais uma vez, afirmo que o engenheiro foi bom funcionário, ele visitava toda horta. Mas ele saiu daqui “sima um catxor”³⁹ (AG, 4)

Ainda segundo uma das nossas entrevistadas, existe uma terceira razão para o protesto que é o receio da água da BP secar por má gestão, se o gestor não regressar ao seu posto de trabalho, o que seria catastrófico para os agricultores.

Se o nosso engenheiro de água não voltar a barragem vai secar e vamos ter problemas, porque só ele sabe tomar conta da barragem. Ele nos amou e nós amamos ele também. A delegação não devia ter agido assim connosco (AG, 16)

Neste particular o objeto em disputa adquire um papel determinante na definição da situação e na atribuição das grandezas perante uma situação de tensão entre a incerteza e a necessidade de estabilizar os acordos. É importante destacar aqui que os agricultores expõem os seus valores, suas ideias e mobilizam também os objetos na tentativa de fazer valer as suas argumentações sobre a ação e, como provas consideradas válidas nos conflitos. A noção de prova desempenha um papel central neste modelo de construção analítica, pois se constitui em uma ligação concreta com a realidade, ao introduzir na situação de ação não apenas as pessoas mas também os objetos e coisas materiais e imateriais que compõem as provas de realidade.

³⁸ Não se importava de por as mãos na lama e trabalhar juntamente com os agricultores.

³⁹ Foi expulso como que se de um cão se tratasse



Figura 20 - Manifestação dos agricultores da BP perante as câmara da TCV no dia 13/03/2013
Fonte: www.rtc.cv – Acesso em 11/02/2014

Estamos assim perante uma diversidade de situações em que predominam as disputas não violentas, e sempre na procura de possibilidades de se buscar uma pretensão à justiça através dos procedimentos de denúncia e crítica efetuados pelos agricultores. Três entrevistados confirmaram que após a tomada de decisão foi realizado duas tentativas de encontro com os responsáveis do MDR mas que estes não apareceram:

No primeiro encontro eram duzentos e poucos agricultores da barragem para darem opinião, embora com a ausência de alguns agricultores, não apareceu ninguém para dar satisfação. Eles deveriam chamar os agricultores para reunião, para dar opinião acerca do engenheiro. Mas, “ el é rábida si é tradu de li”⁴⁰ (AG, 5).

Perante esta situação de disputa os agricultores apresentaram assim as suas argumentações (em busca de acordo) com elementos que possam subsistir a contra-argumentações. Contudo, o MDR mostrou-se firme na decisão, mantendo confiança na sua representante no Concelho, não cedendo assim às contestações dos agricultores e nomeou uma gestora provisória e cerca de dois meses depois indigitou um novo gestor para UGABP.

Podemos assim identificar os espaços onde se confrontam as representações, valores, esquemas de perceção e ideias que organizam as visões do mundo e legitimam os modos de distribuição de poder. Analisamos assim os conflitos ambientais

⁴⁰ ele foi expulso daqui de forma repentina e sem aviso prévio.

simultaneamente nos espaços de apropriação, tanto material como simbólico, dos “recursos” e dos territórios. Ao contestarem uma decisão superior os agricultores estão reclamando o direito de participação na unidade de gestão e nos órgãos de decisão dos preços.

Estas contestações têm tido eco nos espaços mediáticos com certa regularidade sobretudo sempre que houver abaixamento de preços em produtos dominantes na região como a banana, problemas de transporte com vista ao escoamento de produção para outras ilhas e pragas nas plantações.

Os agricultores reclamam uma intervenção mais integrada e programada das autoridades no que toca às questões de desenvolvimento do mundo rural, que deve passar não só pela construção de barragens, mas também por modelos de gestão mais participativa, apoio técnico, sistemas de transporte eficiente para o escoamento dos produtores, melhor regulação dos preços e da importação de produtos concorrentes da nossa agricultura, etc.

Quando os agricultores se dirigem à Ministra do Desenvolvimento Rural desta forma afirmando: *“queremos realçar aqui neste abaixo-assinado que somos actor principal e não secundários”*, estão assim a reivindicar um papel ativo nos processos de desenvolvimento. Conforme defendido por Long (2001), uma intervenção externa, em que os órgãos de tomada de decisões estão distantes, entram necessariamente no mundo sociovital dos agricultores e dos grupos sociais afetados e, desse modo, atravessam certos filtros sociais e culturais. Portanto, uma decisão desta natureza por parte do MDR tem impactos no dia a dia dos agricultores. Por isso a necessidade de adoção de um enfoque mais dinâmico, por parte do poder público, que reconheça a inter-relação e a determinação mútuas dos fatores e das relações externas e internas.

Ao escreverem uma carta à senhora Ministra do Desenvolvimento Rural, ao organizarem manifestações públicas mobilizando os meios de comunicação social, as pessoas estão apelando para um determinado sentido de justiça visando alcançar princípios de equivalência que sejam solucionadores das disputas sem recurso a nenhuma forma de violência física. Este dois momentos nos demonstram que os agricultores da BP convivem em seu quotidiano com a disputa e o acordo, com a equivalência e a não equivalência, e se movimentam entre a postura crítica e a abertura ao acordo, conscientes de que a sociedade não seria possível num estado contínuo de disputas.

Quando uma das nossas entrevistadas se refere ao antigo gestor nestes moldes, “*ele nos amou e nós amamos ele também*”, fica patente que as emoções desempenham um papel importante na procura por justiça e acordo. É o caráter corporal da emoção que faz dela o suporte da persistência (BOLTANSKI, 1990). O envolvimento na amizade, ou seja num ato de dar e receber, envolve a confiança e implica diferenciar a amizade de outros tipos de relação e valorizá-la. A carta, os depoimentos e manifestações dos agricultores da BP nos interpelam a refletirmos sobre a necessidade de se pensar em um regime de ação que leve em consideração a competência dos atores em julgar a situação com base no engajamento moral mútuo - simbolizado pelo acordo. O acordo é o símbolo do consenso moral que transcende o presente e impõe-se ao futuro como expectativa em relação ao próprio vínculo – o que se dá e o que se recebe são demonstrações da crença no vínculo. O MDR, ao demitir o então gestor, rompeu com este processo de troca e suscitou reações de desacordo por parte dos agricultores. Contudo, diríamos que se trata de uma disputa, não violenta, dentro de um determinado limite e princípios em que os atores se equivalem. Realmente, como diz Salesse (2003),

o conflito é um aspecto importante da gestão social da água contudo é preciso ter atenção para não se correr o risco de eclipsar por completo um outro aspecto fundamental destes sistemas, constituído pelo que se podia chamar entendimentos. O entendimento é de facto central para o bom funcionamento de um sistema de regadio. Se os conflitos se multiplicarem, o sistema pode até estar em perigo (SALESSE, 2003, p .57).

Os promotores do movimento de contestação ainda ensaiaram organizar uma marcha até a capital com paragem na sede do MDR mas acabaram por desistir da iniciativa e paulatinamente foram procurando entendimento com o novo gestor, depois de cerca de dois meses de muita agitação. A entrevista com um dos promotores da contestação é bem elucidativa:

Digo que já está resolvido porque veio outra pessoa e estamos indo com ele aos poucos e estamos em continuação dos trabalhos. No início estava a parecer-nos ser difícil, mas por acaso já está normalizado e está indo normalmente (AG, 9).

Outro entrevistado que também subscreveu a carta de protesto opta por colocar a ênfase no trabalho. O importante é que se crie as condições para os agricultores

trabalharem e assim ganharem os recursos para os seus sustentos. A organização e o trabalho são assim apresentados como elementos de troca após um período de disputa que não poderia perdurar eternamente.

A mudança de gestão da barragem, não faz muita diferença, nós o que precisamos aqui é de trabalho. Desde que trabalhem connosco e o fizer bem e como deve ser (AG, 6).

Nessa perspectiva, analisando a trajetória de alguns agricultores que subscreveram a carta, diríamos, como Boltanski, que os atores sociais se movem no interior de diferentes cenas da vida quotidiana, experimentando lógicas de ação diversas a partir de formas de reflexividade pragmaticamente situadas. Constatamos assim que a disputa se deveu à necessidade de se provocar o diálogo com o poder público chamando atenção para a importância de se introduzir princípios mais democráticos nos processos de tomada de decisões. Contudo, na ausência desse princípio os mesmos defendem que a escolha se faça sempre no sentido de se garantir que as lideranças “*trabalhem bem connosco*”. Os agricultores se confrontam assim com experiências plurais e acabam mobilizando comportamentos e argumentos em certos aspetos até mesmo contraditórios das suas próprias características identitárias pessoais.

Um entrevistado, que não quis confirmar se subscreeu ou não a carta, defende que “*a mudança é algo natural e normal porque ninguém é eterno, todos nós morremos um dia*”. Deste facto podemos interpretar que os agricultores não queriam exceder um determinado limite nesta disputa com o MDR e havia que se encontrar argumentos para parar com os protestos e continuar os trabalhos.

Não sou contra a mudança, porque a mesma faz parte, “*pamodi nós nu ta morri*⁴¹”. Tem de haver mudança. Mas quando é assim os agricultores merecem uma satisfação para podermos continuar a trabalhar com quem for escolhido para trabalhar (AG, 18).

Cabe aqui ao sociólogo, interpretar, a partir dos momentos de discórdia, a competência crítica dos atores na solução do conflito e na construção de acordos. Quando um dos agricultores contestários argumenta que “*não sou contra a mudança, porque a mesma faz parte, mesmo porque todos nós morremos um dia*”, está agindo e vivenciando

⁴¹ Todos nós morremos um dia.

esta situação através dos seus equipamentos mentais e gestuais, recorrendo então a apoios pré-constituídos, que são ao mesmo tempo internos e externos ao mesmo. Nesse caso, as situações interativas e os cenários de ação são também valorizados, de forma a permitir a visualização das adaptações que mobilizam múltiplos aspetos identitários dos atores e que podem orientar lógicas de ação diferenciadas, de acordo com o tipo de situação que estes experimentam.

Encontra-se, portanto, em pauta todo um processo de disputa pelo controle do acesso e exploração deste importante bem natural. Várias experiências em outros países têm mostrado que é possível criar espaços públicos democráticos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam, enquanto bases constitutivas da legitimidade dos diversos interesses em questão. A participação da sociedade civil na gestão pública introduz uma mudança qualitativa na medida em que incorpora outros níveis de poder além do Estado na gestão dos recursos públicos. Grande parte destas contestações encontra respaldo no facto de as estruturas de coordenação, acompanhamento e gestão da BP não incluírem a representação dos agricultores nas suas composições o que claramente se traduz num défice de participação por parte dos mesmos nas tomadas de decisões em relação a um bem que “lhes pertence”.

Nós não tivemos conhecimento prévio da saída do engenheiro. Certo dia afirmou que estava fora do serviço no local. Mas quando se tira uma pessoa do seu posto não deve ser assim. Deviam chamar todos os agricultores para uma reunião, para saber o real motivo da demissão (AG, 5).

O enfocar-se na questão da justiça e na forma como os agricultores recorrem às gramáticas de justificação para fundamentarem as suas ações e críticas revela os momentos de discórdia e questionamento da ordem social. É nestes momentos que se torna possível analisar os esforços colocados em prática na construção dos acordos. “*Deviam chamar todos os agricultores para uma reunião*”, clama-se, portanto, por mudanças no sistema de prestação de contas à sociedade pelos gestores públicos, mudanças culturais e de comportamento. Torna-se, então, necessário modificações no modelo de gestão da água da BP para se assegurar uma cidadania efetiva, uma maior participação e avanços em políticas que promovam e ampliem ações pautadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável e participativo. É importante compreender os vários “universos” que mobilizam e dão sentido às ações dos atores sociais, tanto em

situações de ação em que predominam as disputas, como em situações em que está expressa uma pretensão de acordo, ambas estão ligadas, de modo indissociável, com todo o processo de reordenamento do sistema de rega e de produção agrícola.

Perante o quadro inicial de uma certa tensão e hostilidade a nova gestão teve que se mostrar flexível e de forma a “acalmar as águas” iniciou-se em março de 2013 um processo de diálogo com os agricultores, (alguns já acumulavam cerca de seis meses de dívida):

Desde a nossa chegada procuramos trabalhar em diálogo com os agricultores. Lá onde for possível estamos a ser flexíveis e damos ao agricultor a possibilidade de pagar a conta da água só depois de fazer a colheita e comercialização da sua produção (TD, 3).

Na prática, segundo a entrevista com o atual gestor, está-se a procurar ajustar ao máximo possível os momentos de cobrança das faturas de água com o calendário das colheitas para que os agricultores possam pagar as suas dívidas nos momentos em que estão em melhores condições para o fazerem. Estamos pois perante uma situação em que tanto o Ministério do Desenvolvimento Rural (MDR), através da sua Unidade de Gestão, como os agricultores tiveram que ceder em algum sentido de forma a se encontrar um ponto de equilíbrio. O MDR não cedeu nas exigências dos agricultores em reconduzir o antigo gestor no seu posto, assumindo até uma postura pública de uma certa firmeza e segurança perante as opções do seu representante no concelho. Contudo, no terreno, os agricultores viram as suas reivindicações em parte satisfeitas, tendo em conta que se tem implementado uma maior flexibilidade no processo de cobrança das faturas de água.

Fica assim patente que os agricultores da BP se opõem ao modelo de pagamento mensal da água de rega nos mesmos moldes que se pratica em relação a um conjunto de outros bens de consumo, como por exemplos, a água domiciliar, energia elétrica, telefone, etc. Em contrapartida se caminha paulatinamente para uma solução em que os momentos de cobrança terão forçosamente que se ajustar aos momentos de maior produção.

Portanto, a água se posiciona no cerne de todas as questões e a luta por mais justiça se materializa na disputa pelo controlo deste importante bem natural apoderado pelo poder público. Constatamos assim que a Barragem de Poilão se configura como um espaço de formulação de disputas políticas, onde a sociedade civil participa, marcados

pelas contradições e tensões. Estas disputas representam um avanço na medida em que dão ao conflito uma maior dimensão pública e oferecem procedimentos de discussão e negociação. Através da presença crescente de uma pluralidade de atores e da ativação do seu potencial de participação, avança-se para uma atuação efetiva e sem tutela nos processos decisórios de interesse público, assegurando canais abertos para a participação.

7 CONCLUSÕES

Esta tese foi elaborada com o propósito inicial de analisar os conflitos e a participação resultantes do uso da água da Barragem de Poilão (BP), Ilha de Santiago, Cabo Verde, na fronteira entre os municípios de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos. Desta forma, assumiu-se como hipótese geral que o que está em confronto na Barragem de Poilão (BP) é uma conceção da água como mercadoria ou fator de produção *versus* uma conceção da água como “ativo eco-social”. Assim identificou-se duas hipóteses específicas que apontam que o grau de intensidade dos conflitos dependerá do modelo adotado para a organização dos sistemas de rega e que os conflitos despontam não necessariamente pela escassez ou pela má distribuição da água, mas por se desenvolverem em torno de um processo de reposicionamento dos envolvidos neste projeto.

Os dados empíricos nos demonstram que está a ser implementado um novo modelo de desenvolvimento rural por via da transformação deste bem natural em um “recurso” comercializável e pela profissionalização dos problemas de desenvolvimento através do surgimento de técnicas e competências especializadas que promovem uma utilização “racional e eficiente” da água para rega. A persistência na utilização da rega por alagamento, por parte de muitos agricultores é justificada pela sua “resistência” na adoção das novas tecnologias e é penalizada através da prática de preços de venda de água 60% mais caro quando comparado com o preço praticado para quem utiliza o sistema de micro-irrigação.

Porém é preciso ter-se em conta que a comunidade de Ribeira Seca e arredores era até a altura da construção da barragem um espaço de produção agrícola predominantemente de sequeiro e de pequeno regadio sazonal com recurso ao tradicional sistema de rega por alagamento. Em pouco tempo uma parcela significativa dos terrenos locais (64 hectares) foram transformadas em áreas de agricultura irrigada (através da micro-irrigação) com base num discurso “técnico” de que a agricultura de sequeiro é “atrasada”, pouco eficiente do ponto de vista da produtividade, e potencialmente nociva para o ambiente.

Suportado na sociologia pragmática de Bolstanski, procuramos explicitar como os vários momentos deste processo de mudanças está a ser vivenciado pelos atores, que

buscam adequar-se à situação presente mobilizando competências para o engajamento na ação.

As disputas entre os agricultores e a Unidade de Gestão da Água da Barragem de Poilão têm despontado não necessariamente pela escassez ou pela má distribuição da água, mas por se desenvolverem em torno de um processo de reposicionamento dos envolvidos neste projeto. A crescente presença do Estado através da oferta de “pacotes tecnológicos fechados” e a lógica tecnocrática dos projetos desenvolvimentistas de uma economia moderna liberal baseada no mercado tem feito aumentar os conflitos entre os grupos locais. Os conflitos se evidenciam quando os camponeses procuram reproduzir nas suas propriedades a heterogeneidade e a complexidade encontradas no sequeiro e no semi-regadio.

Os agricultores reclamam uma intervenção mais integrada e programada das autoridades no que toca às questões de desenvolvimento do mundo rural que deve passar não só pela construção de barragens, mas também por modelos de gestão mais participada, apoio técnico, sistemas de transporte eficiente para o escoamento dos produtos, melhor regulação dos preços e da importação de produtos concorrentes da nossa agricultura, etc. Estas contestações têm tido eco nos espaços mediáticos com certa regularidade sobretudo sempre que houver abaixamento de preços em produtos dominantes na região como a banana, problemas de transporte com vista ao escoamento de produção para outras ilhas e pragas nas plantações.

Ao estabelecer um preço mais alto para quem “resistir” e “insistir” em praticar agricultura com o sistema de rega tradicional o poder público está ao mesmo tempo a impor todo um novo modelo produtivo e de relação com a terra. Um novo modelo cujo conteúdo ideológico passa então a incorporar os seguintes componentes: Primeiro, o crescimento e o fim da estagnação e do atraso da comunidade; Segundo, o fim da autonomia técnica, económica e cultural, ou seja a comunidade passa a interagir mais com a sociedade, de uma forma global, e a depender mais dela. Os conflitos emergem assim de um processo de enfrentamento entre os atores sociais no terreno, medindo forças entre a imposição de condicionalidades pró-mercantis e a busca de formas democratizantes na gestão deste importante bem natural.

De um sistema misto, com predomínio da agricultura de sequeiro, para um sistema exclusivamente de regadio praticada com água “controlada, domesticada e

comercializada” outras questões se emergem na “cabeça” do agricultor. A entrada da água na estrutura de custos é simultaneamente acompanhada pela aquisição de outros insumos no mercado muitas vezes com recurso a crédito e um aumento de custos com a mão de obra. Se por um lado a agricultura de regadio pode potencialmente proporcionar maior produtividade, por outro comporta necessariamente maiores custos. Nestes casos não apenas custos financeiros e materiais mas também emocionais.

A luta pelo acesso à água mais barata transforma-se, portanto, em luta pela autonomia e autodeterminação. Fica patente, através dos casos apresentados, a capacidade que os agricultores têm de realizar críticas e justificá-las em situações sociais específicas. Em consequência a construção de vínculos de estabilidade é problematizada tendo como objetivo a procura da justiça, através do alcance de um princípio comum de julgamento e avaliação. Neste caso, o enfoque de análise aqui abordado a partir da sociologia pragmática destaca as competências dos agricultores em estabelecerem suas próprias formas de percepção das situações sociais e de reflexividade da ação.

Citando Acselrad (2004), diríamos ainda que não se trata apenas de configurar uma “engenharia ambiental”, capaz de olhar os fenómenos sob a lente de um quadro pré-construído de possibilidades institucionais de equacionamento e resolução de conflitos, mas, sim, de reconstituir a sociologia relacional que dá historicidade aos mesmos. Neste sentido, merece particular atenção o esforço crescentemente generalizado de criação, em inúmeros países da América Latina, de projetos voltados para a disseminação de tecnologias de resolução de conflitos ambientais. Em muitos casos, originários em instituições sediadas em países centrais, voltadas para a “capacitação” de entidades e comunidades de países periféricos, tais iniciativas pretendem a difusão de modelos de análise e ação que pressupõem que a “falta de instituições” está na origem dos conflitos ambientais, e que a paz e a harmonia deveria provir de um processo de despolitização dos conflitos através de táticas de negociação direta capazes de prover “ganhos mútuos”. Trata-se de psicologizar o dissenso, prevenindo conflitos e tecnificando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os “pontos quentes” em “comunidades de aprendizado” (ACSELRAD, 2004, p. 9-10).

Vale notar que tais iniciativas coincidem com a crescente especialização “globalista” de países periféricos na exportação de “recursos” naturais e com uma certa revalorização, observada em certos setores de organismos multilaterais; como o Banco

Mundial, de experiências ditas “bem-sucedidas” de alguns países latino-americanos, cujo desenvolvimento foi sustentado precisamente pelas exportações de produtos baseados nas suas riquezas naturais. “Resolver” os conflitos é, por certo, na conjuntura de governos democraticamente validados, um dos meios pelos quais o modelo poderá se viabilizar. Estudar estes mesmos conflitos é, por sua vez, para os envolvidos na busca dos processos mais democráticos de ordenamento do território, a ocasião de dar visibilidade, no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infraestruturas urbanas, aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos “recursos” ambientais nas mãos dos grandes interesses económicos.

É assim que neste cenário se consagra uma certa concepção de “desenvolvimento sustentável”, em que a ideia de *consenso* ganha proeminência sobre a realidade conflituosa das relações sociais. Acredita-se na resolução dos problemas ambientais e sociais com *medidas técnicas e gerenciais*, sem se questionar as instituições da sociedade vigente (ACSELRAD, 2004). Alguns termos se consolidam neste campo: parceria, participação, negociação, comunidade e a própria noção de sociedade civil. Termos que antes faziam parte do léxico exclusivo das lutas pela democratização, mas que são assimilados pelo projeto neoliberal que transfere para a sociedade as responsabilidades do Estado. Direitos são tratados em termos mercadológicos.

Cabe aqui ressaltar que numa negociação em bases sociotécnicas entre atores diferenciados, configuram-se assimetrias na situação dos atores, tanto em termos económicos, como sociais e políticos, o que coloca a questão da capacidade de negociação e de estabelecer pactos. Dada a complexidade do processo e das dificuldades de se consolidar um parâmetro de cidadania ambiental, em muitos casos as lógicas de gestão ainda se centram numa forte prevalência do componente técnico como referencial de controle (JACOBI & BARBI, 2007). Os atores sociais chamados à participação são aqueles que têm uma qualificação legitimada pelo campo: conhecimento técnico e capacidade organizativa e de ação. São excluídos da participação todos aqueles que não são “organizados” nos termos legitimados, e que não podem disputar o mercado de projetos com ONGs e fundações altamente equipadas e institucionalizadas. Segundo Zhouri (2007), por essa via, fica estabelecido um novo tipo de exclusão política e social.

A ênfase deve ser colocada na articulação entre a implantação de práticas descentralizadoras e uma engenharia institucional que concilia participação com

heterogeneidade, e formas mais ativas de representatividade. Observe-se que os complexos vínculos entre representação e participação abrem o Estado a um conjunto de organizações sociais, admitindo a tensão política como método decisório, e diluindo, na medida do possível, as práticas autoritárias e patrimonialistas (JACOBI & BARBI, 2007).

Deste modo, pode-se dizer que a conceptualização do desenvolvimento alternativo desenvolvido pelos agricultores nas imediações da BP é um exemplo de pós-desenvolvimento. Os ativistas e as comunidades em si não só têm reclamado dos seus direitos como produtores de conhecimento (junto com os especialistas convencionais ou em oposição a eles e ainda hibridando os conhecimentos especializados e locais) mas ao fazê-lo estão a desenvolver uma conceção alternativa à construção convencional de um lugar para o desenvolvimento local. Eles também estão desenvolvendo o que Escobar chama de ecologia política alternativa baseada em noções de sustentabilidade, autonomia, diversidade e economia alternativa que não se conforma com o discurso dominante de desenvolvimento. Em todo mundo se pode observar muitos exemplos deste tipo, que de forma similar configuram um regime de pós-desenvolvimento, ou seja uma perceção da realidade pode ser definida em termos distintos do desenvolvimento e que, por conseguinte, os indivíduos e os grupos sociais podem atuar na base dessas diferentes definições.

Atualmente, o maior desafio para as autoridades e gestores da BP é encontrar formas de garantir que os espaços de tomada de decisões sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos resultados. A dimensão do conflito lhes é inerente, como é a própria democracia. Portanto, estes espaços de formulação de políticas, onde todos os atores envolvidos neste projeto possam participar, marcados pelas contradições e tensões, representam um avanço na medida em que dão ao conflito uma maior dimensão pública e oferecem procedimentos de discussão e negociação (JACOBI & BARBI 2007).

Em suma diríamos que os agricultores envolvidos neste processo de implementação de um programa de desenvolvimento clamam por justiça nas seguintes situações: quando, pura e simplesmente, optam por não produzir; quando insistem em praticar cultivos de sequeiro em parcelas já beneficiadas pelo sistema de rega; e por fim, quando protestam e exigem um abaixamento no preço de venda de água. Contudo, estas contestações tem-se dado dentro de um processo de participação, ou seja, os atores defendem e valorizam a pertinência e a importância que a construção da BP e a

mobilização de mais água tem, em termos de impacto positivo, nas suas vidas mas clamam por mais participação.

8 REFERÊNCIAS

- ABBINK, J.** (2012). Dam controversies: contested governance and developmental discourse on the Ethiopian Omo River dam. In *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*. 20, 2, p. 125–144
- ACSELRAD, H.** (org.). (2004). *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll
- AGRAWAL, A.** (1995). Dismantling the Divide Between Indigenous and Scientific Knowledge. In *Development and Change*. 26. p. 413-439
- ALIER, J. M.** (2007). *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Ed. Contexto.
- ALMEIDA, J.** (1999). Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. p.33-55. Disponível em: www.ufrgs.br/pgdr
- ALMEIDA, J.** (2009). *A construção Social de uma Nova Agricultura: Tecnologia Agrícola e Movimentos Sociais no Sul do Brasil*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS
- ALMEIDA, J.** (2009b). Ensino e Pesquisa em Desenvolvimento Rural no Brasil. In Almeida, Jalcione & Machado, João (org) *Desenvolvimento Rural No Cone Sul – Desenvolvimento Rural En El Cono Sur*. Porto Alegre. Associação Holos Meio Ambiente e Desenvolvimento. P. 147 – 169
- ALMEIDA, L. S. & Freire, T.** (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: Edição dos Autores
- AMARAL, I.** (1991). Cabo Verde: Introdução geográfica. in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I., 1ª edição, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direcção Geral do Património de Cabo Verde, Lisboa, pp. 1- 22
- ANDRADE, M.** (1980) *Amílcar Cabral: Essai de Biographie Politique*. Paris: Petite Collection Maspero
- ANJOS, J. C.** (2000). Cabo Verde e a Importação do Ideologema Brasileiro da Mestiçagem. In *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 177-204, nov

- ANJOS, J. C.** (2003). Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. in *Estud. afro-asiát.* vol.25, n.3, pp. 579-596. ISSN 0101-546X
- ARCE, A. & Long, N.** (eds.). (2000). *Anthropology, Development, and Modernities*. Londres: Routledge
- BALTAZAR, M.** (2007). *(Re)Pensar a Sociologia dos Conflitos: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz Positiva*. In Nação & Defesa. N.º 116 - 3.ª Série pp. 157-185
- BARTHES, R.** (2001). (11ª edição). *Mitologias*. Bertrand Brasil
- BECK, U.** (1995). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich.; GIDDENS, Anthony.; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp. p.11-71
- BEDOUCHA, G.** (1987). *L'eau, l'amie du puissant: une communauté oasienne du sud-tunisien*. Paris, France: Editions des Archives contemporaines
- BETHEMONT, J.** (2001). L'eau, le pouvoir, la violence dans le monde méditerranéen, In *Hérodote*, 2001/4 N°103, p. 175-200. DOI : 10.3917/her.103.0175
- BOLTANSKI, L. & Chiapello, E.** (2009). *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martinsfontes
- BOLTANSKI, L. & Thevenot, L.** 1991. *De la Justification: Les Économies de la Grandeur*. Paris: Gallimard
- BOLTANSKI, L.** (1990). *L'amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié
- BOLTANSKI, L.** (2004). *La condition foetale*. Paris: Gallimard
- BOLTANSKI, L; CLAVERIE, E; OFFENSTADT, N; VAN DAMME, S.** (eds) (2007). *Affaires, Scandales et Grandes Causes: de Socrate à Pinochet*. Stock: Paris
- BONENTE, B. I. & Correa, H. F.** (2009) “Sobre o discurso do desenvolvimento económico e o desenvolvimento do discurso económico”. *Ensaio FEE*, v. 30, n. 01, p. 35-56
- BORBA, C. & Anjos, J. C.** (2012). Questão Fundiária em Cabo Verde: Posse Tradicional x Propriedade da Terra em São Salvador do Mundo. In *Revista Conjuntura Austral* | ISSN: 2178-8839 | Vol. 3, nº. 11 | Abr.Maio
- BORBA, C.** (2013). Terras Negras Nos Dois Lados do Atlântico: Quem São os Proprietários? Estudo Comparado – Cabo Verde/Brasil. Tese de Doutorado – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS

- CABRAL**, Amílcar. (2013). *Unidade e Luta: A Arma da Teoria*. (coord. Mário de Andrade). Cidade da Praia: Fundação Amílcar Cabral
- CAMPANHOLA**, C. & Silva, J. G. (2000). Desenvolvimento Local e Democratização dos Espaços Rurais. In *Cadernos de Ciência & Tecnologia- CC&T*, Vol. 17,n.1 - jan./abr
- CAMPOS**, L. (2009). *Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Lúcio Boltanski a partir de Margareth Archer*. Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR) Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Disponível em: <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/31T.pdf>
- CAPPELLE**, M, Melo, M. & Gonçalves, C. (2003). Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais. In *Revista de Administração da UFLA*, v. 5, Nº 1, jan-jun
- CARDOSO**, F. H. & FALETTO, Enzo. (1970). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. (7º ed.). Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970
- CARNEIRO**, P. (2004). Água e conflito na Baixada dos Goytacazes. In *REGA*– Vol. 1, no. 2, p. 87-100, jul./dez
- CARVALHO**, J. J. 2002. Poder e Silenciamento na Representação Etnográfica; in *Série Antropologia*; Brasília
- CASTELLS**, M. & Cardoso. G. (2005) *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda
- CHANG**, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004
- CONAC**, F (1998). Passé et actualité de l'irrigation dans le monde. in Jean-Robert Tiercelin (dir), *Traité d'irrigation*, Paris : Technique & Documentation, pp. 758-793
- DAHRENDORF**, R. (1974) . Classes et conflits de classes dans la société industrielle. A. W. *lien Population lien*. Volume 29Nº 3, pp.666-667. Disponível em: <http://www.persee.fr>
- DODIER**, N. (1993). Les appuis conventionnels de l'action. Eléments de pragmatique sociologique. *Réseaux*, 62, p. 63-85

- DOMINGUES, A.** (1991). Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento. in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I., 1ª edição, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direcção Geral do Património de Cabo Verde, Lisboa, pp. 41- 123
- DOSSE, F.** (2003). *O Império do Sentido*. Bauru, São Paulo: Edusc
- DURAND, J.** (2003). A Diluição do Consenso: A Água, de “Fonte de Vida” a “Património Colectivo”. In *Etnografia. Revista do centro de Estudos de Antropologia*. Lisboa. P. 15-31
- ELIAS, N.** (2005). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70
- ESCOBAR, A.** (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31
- ESCOBAR, A.** (2007). *La invención del Tercer Mundo*. Editorial El Perro y la Rana. Caracas, Venezuela
- ESCOBAR, A.** (2008). *Territories of difference: Place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press
- ESCOBAR, A.** (2010). *Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos
- FERGUSON, J.** (1997). Development and Bureaucratic Power in Lesotho. In *The Post-Development Reader*. Rahnema, Majid & Bawtree, Victoria. ZED Books. p.223-233
- FERNANDES, F.** (2008). A cultura da água: da patrimonialização das levadas da Madeira à oferta turística. in *Revista de Turismo e Património Cultural*. Vol. 8 N°4 págs. 529-538. 2010
- FERRY, Luc.** 1994. *A nova ordem ecológica*. São Paulo. p. 95-128; 167-193. Documento PDF
- FOUCAULT, M.** (1979). *Microfísica do Poder*
- FRANK, A. G.** (1966). *The development of underdevelopment*. New England Free Press
- FTAITA, T.** (2010). Community water management. Is it still possible? Anthropological perspectives. In *Anuário Antropológico/2010-II*, 2011: 195-212

- FUKS, M.** (1998). Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. In *Dados*. vol. 41 nº 1
- FURTADO, C. A.** (1993). *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco
- FURTADO, C. A.** (1995). *O Centro de Formação de São Jorge/INIDA e a Política de Formação Profissional*. Doc. De Travail 03.GCP/CVI/032/ITA
- FURTADO, M.** (2011). *Micobiota Associada a Folhas de Bananeira em Cabo Verde*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Agronómica. Instituto superior de Agronomia: Lisboa
- GIDDENS, A.** (1996). Duas Teorias da Democratização. In: *Para além da esquerda e da direita*. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Unesp. p. 121-152
- GOMINHO, M.** (2010). *Gestão dos Recursos Hídricos no Processo de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde: Uma Proposta*. Lisboa: ISCTE - Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas
- GOVERNO DE CABO VERDE.** (2001). Programa do Governo Para a VII Legislatura: 2001 - 2006. Praia
- GOVERNO DE CABO VERDE.** (2006). Programa do Governo Para a VII Legislatura: 2006 - 2011. Praia
- GOVERNO DE CABO VERDE.** (2011). Programa do Governo Para a VIII Legislatura. 2011-2016. Praia
- GUARIN, H. P.** (2003). El Pensamiento de las Aguas de las Montañas. In *Etnográfica*, Vol. VII (1), pp. 63-86
- HUFTY, M. & Muttenger, F.** (2006). Normes, Transactions et Régimes dans la Gestion Environnementale: Contribution à une Méthodologie Interdisciplinaire et Réalité. In *Observer, Décrire, Interpréter: Un Etat des Méthodes en Sciences Sociales*. Coord. Jean-Emile Charlier & Frédéric Moens. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique. p. 35 – 48
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE.** (2010). Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) Cabo Verde
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.** Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH). Cabo Verde, 2010

- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - INGRH.** (2003),
Política Nacional de Saneamento. Praia
- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICO - INGRH.** (2002).
Dez de vida ao serviço de Cabo Verde 1992-2002. Praia. Cabo Verde
- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICO – INGRH.** (2010).
Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos – 2008.
Cabo Verde
- INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS - INGRH.** (2007).
Relatório de Atividades – 2007
- JACOBI, P.& Barbi. F.** (2007). Democracia e Participação na Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil In *Rev. Katál.* Florianópolis v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez
- JESUS, P.** (2007). *Ideologia versus Práticas de Gestão: O caso das cooperativas de consumo na ilha de Santo Antão.* Dissertação de Mestrado. ISCTE Business School, Departamento de Gestão: Lisboa
- LESOURD, M.** (1996). *État et Société aux îles du Cap - Vert.* Paris : Karthala
- LEWIS, D.** (2005). *Anthropology and development: The Uneasy Relationship.* London: LSE Reserch Online. Disponível em: <http://ise.ac.uk/archive/000000253>
- LONG, N.** (2001). *Development Sociology: Actor Perspectives.* London, New York: Routledge
- MARCHI, W.** (2007). Norbert Elias e Pierre Bourdieu: Redimensionando as possibilidades de aproximações teóricas. *X Simposio Internacional – Processo Civilizador.* Campinas, Brasil. Disponível em: <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/>
- MARSILY, G.** (1997). *A Água.* Lisboa: Instituto Piaget
- MARTINACHE, I.** (2010). Boltanski Luc, De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation », *Sociologie* [En ligne], Comptes rendus, 2010, mis en ligne le 15 avril 2010, consulté le 21 août 2013. URL : <http://sociologie.revues.org/117>
- MARTINE, G.** (2007). “O lugar do espaço na equação população/meio ambiente”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 24, n. 02, p. 181-190
- MENDES, A.** (2009). *Análise Comparativa da Rentabilidade de Algumas Culturas de Regadio na Ilha de Santiago em Cabo Verde.* Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Agronómica – Economia Agrária e Gestão do Território – Instituto Superior de Agronomia

- MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA.** (1992). Plano Nacional de Desenvolvimento 1992-1996. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA.** (1997). Plano Nacional de Desenvolvimento. 1997-2000. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA.** (1997). Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** (2002). Plano Nacional de Desenvolvimento. 2002-2005, Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.** (2002). Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005., Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO RURAL E RECURSOS MARINHOS.** (2009). Plano de Ação para o Desenvolvimento Agrícola da Ilha de Santiago. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS.** (2004). Livro Branco sobre Estado do Ambiente em Cabo Verde
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS.** (2004). Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente – PANA II. 2004-2014
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DA AGRICULTURA E PESCAS & ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA.** (2004), Agriculture et Peche: Strategie de Developpement a l’Horizon 2015 &Plan d’ Action 2005-2008, Praia
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL.** (2004). Recenseamento Geral da Agricultura. Praia: Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão - Direção de Estatística e Gestão de Informação
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E COOPERAÇÃO.** (1982). Plano Nacional de Desenvolvimento. 1982-1985. Praia, República de Cabo Verde
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E COOPERAÇÃO.** (1986). Plano Nacional de Desenvolvimento 1986-1980. Praia, República de Cabo Verde
- MOHANTY, C.** (2008). Bajo los Ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: *Descolonizando o Feminismo. Teorías y Prácticas desde las*

- márgenes*. Ediciones Cátedra, Universidad de Valencia, Instituto de la Mujer. p.117-163
- MOLLE, F.** (2006). Why enough is never enough: The societal determinants of river basin ‘overbuilding’. Paper prepared for the World Water Week 2006, Stockholm, August 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu>
- MONIZ, E.** (2007). *Africanidades e Eurocentrismos em Pelejas Culturais e Educacionais no Fazer-se Histórico do Cabo Verde*. Tese de Doutorado. Universidade Católica de São Paulo
- MURTEIRA, M. & Abreu, A.** (1990). A agricultura no desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde. *OCCASIONAL PAPER SERIES NR. 1*: Comunicação apresentada às “1ª Jornadas sobre a Agricultura de Cabo Verde”, organizadas pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária de Cabo Verde, Instituto de Investigação Científica e Tropical e Instituto Superior de Agronomia, que tiveram lugar em Lisboa em 23/25 de outubro de 1990
- NAREDO, J. M.** (1997) “*Enfoques económicos y ecológicos en la encrucijada actual de la gestión del agua en España*”, in P. Arrojo e J. M. Naredo (eds), *La gestión del agua en España Y California* Bakeaz, Bilbao, pp. 151-185
- NAVARRO, Z.** (2001). Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estud. av.* [online]. vol.15, n.43, pp. 83-100. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org>
- NEVES, D.** (2008). Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008
- ODHIAMBO, E.** (2002). The Cultural Dimensions of Development in Africa. *African Studies Review*, Vol. 45, No. 3, pp. 1-16
- PAZ, Vital Pedro da Silva, Reges Eduardo Franco Teodoro & Fernando Campos Mendonça.**(2000). RECURSOS HÍDRICOS, AGRICULTURA IRRIGADA E MEIO AMBIENTE. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, v.4, n.3, p.465-473, Campina Grande, PB, DEAg/UFPB
- PEREIRA, E.** (2010). *Política e Cultura: As Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em História Social

- PINA, R.** (2008). Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas Sobre Alguns Percursos de Revitalização Rural. In *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)*, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. - SPER
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD.** (2010). Relatório de Desenvolvimento Humano 2010: Edição do 20º Aniversário
- QUIVY, R. & Campenhoudt. L.** (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- REBOUÇAS, A.** (2001). Água e Desenvolvimento Rural. In *Estudos Avançados*. vol.15 no.43 São Paulo, Sept./Dec
- REDCLIFT, M. R.** (2002). Pós-sustentabilidade e os Novos Discursos de Sustentabilidade. In *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 124-136, jan./jun
- ROCHE, Pierre-Alain & S. Feuillette.** (2003). L'eau : ressource locale, débat mondial In: *Politiques et management public*, vol. 21 nº 4, pp. 137-153
- RODRIGUES, N.** (2010). Políticas Públicas e Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago – Cabo Verde. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas. Recife
- ROSTOW, W. W.** (1974) *Etapas do desenvolvimento económico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro, Zahar editores
- SALESSE, E.** (2003). “Os que “Sabiam” e os que “Andam Baralhados”: Funcionamento Técnico e Social de um Regadio” In *Etnografia. Revista do centro de Estudos de Antropologia*. Lisboa pp. 105-130
- SANTOS, E.** (2013). *As barragens em Cabo Verde: Avaliação dos impactes ambientais, socioeconómicos e culturais. Caso de estudo “ A Barragem do Poilão” Ilha de Santiago*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa: Lisboa
- SANTOS, S.** (2003). A Geração Hídrica de Eletricidade no Sul do Brasil e seus Impactos Sociais. In *Etnográfica*, Vol. VII (1), pp. 87-103.
- SANTOS, Z.**(2013). A Reforma Agrária em Cabo Verde: Estudo de Caso no Concelho da Ribeira Grande de Santo Antão; In *Desigualdades Sociais e Dinâmica de Participação em Cabo Verde*. Serie Estudos Sociais Cabo-verdianos – Vol. 3. Edições UNICV-UFRGS

- SARDAN, J.** (1995). *Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*. Marseille : APAD; Paris, Karthala, Éditeur, 221 pp. Collection : Hom-mes et sociétés
- SEMEDO, J. M.** (2010). Ilha de Santiago (Cabo Verde) – Paisagem Natural, Uso de Recursos Naturais e Riscos de Desertificação. In *Desertificação, Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Familiar: Recortes no Brasil, em Portugal e na África*: João Pessoa - PB Editora Universitária - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
- SHIVA, V.** (1997). Western Science and Its Destruction of Local Knowledge. In: *Rahnema, Majid & Victoria Bawtree* (eds.) *The Post Development Reader*. ZED Books
- SILVA, A.** (1991). Espaço, Ecologia e Economia Interna. in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I., 1ª edição, coord. de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Centro de Estudos e Cartografia Antiga; Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia; Direcção Geral do Património de Cabo Verde, Lisboa, pp. 179 – 236
- SILVA, J.** (2009). *Importância da Horticultura Para a Segurança Alimentar em Cabo Verde: Estudo de Caso da Ilha do Fogo*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Agronómica. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa
- SILVA, M.** 2011. *O conflito social e suas mutações na teoria sociológica*. In *Qualitas Revista Electrónica* ISSN 1677 4280 Vol.1. N°2 (2011)
- SILVEIRA, C. & ALMEIDA, J.** (2005). Biossegurança e democracia: entre um espaço dialógico e novos fundamentalismos. In *Revista Sociedade e Estado*, vol. 20, n. 1, p.73-102
- SOBOTTKA, E. & Saavedra, G.** (2012).Justificação, reconhecimento e justiça: Tecendo pontes entre Boltanski, Honneth e Walzer. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 126-144, jan.-abr
- SPIVAK, G.** (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFM
- STENGERS, I.** (2007). La Proposition Cosmopolitique. In: Jacques Lolive et Olivier Soubeyran (orgs.). *L'Émergence des Cosmopolitiques*: 45-68. Paris: La Découverte
- STRANG, V.** 2004. *The Meaning of Water*, Oxford, Berg
- TEIXEIRA, J.** (2011). *Hidrossedimentologia e Disponibilidade Hídrica da Bacia Hidrográfica de Poilão, Cabo Verde*. Dissertação (mestrado) – Universidade

Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias

- TROTTIER, J.** (2008). Water crises: political construction or physical reality? In *Contemporary Politics Vol. 14*, No. 2, June 2008, 197–214
- UNIDADE DE GESTÃO DA ÁGUA DA BARRAGEM DE POILÃO.** (2011). Plano de Atividades 2011
- UNIDADE DE GESTÃO DA ÁGUA DA BARRAGEM DE POILÃO.** Relatório de Atividades da UGABP, Janeiro - Dezembro 2011
- VALA, J.** (1990). Análise de Conteúdo. In *Metodologia das Ciências Sociais*. Org. Santos Silva, A & J. M. Pinto. Porto: Edições Afrontamento
- VANDENBERGUE, F.** (2006). Construção e Crítica na Nova Sociologia Francesa. *Sociedade e Estado*, v.21, n.2, p.315-366. Brasília: maio/ago
- VENTURA, J. E .& Mascarenhas, J.** (2009). A Problemática dos Recursos Hídricos em Santiago. in *1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde*
- VILA NOVA, S.** (1985). *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas
- WATEAU, F.** (2000). *Conflitos e Água de Rega: Ensaio Sobre a Organização Social no Vale de Melgaço*. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- WEBER, M.** (1999). *Economia e Sociedade*. Brasília, DF: Editora UnB, v.2
- WITTFOGEL, K.** (1977). *Le despotisme oriental*. Paris: Les éditions de Minuit
- WOLKMER, A. C.** (2001). *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega
- ZHOURI, A.** (2007). Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano. *Série Documenta EICOS*, n. 17, 2007
- ZHOURI, A. Oliveira, R. & Laschefski, K.** (2011). A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha – MG. In *Anuário Antropológico/2010-II*, 23-53

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Agricultores e assalariados agrícolas

Nome, idade, local de residência,

local de exercício da atividade agrícola

Tem contador na sua propriedade?

É responsável por quantas parcelas?

Qual é o tamanho das parcelas que produzizes?

Que sistema de rega utiliza nas suas propriedades?

Que produtos cultiva habitualmente?

Como tem sido a sua relação com os técnicos e a gestão da BP?

Tem faturas de água por regularizar junto da gestão da BP?

Como era a vida nesta região antes da construção da barragem?

Como avalia o desempenho da equipa de gestão da BP até o presente momento?

Que alterações aconteceram em comparação com a gestão anterior?

Qual foi o seu grau de envolvimento nas contestações a quando da demissão do antigo gestor?

Houve abertura para o diálogo por parte do MDR?

Se sim, na sua perspetiva como decorreu este diálogo?

Técnicos e dirigentes

Nome, idade.

Função e referencias da instituição onde trabalha.

Como tem corrido o processo de adesão dos agricultores aos projetos da BP?

Como tem sido o processo de adesão dos agricultores à utilização do sistema de rega gota a gota?

Que desafios e oportunidades se pode prever para o futuro com o incremento e a construção de mais barragens?

Como tem avançado o processo de instalação do sistema de adução da água.

Como analisa as críticas e contestações que estão sendo levantadas pelos agricultores?

Como tem sido a adesão dos agricultores aos programas de assistência técnica do MDR?

Considera que a assistência técnica prestada se adequa, em qualidade e quantidade, às demandas dos agricultores?

Considera justas as reivindicações dos agricultores relativas ao preço da água?

Qual é a previsão em termos de aumento de custos com a montagem do sistema de bombagem de água à montante?

Na eventualidade deste sistema ser montado quem assumirá estes custos?

APÊNDICE B – IMAGENS DAS PROPRIEDADES E COMUNIDADES DA RIBEIRA SECA, CABO VERDE.



ANEXO A - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA ÁGUA EM CABO VERDE

TEMA	LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
Legislação Específica do setor	Lei n.º 41/II/84 de 18 de Junho	Aprova o Código de Águas (Estabelece as bases gerais do regime jurídico de propriedade, protecção, conservação, desenvolvimento, administração e uso dos recursos hídricos).
	Decreto-Legislativo n.º 5/99 de 13 Dezembro	Altera alguns artigos do Código de Águas.
	Decreto-Lei n.º 75/99 de 30 de Dezembro	Define o regime jurídico de licenças ou concessões de utilização dos Recursos Naturais
	Decreto n.º 82/87 de 1 de Agosto	Estabelece as normas destinadas a evitar a obstrução, esgotamento, inutilização, contaminação ou poluição dos recursos hídricos e a propagação de doenças de base hídrica.
	Decreto n.º 84/87 de 8 de Agosto	Regulamenta o registro de águas.
	Decreto n.º 165/87 de 31 de Dezembro	Regulamenta a execução de estudos, projetos e construção, assim como a exploração, conservação, modificação e inutilização das obras hídricas delimitadas no artigo 21º do Código de Águas.
	Decreto n.º 166/87 de 31 de Dezembro	Regulamenta a aquisição, exercício e extinção dos direitos do uso dos recursos hídricos, em conformidade com o disposto no capítulo IV do Código de Águas.
	Decreto n.º 167/87 de 31 de Dezembro	Fixa as normas pelas quais se deve orientar a determinação, pagamento e cobrança de cânones, taxas, tarifas e emolumentos relacionados directamente com a utilização de recursos hídricos, assim como o regime de incentivos e sanções pecuniárias sobre a matéria
	Decreto n.º 168/87 de 31 de Dezembro	Estabelece as normas pelas quais se regem os serviços públicos de distribuição de água potável e esgotos.
	Decreto-Lei n.º 7/04 de 23 de Fevereiro	Estabelece as normas de descarga das águas residuais provenientes de habitações isoladas, de aglomerados populacionais e de todos os setores de atividade humana que originam águas residuais produzidas nos aglomerados populacionais e que concorrentemente são designadas por águas residuais domésticas, urbanas ou comunitárias.
	Decreto-lei n.º 8/2004 de 23 de Fevereiro	Estabelece os critérios e normas de qualidade da água e sua classificação, bem como os sistemas de controlo, o regime sancionatório e medidas de salvaguarda e protecção do meio aquático, tendo como objetivo proteger o meio aquático e melhorar, na generalidade, a qualidade da água para o consumo humano.
	Decreto-lei n.º 56/05 de 22 de Agosto	Aprova a Orgânica do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
CNAG INGRH	Deliberação n.º 1/02 de 22 de Abril	Aprova o Regimento do CNAG
	Decreto-Regulamentar n.º 1/02 de 3 de Junho	Aprova os Estatutos do INGRH
	Portaria n.º 20/03 de 8 de Setembro	Aprova o Regulamento Orgânico do INGRH
CONTRATOS DE CONCESSÃO	Anúncio BO n.º 12 de 1 de Abril de 2005 (III Série)	Contrato Geral de Concessão de transporte e distribuição de energia eléctrica e água e de recolha e tratamento das águas residuais para reutilização entre o Estado de Cabo Verde e a ELECTRA, SARL.
	Anúncio BO n.º 12 de 1 de Abril de 2005 (III Série)	Contrato Específico de Concessão transporte e distribuição de água e de recolha e tratamento das águas residuais para reutilização entre o Estado de Cabo Verde e a ELECTRA, SARL.
TARIFAS	Despacho ARE n.º 2/06 de 1 de Junho	Procede ao aumento das tarifas de venda ao público de energia eléctrica e água
	Despacho ARE n.º 10/2006 da ARE de 21 de Novembro	Procede à correcção do preço das tarifas de electricidade e água.
	Despacho ARE n.º 01/07 de 13 de Janeiro	Procede à correcção das tarifas de venda ao público de energia eléctrica e água.
OUTROS	Despacho da ARE n.º 5/06	Aprova o regulamento de devoluções das cauções nos serviços de fornecimento de energia eléctrica e água.
	Despacho da ARE n.º 6/06	Aprova o regulamento de cálculo das cauções nos serviços

Fonte: Adaptado de Gominho, 2010.

ANEXO B - CRONOLOGIA DA BASE LEGAL E INSTITUCIONAL DO SETOR HÍDRICO EM CABO VERDE

Documento	Observação
1946 Maio 1946 - Decreto Lei n.º 35666	O Governo da República Portuguesa é autorizado a criar e enviar a Cabo Verde, Brigadas Técnicas para Estudos de problemas de Hidráulica, Fomento Agrário, Estradas, defesas contra erosão. Ao abrigo desta faculdade e por despacho do Ministro do Ultramar criou-se a Brigada Técnica dos Estudos e Trabalhos Hidráulicos (B.T.E.T.H), com domínio de actuação em : Hidráulica Agrícola e Urbana, Fomento Agrícola, Silvícolas e Pecuária, levantamentos topográficos e cadastrais, etc.
1956 Novembro 1956 - Decreto Lei n.º 40869	O Governo da República Portuguesa extingue a Brigada Técnica de Estudos e Trabalhos Hidráulicos (B.T.T.E.H.) de Cabo Verde, criado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35666, de 27 de Maio de 1946, e são criadas em sua substituição, as Brigadas de Estudo e Execução de Melhoramentos Agrícolas, Silvícolas e Pecuários (B.E.E.M.A.S.P.) e de Estudo de Construção de Obras Hidráulicas (B.E.C.O.H.), ambas de carácter temporário.
1960 Outubro 1960 – Portaria n.º 18000	Criação da Brigada de Estudos e Construção de Obras Hidráulicas (B.E.C.O.H.) com atribuições no estudo e execução dos trabalhos de Pesquisa, Captação e Aproveitamento dos Recursos Hídricos (subterrâneos e superficiais) com vista ao abastecimento de água à população e para rega.
1970 Abril 1970 - Decreto Lei n.º 32/70	O Ministério do Ultramar cria a Inspeção Geral de Minas e pela Portaria 691/70, de 31 de Dezembro, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério do Ultramar, nos termos do artigo 22º do Decreto Lei 32/70, de 17 Janeiro, criar na dependência direta da Inspeção Geral de Minas, com carácter temporário, para actuar na Província de Cabo Verde, a Brigada de Águas Subterrâneas de Cabo Verde (B.A.S.), à qual competirá o estudo e trabalhos relativos à pesquisa, captação e defesa do potencial Aquífero
1975 Setembro 1975 – Decreto Lei n.º 23/75	A Brigada de Águas Subterrâneas (BAS) é integrada na Direcção Nacional de Águas do Ministério da Agricultura e Águas de Cabo Verde.
1977 Junho 1977 - Decreto Lei n.º 56/77	Extinção da BAS e criação, em substituição, da Direcção de Serviço de Exploração e Gestão de Águas Subterrâneas (DSEGAS) que é integrada na Direcção Geral de Conservação e Melhoramento dos Recursos Naturais.
1984 Junho 1984 - Decreto Lei 41/II/84	Aprovação do Código de Água e dos órgãos de administração dos Recursos Hídricos que passam a ser : a) Conselho Nacional de Águas (CNAG) b) Comissões de Água (CA) c) Junta dos Recursos Hídricos (JRH) d) Registo Nacional de Águas (RNA)
1985 Fevereiro de 1985 - Decreto Lei n.º 11/85	Extinção da DSEGAS e criação, em substituição, da Comissão Instaladora da Junta dos Recursos Hídricos (JRH).
1987 Julho de 1987 – Decreto Lei 78/87	Regulamentação do Conselho Nacional de Águas (CNAG) como órgão Central de Gestão dos Recursos Hídricos, dependendo diretamente do Conselho de Ministros.
Julho de 1987 - Decreto Lei 79/87	Regulamentação da Comissão de Água como órgão local de Gestão dos Recursos Hídricos, sob tutela do CNAG.
Julho de 1987 - Decreto Lei 80/87	Regulamenta a Junta dos Recursos Hídricos (JRH) como organismo central de execução em matéria de recursos hídricos.
1992 Novembro 1992 - Decreto Regulamentar n.º 126/92	Aprovação dos Estatutos do Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH), como pessoa colectiva de direito público, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Funcionando sob tutela do membro do Governo responsável pelo setor da agricultura, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional de Águas (CNAG).
Novembro 1992 - Decreto Lei 131/92	Extinção da Junta dos Recursos Hídricos (JRH) e das Comissões de Água e transferência das suas competências técnicas parcialmente para o Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH). A execução dos trabalhos de construção foi reservada ao Instituto Nacional de Engenharia Rural e Floresta (INERF).
1998 Dezembro 1998 - Resolução Governo 70/98	Criação da Agência de Regulação Multisetorial (ARM).
1999 Dezembro de 1999 - Decreto Legislativo n.º 5/99	Revisão do Código de Água (CA) para possibilitar o acesso e o exercício da atividade de produção e de distribuição de água para abastecimento das populações ao setor privado e estabelece uma nova arquitetura para o setor : a) Conselho Nacional de Águas (CNAG) b) Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) c) Agência de Regulação Multisetorial (ARM), na sua componente água e saneamento .

Fonte: Adaptado de Gominho, 2010.